



Octavio Penna Pieranti

Memória das Comunicações no Brasil

entrevistas



OCTAVIO PENNA PIERANTI

MEMÓRIA DAS COMUNICAÇÕES NO BRASIL

Entrevistas

1ª Edição

Brasília

Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília – FAC/UNB

2019

Capa
Foto da capa

Rafiza Varão
Octavio Penna Pieranti



FACULDADE DE COMUNICAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – FAC UNB

Endereço: Campus Universitário Darcy Ribeiro - Via L3 Norte, s/n - Asa Norte, Brasília - DF, CEP: 70910-900, Telefone: (61) 3107-6627, E-mail: fac.livros@gmail.com

DIRETOR

Fernando Oliveira Paulino

VICE-DIRETORA

Liziane Guazina

CONSELHO EDITORIAL EXECUTIVO

Dácia Ibiapina, Elen Geraldes, Fernando Oliveira Paulino, Gustavo de Castro e Silva, Janara Sousa, Liziane Guazina, Luiz Martins da Silva.

CONSELHO EDITORIAL CONSULTIVO (NACIONAL)

César Bolaño (UFS), Cílicia Peruzzo (UMES), Danilo Rothberg (Unesp), Edgard Rebouças (UFES), Iluska Coutinho (UFJF), Raquel Paiva (UFRJ), Rogério Christofoletti (UFSC).

CONSELHO EDITORIAL CONSULTIVO (INTERNACIONAL)

Delia Crovi (México), Deqiang Ji (China), Gabriel Kaplún (Uruguai), Gustavo Cimadevilla (Argentina), Herman Wasserman (África do Sul), Kaarle Nordestreng (Finlândia) e Madalena Oliveira (Portugal).

COORDENADORA EDITORIAL

Rafiza Varão

P615

Pieranti, Octavio Penna.

Memória das comunicações no Brasil : entrevistas /
Octavio Penna Pieranti. – Brasília : Universidade de Brasília,
Faculdade de Comunicação, 2019. 392 p.; 23 cm.
Inclui bibliografia e índice.
Modo de acesso: World Wide Web:
<https://faclivros.wordpress.com/category/livros/>.

ISBN 978-85-93078-39-2.

1. Entrevistas. 2. Políticas de comunicação. 3. Comunicação Pública.
3. Comunicação – Brasil – História. I. Título.

CDU 070(09)

Agradecimentos

Fruto de 14 anos de entrevistas, este livro não existiria sem aqueles que se dispuseram, de forma generosa, a vasculhar sua memória e revisitar temas controversos em conversas que, por vezes, demoraram algumas horas. São profissionais que abriram espaço em sua agenda, no fim de um dia de expediente normal ou em horário que seria destinado à família ou a outras atividades, para recontar a história das comunicações no Brasil, desde a década de 1960, e mais especificamente a trajetória das políticas públicas voltadas a esse setor. Elas e eles, sem exceção, ocuparam post-chave na administração pública e/ou são personagens dos seus relatos; não falam, portanto, de fatos imaginados ou interpretados, e sim vividos.

Os entrevistados neste livro compõem um painel muito representativo do setor, mas, ao escolher cada um, deixei de fora dezenas ou centenas de profissionais que contribuíram para as empreitadas ora narradas. Alguns deles são resgatados nos relatos dos entrevistados; outros, infelizmente e de forma injusta, permanecerão anônimos para o grande público. Ainda assim, quem trabalha na administração pública ou atua nos setores que se relacionam diretamente com ela sabe o quanto é difícil mobilizar “a máquina”. Realizar o que é contado nas próximas páginas, então, beira o impossível. Não por acaso, vários fracassos também compõem as narrativas. Reconheço o valor de quem, às vezes durante toda a vida, tentou construir políticas públicas de comunicação mais democráticas, justas e eficientes.

Este livro é, de certa forma, o encerramento de um ciclo que compreendeu minha atuação no Mestrado, Doutorado e em pesquisa de pós-doutorado. Nessa trajetória tentei ouvir mais e interpretar, não me contentando com generalizações. Também

passsei a respeitar mais as divergências e as diferenças, as tensões entre os acontecimentos e a memória, as barreiras psicológicas e o esquecimento natural, a necessidade de preservar nossa história, a premência de avançar sem desconsiderar o passado. Inúmeros pesquisadores e profissionais, alguns dos quais entrevistados neste livro, contribuíram para isso. Cito um, na esperança de que represente todos: Professor Paulo Emílio Matos Martins, meu orientador no Mestrado e no Doutorado, amigo e um dos principais responsáveis pela minha formação como pesquisador.

Pode parecer lugar comum o agradecimento à família. Mas, acredite, ela foi decisiva para dar o suporte e a tranquilidade para que eu chegasse ao fim deste livro. Como esta publicação é fruto de centenas de horas de entrevistas, leituras, viagens, transcrições e revisões, esse amparo foi fundamental. Portanto é ainda mais justo o agradecimento à minha esposa, aos meus pais e ao meu filho.

ÍNDICE

Prefácio	7
Introdução	15
Euclides Quandt de Oliveira (Parte 1).....	19
Euclides Quandt de Oliveira (Parte 2).....	35
Ara Apkar Minassian.....	53
Yapir Marotta	75
Higino Germani	89
Murilo Ramos.....	109
Renato Guerreiro.....	127
Walfrido Rodrigues de Melo.....	143
José Eduardo Romão.....	169
Franklin Martins.....	181
Tereza Cruvinel.....	213
Marcelo Bechara.....	243
Cezar Alvarez.....	273
Ricardo Berzoini.....	291
Luiz Azevedo	303
André Figueiredo.....	311
Lucia Bardi.....	325
André Barbosa.....	331
Arlindo Fábio	351
Evelin Maciel.....	365
Lista de siglas	381

Prefácio

Samuel Possebon¹

A minha vida profissional como jornalista foi inteiramente dedicada à cobertura de temas relacionados às comunicações. Desde a estratégia empresarial dos grupos de mídia, passando pelo desenvolvimento dos mercados de conteúdo, o surgimento e desenvolvimento da Internet, as mudanças no cenário das telecomunicações dos anos 90 aos dias de hoje até todo o desenvolvimento das políticas setoriais nos últimos 25 anos, tudo isso sempre foi pauta, assunto de interesse, de pesquisa e amálgama de muitas das minhas relações de amizade e mesmo pessoais. Mas foi em 2001, ao ler pela primeira vez a dissertação “A Introdução de Novas Tecnologias de Comunicação no Brasil: tentativas de implantação do serviço de cabodifusão, um estudo de caso”, de Daniel Herz, defendida em 1983 na Universidade de Brasília, sob a orientação do professor Murilo César Ramos, que me dei conta que havia um campo bastante rico a ser explorado em pesquisas acadêmicas e na própria atividade jornalística setorial. Ali me deparava com o que eu gosto de chamar de “arqueologia” da comunicação, seja no campo das estratégias empresariais, seja no das políticas públicas. De maneira grosseira, é o termo que uso a este trabalho essencial aos cientistas sociais das comunicações e curiosos de se buscar nas fontes primárias do passado, seja em

¹ Editor de *Teletime* e *Tela Viva*, jornalista especializado em comunicações desde 1994. É mestre em Políticas e Tecnologias de Comunicação pela Universidade de Brasília (UnB).

relatos dos atores ou em documentos, os elementos que permitiram reconstruir e entender as condições que nos trouxeram até o presente do ambiente setorial.

O livro que se desenvolverá a seguir é um sítio arqueológico precioso para quem gosta desse tipo de trabalho, especialmente no campo das políticas públicas de comunicação. Quem conhece o autor, Octavio Penna Pieranti, sabe da sua capacidade invejável de registrar e analisar experiências no campo das políticas de comunicação. Seus seis livros até aqui são uma pequena prova deste talento, mas quando ele me procurou para prefaciá-lo este projeto, nunca imaginei o que teria nas mãos. São dezenas de horas de entrevistas cuidadosamente preparadas e registradas que ajudam a recontar e a entender o que aconteceu no campo das políticas públicas de comunicações e telecomunicações ao longo de mais de 50 anos. São dezenas de relatos de alguns dos personagens que ocuparam papel central em vários momentos, e outros com posições nem sempre centrais, mas com uma visão privilegiada dos acontecimentos. Cada entrevista é um mergulho em um determinado tópico, em que se fica evidente a vontade do autor de, jornalisticamente, buscar as razões, as variáveis e a lógica por trás de determinados movimentos que ajudaram a formar o quadro atual das comunicações de uma maneira geral, mas com um pouco mais de atenção para temas como radiodifusão pública (uma das especialidades do autor), políticas de banda larga e políticas de radiodifusão. Octavio consegue dar isso ao leitor como se estivesse conversando com os entrevistados, num estilo que em muito lembra o de Carlos Eduardo Zanatta (1951-2007), um dos maiores jornalistas especializados que já tivemos no setor de comunicações, ser humano inigualável em sua generosidade e agente ativo de muitas das passagens narradas nestas entrevistas. Sem querer, vejo este trabalho como uma homenagem ao que Zanatta fez e deixou pelo setor, até sua morte.

Não se espere deste livro uma obra fechada, em que todos os temas abordados se esgotam em todas as suas dimensões. O que o leitor verá nas próximas páginas é um mosaico com dezenas de assuntos diferentes, em que muitas vezes apenas aspectos específicos de cada um dos temas estão destacados e são aprofundados. E está justamente aí a riqueza do trabalho. Assim como se busca reconstituir a história a partir de pedaços de cerâmica ou pergaminhos, temos aqui fragmentos históricos preciosos para a análise e reconstituição de processos, relatos de personagens que muitas vezes não foram protagonistas dos processos, mas estavam profundamente ligados a eles, que trazem elementos novos e uma visão diferente da convencional. Apesar do sobrevoo panorâmico por tantos temas e atores tão diversos, existe uma linha histórica sendo observada e alguns elementos acabam se revelando mais ou menos comuns nas dezenas de entrevistas: a comunicação pública é uma constante; a busca de um sentido lógico para as políticas de comunicação ao longo do período; o dilema conteúdo/infraestrutura; as pressões e as influências de atores da sociedade civil e do empresariado sobre os processos de decisão das políticas.

Existem várias formas de ler este livro, mas tomo a liberdade de destacar resumidamente alguns dos temas relevantes que serão tratados, para ajudar o leitor a se situar.

A primeira entrevista do livro é talvez a de maior valor histórico, porque traz consigo dados que raramente estão disponíveis para a análise, ainda mais da forma transparente como foram colocados. O ex-ministro **Euclides Quandt de Oliveira** teve um papel central na criação do Ministério das Comunicações e seu relato traz um painel bastante completo da forma como o ministério foi estruturado a partir das estruturas do Contel, órgão existente até então. Ali está a gênese da estrutura administrativa que “regula” o setor de radiodifusão, mas, na conversa com Quandt de Oliveira,

Pieranti mergulha em questões até hoje centrais das políticas públicas na área de radiodifusão: propriedade cruzada, concentração da mídia, regulação de conteúdos, radiodifusão pública, canalização de espectro, a radiodifusão no período da ditadura militar, o surgimento e a disputa de poder entre os grupos de mídia no Brasil, entre outros tópicos.

A segunda entrevista, com **Ara Apkár Minassian**, joga o leitor nas origens da Embratel e no papel estrutural dos Correios nos anos 70, e depois volta a mergulhar no papel do Ministério das Comunicações na formulação de política de comunicação, mas já nos anos 90, véspera da privatização. Esta passagem é importante para ajudar a entender como técnicos e profissionais de carreira estavam observando o movimento crescente de privatização do Sistema Telebras que se aproximava. A entrevista com **Yapir Marotta** dá uma segunda perspectiva também sobre a relação da Embratel e ministério na formulação de políticas, inclusive o papel da estatal para a radiodifusão, mas colhendo relatos até os anos 90, quando o processo de venda da Telebras já era iminente.

A entrevista com **Higino Germani** traz um relato extremamente franco e transparente (até pouco usual para este tipo de registro) sobre os mesmos episódios anteriores, com uma visão extremamente crítica do personagem entrevistado, mas com uma leitura ainda mais aprofundada sobre as políticas de radiodifusão dos anos 70, incluindo a atuação geopolítica do Brasil numa tentativa de criar a “voz da América” nacional, os critérios de outorga e o início da política de radiodifusão comunitária.

O relato de **Murilo Ramos**, professor e pesquisador da UnB, é circunscrito a um relato relevante para compreender a história da formação do capítulo da comunicação social na Constituição Federal, no final da década de 1980, e depois ao processo que levou à Lei do Cabo, em 1995. Ambos os episódios tiveram relevância para o tema que vem na entrevista em sequência, com **Renato**

Guerreiro: o processo de privatização da Telebras. Guerreiro discute desde a origem da discussão, a modelagem do leilão, a formação da Anatel e a grande ausência do processo: a Lei de Comunicação de Massas desenhada, mas nunca executada no governo FHC.

A entrevista com **Walfrido Rodrigues de Melo** permite a visão de um servidor do Sistema Telebras sobre o processo de privatização e o processo de migração de parte da equipe da estatal para a Anatel.

A entrevista com **José Eduardo Romão** traz outra questão para o leitor: a política de classificação indicativa estabelecida em contraposição a um legado de censura e controle de conteúdos, algo que não aparecia na atuação regulatória do Ministério das Comunicações, mas era forte e presente dentro da estrutura do Ministério da Justiça.

Já a conversa com o ex-ministro **Franklin Martins** permite o início de uma compreensão mais ampla das políticas de comunicação sobretudo a partir do segundo governo Lula. Ali estão explicitadas não só a visão do presidente sobre o tema como a guinada no papel da Secretaria de Comunicação Social (Secom), a origem da Empresa Brasil de Comunicação (EBC) e sua estruturação como plataforma de uma política de comunicação pública, o início dos trabalhos que deram origem à Conferência Nacional de Comunicação (Confecom) em 2009, a discussão sobre o marco legal da mídia, entre outros temas. Na sequência, a jornalista e ex-presidente da EBC **Tereza Cruvinel**, em sua entrevista, aprofunda a visão sobre a origem e os primeiros obstáculos da EBC, os conflitos internos e o desafio de construir a empresa.

Já o advogado, ex-consultor jurídico do Ministério das Comunicações e ex-conselheiro da Anatel **Marcelo Bechara** relata

uma série de episódios distintos que perpassam sua experiência no ministério, o início do processo de transição da TV analógica para a TV digital, os canais públicos previstos dentro do processo, a política de outorgas do governo Lula, mas, sobretudo, traz um relato valioso sobre a elaboração da primeira, e até aqui única, Conferência Nacional de Comunicação. Como complemento, algumas informações também valiosas sobre o dia a dia do ministério, sua relação com a política e alguns episódios importantes que levaram ao processo de revisão de legislação de TV por assinatura que culminou na Lei do SeAC, de 2011.

Cezar Alvarez, ex-assessor especial de Lula e secretário-executivo do Ministério das Comunicações conta, em sua entrevista, como os governos do PT pensaram e executaram a primeira política pública específica para a banda larga, o Plano Nacional de Banda Larga, e a partir dali se recriou a Telebras. A entrevista também revela algumas das razões que fizeram o governo Dilma abandonar definitivamente a ideia de um marco legal para as comunicações. Este assunto acaba sendo mais desenvolvido depois, na entrevista do ex-ministro **Ricardo Berzoini**, onde também aparecem algumas das iniciativas de regulação do mercado de radiodifusão pública, como o Plano Nacional de Outorgas, dos quais o próprio autor foi protagonista.

Luiz Azevedo, que foi secretário-executivo de Berzoini, aprofunda a análise sobre alguns destes temas, aborda a importante decisão de migrar as emissoras AM para o FM e também temos aqui um dos raros registros de como o governo Dilma enxergava a questão dos Correios.

Último ministro de Comunicações dos governos petistas, **André Figueiredo** relata em sua entrevista como começaram algumas das ações que acabaram marcando posteriormente o governo Temer na área de comunicações, como a transição para a TV digital, os avanços nas políticas de radiodifusão pública que

acabaram sendo abandonados após o impeachment, a tentativa de estabelecer um novo plano de banda larga e o debate do que viria a ser a discussão sobre um novo marco legal das telecomunicações, processo ainda em curso no fechamento deste texto (outubro de 2018). Neste relato, bem como nos de Berzoini e Luiz Azevedo, é possível também ter um retrato de como o processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff afetou as relações entre governo e mídia, e de que forma isso se refletiu nas políticas setoriais.

A parte final do livro traz uma sequência de entrevistas com técnicos cuja atuação acabou sendo determinante em vários dos episódios que permeiam o livro. **Lúcia Bardi** traz a visão de como a Anatel organizou o processo de transição da TV analógica para a TV digital e das emissoras AM para o FM. **André Barbosa** foi personagem central na definição das políticas de TV digital no Brasil, acompanhando o processo desde o início do governo Lula. Ele traz o relato dos processos de decisão, das negociações, do processo de internacionalização e aborda, finalmente, a questão da interatividade, uma bandeira que defendeu profissionalmente, enquanto servidor, e também academicamente.

Arlindo Fábio traz um relato sobre um fato pouco explorado, mas importante para a radiodifusão pública, que é a formação e o papel do Canal da Saúde, ligado à Fiocruz. Por fim, **Evelin Maciel** conclui a sequência de entrevistas com o registro em detalhes sobre como o Poder Legislativo encaminhou a formação de uma rede de radiodifusão digital ao mesmo tempo em que o Executivo estabelecia as políticas e implementava a rede da EBC.

Uma ressalva que se deve fazer sobre as entrevistas é que, como tais, elas trazem a visão de alguns atores. São, portanto, visões parciais e, por isso mesmo, nem sempre absolutas em termos factuais. Também são entrevistas que devem ser lidas à luz da época em que foram concedidas. Não raro, fatos narrados acabaram

tendo desdobramentos importantes, o que não tira o valor da fotografia momentânea.

Entender os bastidores e estas diferentes visões, no contexto dos fatos que são descritos e narrados, traz uma riqueza de detalhes e nuances fundamentais para a compreensão de todo o processo. Octavio Penna Pieranti é um servidor público e um pesquisador, mas o cuidado na forma de conduzir as perguntas e contextualizá-las é também uma contribuição inestimável ao jornalismo especializado em comunicações e ao resgate histórico dos fatos. Melhor esforço de arqueologia, impossível.

Introdução

“Tenho que entrevistar o Ottoni”.

Cheguei a essa conclusão em dezembro de 2012, quando eu o reencontrei em uma reunião do Conselho Curador da Empresa Brasil de Comunicação (EBC) sobre rádio digital. Ottoni Fernandes Júnior era diretor da EBC e eu coordenara, meses antes, a fase final dos testes técnicos dessa nova plataforma. Conheci-o em 2009, no processo de construção da I Conferência Nacional de Comunicação (Confecom), quando integramos a Comissão Organizadora Nacional – ele pela Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (Secom/PR), e eu, pelo Ministério da Cultura. No ano seguinte, participamos de algumas reuniões sobre a sistematização das propostas da Confecom; radiodifusão pública; e mudanças legais no campo das comunicações. Nesse período, deixei o ministério e fui chefe de gabinete da EBC, à época vinculada à Secom/PR, da qual Ottoni era secretário-executivo.

Desde 2005, ocasionalmente e de forma inconstante, eu havia entrevistado profissionais que, em órgãos, entidades e empresas públicas, tinham atuado na formulação e implementação de políticas públicas de comunicação, com um enfoque maior em radiodifusão. Ottoni seria um entrevistado natural: ocupou o segundo posto da Secom/PR na gestão de Franklin Martins, época em que o órgão coordenou o processo de criação da EBC; foi protagonista na Confecom; definiu critérios técnicos para distribuição de mídia legal, ampliando substancialmente o número

de meios de comunicação que passaram a receber esses recursos; e redefiniu o discurso público da Presidência da República.

A ideia de entrevistar profissionais com esse perfil nasceu durante o meu Mestrado. Ao pesquisar políticas públicas de comunicação, percebi que faltavam dados oficiais e relatos de atores que tinham participado da construção dessas iniciativas. Muitas vezes, histórias eram repetidas, mesmo em pesquisas acadêmicas, sem embasamento em fontes primárias que garantissem sua veracidade. Ironicamente, o setor das comunicações não se comunicava. Tive que me socorrer, por exemplo, de alguns poucos livros de memórias, séries históricas defasadas (mesmo no momento em que foram publicadas) e transcrições de palestras de ministros das Comunicações, muitas das quais feitas em centros de estudos militares. Essas fontes, tão escassas quanto importantes, não me permitiam entender por que determinada alteração normativa foi proposta ou o que exatamente alguns dispositivos legais pretendiam resolver.

A memória institucional do setor estava se perdendo. Na verdade, em grande parte, já estava perdida, considerando o falecimento de diversos personagens importantes na história das comunicações do país. Decidi, então, dar a minha contribuição para atenuar essa perda. Comecei, pouco antes de ingressar no Doutorado, a entrevistar protagonistas das políticas públicas de comunicação no Brasil. Recorri ainda mais a publicações oficiais. Desviei o curso de pesquisas para tentar reconstituir episódios e contar histórias a partir desses documentos e entrevistas. Fiz isso, porém, sem decidir sobre quais seriam os desdobramentos de todas essas ações. Apenas utilizava o material nos momentos em que achava necessário.

“Tenho que entrevistar o Ottoni”.

No fim de 2012, semanas depois daquela reunião do Conselho Curador da EBC, Ottoni faleceu. Para além do sentimento de perda, sobre o qual é sempre difícil se expressar (pelo menos para mim), percebi, como pesquisador, que mais uma parte da história das políticas públicas de comunicação desaparecia naquele momento. Em 2005, comecei a realizar as entrevistas; sete anos depois, decidi reuni-las em livro - neste livro -, junto com outras feitas nos anos seguintes, por crer que essa será a melhor forma de preservar a memória do setor e tirar dúvidas de quem lida com este tema.

Assim, este livro é um amplo painel do setor das comunicações no Brasil, desde a década de 1960, sob a ótica de suas políticas públicas. Essas iniciativas são contadas por ministros, secretários, dirigentes de agências reguladoras, presidentes de empresas públicas e outros servidores, menos conhecidos do público em geral, mas responsáveis por formulá-las e implementá-las. As 20 entrevistas foram reunidas na ordem cronológica dos fatos narrados: começam com a estatização do setor de telecomunicações, a implantação da infraestrutura nacional e a expansão das redes de TV; passam pelo início da Nova República e os desafios surgidos com a Constituição Federal de 1988; analisam a privatização do Sistema Telebrás; chegam ao governo Lula e seus desafios, como a criação da EBC, a realização da Confecom, a reativação da Telebrás e o debate sobre um novo marco regulatório das comunicações; e terminam no governo Dilma, já sob os ecos do impeachment.

Optei, sempre que possível, por ouvir cada entrevistada e entrevistado depois do seu afastamento do cargo e da sua atuação mais direta na construção das políticas públicas de comunicação. Com isso, os relatos que seguem são análises sujeitas a menos filtros pessoais que aqueles observados nas entrevistas de personalidades públicas. Procurei não emitir opiniões, por acreditar que isso cabe

aos entrevistados e não ao entrevistador, coadjuvante desse processo. Além disso, já expressei minhas reflexões pessoais sobre grande parte desses temas em livros e artigos anteriores. Incluí notas explicativas apenas quando considerei fundamental esclarecer ou relembrar aspectos técnicos e históricos que contextualizassem os fatos mencionados nas entrevistas. Se deixei transparecer opiniões pessoais, já reconheço o erro involuntário.

É certo que representantes da sociedade civil, de entidades representativas, da academia e do empresariado, dentre outros, contribuíram também para a construção dos caminhos e descaminhos narrados ao longo deste livro. O sucesso e o fracasso das políticas públicas dependem, claro, do grau de engajamento de atores externos à administração pública. Mesmo assim, decidi focar o processo decisório referente às políticas públicas e à regulação, no qual atuam, como responsáveis principais, os agentes públicos. Considerando esse recorte, entendo que este livro contribui também, em alguma medida, para a preservação da memória da administração pública.

Além de preservar a memória, as entrevistas talvez ajudem a contribuir com a tomada de decisões no setor das comunicações. Não quero incorrer em chavões - ainda que acredite neles - sobre a importância de aprender com o passado e com profissionais experientes. Mas tenho certeza de que cada leitora e cada leitor poderá tirar suas próprias conclusões sobre como e por que chegamos ao atual cenário das comunicações no Brasil e o que poderia ser aprimorado no futuro.

Euclides Quandt de Oliveira (Parte 1)²

O Conselho Nacional de Telecomunicações (Contel)³ era favorável à criação do Ministério das Comunicações em 1967?

A principal observação geral dos conselheiros – não era uma opinião minha especificamente, mas eu concordava com ela – era que estava em andamento uma regulação das telecomunicações, de uma forma geral, e que a colocação de um novo órgão completamente independente poderia criar problemas. Criar problemas, porque, primeiro, poderia gerar disputas de posição entre um órgão e outro e demora em se tomar conhecimento real da situação. Essa foi a posição.

Como foi o início do Ministério das Comunicações? Existia, na fase inicial do Ministério, capacidade crítica e gente experiente

² Ministro das Comunicações de 1974 a 1979, durante o governo de Ernesto Geisel, e, antes disso, presidente do Conselho Nacional de Telecomunicações (Contel), de 1965 a 1967, e da Telebrás, de 1972 a 1974. Foi oficial de Marinha reformado (especialista em eletrônica) e membro do Gabinete Militar do governo Castello Branco. Faleceu em 19 de julho de 2013. Entrevista realizada em 7 de outubro de 2006.

³ O Código Brasileiro de Telecomunicações (CBT), instituído pela lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, criou o Conselho Nacional de Telecomunicações (Contel), que deveria suceder a Comissão Técnica do Rádio (CTR) como órgão regulador do setor. O Ministério das Comunicações foi criado em 1967, no âmbito de uma ampla reforma da administração pública promovida pelo decreto-lei nº 236, e assumiu, em pouco tempo, as funções desempenhadas pelo Contel.

não apenas no setor de telecomunicações, mas também de radiodifusão?

Quando o ministério foi organizado, já havia começado um processamento da nova situação das telecomunicações, que estava em andamento, mas ainda em estruturação. Era uma coisa completamente inicial. Você sabe qual era a situação anterior. Vou fazer um comentário sobre o passado. Não existia tanto em radiodifusão, quanto em telecomunicações uma estrutura firme e estabilizada. Por exemplo, em telecomunicações, o que aconteceu? O Brasil tinha telefones em uma porção de lugares, só que por falta de uma fixação de padrões, de normas, as pessoas não podiam se comunicar entre si, só se comunicavam através de uma pessoa que fizesse a ligação – era a telefonia manual. Era difícil ligar. Em São Paulo tinha sido implantado um sistema que seguia as normas alemãs e, em Ribeirão Preto, ele seguia as normas americanas, que eram diferentes, e não dava para uni-los. Os programas que foram feitos pelos governos anteriores – do Getúlio, do Dutra, do Juscelino – não abordavam as telecomunicações e, quando eu falo em telecomunicações, estou incluindo a radiodifusão. Não estou me referindo à programação, mas sim à questão estrutural, o funcionamento mesmo. Esse ressurgimento ocorreu em 1962, quando foi aprovado o Código Brasileiro de Telecomunicações (CBT). O surgimento do CBT, o Contel, a Embratel, a fixação de normas foram uma consequência exatamente dessa falta de regulação que existia. Por quê? Porque uma estação de rádio pôs no ar um programa do qual o Presidente da República, Jânio Quadros, não gostou e deu dois dias de suspensão para essa estação.

Que estação foi essa?

Tenho quase certeza de que foi a Rádio Jornal do Brasil em 1961. Em 1962 foi aprovada a lei e, em 1963, foram publicadas as

primeiras normas do Contel. Inclusive, em 1964, quando houve a Revolução, mais da metade dos conselheiros não foi mudada. No Contel houve uma continuidade, não houve interrupção. Acho que uma das coisas que permitiu que o Sistema Nacional de Telecomunicações (SNT) tivesse um início mais ou menos seguro foi que ninguém tentou fazer tudo de novo. Quem chegava tinha que fazer aquilo que já estavam fazendo, corrigindo coisas que achasse que podia corrigir. Mas correções, e não mudanças radicais.

Qual era a estrutura do Ministério das Comunicações na época da sua criação?

O primeiro problema dele foi a falta de estrutura. A Embratel já estava constituída, iniciando operação e já tinha começado a realizar as licitações para implantação do Sistema Nacional de Telecomunicações. O Contel continuava a afirmar que ainda havia necessidade de muita regulamentação, de coisas, às vezes, simples. Mesmo depois do Ministério das Comunicações, quem continuou a baixar as normas foi o Contel. No ministério foi nomeado um ministro e pronto. Aí ele ficou sozinho, depois fez um gabinete, que só depois começou a funcionar. A Embratel já tinha começado a obter resultados, então o Ministério concentrou-se em olhar para a Embratel. Esse problema somente começou a ser resolvido quando foi criada a Telebrás.

Como era a estrutura do ministério especificamente em relação à radiodifusão?

A transferência para Brasília, se não me engano, já foi feita dois ou três anos depois da criação do Ministério. Quando ele foi criado, o órgão que estava funcionando era o Contel. Dentro dele, existia o Departamento Nacional de Telecomunicações, o Dentel, que tinha

uma divisão de radiodifusão, que tratava de todos os problemas dessa área. Com essa situação inicial, o ministério não chegou a funcionar normalmente. Quando foi feita a transferência para Brasília, o Dentel tinha acabado de ser incorporado ao Ministério e passou a ser o Departamento Nacional de Telecomunicações do Ministério. Aquilo que era do Contel passou a ser do Ministério e ali existia pessoal de radiodifusão. Eu fui presidente do Contel do fim de 1965 ao início de 1967. Na divisão de engenharia do Dentel existia só um engenheiro. Depois ele até foi diretor da Embratel e da Xerox durante muitos anos. Uma das primeiras coisas que fiz, quando me tornei presidente do Contel, foi contratar uns seis ou oito engenheiros que tinham acabado de terminar o curso na PUC no Rio de Janeiro. Eles trabalharam na divisão de engenharia do Dentel. Esse pessoal trabalhava tanto em telecomunicações, quanto em radiodifusão. Um problema que ocorreu na radiodifusão brasileira e hoje continua a ocorrer é a preponderância de um grupo. Quando foi aprovado o CBT, em 1962, quem tinha preponderância completa eram os Diários Associados, que chegaram a ter 17 estações, enquanto as outras tinham muito pouco. E ele fazia uma força grande para que ninguém chegasse perto. Quando a Globo começou a se organizar melhor, os Diários Associados fizeram uma pressão muito grande para que eles não crescessem. Os Diários Associados eram muito mal organizados, essa era a realidade. Depois a Globo começou a ganhar audiência e os Diários Associados começaram a fazer mais pressão, até que eles perdessem sua força. Só que aí a Globo cresceu e começou a tentar fazer o que os Diários Associados faziam antes. Numa certa ocasião, quando eu estava no Ministério, eu percebi que o que nós precisávamos fazer era copiar o que houvesse aí por fora. Quem tinha? Os Estados Unidos; então vamos copiar o sistema americano.

O decreto-lei nº 236 de 1967 apresentou uma inovação: o limite no total de emissoras controlada por cada grupo econômico. Qual foi a reação dos Diários Associados?

Quando saiu o 236, os Diários Associados já estavam em declínio e a Globo, em crescimento. Talvez a Globo tenha feito até mais pressão que os Diários Associados. Aí introduziram uma série de restrições que não existiam antes, restrições essas que foram exatamente baseadas em normas da FCC⁴.

O modelo americano tem limitações de audiência para as redes, ou seja, a rede não pode ultrapassar uma determinada audiência potencial.

Agora pode ser, mas naquele tempo era por número de emissoras. Um grupo só podia ter cinco estações geradoras de televisão. Ele devia procurar fazer uma rede nacional, associando-se a outras por transmissão de programas.

A formação de redes nacionais interessava aos governos militares?

Não, não foi um problema de governo militar. Isso era o sistema americano. Eu fui do gabinete do Governo Castelo Branco, fui da subchefia de Marinha. Até aquele tempo, toda a administração brasileira era vinculada ao Presidente da República. Por exemplo, a Petrobrás não tinha nenhuma vinculação com o Ministério da Viação e Obras Públicas, ela era vinculada ao Presidente da República.

⁴ Federal Communications Commission (FCC) é o órgão regulador do setor de telecomunicações nos Estados Unidos.

E o decreto-lei nº 200 rompeu com isso em 1967.

Rompeu. O volume de coisas que ia para o gabinete do Presidente da República era imenso, então era distribuído por todas as subchefias, inclusive as militares. E isso não foi coisa do governo militar não, já era assim antes. Por um acaso, os problemas de Comunicações eram vinculados, se não me engano, à subchefia de Aeronáutica, mas, no gabinete militar, quem tinha experiência nessa área era eu. Na Marinha, eu era da área de eletrônica, fui um dos pioneiros lá. A Marinha diferenciava o seguinte: comunicação é o uso do equipamento; eletrônica é o projeto, a manutenção e o reparo do equipamento. Por isso acabei entrando nesse negócio, porque o pessoal dizia “ah, Quandt, vem ver isso aqui, vem ver isso aqui”. O Presidente do Contel deixou o órgão justamente quando eu estava saindo do gabinete militar, porque eu tinha sido promovido e ia voltar para a Marinha. Aí o Presidente Castello Branco me segurou lá... mas eu fiz uma digressão enorme e saí daquele ponto. O Ministério das Comunicações ficou muito isolado – aconteceu exatamente o que o Contel receava. No início houve uma certa disputa entre a Embratel e o Contel, porque a Embratel não era vinculada ao Contel. Ela cumpria as normas do Contel, como todas as companhias telefônicas cumpriam. Ela não era administrativamente vinculada a ele. Ela era vinculada primeiramente ao Presidente da República e, quando foi criado o Ministério das Comunicações, ela passou a ser vinculada a ele. Só que esses homens não estavam acostumados com isso. Então um órgão novo custou a se fixar direito.

Li, em entrevistas anteriores, sua opinião de que as redes de TV não se firmariam sem o apoio do governo. Como era esse apoio?

O que aconteceu foi o seguinte: seguindo o modelo americano, nós tínhamos que ter pelo menos três redes para que houvesse uma disputa entre elas. Existiam os Diários Associados, a Guanabara, com uma emissora no Rio de Janeiro e outra em São Paulo, Excelsior, Continental... eram empresas soltas, não havia uma disputa. Por quê? Não havia condição para ser formada uma rede nacional. Essa condição somente existiu, quando entrou em operação o SNT da Embratel. O Contel baixou uma norma na qual ele fixou as prioridades e as características do SNT. Entre elas, o Contel procurou estabelecer contato basicamente com os Diários Associados e a Globo, que já estava se firmando.

O senhor falou em três redes. Qual seria a terceira?

Falei três redes, porque nos Estados Unidos existiam três. Não estávamos pensando em nomes de rede. Sabíamos que precisávamos de, pelo menos, três. O contato foi feito com essas duas, que ainda não tinham rede. Os programas eram transportados de avião, à exceção de Rio e São Paulo, porque já havia sido feita uma ligação entre essas cidades. O ponto é esse: os dois principais grupos, os Diários e a Globo, disseram “não estamos interessados, nós fazemos nossa própria rede”. Eles tinham redes repetidoras das próprias empresas. Então decidimos o seguinte: todo sistema tem que ter um canal de reserva. Esse canal fica já destinado a ser um canal de transmissão de radiodifusão, mas da seguinte forma: se houver qualquer problema no canal principal e houver necessidade de usar o canal de reserva para transmissão de mensagens ou de informação, vai ser usado e suspende-se a radiodifusão. Quando começou a operar o sistema, as empresas viram que aquilo era uma coisa nova que estava surgindo. Aí a Embratel começou a fazer os centros de televisão. Quem primeiro instalou os centros foi a Embratel. O que eram eles? Eram locais

dentro da rede da Embratel em que se fazia transmissão de sinais de televisão.

Mudando um pouco de assunto, vamos falar sobre as emissoras de rádio FM. Como ocorreu o crescimento dessas emissoras nas décadas de 1970 e 1980?

Isso aconteceu exatamente quando eu estava no ministério. Víamos que estava surgindo uma coisa nova, a FM, com uma qualidade muito boa. Devíamos incentivar isso. Precisamos voltar um pouco no tempo. Ainda no período anterior do Contel, verificou-se que havia um problema muito grande de distribuição de canais. O Brasil tinha direito a uns 12 ou 15. Estávamos começando a ter problemas: não podíamos colocar mais uma estação, não podia aumentar a potência. Houve um trabalho sobre como usar o espectro de frequências. Em 1966 iniciou-se um trabalho – e, nesse mesmo ano, chegou a ficar pronta uma parte dele – de distribuição nacional de frequências. Fizemos um estudo, pensando em como viabilizar que houvesse em cada cidade brasileira pelo menos uma estação de rádio.

Um Plano Básico de Frequências para o serviço.

Sim, um plano nacional, cobrindo todo o Brasil, a faixa de frequências e considerando que havia algumas que nós não podíamos utilizar, porque foram atribuídas para a Argentina, para a Bolívia... algumas frequências usadas no Brasil já eram fruto de um acordo entre o operador brasileiro e um país qualquer que não estava usando aquela frequência.

Quem atribuiu as frequências naquele momento?

A União Internacional de Telecomunicações (UIT). Foi uma distribuição mundial.

E foi esse plano que viabilizou a proliferação de emissoras FM?

Inicialmente ele era mais voltado para AM, mas estava surgindo uma coisa nova, a FM, então se decidiu fazer um plano também para FM. Quando cheguei, em 1974, ao ministério, havia muito poucas estações FM. Eu decidi fazer um programa para incentivar a implantação de novas estações de FM. E o que podíamos fazer? Uma das maneiras de incentivar o uso dessa faixa era o seguinte: fazíamos concorrências, então fazíamos logo concorrências para um número grande de localidades. Quem assegurasse a implantação de cinco estações de FM teria prioridade. Eram muito poucos os candidatos que aceitavam isso. Eles queriam estações no Rio, em São Paulo, em Belo Horizonte. Não queriam expandir, fazer uma cobertura maior. O incentivo era para ter mais novas estações em uma faixa que parecia ser muito boa.

Outra questão: a TV educativa. Foi o decreto-lei nº 236 que viabilizou o surgimento dessas emissoras? Como o regime militar apoiou o surgimento de emissoras com essa característica?

A televisão educativa, na realidade, já tinha surgido antes e o Ministério da Educação já estava muito preocupado em ter emissoras educativas.

A primeira emissora educativa foi criada em 1967 em Pernambuco...

Não, antes disso. Tenho a impressão de que, em 1962, já existia TV educativa. Tenho certeza de que na época do Contel, em 1965, já

existia TV educativa em operação. Acho que as duas primeiras apareceram no Rio e em São Paulo. A educação via televisão começou nas próprias emissoras comerciais, que tinham um programa educativo, ligado ao Ministério da Educação. Havia um incentivo para isso.

O Ministério da Educação desejava ter, cada vez mais, emissoras educativas?

Nesse período em que eu estive no Contel, nós tivemos muita ligação com o Ministério da Educação, que estava interessado em ampliar o número de emissoras que trabalhassem com educação. Não necessariamente apenas emissoras de TV, mas de rádio também. Se não me engano, em 1967, o representante do Brasil na Unesco trouxe a informação de que, no Canadá, já estava sendo projetado um sistema de televisão educativa via satélite. Isso era um fato novo, que deveria ser considerado. Uma coisa que sempre esteve presente no Ministério das Comunicações: o setor estava completamente desorganizado, estava se organizando naquele momento, mas deveria se organizar não olhando para o passado, e sim para o futuro. Como deveria ser daqui a cinco anos? Quando começasse a funcionar direito, deveria estar de acordo com a nova posição vigente. Aí começaram estudos. O Ministério da Educação tinha uma ligação muito íntima com o Contel e com o Ministério das Comunicações no princípio, de acordo com essa ideia base, de como levar a educação aos lugares mais afastados. É interessante ver o seguinte: a ideia de ter um satélite brasileiro originou-se do interesse do Ministério da Educação junto ainda ao Contel. O segundo ponto era o Programa Nacional de Teleducação (Prontel). Era um órgão dentro do próprio Ministério da Educação e ele estava interessado nisso. Depois ele começou a ficar preocupado com um problema que também surgiu em outros países, em outras áreas: o que iria acontecer quando, por meio da televisão,

chegassem também sinais de fora, transmissão do exterior? Aí o próprio Ministério da Educação começou a ser contrário ao sistema de satélite.

Como e por que surgiu a Radiobrás e o que ela representava para o governo naquele momento?

Havia, há algum tempo, a ideia de existirem estações do governo. O governo tinha, em vários lugares, estações de rádio e chegou a ter de televisão. Em um certo momento, por volta de 1975, o Presidente Geisel me disse que existia uma estação de rádio que era vinculada ao Ministério do Trabalho.

Existiam diversas estações que eram vinculadas aos ministérios do Trabalho, Educação, Agricultura... e a Radiobrás aglutinou essas emissoras.

Pois é, mas o início foi quando o Ministério do Trabalho não estava mais querendo e disse que aquilo era uma atividade completamente fora, alheia às suas competências. Tinham feito contato com outros ministérios que também não estavam querendo as emissoras. Já tinha se falado, no passado, em se criar uma empresa de rádio, não estou bem por dentro disso. A Rádio Nacional, que era a maior e tinha um peso grande, estava fazendo um programa para cobrir a Amazônia. Isso não foi problema de governo militar não. Havia uma reclamação geral daquela região de que não recebiam notícia do Brasil. As únicas notícias vinham de fora. Existe um problema de propagação de rádio naquela região, que faz com que aquilo que é transmitido do Sul pra lá é mal recebido. Essa era a explicação que davam. O resultado disso foi: “você cria a Radiobrás. E vai ser do Ministério das Comunicações”. Buscou-se um entendimento com todos e foi criada a Radiobrás, já

utilizando o equipamento que estava sendo instalado para a cobertura da Amazônia.

Como o senhor analisa a importância da Radiobrás para a radiodifusão naquele momento no Brasil?

Eu acho que a Radiobrás teve importância apenas para a região da Amazônia e para o Centro-Oeste. Naquele período em que ela foi implantada, o Ministério das Comunicações não se preocupava com os programas. Havia programas que eram do Ministério da Educação, do Trabalho... havia uma junção da programação. Pelo menos no meu tempo, o Ministério das Comunicações nunca chegou a ser gerador de programas, ele era o coordenador da transmissão dos programas.

Comunicação engloba também a imprensa, os meios de comunicação escritos. O Ministério das Comunicações nunca se preocupou, nunca regulou esses meios de comunicação?

Não.

Por quê?

Porque ele era dedicado somente às radiocomunicações. Ele não tinha nenhum vínculo com outra coisa, nem legalmente. O Código Brasileiro era, inclusive, de telecomunicações.

A regulação do conteúdo propriamente dita e a censura, quando houve, foi feita por instituições outras, que não o Ministério. Em algum momento o ministério agiu em relação ao conteúdo propriamente dito?

Não digo que o Ministério tenha agido em relação ao conteúdo. Eu pessoalmente, em inúmeras ocasiões, dizia o seguinte: não adianta você fazer uma regulamentação e dizer que é proibido fazer isso, é proibido fazer aquilo... não adianta. O que você tem que tentar fazer é convencer aqueles que estão operando nessa área de que eles são participantes de algo maior, que é a educação, a divulgação de conhecimento, a informação do povo brasileiro... isso é o que deve ser feito. Para esse ponto eu sempre chamei atenção, enquanto estive no Ministério. Depois que saí do Ministério, alguns anos depois, fui convidado para ser Presidente da Abert⁵. Se eu tivesse dado *cacarecada* neles, eles não teriam convidado.

E o senhor aceitou?

Em princípio eu iria aceitar, mas, como sempre, havia dois grupos. Um queria, o outro não topou.

Que grupo convidou o senhor?

A Bandeirantes. Há uns dois anos, para minha grande surpresa, saiu na revista Carta Capital um artigo de duas ou três páginas, inclusive com a minha foto, que dizia que eu tinha sido o único dirigente público que tinha tentado controlar a expansão brutal da Globo.

E essa contenção, de fato, ocorreu?

⁵ Criada em 1962, no processo de discussão dos vetos ao Código Brasileiro de Telecomunicações, a Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert) é entidade representativa do setor.

O que aconteceu é que eu fiz com que fosse cumprido exatamente o que estava determinado na legislação.

No decreto-lei nº 236.

Não só no 236, no Código também. Estava escrito que um grupo só poderia ter cinco estações⁶. O que eu considerei é que, se o pai da família tinha cinco, um filho não poderia ter outras cinco. Isso foi o que eu fiz.

Ainda sobre a questão do conteúdo, como se dava a tentativa de convencimento para que os radiodifusores entendessem o papel deles para a sociedade brasileira?

Sempre que fui convidado para reuniões da Abert ou fóruns internacionais, eu abordava esse problema. Também em palestras, conferências em universidades, sempre frisava muito esse ponto. Inclusive tive a satisfação de ter algumas dessas palestras publicadas pela Unesco. Uns quatro anos depois de ter saído do Ministério, fui convidado para fazer parte de um grupo que estava organizando uma discussão sobre como levar a informação a todas as pessoas em países em desenvolvimento.

O grupo que elaborou o *Relatório MacBride*?

⁶ O decreto-lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, estabeleceu limites para o total de outorgas de emissoras detidos por uma mesma entidade. Cada uma, de acordo com o decreto-lei, só poderia controlar, por exemplo, 6 estações em FM e 10 de TV, sendo, no máximo, 2 por estado e 5 em VHF (ou seja, canais 2 a 13, historicamente mais utilizados para a TV analógica no Brasil).

⁷ Editado, no Brasil, sob o nome de “Um mundo e muitas vozes”, o Relatório MacBride é fruto de comissão organizada no âmbito da Unesco, presidida pelo irlandês Sean MacBride e integrada por outros 15 representantes. A versão final

Não... acho que não se chegou a uma conclusão. Esse grupo se reunia em Quito. Deve ter sido em 1981, 1982, 1983... eu fui como pessoa física, não fui como representante do Brasil.

Mas, então, o Ministério das Comunicações não agia em relação especificamente à censura da informação?

Nunca. Disso eu tenho absoluta certeza.

Para fechar a entrevista: o jornalista Elio Gaspari mencionou, em sua série de livros sobre o regime militar, que o Presidente Geisel escolheu dois ministros de antemão. Um deles foi Figueiredo, depois Presidente da República, e que assumiu o SNI naquela época. O segundo foi o senhor. Ao que se deve atribuir essa escolha?

Eu me dava muito bem com o Geisel. Eu já tinha tido contato uma vez ou outra com ele antes, mas eu o conheci no gabinete militar do governo Castello Branco. Ele era o chefe do gabinete militar e eu era da subchefia de Marinha. E, como eu disse, muita coisa começou a ser dirigida a mim e eu acabei me envolvendo muito fortemente nos temas. Fui eu quem atuei na compra da Companhia Telefônica Brasileira, fui eu quem resolveu os problemas da CTN, lá no Rio Grande do Sul, Paraná...⁸ Eu comecei a me envolver cada vez mais

do documento foi aprovada em 1980 e logo se tornou central para o debate das comunicações no mundo. Por discordarem do documento, Estados Unidos e Reino Unido chegaram a se retirar da Unesco.

⁸ O entrevistado refere-se, aqui, à nacionalização de empresas de telefonia privadas. A partir da década de 1960 e tendo por base essas companhias, o governo federal promoveu a implantação de um sistema de telecomunicações centrado em empresas públicas, conforme tratado em outras entrevistas deste livro.

nos temas das Comunicações e acho que o Geisel tinha muita confiança em mim.

Euclides Quandt de Oliveira (Parte 2)⁹

Na nossa primeira entrevista, o senhor disse que a estrutura da radiodifusão antes de 1962 encontrava-se atrasada em relação às telecomunicações. Por quê?

A estrutura a que eu me referi era a estrutura material, quer dizer, a maneira pela qual os programas das geradoras, principalmente as dos Diários Associados, chegavam às retransmissoras. Existia um número relativamente pequeno de geradoras de programas no país, havia um número maior de simples retransmissoras. Por exemplo, eu me lembro que, na época em que estive no Contel, eu sempre procurava fazer contato com o pessoal do interior para ver qual era o desejo que eles tinham. Nessa época a minha ideia principal era sobre como fazer uma rede de telecomunicações e eles falavam em ter mais e melhores programas de rádio e televisão. Como não existia, até 1960, uma rede nacional eficiente para transmitir e retransmitir programas entre as geradoras de um grupo e as suas retransmissoras nos diversos locais, a maneira de transmitir era através de simples repetidoras ao longo do caminho ou, então, gravações feitas em fitas e que eram levadas até as outras emissoras. Havia a ideia de que cada emissora deveria cobrir uma área, a maior possível, por meio de simples retransmissão. Agora, por outro lado, não sei se eles desconfiavam ou não confiavam na implantação dos meios de transmissão. Eles queriam usar os que

⁹ Optei por realizar uma segunda entrevista com Quandt de Oliveira para esclarecer pontos específicos da primeira conversa, bem como temas não abordados. Entrevista realizada em 26/12/2006.

eram comuns, que eles já estavam usando. Eu diria que esse era o problema existente. Existiam, no Brasil, entre 25 e 30 estações transmissoras de televisão e 17 delas eram dos Diários Associados, ou seja, do mesmo grupo. Os Diários Associados fizeram todo o possível para que não surgissem outros competidores. Quando surgiu a Globo, eles fizeram uma ação muito forte contra e já tinham feito antes outras contra competidores, como a Continental, a Record e outros.

Como era essa ação?

Faziam tudo que era possível para evitar que houvesse competidores. Eles queriam ser os donos do mercado de informação ou, melhor, de publicidade da radiodifusão.

Essa ação pressupõe também *lobby* junto ao Poder Executivo?

Eu diria que, além de lobby, talvez uma pressão. Não só lobby, mas também uma pressão. Não gosta de alguma coisa que o Poder Executivo ia fazer, então começa a fazer uma campanha contra aquilo. O problema deles foi administrativo. Eles tinham uma administração inicialmente extremamente personalizada na pessoa do Chateaubriand. Segundo: eles não foram eficientes na gestão daquilo que estava no controle deles.

Naquela época, o número de emissoras de rádio e televisão crescia, porém, desde o fim da década de 1950, a taxa média de crescimento anual caía. Existem três hipóteses possíveis para explicar essa situação: uma era a inexistência de um empresariado forte o suficiente para investir nesse setor; a segunda era a falta de condições técnicas; e a terceira era a falta de um marco legal,

que viria a ser o CBT de 1962. Nessa época o senhor já era conselheiro do Contel?

Não, eu fui para o Contel em setembro de 1965. Em 1962 eu estava na Marinha, era oficial de Marinha, devia estar na Eletrônica da Marinha. Não tive qualquer participação na aprovação do CBT. A minha especialização na Marinha era a eletrônica: comunicações era o emprego dos meios de comunicação e eletrônica, a preparação dos meios para serem usados em telecomunicações. Nas outras Forças Armadas isso é feito pela Engenharia. Só que, na Marinha, você tem que ter isso dentro do navio e dentro do navio não havia engenheiro. Então você tem que ter um pessoal que conserta, que instala, que repara, que projeta o equipamento, não o uso dele. E minha especialidade era a eletrônica, ou seja, trabalhar no equipamento, não usar o equipamento.

O senhor se arriscaria a comentar essas três hipóteses?

Eu arriscaria. Eu diria que provavelmente era muito mais uma falta de meios, porque, naquela ocasião, as técnicas existentes permitiam o uso de poucos canais de frequências. Eles eram distribuídos pela UIT e, se não me engano, o Brasil tinha onze canais que seriam protegidos. Eles poderiam trabalhar em potências mais elevadas e não interfeririam em nenhum dos vizinhos, já que os outros canais não deveriam ter alcance além das fronteiras. Os outros países da América do Sul também precisavam ter canais de radiofrequência em ondas médias, que eram as utilizadas. Esses canais não deviam sofrer interferência, então as emissoras da época tinham que ter potência de 100 watts, 200 watts ou coisa assim. Por volta de 1966, eu estava no Contel quando foi feito um plano de frequências, ou seja, uma distribuição adequada das frequências de modo que algumas delas pudessem ser usadas no Brasil inteiro. A ideia era que cada cidade pudesse ter a sua estação de rádio, então aí foi feito

um primeiro estudo. Surgiu a possibilidade de novos canais de radiofrequência. Eu diria que a provável causa desse problema era a impossibilidade técnica.

Durante o regime militar, o Ministério das Comunicações se preocupava, de alguma forma, com a questão da programação, do conteúdo transmitido pelas emissoras de radiodifusão?

Não. O Ministério das Comunicações nunca teve nenhuma participação, aliás, ele fazia questão disso, nunca teve nenhuma participação no conteúdo das transmissões. Por exemplo, negócio de censura, ele nunca teve nenhuma participação nisso. Quando fui do ministério, eu dizia “olha, eu acho que a radiodifusão deve ser um dos elementos que deve participar da melhoria da transmissão de informações.” Agora, não adianta fazer norma ou regulamento sobre isso, se as pessoas que estão operando as empresas não tiverem dentro delas essa ideia. Elas vão cumprir uma norma, o Ministério vai ter que fazer um acompanhamento extremamente grande e não vai conseguir. Eu sempre falava, nas reuniões da Abert, da Aesp¹⁰ e todas essas associações, sobre a grande responsabilidade que os operadores de radiodifusão tinham para com a educação, com o ensino das pessoas. Quando começou a radiodifusão no Brasil, a primeira ideia que surgiu é que ela era um instrumento de educação, a finalidade dela era apenas trabalhar com educação.

Até o presente. A Constituição Federal de 1988 fala que uma das finalidades da radiodifusão é educativa.

¹⁰ A Associação de Emissoras do Estado de São Paulo (Aesp) foi criada antes da Abert e, durante anos, foi a principal entidade representativa das emissoras brasileiras.

Fala, mas isso está apenas escrito. O que aconteceu, desde o início, é que o Ministério da Educação foi criado mais ou menos nessa época. Quando ele foi criado, passou a querer usar muito a radiodifusão educacional. Hoje não existe isso mais: as primeiras estações de televisão tinham horários só de educação e isso não era obrigatório. Elas se propunham a fazer e faziam aquelas programações.

Por que o Ministério das Comunicações não intervinha na questão do conteúdo?

Porque ele achava que não era a sua obrigação. Se existisse alguma determinação sobre isso ou sobre aquilo, a obrigação dele era verificar se a determinação estava sendo cumprida. Apenas isso.

Ou seja: no próprio ministério havia uma resistência à questão do conteúdo propriamente dito.

É, o ministério não pretendia entrar, não queria entrar e não tinha como entrar. Hoje nem sei se ainda existe isso. Foi implantada uma rede de monitoramento. A finalidade dela não era verificar o que a emissora estava transmitindo, era verificar em que frequência ela estava transmitindo e se não estava interferindo em alguma outra coisa ou se não estava sendo interferida por outra estação. Há uns 20, 25 anos houve um acidente em Cumbica com um avião de transporte. Esse avião, quando estava pousando, arrebentou e a tripulação morreu. Depois foi verificado o seguinte: na hora do pouso existia um sinal de rádio que era transmitido pela estação e seguido pelo equipamento do avião para ver o caminho. Nessa frequência estava entrando alguém e o avião, em vez de ir por um lugar, foi por outro e acabou batendo. Essa é a função do monitoramento.

Ou seja: a questão técnica deveria ficar com o Ministério das Comunicações e a questão do conteúdo com outros ministérios, como o da Justiça e o da Educação.

É. Hoje o Ministério da Educação já não tem mais tanto interesse assim, mas houve uma ocasião... Houve um trabalho mais ou menos na mesma época da elaboração do plano de frequências. Foi feita uma reserva de canais para educação no Brasil inteiro, nas mesmas faixas, para assegurar as televisões educativas. Hoje elas praticamente não existem.

Elas são fracas, mas existem.

A diferença entre a TV educativa e a TV comum é que essa depende sempre de um edital, aparecem os candidatos etc. A TV Educativa não. Alguém quer fazer um canal em Santo Antonio da Boca do Acre, tem um canal aqui, você pode fazer. Você faz dentro daquelas condições, não pode ter publicidade etc. Com isso a ideia era dar bastante apoio à educação¹¹.

Parece que havia, durante o regime militar, uma política clara voltada à infraestrutura e muito bem montada que levou ao sucesso do Ministério das Comunicações e das diversas estatais. Mas não havia uma política em relação ao conteúdo. Esse normalmente foi tratado por medidas restritivas, como censura, e talvez houvesse até falta de experiência dos quadros do regime militar no sentido de serem capazes de promover uma

¹¹ O processo licitatório para novas emissoras de radiodifusão comercial foi regulamentado em 1996. Por outro lado, até 2011 não havia qualquer rito de seleção regulamentado para a radiodifusão educativa. A outorga era discricionária.

diversificação da programação, estimular a produção independente, a própria questão da cultura nacional.

Diria que, durante o regime militar, não houve, assim como já não havia, nenhum interesse especial em trabalhar no conteúdo. O conteúdo ficou sempre por conta dos operadores, era da responsabilidade dos operadores. Não houve formação técnica nessa área. A formação técnica que surgiu e que foi depois utilizada na área de comunicações e de telecomunicações foi de engenharia. A primeira empresa que surgiu foi a Rádio Nacional, não sei como ela se tornou uma empresa do governo¹². Depois veio o Ministério do Trabalho, que usou um pequeno transmissor para atender as suas necessidades... Mas em todos esses lugares verificaram que, para tornar públicas determinadas informações, era muito mais simples incluí-las na programação de emissoras comerciais. Então aquelas empresas foram ficando...

Ao que o senhor atribui a falta de interesse do regime militar na questão do conteúdo?

Francamente não sou capaz de dizer por quê. Uma das coisas que eu diria é que, naquela época... Hoje isso praticamente desapareceu... Embora se fale muito em esquerda, direita, isso está muito esmaecido. Havia um posicionamento ideológico, eu diria. Na minha opinião, o governo militar não teve um posicionamento ideológico, teve um posicionamento político, a favor desses ou daqueles e tal. Não ideológico. Os defensores da ideologia

¹² Em 1940, por meio do decreto-lei nº 2.073, o governo federal incorporou ao patrimônio da União a Companhia Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, acusada de sonegação de impostos, e todas as propriedades a ela vinculadas. Dentre essas estavam a *Rádio Nacional* e o jornal *A Noite*. Outras incorporações aconteceriam nos anos seguintes e viriam a integrar as Empresas Incorporadas ao Patrimônio da União (EIPU).

defendem muito o trabalho no conteúdo. Quem não trabalhava muito com ideologia não se voltava muito ao conteúdo.

Voltando a um ponto da primeira entrevista: uma rede nacional de televisão interessava ao regime militar?

Não, não houve nenhuma ideia de formação de uma rede nacional. As emissoras de TV começaram a surgir, no Brasil, nas maiores cidades, depois em outras áreas. É muito mais fácil fazer um programa num certo lugar e esse programa ser mostrado em diferentes cidades, ao invés de fazer um programa referente a um mesmo assunto em vinte lugares diferentes. É mais fácil até para o próprio operador, que tem interesse nisso. Ele fazia um programa no Rio de Janeiro ou em São Paulo e, depois, esse programa era levado para o resto do Brasil. Como não havia meios para levá-lo para o resto do Brasil, botavam dentro de uma mala, chegavam lá e transmitiam. Daí começou a surgir a interligação empresarial em todo o Brasil. Aos poucos foram tentando tornar a transmissão mais fácil. Onde ficaram os maiores utilizadores? São Paulo e Rio de Janeiro. Então o que aconteceu? Entre São Paulo e Rio de Janeiro aqueles que tinham produção maior de programas tinham que levá-los para a outra cidade. Cada um deles acabou fazendo uma ligação para São Paulo e Rio de Janeiro para um sistema de comunicação. Esse sistema, nos anos 1950 e 1960, antes de surgir a Embratel, o que eram? Um programa era gerado em São Paulo e, ao longo do caminho entre São Paulo e Rio de Janeiro, havia estações que recebiam aquele programa e transmitiam para aquela área ali. Em consequência, uma área que ficava um pouco adiante colocava o programa dentro da sua frequência local. Já começava a aparecer também um sistema de transmissão via rádio, mas isso não ocorria 24 horas por dia, então tinha que haver uma produção local sempre. O que se observou era que os programas mais bem aceitos pelo público eram os mais desejados de serem assistidos

pelas outras áreas mais afastadas. Então você precisava ter alguma rede de retransmissão, algum meio de levar esse programa até mais adiante. E isso foi sendo montado pelas prefeituras... Quase na maioria dos casos, eram as prefeituras que se interessavam, porque era o morador que ficava reclamando da prefeitura que queria ver o programa X ou Y¹³. Então começaram a existir essas redes da TV Continental, TV Record, Tupi, Tamoio, mas não eram muitas, porque uma rede dessas era sempre um custo.

Chegou-se a falar na criação de uma rede de TV do Jornal do Brasil. Por que isso não deu certo?

Eu diria que por falta de administração, de uma gestão empresarial no JB, ou por falta de apoio, de recursos financeiros do JB. Quando a Rede Associada já estava em queda – a queda dela foi resultado de problemas de gestão, o Chateaubriand andava doente, depois andou de cadeira de rodas... Foram caindo os Diários Associados, começando a subir a Rede Globo e nessa ocasião o que estava acontecendo? Foi exatamente na época em que entrou em operação a Embratel. Existe o decreto-lei nº 200, de 1967. Acho que ele foi um dos maiores responsáveis positivamente pela melhoria e estabilização das coisas dentro da área federal. Até essa ocasião praticamente todos os órgãos, todas as autarquias, tudo aquilo que existia, era ligado diretamente à Presidência da República e não a ministérios. Existia o Ministério de Minas e Energia, mas a Petrobrás não era vinculada ao ministério, e sim ao Presidente da República. A Embratel, quando foi criada, era vinculada ao Presidente da República, não era vinculada ao ministério ou ao Contel. O Contel emitia as normas, mas a Embratel era subordinada

¹³ Esse modelo sobreviveu ao tempo. Em 2015, um dos principais desafios no processo de transição para a TV Digital era justamente a digitalização das mais de 3 mil retransmissoras das prefeituras, essenciais para garantir a cobertura nacional das principais redes de TV.

diretamente à Presidência da República. O decreto-lei nº 200 dividiu tudo.

Voltando especificamente ao JB: pode-se depreender que o Estado brasileiro, de alguma forma, desejava essa rede, ou seja, estava criando condições para essa rede?

O JB fez uma série de pedidos... o responsável pelo setor publicou uma proposta para uma política brasileira de televisão. A proposta deles era o seguinte: se não me engano, eles já tinham uma concessão para uma estação de televisão no Rio de Janeiro e ele propunha que o governo militar, em 1966, daquele momento em diante, passasse a só dar concessão de estações em qualquer lugar do Brasil ou ao Grupo Globo, ou ao Grupo JB. Só ficariam então os dois grupos e eles competiriam. O Contel, então, não concordou. Isso ocorreu na época do decreto-lei nº 236, quando foi estabelecida uma política brasileira de radiodifusão, foi feito um estudo dos diversos países. Nos países europeus a radiodifusão era quase toda estatal e, nos Estados Unidos, não era assim. Então se pegou o que não era, porque não havia intenção de se estatizar. Não era intenção do Governo Castelo Branco. Nas telecomunicações, por exemplo, a CTB só foi comprada pelo governo brasileiro, porque, durante um ano, a operação ficou toda parada para ver se aparecia alguém querendo fazer. Apareceram vários querendo fazer, mas todos eles falavam o seguinte: o governo brasileiro compra a CTB, depois nos dá uma concessão para administrarmos. Tanto os brasileiros quanto os estrangeiros queriam fazer isso.

O governo brasileiro também não tinha interesse em estatizar as telecomunicações?

Não, não havia. Se você olhar bem toda a regulamentação, a estatização das telecomunicações foi feita pela Constituição Federal de 1988. As de 1946 e 1967 não eram estatizantes, não havia estatização. Quando foi aprovado o CBT, em 1962, ele foi alvo de 60 ou 80 vetos do Presidente Jango.

52 vetos.

52. Eram vetos que chegavam quase ao veto de uma palavra. Tirava um “não” e pronto. O CBT não é estatizante, ele é apenas regulador. Houve uma tentativa de estatização, com o Jango, e foi derrubada pelo Congresso.

Mas a criação da Telebrás não é, de alguma forma, uma medida estatizante?

Não. O primeiro ato estatizante foi a compra da CTB, porque não havia condição de fazer outra coisa. Vou dar um exemplo: em Juiz de Fora, a CTB era operadora da rede telefônica, como era em Belo Horizonte, Governador Valadares etc. Quando fizeram as concessões, praticamente todas elas estabeleciam inclusive o valor da tarifa. Quando começou a haver problemas de inflação nos anos 1950, as empresas começaram a se desinteressar, queriam aumentar a tarifa, algumas cidades davam aumento, outras não... Elas começaram a se desinteressar pela prestação do serviço. Em Juiz de Fora, quando acabou o prazo da concessão, a CTB falou para a Prefeitura Municipal: “Aqui está a rede telefônica, vocês fazem o que quiserem com ela.” “Vocês não querem?” “Não, não quero mais, não sou candidato à concessão”. E não apareceu nenhum candidato. Aí eles criaram uma autarquia municipal, a Telemusa. A CTB chegou e disse: “se você quiser, eu administro para você a empresa, você me paga 10% da receita... agora, administro.

Investimento, se tiver que ser feito, é por vocês”. Aí a prefeitura não quis. Isso aconteceu no Brasil afora. Em outros lugares, eles aceitaram e a empresa ficou satisfeita, agora tinha 10%, receita garantida durante um período e não tinha que fazer nenhum investimento. Aí começaram a surgir problemas daqui, de lá... quando foi criado o Ministério das Comunicações, foi um período muito difícil. O órgão regulador era o Contel. O que sobrava para o Ministério? Ser um órgão operador, passaria a operar Embratel, CTB... agora, quem tinha experiência, vinha acompanhando isso, era o Contel, o Dentel, que era a secretaria executiva do Contel. O Contel em si era um colegiado. Quando foi criado o Ministério das Comunicações, o colegiado se reuniu e sugeriu ao governo que entregasse ao Contel a responsabilidade de organizar e definir como seria e como deveria funcionar o ministério. O presidente Costa e Silva concordou e fez o seguinte: nomeou, como secretário-geral, o presidente do Contel e deu a ele a responsabilidade de organizar o ministério. Organizado, coloca o Ministro, que é uma posição política. Ele precisa saber administrar, é bom que conheça um pouco do setor. Cinco dias antes da posse houve uma pressão política e ele teve que dar um cargo a um político da Bahia.

O primeiro ministro foi Carlos Simas.

Era o Simas, naquela época, ligado ao Antônio Carlos Magalhães. O que fez o Simas? Quando ele assumiu, ao invés de procurar o Contel, provavelmente não gostou do fato de já haver um secretário-geral escolhido, convidado e praticamente nomeado. Ele deve ter ficado chateado com isso e disse “não quero nada com o Contel”, passando a se ligar apenas à Embratel. Porque a Embratel era, antes, ligada diretamente à Presidência da República. E essa mudança foi feita pelo decreto-lei nº 200 exatamente nessa ocasião. Pegar um monte de órgãos e levar daqui para ali demora, dá algumas confusões. O Ministro fez todo o gabinete dele com

peçoal que não tinha nenhuma experiência, não pegou ninguém do Contel, do Dentel... Resultado: a organização do Ministério foi aprovada só um ano depois. Não sei de muitos detalhes disso, porque estava fora. No fim do governo Castello Branco, fui abordado para ver se toparia ser o primeiro ministro das Comunicações, mas eu quis seguir a minha carreira na Marinha. Passei dois anos bem desligado. Voltei, no governo Médici, como Presidente da Telebrás.

Quería voltar à questão da Radiobrás, discutida na primeira entrevista. O senhor disse que os ministérios não queriam mais as suas emissoras, mas que, depois de transferi-las à Radiobrás, continuaram a produzir os programas. Por que isso aconteceu? Por que os ministérios não queriam mais administrar as emissoras, mas aceitavam produzir os programas?

Eles não estavam muito interessados. A emissora que funcionava era a Rádio Nacional, no Rio de Janeiro e em Brasília. A minha impressão: no governo Médici, eles observaram que havia uma área muito grande do Brasil que recebia muito pouca comunicação de rádio, que era a Amazônia e o Centro-Oeste. Já existia um ou outro lugar que tinha radiodifusão, mas eram poucos. Um problema levantado por alguns estudos era que a transmissão por rádio em ondas médias feita de Brasília era muito dificilmente recebida em Manaus, por exemplo. No interior de toda a Amazônia era recebida com muita dificuldade. Então o governo decidiu aparelhar a Rádio Nacional para cobrir toda aquela área da Amazônia. Essa cobertura seria em ondas médias ou tropicais, que seriam até mais apropriadas. Foi feito um projeto, foi iniciada a instalação dessa rede. O que aconteceu depois foi o seguinte: com a nova organização das comunicações, estava-se tentando melhorar a gestão. O que foi verificado? Não sei exatamente onde começou, mas em algum ponto começou a surgir a ideia: por que não juntam

todas as rádios em um grupo só, gerido pelo poder público? No início do governo Médici, quando Corsetti assumiu o ministério, ele fez um estudo prévio, que fez parte da primeira mensagem enviada pelo Médici ao Congresso. Era preciso unir todos os órgãos que fazem radiodifusão sob uma única gestão. E o mais interessante é que a Rádio Nacional não gostou da criação da Radiobrás. Isso era uma coisa que estava em andamento, mas não chegou a ser realizada. Durante o governo Geisel, levantaram o projeto de unificação da empresa, mas o ministério estava voltado só para o problema de rede das telecomunicações. Disseram “se organiza e vai” e foi dada a obrigação ao ministério de se organizar. Já tinha sido reduzida a ideia básica: no primeiro projeto, essa estação da Rádio Nacional teria cobertura internacional. Para que faríamos programa para o exterior? Muito pouca gente ouviria nossos programas, então vamos cobrir essa área... A missão básica da Radiobrás era gerir aquelas empresas e fazer a cobertura da área da Amazônia. Isso ela fez. Quando surgiram interessados em operar aquelas emissoras, elas foram até vendidas ou transferidas para operadoras locais.

Mas, então, os próprios ministérios continuaram responsáveis pela programação dessas emissoras?

Eles não ficaram responsáveis, o responsável era a Radiobrás. Para te falar a verdade, falava-se tão pouco dessas rádios... Elas continuaram com sua programação normal. Não havia nenhuma norma de programação.

Hoje a Radiobrás presta um serviço para as emissoras privadas ao transmitir eventos realizados em locais aonde essas emissoras não chegam. Isso acontece, por exemplo, com discursos do

Presidente da República no interior do país. Isso já acontecia naquela época?

De certa forma, sim. Não especificamente o discurso do Presidente, mas ir ao interior do país. Uma área da Radiobrás viajava muito pelo interior da Amazônia para saber como era, o que estavam recebendo, que tipo de música e de notícia a população gostaria de ouvir. Então a programação era feita dessa forma internamente sem nenhuma participação externa. Até coisas estranhas... Havia áreas do interior da Amazônia que pediam tipos de música das quais nunca havíamos ouvido falar. A Radiobrás procurava fazer um programa atendendo aquela área. Tinha principalmente muito programa de aviso.

Voltando ao decreto-lei nº 236: um dos focos principais dele era a questão dos Diários Associados?

Não... eles eram uma preocupação, mas aí já não estavam sendo uma preocupação tão grande. Já estavam diminuindo, perdendo força. A preocupação é que não fossem substituídos por um outro e que se criasse uma política que desse apoio a vários. Em 1966 houve uma reunião da Abert em Salvador. O Contel funcionava no Rio de Janeiro, onde eu estava. Aí me avisaram: “olha, saiu um ataque forte da Abert contra o Castello Branco, dizendo que ele estava fazendo tudo para dar força à Globo”. Eles faziam uma onda muito forte. Aí eu viajei para Salvador e fui à reunião da Abert. Receberam o presidente do Contel de braços abertos. O Chateaubriand estava presente numa cadeira de rodas. Aí fiz um discurso: “doutor Chateaubriand, principal responsável pela Rede dos Diários Associados, presidente de honra da Abert; doutor fulano de tal, dos Diários e presidente da Abert etc.” e fui mencionando um por um: todos eram dos Diários e da Abert. Quando cheguei ao sexto nome, era um murmúrio geral. Acabou o

negócio e fui justificando, mostrando as razões por que as coisas tinham sido feitas. Ele fez uma proposta muito forte contra a Globo, dizendo que a Globo não podia ter feito aquilo, que não podia ter feito acordo com a Time-Life, aquilo tudo. Aí eles fizeram um recurso ao Presidente da República, que foi ao Consultor Geral da República, mas isso depois dessa reunião da Abert. Quando acabou a reunião, o pessoal da Abert não me acompanhou até a porta. Queria mostrar que os Diários Associados dominavam toda a área de radiodifusão. Depois fui procurado por gente que não tinha nada com a Globo, que dizia “parabéns pelo negócio dos Diários, a gente não aguenta mais.”

Naquela época os Diários Associados eram mais fortes que a Globo nas décadas seguintes?

Muito mais, eles não tinham praticamente concorrência. Hoje a Globo tem. Tem a Record, o SBT. Essa política gradualmente começou a ser implantada, mas ela teve mais força quando assumi o ministério em 1974. Eu disse: “vamos fazer o seguinte: quem tem concessão? Vamos dar preferência a eles. E mais: vamos segurar a Globo, que ela já está muito forte”. Essas decisões sobre concessões eram muito personalistas, não existia uma norma fixa. Se você quiser dar pra fulano ou pra beltrano, você dá, não tem problema. Então, quando eu estava lá, abrimos concorrência para uma série de emissoras, mas a Globo já tinha as cinco. Então começaram a aparecer não mais o Roberto Marinho, mas o filho dele, o outro filho e tiveram que ser segurados. Houve uma ocasião em que o Roberto Marinho se queixou ao Golbery e ao ministro da Justiça, Armando Falcão. Fizeram uma reunião Golbery, Falcão, eu e Roberto Marinho e ele fez todas as queixas contra mim e falou que tinha convidado todo mundo para ir numa ilha – ele tinha uma ilha – e todo mundo tinha ido menos eu, que eu o estava perseguindo. Depois de muita conversa, Roberto Marinho teve uma crise de

choro. Eu disse: “olha, meu pedido de demissão já está aqui, é só assinar e daí resolve o problema”. “Ah, não, não!” E aí encerraram. Quando saí do ministério, durante muito tempo trabalhei numa firma de semicondutores em Montes Claros. O Globo nunca publicava meu nome: “O presidente da Transit etc.”

Ara Apkár Minassian¹⁴

Como era a formação em Engenharia de Telecomunicações no início da década de 1970?

O curso tinha cinco anos de duração e minha turma foi uma das primeiras que ingressou no regime de créditos. Foi uma experiência muito boa, porque o sistema de créditos permitiu cursar várias disciplinas com as quais, no início, eu não tinha muita afinidade. Por exemplo, eu cursei uma ou duas matérias de filosofia. Hoje, se tivesse que voltar, eu também faria sociologia. Naquela ocasião, a PUC-Rio tinha professores com dedicação integral e outros que também trabalhavam no IME, em outras universidades e em empresas. Por exemplo, a minha turma foi praticamente uma das primeiras a ter noções de transmissão por microondas e, naquela época, não havia professor dedicado a esse assunto. Então a universidade teve que contratar um professor que atuava em uma empresa. Essa situação trouxe algum problema do ponto de vista acadêmico; do ponto de vista prático, o curso trouxe uma série de vantagens, pois nos aproximou muito da realidade. Na década de 1970, nossa maior curiosidade como estudante era: como vou aplicar isso na prática? Meu sonho sempre foi atuar nas áreas de eletrônica e telecomunicações. Do ponto de vista dos

¹⁴ Superintendente de Serviços de Comunicação de Massa da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), entre 2001 e 2011, e Diretor de Serviços Privados de Telecomunicações e de Serviços de Radiodifusão e de TV por Assinatura do Ministério das Comunicações, entre 1995 e 1997, dentre outros cargos. Entrevista realizada no dia 7 de abril de 2008.

equipamentos, há uma afinidade entre essas áreas. Eu pensava em trabalhar com eletrônica aplicada à medicina, porém percebi, durante o curso, que o Brasil importava muitos equipamentos. Então concluí que havia pouco espaço para o desenvolvimento de uma tecnologia nacional, com a qual o Brasil pudesse assumir uma vanguarda. Pensei: bom, em vez de simplesmente aprender eletrônica para saber mexer em equipamentos, prefiro ir para outra seara - telecomunicações. Porém, para mim, as cadeiras do curso de eletrônica foram extremamente úteis, porque, quando me formei, o meu sonho era trabalhar na Embratel. Acho que esse era o sonho de todos os estudantes dessa área naquela época. Se eu não tivesse mexido com eletrônica, talvez tivesse tido dificuldade na minha trajetória profissional, porque muitas vezes tive que botar a mão na massa e sair consertando equipamentos. Hoje te digo que você tem que ter especialistas, sim, mas é bom que você saiba, pelo menos, assuntos correlatos ao que você está fazendo.

Naquela época se formaram na PUC diversos engenheiros que viriam a exercer posição de destaque no setor de telecomunicações nos anos seguintes.

Na minha turma ocorreu uma divisão. Houve um grupo que resolveu trabalhar no setor de energia elétrica, montando *links* de telecomunicações e outros equipamentos. Houve um contingente que ficou na universidade e outros que foram para a Embratel. Da minha turma, cito como exemplos de engenheiros que assumiram postos no setor público o Hélio Graciosa, que está na Presidência da Fundação CPqD, e o José Leite, que foi conselheiro da Anatel. Em outras turmas, se formaram o Renato Guerreiro, presidente da Anatel, o Dílio Penedo, que foi Presidente da Embratel...

Por que tantos engenheiros formados na mesma instituição e na mesma época alcançaram posição de destaque no setor das telecomunicações?

Vamos pegar o meu caso. Desde garoto, tinha decidido estudar na área de eletrônica. Quando estava de saída do Colégio Santo Inácio, comecei a pesquisar quais universidades poderiam me oferecer alternativas também na área de telecomunicações. Depois de muita pesquisa, cheguei a três: IME, ITA e PUC. A UFRJ tinha uma excelente faculdade na área de eletrônica, mas quem formou um contingente muito grande de novos profissionais para o setor de telecomunicações foi o IME, por causa das necessidades do Exército; o ITA, em função da Aeronáutica; e a PUC, de 1965 até início da década de 1980. Quando a gente precisava de um professor, a diretoria se movimentava para buscar uma solução. Por exemplo: o professor Luiz Carlos Bahiana, que foi expoente da área de telecomunicações, foi nosso professor de eletromagnetismo. O José Paulo, depois um dos diretores da Intelsat, também foi nosso professor. Tivemos sorte, porque vários expoentes da área que estavam no mercado foram nossos professores. Isso ajuda a explicar por que os alunos da PUC acabaram sendo parte da vanguarda das telecomunicações nos anos seguintes.

Como foi seu ingresso, em 1971, na Embratel?

Você se forma e tem um ideal, mas nem sempre, na prática, esse ideal funciona. Eu sempre gostei de botar a mão na massa. Fiz estágio na Standard Electric. Apesar de querer trabalhar na área de telecomunicações, eu estava estagiando no laboratório de eletrônica. Foi uma boa experiência? Foi. Mas, no último semestre da faculdade, eu já tinha me desiludido da eletrônica e tinha me tornado um peixe fora d'água. Assim que me formei, surgiu uma oportunidade de trabalhar com telefonia na própria Standard e eu

não aceitei, já que queria trabalhar na Embratel. Não conhecia ninguém, mas a Embratel estava precisando de profissionais na área de telefonia. Fiz uma prova e, como engenheiro recém-formado, me entregaram um contrato para analisar. Foi o dia mais triste da minha vida. Você se forma em engenharia e te entregam um contrato? Deixei a prova antes do término e fui embora, me desiludi. O tempo passou e meu pai recebeu um telefonema da Embratel me convidando para trabalhar lá. Não conhecia a pessoa que queria me contratar, mas fui lá e procurei pelo Dr. Valter Baltensberger. Não só ele existia, como foi um grande pai e instrutor para mim. Ele disse: “Estamos montando o novo projeto para as estações costeiras. Como o foco é a utilização das faixas HF e VHF, ninguém quer vir para cá. Recebi o teu currículo e vi que você montava rádios e equipamentos. Você quer vir e ficar com a parte de equipamentos?” E eu: “Meu sonho é trabalhar na Embratel, qualquer coisa serve.” Aí surgiu uma restrição: eu nasci no Egito e, quando me formei com 22 anos, não era naturalizado e nem podia me naturalizar. Pelas leis brasileiras eu só poderia me naturalizar aos 21 anos completos. Essa foi uma das razões para eu ter escolhido a PUC: para cursar o IME ou o ITA eu precisaria ser brasileiro. Quando cheguei à área de RH da Embratel, eles disseram que eu não era brasileiro e não podia ser admitido. Comecei a pesquisar e verifiquei que havia uma lei que dizia que toda empresa podia ter até um terço de estrangeiros. Evoquei aquela lei na Embratel, o pessoal concordou e me contratou. Passei a trabalhar na “Seção de Serviços Especiais”: tudo o que não era microondas ou telefonia, acabava sendo tratado lá.

E lá se tratava também do tele-rádio?

Quando eu já estava trabalhando lá, apareceu o tele-rádio. Existiam sistemas de recepção que ficavam em Tanguá. O sinal recebido era transferido para a Avenida Rio Branco, no Centro do Rio de Janeiro.

Sinal de quê?

Todo sistema, mesmo as ligações internacionais, era via rádio. Você colocava um teletipo do lado da recepção, decodificava as informações recebidas em código Baudot e daí formava as letras e os números. Havia uma estação que recebia a mensagem da AP, UPI¹⁵ e outros e isso era recebido no sistema de rádio (telegrafia) de Tanguá, depois entrava nos sistemas da Embratel até chegar ao centro da cidade, na Avenida Rio Branco, onde era a sede da empresa. No caso da transmissão, parte dos equipamentos ficava, salvo engano, em Sarapuí, onde havia uma estação dos Correios. Existe uma lógica: na origem, os Correios foram criados como um departamento responsável por diversas atividades de comunicações. Tudo caía lá. O tele-rádio passou por lá e a Embratel absorveu esse serviço. Antes de a Embratel o absorver, houve algo que o antecedeu. Antigamente havia alguém que prestava esse serviço – Radional, ou a antiga Radiobrás, que não cheguei a conhecer. A Embratel veio e absorveu uma série de serviços. A ideia foi de concentrar todo o conjunto de equipamentos e sistemas em um canto só.

O Brasil vivia, nessa época, o regime militar em uma de suas fases mais cerceadoras. Havia alguma possibilidade técnica de, por meio desse equipamento, restringir o fluxo de informações, censurando as informações provenientes das agências de notícias e que seriam recebidas pelos meios de comunicação?

Depois que fui para a área operacional, e enquanto lá estive, em nenhum momento a gente recebeu qualquer pedido para

¹⁵ Referências às agências de notícias *Associated Press* (AP) e *United Press International* (UPI).

interromper a transmissão ou a recepção de uma mensagem. Não houve censura nem na transmissão, nem na recepção. A gente recebia a informação da forma como chegava.

Mas tecnicamente isso seria possível?

A única coisa que o pessoal poderia fazer era não deixar mandar o sinal. Eu enxergava os bits correspondentes passando. A gente podia imprimir, porque tinha que monitorar, mas em nenhum momento, na saída ou na chegada, deixamos de encaminhar qualquer informação.

Até quando isso ocorreu?

Eu saí em 1976 e garanto que, até ali, não recebi qualquer ordem de interrupção. De 1971 a 1973 trabalhei em diferentes projetos na empresa. De 1974 a junho de 1976, quando saí da Embratel, chefeei o subdistrito de Santa Cruz, responsável por todas as transmissões e recepções de ondas curtas e VHF. Em nenhum momento houve a presença de pessoas alheias à nossa operação. Isso é interessante.

Isso corrobora uma percepção de que infraestrutura e conteúdo sempre foram tratados em separado.

Havia uma preocupação naquela ocasião de ter a melhor rede, a melhor estrutura e o melhor sistema de operações. Talvez por sermos engenheiros e por esse não ser o propósito da Embratel, a gente não se preocupava com conteúdo. Hoje eu vejo que ele é um item primordial, mas a gente sempre se preocupou com os meios.

Pouco antes de a Telebrás ser criada em 1975, houve um debate sobre quem seria a *holding* do novo Sistema. A Embratel era uma das candidatas. Você acompanhou essa discussão?

A gente preparou tecnicamente tudo... não lembro o número da portaria... ela criava a empresa Teletel, que ia absorver todos os serviços da Embratel que envolviam a telegrafia. A Teletel não saiu do papel. Estou falando como ex-técnico da Embratel: não sei se fez alguma diferença para a sociedade.

O que era a Teletel?

A ideia era criar uma empresa chamada Telecomunicações Telegráficas S.A., Teletel. Ela ia absorver todas as operações de comunicação móvel marítima, tudo o que não era telefonia, abrangendo toda a rede telegráfica de telex dos Correios, que servia, também, para as operações internas. Houve um problema político entre a Embratel e a Telebrás ou o Ministério das Comunicações e a questão de patente predominou. Naquela época, o presidente da Embratel era o general Galvão, e, a partir da informação que se passou pros técnicos – e a gente vestindo a camisa da casa –, não queríamos que esses serviços saíssem da esfera da Embratel. O corpo técnico também se fechou. A questão das patentes influenciou, mas não sei avaliar se isso foi bom para o país. Acho que a Embratel estava preparada. O que a gente fez foi o seguinte: os Correios ficaram com a Rede Nacional de Telegramas e aí se usou toda a infraestrutura, mais ou menos precária; a Embratel assumiu, em 1974, as operações da Rede Nacional de Telex e o Serviço Móvel-Marítimo. E havia a dúvida se a Embratel ia ou não prestar contas à Telebrás, mas é importante lembrar que haveria uma outra empresa que iria cuidar da área de telegrafia. Talvez essa empresa se reportasse à Telebrás. No fim, a Embratel foi a responsável pela operação e depois se vinculou à Telebrás.

Como foi essa transição?

Quando absorvemos o Serviço Móvel-Marítimo, a Embratel trouxe uma inovação. Até então tudo era em telegrafia Morse e, depois, os navios mais avançados usavam o código Baudot. No dia da inauguração, nós começamos a implementar o serviço em VHF, para atender a embarcações pequenas que se utilizavam do serviço de voz. A Embratel se preparou também e treinou telegrafistas, porém treinamos muito mais operadores de radiocomunicações e contamos com a chegada da turma dos Correios para o suporte das comunicações telegráficas (Morse e Baudot). No dia marcado para a virada da chave, a turma dos Correios resolveu boicotar a operação e não entrar na estação. Tivemos que mobilizar os operadores, contar com uma turma pequena e restrita, que já estava preparada, porém a nossa operação ficou reduzida a quase um décimo. Aí entra uma questão: como comunicações era uma questão de segurança nacional, comuniquei aos superiores: “olha, o serviço está operando, não está nem com metade da capacidade”. A Embratel comunicou isso aos Correios, foi aberta uma sindicância e infelizmente houve pessoas que ficaram com uma ficha negativa e tiveram prejuízos do ponto de vista profissional.

Por que se rebelaram?

Eles trabalhavam em uma estação no Arpoador, lá na ponta, em cima da pedra. Ali ficava toda a recepção da estação costeira que era operada pelos Correios, que vivia em situação precária por causa da maresia. Montamos uma estação de primeira linha em Guaratiba, onde depois foi instalada a estação para recepção via satélite da Embratel. A minha avaliação: a turma achava que ficava muito longe e que, ao não iniciar a operação, que era nova para a Embratel, ela iria se curvar, ou até mesmo devolver a operação aos

Correios e todos ficariam no Arpoador¹⁶. Quando a Embratel assumiu, foi uma relação de empregado-empregador e a relação profissional predominava. Os Correios entregavam cartas e telegramas, dentre outros. A empresa estava começando a sua reestruturação. Todos trabalhavam de uma forma muito mais, digamos, flexível, antes de passar de departamento para empresa.

Como foi sua mudança da Embratel para os Correios?

Quando você começa a entrar nessa questão de ondas curtas e telegrafia, com o tempo, acaba sendo rotulado como “fulano e sua equipe são muito bons pra fazer isso”. Você faz algo muito bem até um dia morrer, sem partir para novos desafios. Dei minha cota de sacrifício na Embratel e não me arrependo de nada. Saía de Copacabana e ia até Guaratiba e Santa Cruz, por uma estrada de chão, levando uma hora e quinze minutos para chegar lá. Para cuidar de uma estação, eu tinha que dar incertas, às vezes de madrugada. Pelo menos no sábado ou domingo, tinha que dar uma incerta e estava lá. Quando você trabalha fora da sede, o tempo passa, você acaba sendo esquecido e não evolui dentro da instituição. Porém tem uma vantagem, você aprende a se virar e fazer um pouco de tudo. Então pleiteei sair da estação e o pessoal achou que eu queria aumento salarial. Tive todos os aumentos possíveis e imaginários, diziam que eu era bom, e cada vez me ofereciam aumento salarial. Eu dizia que não estava pedindo aumento, que queria trabalhar na sede para buscar novos rumos ou até mesmo novos desafios com todas as dificuldades inerentes a essa decisão. Até que um colega, Luimar Martins, foi convidado a assumir a Diretoria Técnica dos Correios e me convenceu a ir. Relutei bastante, e tentei pela última vez encontrar uma alternativa

¹⁶ A distância entre o Arpoador e Guaratiba, no Rio de Janeiro, é de mais de 45 quilômetros.

na Embratel. Havia pessoas que me antecederam na chefia da estação e todos ficavam de um a dois anos. Achava que tinha dado a minha cota ficando um bom período em Guaratiba e Santa Cruz e tinha deixado as estações enxutas. Na última vez, o Diretor de Operações da Embratel me disse: “agora você vai viajar para conhecer a operação dentro de um navio que vai do Rio a Alemanha”. Ele queria que eu tomasse conhecimento das evoluções tecnológicas. Foi a gota d’água e eu resolvi aceitar o desafio de ir para os Correios, mesmo sabendo que a sede estava se mudando para Brasília. Apostei que ela não iria. Por duas vezes, a transferência foi adiada, mas, na terceira, não houve jeito. Foi bom, porque quando você é garoto e sai da casa dos pais, você aprende a se virar. Os Correios estavam reestruturando a sua rede nacional de telegramas e uma rede de rádio que poderia ser usada para as comunicações entre as suas agências.

Fale um pouco da reestruturação dos Correios na década de 1970. Como era o quadro de pessoal antes da reestruturação e como ele mudou?

Eu não vivi essa etapa. Quando cheguei, em julho de 1976, os Correios já eram uma empresa. Porém, de acordo com os documentos que li, ocorreu o seguinte: na década de 1970, o presidente dos Correios era Haroldo Corrêa de Mattos. Ele contratou uma empresa de consultoria que já tinha reestruturado o correio francês para que diagnosticassem a situação dos Correios brasileiros e planejassem a sua viabilização como empresa. Naquela ocasião, até onde eu sei, havia todo tipo de profissional nos Correios – açougueiro, maquinista e vários outros¹⁷. Uma das primeiras sugestões, além de reestruturar toda a parte operacional,

¹⁷ Possivelmente esses profissionais eram oriundos dos quadros das Empresas Incorporadas ao Patrimônio da União (EIPU), já citadas. Entre elas estavam os Armazéns Frigoríficos e companhias responsáveis por estradas de ferro.

foi criar um quadro com várias carreiras e respectivas progressões. Quando cheguei, os Correios já estavam estruturados e sob a presidência do coronel Adwaldo Botto. Ao assumir a presidência, ele deu seguimento a todo o planejamento que o seu antecessor tinha feito. Nada ainda tinha sido colocado em prática. Para os Correios isso talvez tenha sido extremamente benéfico: uma empresa com 120 mil servidores foi reduzida para 30 ou 40 mil. Se não houvesse um presidente forte que mantivesse uma interlocução com o governo, isso não teria ocorrido. Imagine se hoje houvesse a tentativa de remanejar um contingente de mais da metade de uma empresa - haveria pressões sociais e isso seria impossível. A reestruturação da ECT permitiu que as cartas chegassem ao destino no dia seguinte à sua postagem e conquistou a confiança da população.

Houve demissões?

Não, mas o pessoal foi encaminhado para um quadro temporário e em extinção e, depois, cada um foi remanejado. Havia pessoas que, às vezes, nem apareciam nos Correios para trabalhar. Na hora em que se está mexendo com isso, por mais justo que se queira ser, certamente ocorrem excessos e injustiça com boas pessoas que têm potencial. Mas isso é inevitável, por mais que não se queira. Faz parte da vida. Não é possível fazer isso, numa empresa que está presente em todo o território nacional, com base nas informações que chegam e com entrevistas nas pontas. Alguma distorção ou erro vai ocorrer, mas o processo como um todo foi extremamente positivo.

No início da década de 1980, o Jornal do Brasil publicou uma série de reportagens denunciando que, durante o regime militar,

algumas cartas eram abertas, lidas e retidas nos Correios. A empresa chegou a admitir esse tipo de comportamento?

É possível que isso tenha acontecido, mas vamos olhar por outro ângulo. Antes da reestruturação dos Correios, as cartas eram enviadas com a seguinte descrição: “Fulano de tal; Endereço - vá na esquina tal, dobre, há um açougue, em frente a ele etc.” Era assim que se endereçava. A minha atual cunhada, que morava no interior de Minas Gerais, disse que quando tinha dúvidas, o carteiro abria as cartas, porque não havia identificação, e descobria o destinatário. Ele chamava: “Dona Maninha, há uma correspondência aqui para a senhora”. Imagina isso hoje, seria violação da correspondência... no caso de muitas correspondências que eram suspeitas, deve ter havido uma e outra censura, mas essa censura jamais ocorreu de forma ostensiva. Possivelmente, tentava-se fazer isso fora da estrutura operacional, porém nunca chegou ao nosso conhecimento procedimentos dessa natureza. A não ser que houvesse alguma suspeita de tráfico, que existia em escala muito menor, fora isso não houve intervenção ostensiva. Houve momentos em que tivemos que botar cachorro para farejar cocaína na correspondência. Agora, entrar na malha operacional e bloquear certas correspondências, isso não.

Mas essa censura não funcionava institucionalmente nos Correios? Era feita à margem?

À margem. Institucionalmente não havia. A ideia era sempre melhorar a qualidade do serviço. Com a implementação do Código de Endereçamento Postal – uma das medidas adotadas com a Rede Postal Noturna – as correspondências passaram a chegar. O lema dos Correios era “você usa, você confia”. O da Volkswagen era algo nessa linha, houve um trocadilho. Antigamente o pessoal dizia “te enviei uma carta”, porque sabia que ela não ia chegar. Depois da

reestruturação, quando diziam isso, as pessoas diziam “você não enviou, porque ela não chegou”. Passava-se credibilidade. Bem no meio de um regime militar, se houvesse censura, isso não valeria. Só estrategicamente para um grupo que poderia ser considerado ofensivo à segurança nacional, pode ter havido algo, mas sempre fora da estrutura rotineira da empresa. Não vamos esquecer que os Correios, durante muitos anos, foram considerados a instituição de maior credibilidade em todas as pesquisas realizadas.

Como foi sua chegada, em 1995, à Diretoria de Serviços Privados de Telecomunicações e de Serviços de Radiodifusão e de TV por Assinatura no Ministério das Comunicações?

Em 1993, eu já tinha passado, por três vezes, pela Diretoria de Tecnologia dos Correios. Naquela ocasião, os Correios estavam num processo de reestruturação, uma segunda revolução na empresa. Essa reestruturação terminou e eu estava atuando como diretor. Em seguida, saí da diretoria e fui para a consultoria da Presidência para tentar tocar toda a parte do *modus operandi* da reestruturação. Aí veio um representante da UPU ao Brasil. O coronel Botto já havia saído da empresa, quando, em 1994, ele foi eleito Secretário da UPU e estava tentando modernizar e dar um dinamismo aos Correios em âmbito mundial. Os Correios do Brasil eram considerados um dos cinco melhores do mundo. O coronel Botto queria montar um sistema para interligar os correios do mundo inteiro com as alfândegas e companhias aéreas. Aí precisavam de um técnico aqui da região da América do Sul. Veio um emissário, me entrevistou e eu fui para a UPU. Ia ficar seis meses, fiquei um ano e voltei às vésperas da mudança de governo. Em 1995 estava começando a gestão do ministro Sérgio Motta, o Renato Guerreiro tinha assumido a Secretaria de Comunicações do Ministério e ele queria reestruturar a área postal. Então falaram para ele sobre mim. Ele me entrevistou e pediu meu currículo.

Minha intenção não era trabalhar no ministério, porque eu tive uma sorte: na mudança da presidência dos Correios eu fui trabalhar na área de marketing e estava adorando, era coisa nova. Na época o diretor comercial era o Alexis Stepanenko, que tinha me visto em dois ou três seminários e achou que eu tinha o perfil para trabalhar com ele. Ele me chamou para ser o seu assessor, aceitei de imediato, mas fiquei só dois meses, porque o presidente dos Correios, ao ser consultado pelo Ministério das Comunicações, liberou a minha cessão.

Quais seriam suas atividades nessa diretoria do Ministério?

Fui para cuidar da parte postal, mas o ministério estava começando a tratar da parte de telecomunicações na OMC. Elegeram um grupo de quatro pessoas, que o Guerreiro dizia que era um grupo eclético, porque tinha um árabe; um armênio, que sou eu; um judeu e um brasileiro. Esse era o grupo que cuidou da liberalização, num primeiro momento.

Quem eram os quatro?

Um era o Benjamin Sankiewickz. O outro, Mohamed Ali El Nowehi, era da Telebrás e foi cedido ao MC. O quarto era o Clovis Batista, hoje secretário da Citel. Passamos de seis a oito meses nessa atividade e, um dia, um dos diretores da Secretaria de Comunicações pediu demissão e lembraram de mim, porque eu era conhecido como generalista por conseguir trabalhar em todas as áreas. Usaram como argumento o fato de eu ter trabalhado na Embratel com ondas curtas, então entendia algo de sistemas de rádio, e quem entende disso supostamente entende de radiodifusão. Não me deram opção, porque a minha resposta seria não. Além da radiodifusão, a diretoria tinha sob sua

responsabilidade a regulamentação e o planejamento dos serviços de TV por Assinatura e de serviços privados.

E por que sua resposta seria negativa?

Achava que me faltava algo, porém o tempo foi passando e eu vi que, com poucos meses, era um desafio muito interessante e seria possível desempenhar bem essa função. No início foi complicado, porque tivemos que tomar algumas medidas meio drásticas.

Que medidas?

Sempre gostei de trabalhar de portas abertas, sou contra a burocracia. Se você quiser falar comigo, chega aqui, coloca a cabeça na porta e entra. Quando eu fui para a área postal e, mesmo depois, quando estava atuando no projeto da liberalização, trabalhava de portas abertas. Como a sala ficava no meio do corredor, eu via um vai-e-vem de pessoas e nunca me interessei em saber o que existia no final do corredor. Quando me disseram que eu ia assumir a diretoria, a primeira pergunta foi: “o que há no fim do corredor?” “Essa é a sua área”. Aí chamei a turma: “Por que esse vai-e-vem aqui?” “Ah, é muito simples. É o pessoal que vem aqui defender os projetos. Na maioria das vezes são feitas exigências...” Eu disse: “Isso aqui está parecendo um cartório. Se for preciso defender o projeto, o MC chama. O projetista não tem que estar aqui toda hora. Porque, na hora em que você permite isso, você dá a impressão de que, dependendo do convencimento, um projeto vai passar na frente do outro”. Na ocasião, falei com o secretário, que era o engenheiro Mario Leonel, que precisava de um guarda e que eu proibiria o trânsito dos projetistas. Proibi a entrada de todo mundo e foi um “Deus nos acuda”. Durante três meses, não atendi telefonema nenhum. A leitura do mercado foi: “Esse camarada não

entende nada de radiodifusão, por isso se fechou”. Foi um período bom, porque conseguimos reestruturar a área, havia muita coisa boa que já estava sendo feita. A área sempre trabalhou na base do “primeiro projeto que chega, primeiro que sai”, mas o vai-e-vem é que me incomodava. E houve muita resistência, de ambas as partes, até que as pessoas se acostumassem com as novas restrições. Eu sempre dizia: “Quando for o caso, eu chamo ou vocês chamam”. Em suma, é o Poder Concedente quem chama. Quando o sujeito chega e pergunta como vai o processo dele, parece até que pode existir algum empurrãozinho e não é por aí. Todos os processos têm que sair e todos têm que ter as mesmas condições de tramitação, porque algumas empresas nem tinham condições de se deslocar a qualquer momento para Brasília.

Qual era a situação do Ministério naquela época em relação à infraestrutura e ao quadro de pessoal?

A equipe era pequena, porém engajada.

Quantas pessoas?

Na área de telecomunicações, de serviços privados, só havia três pessoas para fazer tudo. Na área de radiodifusão, havia não mais que dez, doze pessoas.

Qual era a formação desse pessoal?

Havia três engenheiros de telecomunicações. Na área de radiodifusão, havia muitos administrativos e cinco engenheiros. Um cuidava de TV, outro de FM, outro de OM e OC, enfim...

Parte desse pessoal formulava políticas públicas?

Dessa turma, ninguém. Eram operacionais.

Havia alguém no Ministério responsável pela formulação de políticas de radiodifusão?

Isso ficava no âmbito dos secretários e dos diretores, mas havia um passivo muito grande de análise de projetos. Uma coisa era evidente: o ministério podia não ter um quadro adequado, porém os objetivos que constavam do Programa de Recuperação e Ampliação do Sistema de Telecomunicações e do Sistema Postal (Paste) e as regras eram extremamente claras.

Havia uma rotatividade muito grande de pessoal por causa dos baixos salários?

Nessa área devemos ter perdido uma ou duas pessoas. Havia gente que era do quadro e outros vieram cedidos do sistema Telebrás.

Não havia funcionários temporários nessa seção de outorgas?

Outorgas não eram comigo, só planejamento e regulamentação. E não havia temporários com nível superior.

Há relatos diversos sobre a falta de critérios objetivos para a outorga de emissoras de radiodifusão. O que você acha desses relatos?

Têm alguma procedência. Essa parte de outorga não era comigo, mas tive um certo envolvimento, porque o ministro Sergio Motta tinha uma preocupação: ele queria tirar qualquer enfoque subjetivo

desse processo. Algumas medidas desagradáveis foram tomadas antes de eu chegar. Primeiro: notamos que havia inúmeros processos de aumento de potência e isso era algo que, dentro da conjuntura, incomodava muito o ministro. Um decreto foi editado em 1995 de tal forma que, na prática, se proibia o aumento de potência. O que ocorria? Nesses estudos você precisa recorrer muito a plantas cartográficas e usávamos muitas plantas do Exército e algumas do IBGE. Por exemplo: um morro tem impacto na propagação. Então, se você desvia um ou dois graus o local de instalação de uma emissora, você pode estar gerando obstáculos que não existem, e isso pode fazer muita diferença. Fazíamos isso manualmente, porque não tínhamos outras alternativas e foi preciso dar um certo ordenamento. Segundo: tentou-se montar critérios para que, pelo menos, ocorressem licitações dentro de certas regras. Essa foi a primeira etapa. Até quando fiquei lá, durante um ano e meio, sempre houve uma preocupação de tentar acabar com a subjetividade. Mas isso leva tempo, não é fácil.

O jornal Correio Braziliense denunciou que o número de outorgas de retransmissoras aumentou muito às vésperas da votação da emenda constitucional da reeleição. O que houve?

Sinceramente não sei, porque outorgas não passavam por mim. Posso te dizer que não percebi uma demanda para aumentar o número de canais de retransmissoras no Plano Básico¹⁸. Pode ter havido uma pressão no sentido de ocupar com maior rapidez os canais vagos já existentes. Uma coisa eu posso te dizer: na análise dos projetos, em nenhum momento, recebi qualquer pedido de um

¹⁸ Cada outorga de serviço de radiodifusão está relacionada a um canal específico, constante do Plano Básico. Até 1998, cabia ao Ministério das Comunicações gerir o espectro (e naturalmente esse plano), o que, a partir da promulgação da lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, passou a ser competência da Anatel.

superior quando um estudo demonstrava inviabilidade técnica. Não recebi nenhuma pressão nesses dezoito meses para tentar viabilizar um canal que se mostrasse inviável. É impressionante como se tentou evitar que a política entrasse em assuntos técnicos do ministério.

No início da sua passagem pela Secretaria, conforme o seu relato, havia um movimento muito intenso de projetistas. Havia um movimento semelhante de políticos na seção de outorgas?

Não sei, porque ficava em outro andar. De vez em quando deve ter acontecido de algum projetista ter usado o nome de um político junto à minha equipe, mas procurei me precaver. No dia 20 ou 21 de dezembro de 1996, a jornalista Elvira Lobato, da Folha de S. Paulo, apresentou o nome de várias pessoas – que depois de uma apuração verificou-se que não eram do ministério – que estariam recebendo dinheiro para aprovar um projeto. A notícia ocupou uma página inteira do jornal. O ministro pediu imediatamente uma auditoria e a Polícia Federal foi envolvida. Tinha certeza de que nenhum engenheiro da minha equipe estava envolvido nisso. A primeira coisa que fiz quando assumi foi um levantamento de todas as datas de entrada dos projetos e seguimos à risca a cronologia de tratamento dos processos. Uma auditoria simples seria capaz de constatar a existência de problemas, caso algum projeto tivesse pulado na frente. Essa matéria rendeu por vários dias, o Natal não foi fácil e chegou-se à constatação de que uma pessoa recebia o dinheiro, porém não agia junto ao MC. Usava apenas o rótulo de facilitador. Se não tivéssemos tomado a precaução da listagem, talvez tivéssemos aberto a guarda. Volto a dizer que a passagem pelo ministério foi positiva, porque você percebe quais são os desafios e os problemas. Respeitadas as limitações existentes, fez-se muito.

Quando ocorreu o seu primeiro contato com o tema de uma possível privatização do Sistema Telebrás?

Quando eu estava no Ministério, havia um grupo que assessorava o ministro na mudança do modelo. Isso ocorreu por volta de 1996.

O senhor participou desse assessoramento?

Só do período em que os consultores demandavam informações das diversas áreas. E depois, na fase final, o ministro fez várias reuniões com a sua equipe, envolvendo todos os diretores de todas as áreas, quando os consultores começaram a colocar todas as variáveis. Nessa fase final da privatização, se haveria três, quatro empresas, isso era amplamente discutido no auditório do Centro de Treinamento da Telebrás.

Isso foi discutido nos escalões inferiores da Telebrás e do Ministério ou apenas na direção de ambos?

No ministério, pelo menos os diretores, os assessores diretos dos secretários e do ministro e a secretaria-executiva participaram ativamente. Das teles eu vi, em muitas reuniões, todos os presidentes. Não sei se havia outras pessoas dos escalões inferiores. Da Telebrás participaram, além da diretoria, diversas pessoas envolvidas no projeto em si.

No processo de reestruturação do setor, a Anatel passou a regular todos os serviços de telecomunicações. Uma exceção é a radiodifusão. Nesse caso, apenas a gestão do espectro e a fiscalização técnica tornaram-se competência da Anatel. Na sua

opinião, por que a regulação da radiodifusão não se tornou, também, competência da Agência?

Radiodifusão sempre requereu uma discussão bem mais ampla, porque trata de atores envolvidos no conteúdo, de geração de informação, enfim, é algo mais complicado que regular o mercado de telecomunicações. O assunto é sensível. Vale olhar a Constituição Federal de 1988 e verificar que há enxertos no capítulo de comunicação social, onde falta algum *link*. O ministro não quis abrir duas frentes ao mesmo tempo, tanto que, na exposição de motivos da LGT, é dito que a próxima etapa seria a radiodifusão e a terceira seria a reestruturação do sistema postal. Daí ele fala da Anacom, uma nova agência que regularia esses setores, porém a formulação das políticas públicas continuaria sendo atribuição do Ministério das Comunicações.

Yapir Marotta¹⁹

Como era a rede da Embratel na época da sua chegada à empresa?

Em 1971 a Rede Nacional de Telex era operada pelo Departamento de Correios e Telégrafos, anteriormente órgão do Ministério da Viação e Obras Públicas, cujas atividades passaram à responsabilidade do Ministério das Comunicações em 1968. Era uma rede com pouquíssimas estações – dez ou doze – e de pequena capacidade. As maiores, Rio de Janeiro e São Paulo, possuíam cerca de dois mil terminais, e as demais não ultrapassavam quatrocentos. Porto Alegre, por exemplo, contava com 60.

Antes de 1975, quando foi criada a Telebrás, houve uma discussão sobre qual seria a holding do novo Sistema. A Embratel era uma candidata e uma nova empresa a ser criada – no caso, a Telebrás – era a segunda.

A Embratel era a candidata natural, porque operava a longa distância e, portanto, já exercia uma influência grande no planejamento das demais empresas. E ela tomara parte ativa na nacionalização da Telerj, chegando inclusive a participar de seu capital. Quando o coronel Corsetti assumiu o Ministério das

¹⁹ Diretor regional do Dentel no Rio Grande do Sul, gerente e chefe de divisão na Embratel, assessor da Secretaria-Executiva do Ministério das Comunicações, de 1996 a 1997, e, até 2010, gerente-geral de Administração de Planos e Autorização de Uso de Radiofrequências Anatel. Faleceu em 2 de agosto de 2018. Entrevista realizada em 17 de março de 2008.

Comunicações, o presidente da Embratel era o general Galvão. Veio, então, a determinação para que a Embratel iniciasse as providências de transferência da sua sede para Brasília, o que gerou um desconforto muito grande entre ambos, porque a Embratel acreditava que a política que vinha sendo traçada pelo Ministério contrariava interesses da nacionalização do sistema. Decidiu, então, o ministro Corsetti, segundo suas próprias palavras, criar um monstro capaz de engolir a Embratel. Na minha concepção, a Telebrás foi criada mais pela rebeldia da Embratel em acatar as diretrizes ministeriais, que a incomodavam sobremaneira.

Como a diretoria da Embratel reagiu?

Não lembro os nomes que foram se sucedendo na presidência da Embratel, mas, aos poucos, o ministério colocou gente de sua confiança no primeiro escalão da empresa, que teve de se enquadrar à orientação ministerial, e, posteriormente, à da própria Telebrás.

Até então qual era o seu contato com radiodifusão?

Bom, eu fui militar, cursei o Instituto Militar de Engenharia e fui servir em Porto Alegre, onde existia a Rede Brasil Sul – RBS, muito forte no Rio Grande do Sul. Ela estava sempre necessitando contratar serviços de engenheiros autônomos para a elaboração de projetos técnicos de radiodifusão, de retransmissão de TV e de enlaces de repetição, já que não contava com quadro próprio suficiente na ocasião. Assim, ao chegar à Embratel, eu já contava com alguma experiência em radiodifusão, mas a empresa não se ocupava desses serviços. Comecei trabalhando em radiotransmissão, porém, com a absorção das atividades do

Departamento de Correios e Telégrafos, surgiu a necessidade de dedicar-me ao telex, apenas um mês depois de admitido.

E quando começou sua atuação, na administração pública, na área de radiodifusão?

Apenas em 1979. O presidente da Embratel, Haroldo Correa de Mattos, havia sido meu professor no IME, e foi nomeado ministro das Comunicações pelo Presidente Figueiredo. Como eu tinha necessidade de voltar ao Rio Grande do Sul, solicitei a ele minha cessão ao Ministério das Comunicações para exercer função naquele Estado, sendo então nomeado Diretor Regional do Dentel em Porto Alegre.

O senhor teve algum contato, mesmo que superficial, com o Plano Nacional de Radiodifusão de 1973?

Muito superficial, porque, quando cheguei lá, ele já estava praticamente implementado. Eu só ouvi algumas estórias a respeito.

Qual é a sua avaliação sobre aquele plano?

Foi o início da organização da radiodifusão no Brasil, atendendo às diretrizes do CBT de 1962. Considerando o que existia antes, foi um passo muito bem dado no sentido de estabelecer regras adequadas para evitar interferências mútuas, fixar zonas de cobertura apropriadas e editar a regulamentação técnica.

Até então qual era a organização da radiodifusão no Brasil?

Teve início no Ministério da Viação e Obras Públicas, de uma forma muito primitiva. O espectro era totalmente livre, cada interessado se apossava de uma frequência e fazia o respectivo registro no Ministério, obtendo a licença de funcionamento. As emissoras entravam em operação sem nenhum planejamento. Era algo muito precário.

A partir do fim da década de 1970 ocorreu um grande aumento no número de emissoras FM. Esse resultado é fruto de uma política pública estruturada?

De certa maneira, sim. A faixa de frequências da radiodifusão em FM era utilizada apenas em enlaces para ligação estúdio-transmissor das emissoras de AM. Os receptores eram profissionais, caríssimos, mas alguns aficionados, mesmo assim, os adquiriam para sintonizá-los nos enlaces das estações AM com qualidade superior de som. Visando promover a ocupação da faixa, o governo decidiu autorizar a transformação daqueles enlaces em emissoras de FM. O *link* era licenciado como emissora de radiodifusão até sua substituição por linha telefônica privativa ou rádio enlace na faixa de UHF. A transição era completada pela instalação de um sistema irradiante omnidirecional e com a geração de uma programação própria.

Qual era o interesse do governo em incentivar a operação naquela faixa?

Creio que tenha sido mais para incentivar a popularização da radiodifusão. As ondas médias operavam com qualidade precária, e, à noite, praticamente não eram ouvidas. Já a FM tinha um comportamento mais estável em termos de propagação. Sob este ponto de vista, a constância do serviço prestado tornava sua

sintonia mais interessante. Era a modernidade da época, a grande sensação.

Por que a propagação das emissões em ondas médias piorava à noite?

Nessa faixa de frequências o sinal irradiado para cima é, durante o dia, refratado pela ionosfera e se perde no espaço. Porém, durante a noite, ele é refletido e retorna à terra, em regiões bem afastadas da antena transmissora. Assim, passa a provocar interferências nas áreas de serviço de emissoras distantes, o que não ocorre durante o dia. Para amenizar esse inconveniente, as estações de OM são obrigadas a reduzir sua potência de transmissão no período noturno, o que, em consequência, reduz a sua área de serviço local, que passa a ser muito inferior à diurna. Além do enfraquecimento do sinal, ele passa também a sofrer interferência de diversas estações distantes que operam na mesma frequência, tornando extremamente desconfortável a sua sintonia.

O governo federal tentou incentivar as transmissões nas faixas de ondas tropicais e curtas?

O governo sempre teve interesse principalmente nas ondas curtas, devido às nossas grandes extensões territoriais com população muito rarefeita, onde a exploração comercial de uma OM não era compensadora. Em relação às ondas tropicais, nunca houve um receptor de preço acessível para o tipo de ouvinte local e regional, o que se tornou um problema para a sua implementação. Mas as ondas curtas despertavam o interesse de aficionados em sintonizar emissoras localizadas no exterior e nas grandes capitais do País. Quando garoto, lembro-me de ouvir, lá em Porto Alegre, o programa César de Alencar, transmitido todas as tardes de

domingo pelas ondas curtas da Rádio Nacional do Rio de Janeiro. Entretanto, o custo dos receptores de qualidade e os ruídos e desvanecimentos típicos dessas frequências dificultavam a sua expansão. Mesmo assim, eram muito usadas em transmissões internacionais de eventos esportivos, quando equipes técnicas montavam uma antena rômica no exterior, que se enlaçava com outra rômica no Brasil, e o sinal captado era retransmitido na frequência normal de operação da emissora OM, mantendo as incômodas características da comunicação em ondas curtas. Já nas transmissões domésticas, a audiência simplesmente foi sendo superada pelas estações de menor alcance, mas de melhor qualidade.

Ou seja, aos problemas técnicos se somava um problema na política industrial, no que se refere à produção de receptores.

Os receptores sempre foram e ainda hoje são o grande gargalo na introdução de novas tecnologias na radiodifusão. Por que o rádio digital não se consolida? Porque não há receptores. Há algumas décadas foi criado o AM estéreo. Várias emissoras adquiriram, instalaram e colocaram em operação os respectivos moduladores, mas faltaram os receptores. Não existe e nunca existiu, na realidade, uma política integrada para colocar uma nova faixa de frequências à disposição do público. Compram-se os equipamentos de transmissão, mas inexiste preocupação em disponibilizar receptores no mercado.

Nem na popularização da FM houve essa sincronia?

Não, não houve. Os primeiros receptores domésticos eram, em realidade, semiprofissionais, utilizados inclusive em enlaces estúdio-transmissor, caríssimos. Aliás, nem se chamavam

receptores e, sim, sintonizadores de FM. Era um artigo de luxo, estereofônico, caixas de som de alta potência, uma delícia.

Como se explica o fato de os receptores de FM terem se barateado com o tempo e os receptores de ondas curtas não terem feito tanto sucesso?

O fenômeno asiático. Foram os japoneses que baratearam os receptores de FM. Tornaram-nos pequenos e portáteis. O primeiro receptor portátil que comprei foi um *Teleunião Orbiphon*, fabricado lá em Porto Alegre mesmo, alimentado por seis pilhas grandes. Pesava quase um quilo. Os japoneses fizeram aparelhos com circuito integrado e baterias pequeninas, reduziram seu tamanho e os popularizaram. O rádio deixou de ser um receptor doméstico, foi sacrificada aquela qualidade maravilhosa dentro de casa para torná-lo portátil, de baixo custo. Já as ondas curtas associavam a deficiência de antena para equipamentos portáteis com a necessidade de trocar a faixa de frequências de recepção conforme a hora do dia, tornando a sua sintonia muito problemática. Mesmo para as ondas médias, antes do advento da FM, eu utilizava uma antena que circulava todo o quarto procurando tornar o som reproduzido mais agradável.

Vamos voltar ao Dentel. Qual era a estrutura do departamento em 1979?

Eram umas dez ou doze diretorias regionais, mas logo após foram criadas outras em todas as demais capitais. Tratava-se de uma estrutura federativa, cada capital contava com sua diretoria. Cada diretoria tinha uma parte que tratava de outorga e outra de fiscalização, com responsabilidades bem descentralizadas. Portarias, muitas das quais hoje são da competência do Ministro de

Estado, tinham sua assinatura delegada ao Diretor Regional. Ademais, as outorgas dos serviços de telecomunicações, exceto telefonia pública, competiam à Diretoria Regional. Serviço limitado privado, radioamadorismo, rádio cidadão, rádio taxi, serviço móvel marítimo, enfim.... tudo descentralizado.

As outorgas de serviços de radiodifusão também eram assinadas pelo diretor do Dentel?

Não, as outorgas de radiodifusão sempre foram prerrogativas do Presidente da República ou do Ministro das Comunicações, dependendo do tipo de serviço e da potência das estações. Mas a autorização dos serviços auxiliares e a expedição de licença de funcionamento eram da alçada do Dentel. O diretor do Dentel era o representante do ministro no estado e tinha uma delegação direta. Em termos de representatividade, na época, o diretor do Dentel usava um Opala preto, com placa preta, no mesmo estilo do usado, por exemplo, pelo governador do Estado.

E como era a estrutura abaixo da diretoria do Dentel em cada estado?

Havia seções de cadastro; de fiscalização; de radiodifusão; de telecomunicações, que, na verdade, era de outorga de todos os demais serviços, como radioamador, limitado privado, música funcional, rádio taxi... Essa era a organização. A seção de radiodifusão possuía uma parte jurídica e outra técnica. A primeira analisava todos os pedidos de alterações societárias, encaminhando-as para o Ministério das Comunicações com o seu parecer, e mantinha os respectivos controles. A segunda fazia a mesma coisa com referência aos estudos para alterações de planos básicos. Além disso, aprovava os projetos de instalação e emitia as

respectivas licenças de funcionamento. O planejamento técnico descentralizado surgiu, naquele tempo, na diretoria de Porto Alegre, que formulou, em conjunto com engenheiros das emissoras de TV do estado, o primeiro plano integrado de distribuição de canais de retransmissoras de TV (RTV) de que se tem notícia. Ele atendia, em cerca de trinta cidades gaúchas, e de forma isonômica, as seis grandes redes de televisão que existiam na época: RBS, Difusora, Pampa, Guaíba, Piratini e SBT. Mas essa foi apenas uma ação isolada.

Quantas pessoas trabalhavam no Dentel, naquela época, em Porto Alegre?

Não mais que trinta. Mais tarde, quando foi criada a Rede Nacional de Radiomonitoragem²⁰, o Dentel de Porto Alegre passou a ter uma estação de radiomonitoragem em Gravataí. Aí o efetivo subiu e chegou perto de umas 50 pessoas. A diretoria era uma colcha de retalhos. Existiam muitos servidores requisitados de outros órgãos, como Correios, Embratel e CRT, a companhia telefônica local. Eram técnicos que trabalhavam na fiscalização e na seção de serviços de telecomunicações. As seções de cadastro e de administração possuíam pessoal de nível médio, na época denominados auxiliares administrativos. Pertenciam também ao quadro os auxiliares de serviços gerais, como contínuos e o pessoal de limpeza, e os motoristas. Chegaram a existir seis na diretoria ao mesmo tempo. Só o serviço de segurança era terceirizado.

E qual era a qualificação desses profissionais?

²⁰ Sistema utilizado para acompanhar a observância dos critérios técnicos nas emissões realizadas por estações de radiodifusão.

Nas seções de radiodifusão e fiscalização existiam, ao todo, não mais do que cinco engenheiros, e, na de telecomunicações, um ou dois. Esse efetivo variava muito em cada estado, sendo o Rio Grande do Sul um dos mais bem servidos de pessoal. Contávamos com um pouco menos de advogados, lotados principalmente na radiodifusão, e administradores no cadastro e na administração. Então, de nível superior, eram advogados, engenheiros e administradores e, de nível médio, técnicos em telecomunicações na fiscalização.

Havia planos de capacitação periódicos desses profissionais?

Não. Algo sistemático e implantado não existia. Algumas vezes foram feitos cursos em Brasília, principalmente quando se recebia algum equipamento novo, mas nada de sistemático.

A legislação, antes de 1988, não previa critérios objetivos para as outorgas de radiodifusão.

É muito difícil ter-se um critério objetivo para a radiodifusão. Não estou convencido também de que o critério atual é o melhor, no qual o poder econômico é um dos fatores de decisão para uma outorga. Não me parece ser o melhor caminho. E, nesse balanceamento entre poder econômico, capacidade técnica e qualidade do serviço a ser prestado, também entra subjetividade. Então, mesmo o critério atual não é muito objetivo e também não me convence. Talvez porque eu seja daquele tempo ainda, quando a outorga era quase um ato de interesse nacional para os grupos que realmente desejavam produzir boas programações e tinham uma ligação muito grande com o poder concedente. Era mesmo um serviço prestado em nome do Estado por uma entidade privada. Esse elo de concessão era muito forte. O governo e os

radiodifusores trabalhavam muito em sintonia. Esses desentendidos que estão sempre ocorrendo hoje não existiam naquele tempo. Via-se isso na imprensa escrita, mas não na radiodifusão. Tenho a impressão de que, de uma certa forma, funcionava melhor. Existiam programas realmente educativos, os radiodifusores atendiam aquela proporção de música brasileira, o percentual de publicidade. O CBT foi extremamente bem feito, ainda durante o governo civil, e ele era atendido perfeitamente. Na época funcionava bem.

Em 1991 o senhor se tornou chefe da divisão de comunicação da delegacia regional de Porto Alegre. O que havia mudado então?

O Presidente Collor acabou com o Ministério das Comunicações, ao assumir a Presidência da República. Ele criou um novo Ministério da Infraestrutura (Minfra), um elefante branco que agregava, além das telecomunicações, as atividades relativas a transportes, energia, obras e saneamento – era um festival, tudo isso em uma única Delegacia.

As instalações foram ampliadas?

Não. Tivemos de abandonar o prédio do Dentel e passamos a ocupar as instalações do Departamento Nacional de Obras e Saneamento (DNOS). No Rio Grande do Sul ele era muito ativo, com instalações generosas, uma vez que as atividades referentes à navegação lacustre e fluvial eram extremamente desenvolvidas.

Quantas pessoas trabalhavam nessa delegacia regional?

Deviam existir mais de duzentos servidores, englobando todas as atividades, inclusive fiscalização de postos de gasolina.

A divisão de comunicações aumentou?

Não, continuou exatamente a mesma e até perdeu algumas pessoas, que foram desviadas para outras áreas de infraestrutura.

O Dentel continuava ativo ainda nessa época?

Não, ele desapareceu e as antigas diretorias regionais, rebatizadas, passaram a integrar as delegacias regionais do Minfra e, posteriormente, do Ministério dos Transportes e das Comunicações (MTC).

E o que aconteceu depois da recriação do Ministério das Comunicações?

Com o surgimento do Minfra, foi criada também a Secretaria Nacional de Comunicações, e, pelo que me recordo, o primeiro secretário foi o deputado federal Nelson Marquezan. Essa secretaria era responsável pela condução do setor. Ela perdurou enquanto integrada ao Minfra, e, depois, ao MTC. Quando finalmente foi recriado o Ministério das Comunicações, foi substituída pela secretaria-executiva. O Dentel nunca mais foi recriado.

De 1994 a 1996 o Ministério perdeu diversos profissionais, principalmente engenheiros. Essa grande evasão era corriqueira ou a década de 1990 foi um momento atípico?

Os servidores públicos do ministério sempre foram mal remunerados, então a evasão sempre foi considerável. Permaneciam os ocupantes de funções gratificadas e os cedidos de

outros órgãos que pagavam melhores salários. Entretanto, nessa época, iniciou-se o processo de privatização das telecomunicações, e as novas operadoras foram, em grande parte, buscar seu quadro gerencial no MC, Telebrás e Embratel.

Quando o senhor ouviu falar, pela primeira vez, de uma possível privatização do Sistema Telebrás?

Eu estava em Porto Alegre, ainda na delegacia do Ministério das Comunicações, portanto antes de 1994. Era servidor da Embratel, cedido ao ministério. Quando começaram a falar em privatização, creio que por volta de 1992, assumiu um ministro que havia sido meu colega ainda no tempo de militar, e lhe pedi para retornar à Embratel. Voltei como assistente do diretor de Operações Nacionais.

Quem era o ministro?

Djalma Bastos de Moraes. Eu queria ficar próximo aos centros de decisão, porque durante toda a minha vida tinha trabalhado no governo, e não queria, de uma hora para outra, por força da privatização, passar a atender aos interesses de um patrão que tinha o lucro entre suas prioridades, ou, como alternativa, vir a ser excluído da empresa. Regressei, então, a Embratel e, quando a privatização foi ficando mais próxima, por força de meu passado de radiodifusão, consegui ser cedido para ocupar vaga na assessoria da Secretaria-Executiva do Ministério das Comunicações em Brasília.

O que se falava, por volta de 1994, sobre a privatização do Sistema Telebrás?

De uma certa forma, aqueles que fizeram a Embratel, praticamente todos engenheiros com uma visão nacionalista, estavam muito contrariados. O povo, de uma forma geral, não tinha uma imagem muito boa da Telebrás. Tinha um certo orgulho da Embratel por causa dos serviços internacionais que ela prestava. Mas a Telebrás, de uma forma geral, teve os investimentos dela sempre muito contingenciados. Ela tinha capacidade de investir, mas o governo segurava os recursos. Então o telefone era caro, demorado e isso contrariava demais. Receber uma linha de telefone demorava dois, três meses ou, às vezes, três anos. Era muito desagradável. De modo que, quando chegou a hora da privatização, a aceitação do povo brasileiro, de uma forma geral, foi boa.

Por volta de 1994 já havia grupos claramente interessados no Sistema Telebrás? Isso transparecia para os funcionários?

Não, não tínhamos muita ideia. Achávamos que iam ser os mesmos que já tinham saído, os americanos e canadenses. Na realidade tudo ocorreu de forma diferente.

A privatização da Telebrás foi debatida com os escalões inferiores do ministério e da própria Telebrás?

Tenho a impressão de que não. Acho que a discussão foi conduzida por um grupo muito fechado. Não ficamos a par e não foi um processo muito transparente.

Nem para o senhor, que estava no ministério naquela época?

Não. Havia um grupo restrito que, juntamente com uma consultoria contratada, desenvolvia o programa de privatização. Eu executava tarefas bastante desligadas desse processo.

Higino Germani²¹

Como foi o início da sua carreira?

Eu me formei engenheiro eletrônico na PUC-RS, em 1971, e logo depois comecei a trabalhar no Ministério das Comunicações em Brasília. Assumi uma tarefa terrível. Fui aprender e acabei chefe, porque não havia ninguém. Essa é a realidade.

O Ministério foi criado em 1967, com um corpo eminentemente técnico e, em sua maioria, formado por militares. Qual era a situação do Ministério na época da sua chegada?

O ministro da época era o Higino Corsetti, um coronel do Exército, muito bem preparado, que todos nós conhecíamos. Lá estavam, também, militares da Marinha, da Aeronáutica... Era um pessoal com um grau de conhecimento sobre telecomunicações bastante avançado, com curso no exterior e tudo.

Telecomunicações especificamente ou radiodifusão também?

Não, para tratar de radiodifusão não havia ninguém. Radiodifusão era uma incerteza. E, para o setor de telecomunicações – percebi

²¹ Engenheiro do Ministério das Comunicações a partir do início da década de 1970, tendo atuado como chefe da área técnica de radiodifusão do Dentel. Diretor técnico da Rádio Nacional de Brasília, da Rádio Guaíba de Porto Alegre e da TV Educativa do Rio Grande do Sul. Entrevista realizada em 24 de agosto de 2005.

logo quando cheguei a Brasília –, havia um grupo montado especificamente para criar a Telebrás. Realmente a Telebrás foi importantíssima, porque operavam, no Brasil, “n” companhias telefônicas e não havia uma *holding* que as controlasse no aspecto técnico. Havia incompatibilidade de ordem técnica, não se conseguiam completar chamadas de um lugar para outro. Aconteceram casos fantásticos, como no interior de Minas Gerais: para ligar de um bairro para outro tinha que se fazer chamada interurbana. A Telebrás saneou e ajeitou isso, foi muito bem-vinda. Porém, na radiodifusão, por incrível que pareça, em 25 anos de administração militar, praticamente não mexeram na legislação que João Goulart deixou. O CBT é de 1962 e o seu regulamento, de 1963.

Mas foi publicado o decreto-lei nº 236, em 1967, que...

O 236, na prática, nunca aconteceu. Essa é a realidade.

Mas ele estabelece limites para o total de emissoras controladas por uma mesma entidade.

Pois é. E aconteceu? É letra morta. Até hoje, em concorrências para novas rádios, a entidade tem que apresentar uma declaração de que não excede os limites do decreto-lei 236. É uma tolice! Ninguém deu importância para isso. A Rede Tupi, que era a maior rede de televisão da época, nunca cumpriu isso. Tinha até um programa, eles tinham que vender as emissoras, tantas por ano, para cumprir essa exigência. A própria RBS, aqui no Rio Grande do Sul, extrapolou todos os limites do 236, às vezes passando do triplo de emissoras permitidas. E não aconteceu nada.

Não há uma brecha legal?

Não. Quando uma pessoa assume um cargo de gerência ou de direção dentro de uma emissora de rádio ou de televisão, ela tem que assinar uma declaração de que não ocupa o mesmo cargo de direção ou de administração em uma outra emissora de radiodifusão. Então, o que acontece? Coloca os laranjas. Mas isso é o óbvio, o próprio decreto foi mal feito. Não interessa quem é o dono; interessa a orientação intelectual, a mesma orientação intelectual para todas. Então, por incrível que pareça, a única emissora que cumpriu o decreto é a Globo. Ela só tem cinco geradoras. Veja que absurdo, o resto não deu importância.

Em 1965 foi criada a Embratel e, em 1969, foi inaugurada a estação de Tanguá. Qual era a situação técnica da radiodifusão naquele momento?

O caos. Tanguá era voltada para telecomunicações e muito, muito tempo depois é que entrou o rádio por satélite, só na segunda geração de satélites. Uma coisa importante: veja, por exemplo, a situação da Amazônia. Lá é praticamente impossível fazer um sistema de telecomunicações por microondas terrestres, por causa da topografia e de distâncias enormes. Então tinha que fazer um sistema via tropodifusão ou satélite – fizeram por tropodifusão²². Passavam por lá, se não me engano, 230 canais telefônicos, mas não passava canal de TV. Sempre a região Norte do país ficou deficiente nesse aspecto. Com a entrada do satélite, aí sim, foi possível passar TV. Mas a situação não foi assim bem administrada. Deveriam ter separado, coisa que hoje em dia se considera, o que é o centro de produção, o que é o centro de distribuição de sinais de TV e o que é o centro de exibição. São três coisas distintas. Esse é o erro da legislação até hoje, considera tudo uma coisa só. Você pode ter uma

²² Fenômeno relacionado a transmissões que refletem na troposfera e, por meio de antena específica, podem ser captadas pelo receptor além do horizonte do transmissor.

produtora de vídeo, produzir programas e vender para alguém. Que mal faz? Seria ótimo se o modelo estimulasse isso. O centro exibidor compraria esse programa e o colocaria no ar. Então a pessoa não precisaria ser dona de uma TV para produzir programas. Nós estamos misturando as coisas. A legislação foi feita em 1963. E em 1963 a realidade era essa. Para produzir um programa, você tinha que ser dono de uma emissora de TV. Há muito tempo a realidade não é mais essa. Você pode ter uma produtora e produzir programas. A BBC funciona, por exemplo, mais como produtora de vídeo que distribuidora. Nós nos trancamos dentro de uma mentalidade que, por sinal, em 1963, quando foi feita a legislação, foi excelente. A forma como aquilo foi feito, os passos para ganhar uma rádio, uma televisão, foi um negócio muito bem feito. Quem fez isso, do ponto de vista jurídico, fez muito bem. Mas isso era a realidade de 1963.

O Código Brasileiro de Telecomunicações é, em parte, fruto do lobby do empresariado de radiodifusão, tanto que os parlamentares derrubaram os 52 vetos à lei feitos pelo Presidente João Goulart. Até que ponto o CBT favorece o empresariado e deixa à margem o Estado, como ente possível para organizar o setor das comunicações, e a sociedade civil?

Acho que o código e o seu regulamento foram bastante avançados para a época. Quantos países têm essa quantidade de emissoras de rádio e televisão privadas? Na Europa, com toda a sua democracia, era tudo estatal. A exceção eram os Estados Unidos, com um monte de emissoras de um monte de gente, mas em muito baseado na regulamentação da FCC. Outro detalhe importante: era dada de graça uma concessão de rádio e de televisão. Não era cobrado. O que a gente pode alegar é o seguinte: faltava uma política de como dar. Faltou e falta, não existe até hoje.

Alguns ministros das Comunicações, como Higino Corsetti e Quandt de Oliveira, falavam na importância do setor para a integração e para a soberania nacionais. Como isso se refletia na prática?

Em 1973, foi feito o Plano Nacional de Radiodifusão. Quem fez esse plano? Os militares do IME. Um plano muito bem feito no aspecto de engenharia. Só que, nos aspectos político e administrativo, ele não era viável. Primeiro: houve um conflito tremendo entre o cadastro que o antigo Dentel tinha e o que eles usaram. Então havia emissoras que estavam no plano, mas não existiam. E havia emissoras que existiam e não estavam no plano. Eu sei, porque eu fiz essa conferência na época. Até pulamos um degrau aí: a radiodifusão, com o advento do Ministério das Comunicações... veja, como era antes? Existia o Contel e a secretaria-executiva do Contel era o Dentel. Quando foi criado o MC, o Dentel, que era a secretaria-executiva de um órgão extinto - veja que coisa interessante -, ficou subordinado ao MC. Muito bem. O Dentel, na época, tratava também de telefonia. E o Dentel tinha sede no Rio de Janeiro. E Brasília - mal e mal se estruturando. O MC não tinha sequer uma sede própria, ocupava dois andares do Ministério dos Transportes. Quando nós fomos designados pelo ministro Higino Corsetti para ir ao Rio e trazer o Dentel para Brasília, nós nos deparamos com a realidade da coisa - um horror! Montanhas de processo e ninguém para examinar. Outro detalhe importante: não existiam normas técnicas.

Quem integrava esse grupo que foi ao Rio de Janeiro?

A minha turma da PUC, em 1971, foi a primeira turma, no Brasil, a receber diploma de engenharia eletrônica. E, na realidade, dois terços de uma turma de 27 foram para a CRT. Outra parte foi para

a Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE), na parte de telecomunicações. Eu recebi a oportunidade de estagiar aqui no Dentel, em Porto Alegre, e eles precisavam de gente em Brasília. A gente imagina que vai encontrar os gênios das telecomunicações... “Eu vou! Eu vou!” O salário era ridículo. A remuneração era um horror, morava num hotel, numa espécie de apartamento de pouso, uma situação difícil. A vida era uma rotina que envolvia comer, dormir e trabalhar. Não tinha lazer, não tinha nada. Um período muito difícil. O salário mínimo de engenheiro equivalia a seis salários mínimos regionais e, no ministério, não chegava a isso. O custo de vida na cidade era alto. O problema maior era o seguinte: como trabalhar, como examinar todos aqueles processos, se não existiam normas técnicas? Então nós fizemos chegar ao ministro que tinham que ser criadas essas normas. Então foi criada, primeiro, uma subsecretaria de radiodifusão, que depois se transformou na secretaria de radiodifusão e que hoje é a Secretaria de Comunicação Eletrônica. Ou seja: começamos do zero, não existiam normas técnicas, não tinha norma para TV, para FM, para nada. Com essa criação do grupo de trabalho, fomos juntando subsídios para criar as normas. Aí se teve ferramental necessário para disciplinar a radiodifusão. Porque, até então, as coisas eram decididas meio na moeda. Sempre faltou uma política para o meio de radiodifusão. Sempre.

Ainda que a radiodifusão fosse encarada como crucial para a soberania nacional e para a integração.

Exatamente. É paradoxal. Os Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND) feitos pelos governos militares – sempre muito bem feitos, por sinal – exaltam isso aí. “Vamos levar a radiodifusão à Amazônia”. E o que aconteceu na prática? Nada.

A Radiobrás foi criada inclusive com esse intuito.

Depois eu falo sobre a Radiobrás. Veja, chegava na hora da coisa acontecer e não saía. Não me pergunte se eram forças ocultas, o que era – não saía. O Brasil, do Trópico de Capricórnio para cima, deve ser integrado por ondas tropicais, não por ondas médias. Porque as ondas tropicais permitem uma cobertura muito maior, muito mais eficiente que a das ondas médias. A condutividade do solo predominante nessa região é péssima. A zona de ruído é alta. Não adianta, o sinal simplesmente não se propaga. Com as ondas tropicais, cobre-se distância dez vezes maior que com ondas médias. Só que não existe receptor de ondas tropicais.

Por que não?

É simplesmente uma política. É aquele negócio: quem veio antes, o ovo ou a galinha? Se o governo estabelecesse uma política de incentivar o surgimento de emissoras de ondas tropicais, tudo bem. Fazer uma política, contatar a indústria, por meio do Ministério da Indústria e Comércio, contatar o industrial... “olha, nós vamos lançar um grupo de emissoras em ondas tropicais aí na região Norte, vocês fabricam os receptores”. Não houve isso. Muitos anos depois, uma década mais tarde, surgiu a AM estéreo. O governo estabeleceu as regras da AM estéreo e nunca falou com a indústria. Então havia emissoras operando em AM estéreo e não havia receptores. Não há conversa, não há um plano. “Ah, para ouvir rádio precisa de um receptor.” Então vá falar com o Ministério da Indústria e Comércio, alguém tem que fabricar o receptor. Uma empresa como a RBS, por exemplo, gastou US\$ 1 milhão, na época, colocando uma emissora AM estéreo no ar. Foi um fracasso terrível, não havia receptor. Não dá para entender uma empresa privada se meter numa aventura dessas e não ter feito uma parceria com uma empresa produtora de receptores. Não é só erro do governo, é uma

característica brasileira moldar os problemas de uma forma segmentada. Não integrar. O plano feito pelos militares, esse plano de radiodifusão, previa um plano de ondas tropicais. Em 120, 90 e 60 metros. 120 e 90 metros não valem a pena, mas 60 metros... uma rádio tropical em 60 metros, operando, por exemplo, em Goiânia, com 10 KW, cobre 300 quilômetros de raio. Tem um potencial tremendo, que nunca foi decentemente explorado. Enquanto houve governos militares – não que eu seja simpatizante de A ou B –, pelo menos existiu um trabalho coerente. Criaram uma subsecretaria, que se transformou em secretaria e ficou faltando o Dentel ser transformado em autarquia. E tomar conta da parte de radiodifusão. Pouca gente sabe que o Brasil é o segundo país do mundo em emissoras de rádio. Só perde para os Estados Unidos. É uma exceção. E o Dentel, à medida que o tempo passou, já durante os governos civis, foi sendo esvaziado, esvaziado, esvaziado... uma dificuldade cada vez maior em termos de recursos. Mais tarde, as atividades que ele desempenhava foram repassadas à Anatel, que era para ser uma agência voltada mais para telecomunicações e menos para radiodifusão. Aí surgiu a ideia de criar uma Anacom, uma agência nacional de comunicações, que nunca saiu do papel e nem vai sair.

Voltando um pouco no tempo até a criação da Radiobrás...

Eu estava no ministério, já há alguns anos, e um dia o superintendente da Rádio Nacional me mostrou um projeto de um sistema nacional de radiodifusão em alta potência. Seria uma Voz da América²³ brasileira. Seriam cinco estações de ondas curtas em Brasília, duas em Maranguape e duas em Boa Vista, operando desde 49 até 11 metros em ondas curtas, com transmissores de 250

²³ A *Voice of America* é o serviço internacional de rádio mantido pelo governo dos Estados Unidos.

KW com antenas de altíssimo ganho e com a potência efetiva da de 20 megawatts. E estava prevista também uma emissora em ondas médias, com dois transmissores de 300 KW, em paralelo.

Por que ondas curtas?

Pelo tamanho do país. Fiquei encantado com o projeto, comecei a estudá-lo. Bem, a primeira sugestão que eu dei foi de estender a faixa de transmissão de 49 a 11 metros para de 60 a 11 para poder operar em ondas tropicais. E realmente, anos mais tarde, eu já não estava mais lá, foi montada uma estação de ondas tropicais em Manaus. A primeira etapa desse projeto começou no governo Médici. Fui para lá, assumi o cargo de diretor técnico e montamos um transmissor de 300 KW e um de 250 KW em seis meses. Do zero, lá do meio do cerrado em Brasília. Esse transmissor de 300 KW cobria a área do Planalto Central em ondas médias e o de ondas curtas transmitia em direção à Europa na faixa de 31, 25 e 19 metros. Foi uma solução temporária, enquanto se completava o projeto.

E as estações também transmitiam para a África.

Sim, o projeto era transmitir para o mundo inteiro. Previa-se um segundo, um terceiro salto, era uma coisa impressionante. Não queira saber o que é a radiodifusão em alta potência, é um espetáculo. E nós terminamos essa primeira etapa, veio o governo Geisel e segurou as verbas. O investimento total era de US\$15 milhões. Aí veio a ordem para desmontar a antena que transmitia para a Europa e voltá-la para a Amazônia. E eu fui embora.

Por que veio essa ordem?

Não sei. Achei isso palhaçada e fui embora. Um dado interessante que pouca gente sabe: nesse período em que transmitimos para a Europa, chegamos a transmitir uma hora em alemão, uma em espanhol, uma em francês, uma em inglês, uma em português e uma em italiano. O Brasil transmitiu em seis idiomas para a Europa durante uns 2 ou 3 anos, com um serviço internacional de primeiríssima qualidade, com um grupo de jornalistas fazendo um trabalho espetacular.

Como era essa programação? Era voltada à propaganda?

Não, não tinha enfoque político, nem nada assim. Era uma programação falando do Brasil. Falando de turismo, das praias, do Carnaval...

Falando do “Brasil Grande”, digamos assim.

Exatamente. Coisa interessantíssima é que, no primeiro ano, estivemos em sétimo lugar na transmissão em ondas curtas na Europa. No segundo ano, em quarto lugar, com apenas um transmissor, competindo com Voz da América, Deutsche Welle, BBC e várias outras, todas com dezenas de transmissores. E nós com um. Era o rato que rugia.

Isso ocorreu em 1974?

1973, 1974, por aí. Um negócio inacreditável. Os caras ficavam pensando: “o que esses brasileiros estão fazendo?”. Um amigo que estava fazendo mestrado na Europa não sabia o que tinha acontecido, porque ele ia às lojas de disco e via uma prateleira de discos brasileiros, que ficavam lá mofando. Dali a pouco os discos começaram a sumir. O europeu ouve ondas curtas. Se ele gostou da

música, ele vai procurar a música. E os discos começaram a vender que nem água, uma coisa emocionante. Um dia nós fizemos a besteira de pedir que as pessoas que pudessem monitorar nossa recepção gravassem uma fita e mandassem para nós. De volta, nós mandaríamos um cartão do Brasil, algo assim. Chegaram sacos de fita, não sabíamos o que fazer com aquilo tudo. A gente não acreditava... os caras ouvem, não é uma cultura que nem a nossa, de ficar plantado em frente à televisão vendo bobagem. Realmente foi uma experiência fantástica. A Rádio Nacional, depois, foi absorvida pela Radiobrás e aí está a Radiobrás²⁴ há quantas décadas... ela cumpriu a missão dela? Tenho dúvidas. Por quê? Porque acham que fazer radiodifusão é comprar transmissor, mas não é só isso. Tem que estabelecer o critério antes. O que eu quero fazer com isso aqui? Primeiro você tem que fazer o projeto da casa, depois saber quantos tijolos e telhas tem que comprar. Então nós sempre pusemos a carreta na frente dos bois, sempre fizemos o contrário. Acham que fazer rádio e televisão é comprar transmissores, comprar antena, comprar um monte de equipamento.

A Radiobrás chegou a congregiar emissoras ligadas a diversos ministérios, como o da Educação e o da Agricultura. Qual era a situação da empresa na sua saída e qual é a situação hoje?

Hoje eu não tenho acompanhado mais. Naquela época eu realmente fiquei frustrado, porque se advogava a tese de centro de produção no grupo de trabalho que criamos. O MEC quer produzir programas, produz e manda a fita, nós colocamos no ar. Somos o centro exibidor. Que programa é esse? Qual é o público-alvo? Qual é a região-alvo? Vamos transmitir com ondas curtas para aquela

²⁴ Pouco mais de 3 anos depois desta entrevista, a Radiobrás foi absorvida pela EBC. O tema será abordado em outros depoimentos neste livro.

região. Se for para o público tal, transmitimos com ondas médias e assim por diante. Só um comentário de passagem: esse projeto foi desenvolvido pelos militares e, em relação às ondas curtas, não há reparos. Nas ondas médias, eu fiz umas continhas e disse: “olha, a frequência de 980 está perto da girofrequência de ‘spin’ dos elétrons lá em cima e tem uma absorção muito grande na ionosfera. Então, à noite, não vai ter uma boa cobertura. E, de dia, a condutividade no Planalto Central é a pior que existe, é deserto. Essa rádio aqui não vai ter um bom desempenho.” Eu ouvi assim: “Ô rapaz, você foi contratado para montar o sistema e não para julgá-lo.” Então montei o sistema, só que a emissora em ondas médias sempre foi um desastre. Não tinha que ter ondas médias. Mas, então, isso é a essência do que eu queria dizer: não precisamos misturar as coisas. O governo está preocupado com o controle da opinião, em limitar o número de sócios. Não é isso. Tem que separar produção, exibição e distribuição. Qualquer pessoa pode ter um centro de produção. No momento em que o governo, por meio de incentivos, estimula o surgimento de centros de produção, compra os programas e viabiliza uma estação de TV e de rádio isolada. Ela vai ter onde se abastecer de programas. O problema é ela, sozinha, ter todos os equipamentos necessários, ter gente para produzir os programas, isso é impossível. Nenhuma emissora de rádio em ondas médias sobrevive mais tendo que produzir isso tudo. Teria que ter quatorze, quinze funcionários e não tem como pagar todos eles, nem com um salário miserável. Então, se existirem centros de produção privados e dos governos, nos níveis municipal, estadual e federal, eles produzem esses programas e vendem pelo preço de custo. Não vai precisar de lucro. E ele desmantela esse problema da grande rede, do poder da grande rede. Nós já advogávamos, na época, essa ideia. Não tem que estar preocupado com o decreto-lei 236, não tinha que jamais ter feito o decreto-lei 236. Tinha que ter feito isso: criar centros de produção. Automaticamente se torna viável botar uma TV em Cacimbinhas, porque teremos uma TV a

preço de custo. Coloco esses programas no ar, preencho minha grade de programação, vou ter audiência, comercializo, ganho dinheiro, sobrevivo. O que o governo fez? Limitou o número de estações e, ao mesmo tempo, jogou as pequenas estações às feras, porque elas não tinham opção. Tinham que se agarrar às grandes redes, se não morriam. Se com rádios, hoje, está acontecendo isso, imagine com TV, com um custo bem maior. É absolutamente inviável, ela custa em dólar e fatura em real.

Quando o governo estimulou a expansão da radiodifusão nas décadas de 1960 e 1970, ele acabou “se associando”, entre aspas, à iniciativa privada, que era representada por oligarquias locais com pretensões políticas e capacidade econômica para colocar uma emissora no ar. A relação entre política e emissoras fica clara na década de 1980, quando o primeiro governo pós-regime militar distribuiu centenas de outorgas. Como foi o processo de distribuição de outorgas nos governos militares?

A radiodifusão ficou congelada durante 20, 15 anos. Não permitiam a venda de emissoras, era algo extremamente complicado. Não existiam editais de concorrência para novas emissoras. Isso aconteceu em 1997 e tinha parado no governo Sarney. Foram dez anos sem dar rádio para ninguém. Nós vivemos das ondas médias e da TV em VHF durante quase 30 anos. Aí surgiram as emissoras em FM. Qual foi o critério para essas outorgas na década de 1970? Nenhum. Não teve uma política para FM. Os caciques regionais pediram um Plano Básico de canais para FM, fizemos o plano, e aí começaram a distribuir canais, sem critério nenhum.

Ou seja, critérios políticos.

No momento em que a legislação diz que a outorga é discricionária do ministro ou do Presidente da República, é óbvio que vai acontecer isso. O que aconteceu com a FM? Toda entidade que tinha uma OM ganhou uma FM. Toda entidade que tinha uma TV ganhou uma FM. Então não houve uma renovação, as pessoas eram as mesmas. Entrar gente nova, com ideias novas... não houve uma evolução. Até falaram que a programação da FM era segmentada. De jeito nenhum! Segmentação por gosto musical não é segmentação. Tinha fator político – claro, não sejamos ingênuos, sempre vai ter fator político nessas decisões. Mas existia um pouco de pudor, tinha certo critério, certo limite. Quando esse limite foi rompido e a coisa virou uma bagunça generalizada? Foi com Antonio Carlos Magalhães como ministro. Aliás, só no Brasil mesmo que uma pessoa formada em Medicina acaba como Ministro das Comunicações. Vou dar um exemplo: Santa Maria, cidade central aqui do Rio Grande do Sul. Fui procurado por um determinado grupo que queria um canal lá. Eu olhei no plano e tinha um canal de FM sobrando. Essa pessoa foi, falou com o Sarney, Presidente da República, abriram uma concorrência e ele ganhou o canal. Aí veio um empresário da localidade e disse: “E eu? Eu que sou daqui não ganhei?” O ministro deu outra, no mesmo edital. Aí veio uma pessoa do partido político e disse: “E eu? Sou do seu partido!” Deu outra. Aí veio um empresário de Porto Alegre e disse: “E eu? Aqui já concorri em dez e não ganhei nenhuma.” O ministro deu outra. Então, a partir daí, Santa Maria, que já tinha 3 OM, uma TV e mais duas FM, pulou da noite para o dia para 6 FM.

Como isso ocorreu?

Existe uma limitação técnica no número de canais para que as estações não se interfiram mutuamente. Tecnicamente era possível a convivência desses canais em Santa Maria, mas economicamente

não. Nós estamos vivendo uma época das “grandes possibilidades técnicas e das grandes inviabilidades econômicas”. Estão aí os exemplos. Esse é um exemplo cabal disso, que aconteceu “n” vezes. A radiodifusão está no brejo que está como consequência dessa loucura que aconteceu naquela época. Aí as pessoas faliram, né? Uma rádio dessas aqui ficou para um grupo evangélico, outra foi para um político e assim vai. Então desvirtuou completamente a finalidade da radiodifusão. E eu não falei ainda sobre a TV Educativa. Veja se está definida em algum lugar da legislação a TV Educativa, radiodifusão educativa. Não está.

Apesar de a legislação sempre ressaltar as finalidades educativa e cultural da radiodifusão.

Sim, a legislação é essa. Mas não adianta sermos idílicos. O brasileiro da cintura para baixo é socialista ferrenho e da cintura para cima é capitalista selvagem. Não dá. A legislação é feita assim, em termos ideais, e o mercado é outra coisa completamente diferente. As finalidades podem ser cultural e educativa, mas como vamos colocar isso em prática? É engraçado, porque o legislador coloca isso no papel e não pensa em como colocar isso em prática. Essa emissora vai viver como? Ele vai tirar dinheiro para sobreviver de onde? Usando esse critério, ela tem que produzir programas culturais, programas educativos. Ela vai faturar com isso aí? Pouco. Menos que programa de entretenimento. Então temos que fazer com que ela tenha acesso a esses programas de forma econômica, vamos criar centros de produção subsidiados, que vão fornecê-los. O governo não tem que fazer televisão, não tem que fazer rádio. Ele tem que dar os meios para as emissoras se abastecerem de programas. Agora é tarde, para reverter esse quadro é impossível. Naquela época era possível.

E a política de outorgas de retransmissoras de TV?

Um caos completo, um absurdo. A radiodifusão não é uma exceção, o país é assim. Reclamamos dos critérios políticos para dar canais de televisão, mas há critérios políticos para salvar bancos, dar financiamento do BNDES, é tudo assim. A formação do brasileiro é calcada em cima disso. Você já se deu conta de que o Brasil é o único país que recebeu o monarca com toda a sua corte, que trouxe aquela mentalidade de que uma determinada elite não faz trabalhos mecânicos? Não trabalham, pegavam casas e era uma honra um nobre ficar com sua casa. Essa coisa nos contaminou. Eu morei cinco anos em Brasília e tinha convicção de que, na década de 1980, teríamos uma guerra civil. Vivendo dentro do governo você vê o tamanho do problema.

E como era a questão das retransmissoras de TV naquela época?

Retransmissoras sempre estiveram a reboque. Se você fizer um levantamento de 1972, 1973, quando saiu a primeira regulamentação disso, até agora, devem existir umas 15 regulamentações diferentes. Tanto do Dentel, quanto do MC, quanto da Anatel, quanto do Presidente da República... é algo inacreditável. Estão lidando com uma questão técnica, aí entregam isso para quem não tem a mais remota ideia, não sabe nem a diferença entre uma retransmissora e uma repetidora. A última excrescência é a RTVi²⁵, isso é uma loucura. Aí depois acontece um absurdo, que é o Presidente da República assinar um decreto e, logo depois, revogá-lo. É um desgaste medonho. Não tem assessoria, não tem cabeça pensante, por que não fez uma consulta pública antes? Por que botaram as prefeituras e não deram as

²⁵ A regulamentação chegou a criar a figura da RTV institucional (RTVi), que seria ligada ao poder público e possibilitaria a inserção de programação local. Essa previsão foi revogada menos de dois meses depois.

retransmissoras às TVs educativas, como prevê a portaria ministerial 236, de 1991, que permite inserção de programação nas TVs educativas? Foi um sucesso na época, enquanto isso vigorou. Isso é a nossa realidade, no Rio Grande do Sul, na parte sul. No Maranhão, no Piauí, fazem o que querem, botam programação nas retransmissoras e ninguém fica sabendo. É uma farra. Nós temos vários “Brasis”. Na campanha eleitoral passada, fiquei sabendo que um juiz, no interior do Maranhão, do Ceará, não sei bem, pediu que as TVs piratas pelo menos entrassem em cadeia no horário político para não ficar chato. O surgimento da rádio comunitária e das TVs piratas é uma prova cabal, primeiro, da incapacidade de o governo se planejar; segundo, do comodismo dos radiodifusores que estão aí. A mentalidade é de capitania hereditária: “isso aqui é meu e não pode entrar ninguém aqui. Meus netos, meus bisnetos vão continuar usufruindo isso aqui”. Aí falam com o ministro: “o senhor vai dar esse canal para outro? E eu, como fico? Vou quebrar, vou falir!” Se a radiodifusão tivesse aberto sua grade de programação para as associações comunitárias – botar uma hora de programação por dia, meia hora, quinze minutos – gravadinha e tal, não teria surgido a rádio comunitária. Eu propus isso na Abert. “Vai sair a rádio comunitária e vocês vão se ferrar”. “Não vai, vamos trancar isso aí no Congresso”. “Não vão, vocês não têm mais a força que tinham.”

E não têm?

Não têm mesmo, ficaram acomodados, estão parados há 15 anos.

Considerando o percentual de parlamentares que atua no setor, talvez as emissoras comerciais ainda tenham força parecida.

São donos de *radinhos* vagabundas lá no interior. Eu conheço tudo isso. É sucata. O que ele quer não é fazer proselitismo, aparecer na rádio. Ele não quer ninguém falando mal dele, então fica com a rádio na mão só para isso.

Falamos muito da questão técnica no âmbito do Ministério das Comunicações. Em algum momento o MC pensou em uma política pública relativa ao conteúdo?

O nome do ministério está errado. Não é de Comunicações, é de Telecomunicações. Isso já diz tudo. Nunca houve lá dentro sociólogos, estudiosos na área de Comunicação ou coisa parecida para trabalhar uma política. Então ele é um ministério técnico que mexe com uma coisa não-técnica. Você vê o ministro, impoluto, dizer: “isso não pode, é um abuso, o programa tal passou dos limites.” Palhaçada, besteira. Não podem ver um microfone e têm que dizer uma bobagem qualquer. Tinha que dizer: “Não domino esse assunto, não sei.” O governo Lula, em três anos, teve três ministros. Como pode ter uma continuidade administrativa? Como? O que você pode esperar disso aí?

É possível pensarmos a convivência de um órgão eminentemente político, de caráter político, controlado por um político, como é o MC, com outro técnico, tecnicista, como a Anatel?

A Anatel é uma esperança, uma baita esperança.

Não há um confronto de paradigmas?

Sem dúvidas, mas, pelo menos, a Anatel ia assumir a parte técnica. E o que é isso? De quem são as frequências? Do governo federal. O governo federal é dono das frequências, é tudo dele. Então o que

fazer? Controlar e administrar o espectro eletromagnético, só isso. O essencial é isso. Não tem que ter um cara que vai de caminhonete até São Borja para ver se está tudo certo... isso é piada, o país é imenso. Nunca vamos conseguir fiscalizar isso tudo. As pessoas não têm noção. Eu estava lá no Ministério, quando se criou uma norma técnica assim: “é obrigatório o uso de monitor de modulação”. Isso ocorreu há 30 anos. Até agora, você pega as emissoras de rádio: se uma tiver o monitor, é muito. Eu disse: “ministro, isso nunca vai ser cumprido.” “Ah, vamos multar...” “O problema não é esse, o cara não entende por que tem que comprar isso, nem tem um técnico que saiba usar.” Isso, no Rio Grande do Sul, até pode ser verdade; no Piauí, jamais. Nunca vai ter um monitor de modulação. Então, no momento em que você separa técnica de política, a Anatel trataria da parte técnica. Quando eu estava lá no Ministério, alguém chegava e dizia que queria aumentar a potência da sua rádio. Eu dizia: “Não tem viabilidade técnica, vai dar problema, vai interferir.” “Ah, mas não tem uma solução política?” O brasileiro não assimila que estamos lidando com coisas da natureza e que há limitações que não podemos superar. Não, ele acha que politicamente ele consegue revogar a lei da gravidade. Estava falando da questão das rádios comunitárias. O governo não tem uma política. Os radiodifusores não souberam abrir espaço para essas coisas. Eles não se deram conta de que não atendem mais a população. Se estivessem atendendo, não tinha rádio comunitária. Qual é o segredo de fazer qualquer programação de rádio? É fazer algo que ninguém esteja fazendo. O outro fator é que a coisa não evoluiu. Nós estamos com a mentalidade de 1963. Por que ficou o impasse com as retransmissoras? Porque simultaneamente estava entrando a TV a cabo, então não havia o interesse. Se tivesse retransmissoras boas, não obrigava a pessoa a entrar no cabo. O Brasil tem capacidade? Existe uma mentalidade de que o brasileiro absorve tudo que é tecnologia. Isso é falso, somos todos pobres, chegou ao limite de

endividamento. Agora é tudo digital. Você paga US\$70 num receptor de rádio, isso está ao alcance do brasileiro? US\$1 mil, US\$2 mil, por um aparelho de TV? Isso está ao alcance do brasileiro? O governo não tem peito de mandar parar tudo e adiar por quatro, cinco anos²⁶. Por que os empresários pressionam pela TV Digital? Porque estão quebrados. E, com o pretexto da TV Digital, eles vão conseguir empréstimo do BNDES com juros subsidiados. Vão pegar 100, aplicar 10 na TV Digital e pagar, com os outros 90, as dívidas deles para sobreviver mais um pouco. Essa é a realidade. Não foi no tempo do Jango, dos militares... não, sempre foi a mesma regra. Não vamos consertar esse país com leis, temos quase 240 mil em vigor. Quando fazemos uma lei, tem que ter uma máquina para fazer com que ela seja cumprida. Falta mesmo uma diretriz. O que vamos fazer com rádio comunitária? Criaram um problema insolúvel. Para que queremos TV Digital agora? Para pagar royalty?

²⁶ O decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, previa, em seu texto original, que as transmissões da TV analógica no país terminariam dez anos depois. Até 2018, quando este livro foi concluído, isso não havia ocorrido.

Como se formou a Frente Nacional por Políticas Democráticas de Comunicação?

Existem dois momentos, mas esclareço que esta é uma interpretação muito pessoal. O primeiro ocorreu em 1974, com a criação, em Porto Alegre, de uma entidade chamada Associação para a Promoção da Cultura (APC); o segundo foi a criação da Associação Brasileira para o Ensino e a Pesquisa em Comunicação (Abepec), que, aliás, nada teve a ver com a Abepec de hoje, a entidade representativa das emissoras públicas, educativas e culturais. Tratava-se da primeira entidade científica da área. Já a APC foi iniciativa de um jovem jornalista, Daniel Herz, que tinha 21 anos na época. Ela foi criada depois da realização de um seminário sobre TV Pública, organizado em Porto Alegre, pela Fundação alemã Friedrich Ebert. A ideia de uma TV que não fosse comercial gerou no Daniel e em outras pessoas a perspectiva de uma outra televisão no Brasil, diferente do que existira até então. Foi nesse momento que o Daniel, inspirado e aconselhado por um professor de Engenharia Elétrica da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Homero Simon, começou a discutir pioneiramente uma televisão no Brasil que partiria de uma nova tecnologia, a cabodifusão. As bases dessa discussão estão no manifesto de

²⁷ Murilo César Ramos é professor aposentado pela Universidade de Brasília e foi membro do conselho curador da EBC, em sua primeira gestão. Atuou junto ao Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC) e a outras entidades em iniciativas de regulamentação e de formulação de políticas públicas para a área da comunicação. Entrevista realizada em 7 de maio de 2008.

criação da APC. Conversei sobre esse momento com o Daniel, pouco antes de ele morrer, e ele se espantou com a minha hipótese de que a APC fora parte de um momento fundador da luta pela democratização da comunicação no Brasil. Também não deu, talvez por modéstia, muita importância ao assunto. Mas eu ainda acho que foi um passo extremamente relevante, do qual ele próprio se esquecera, em parte porque era muito jovem. Esse movimento anunciou a primeira manifestação, ainda que por um pequeno segmento da sociedade, a propósito de uma televisão diferente, posta em termos da adoção de uma nova tecnologia de distribuição que, naquele momento, ainda engatinhava, inclusive nos Estados Unidos. Seguiu-se a esse momento, em situação bem diferente, pela sua amplitude social, a criação da Abepec. Ela também foi criada em 1974, mas o momento que quero destacar é o lançamento da primeira edição da sua revista, editada pelo então presidente da entidade, José Salomão David Amorim, professor da UnB. Salomão edita a revista e publica, pela primeira vez no país, em espanhol e português, os primeiros documentos da Unesco sobre a questão das políticas nacionais de comunicação e de uma Nova Ordem Mundial da Informação e da Comunicação. Você tem aí, então, duas sementes: uma que nasce timidamente da iniciativa de um jovem jornalista gaúcho e outra, em escala mais ampla, nacional, reunindo docentes e pesquisadores de cursos de comunicação de graduação e pós-graduação. Muito em função, é claro, da iniciativa da Abepec, universidades, movimentos sociais, partidos políticos – o MDB, de oposição à ditadura -, uma discussão crescente sobre o tema da democratização vai sendo feita. Destaque-se, neste processo, a Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), força importante na criação do que viria a ser primeiro um movimento e que, no fim da década de 1970 e início dos anos 1980, transforma-se em uma frente, já com algumas lideranças mais claras. Eu sempre cito os ex-deputados Cristina Tavares e Freitas Nobre, ambos do MDB; o jornalista Audálio Dantas, primeiro presidente da Fenaj eleito

diretamente; os professores Salomão, Marco Antonio Rodrigues Dias, Gonzaga Motta, Ubirajara da Silva, Venício Lima, da UnB; o professor Roberto Amaral Vieira, da PUC, do Rio de Janeiro; e, é claro, Daniel Herz. No fim da década de 1970, ele muda-se para Santa Catarina para ser professor do Curso de Jornalismo. No início dos anos 1980, Daniel vem fazer mestrado na UnB. Eu o conheci quando voltei do doutorado em 1982 e fui seu orientador de mestrado na reta final da sua dissertação. Dela nasceu seu livro seminal, “História Secreta da Rede Globo”, que, na realidade, originou-se do volume 1 da dissertação, cujo tema central era o processo de introdução de novas tecnologias na comunicação social brasileira, tendo como estudo de caso a cabodifusão. Em suma, APC, Abepec, universidades, Fenaj, outros sindicatos da área, intelectuais, o MDB, tudo isso vai culminar na Frente que elabora, a partir da Fenaj, proposta para a Constituinte de 1987 e 1988.

Como era essa proposta?

Essa proposta foi a base do que viria a ser o capítulo da Comunicação Social. Em sua forma final, ficou toda deformada, mas foi uma base importante para as discussões. Resultado de muitos anos de debate. Ao fundo do debate, a Unesco e toda a discussão em torno da Nova Ordem Mundial da Informação e da Comunicação (Nomic), das políticas nacionais de comunicação – tudo traduzido para a realidade brasileira, na forma de uma emenda popular levada a plenário pelo Armando Rollemberg, então presidente da Fenaj. A proposta tinha três eixos principais: o direito à comunicação, o órgão regulador autônomo com maioria da sociedade e o sistema público.

O sistema público existiria de forma concomitante aos outros sistemas?

A proposta original levada para a Constituinte acabou sendo a do sistema puramente público. Não havia consenso sobre isso, eu próprio tinha uma outra formulação à época. Digo isso, porque fui convidado a falar sobre sistema público no Encontro Nacional de Jornalistas em 1987, aqui em Brasília, organizado pelo sindicato local. Desse encontro saiu a Carta de Brasília, que tenho até hoje. A Carta dos Jornalistas à Constituinte. Um dos pontos centrais era o sistema público. Quando foi elaborada a proposta final, Perseu Abramo, personagem importante nesse processo, propôs um único sistema para toda a radiodifusão, público, organizado como fundações sem fins lucrativos. Mas havia uma proposta mais pragmática, com a qual eu me alinhava, no sentido de se constituir algo como um sistema de rádio e televisão públicos, não comerciais, convivendo com o sistema privado-comercial, nos moldes do que existia nos Estados Unidos.

E o modelo estatal permanecia nessa proposta mais pragmática?

Essa coisa de estatal, público e privado foi uma invenção da Constituinte para assegurar a existência de um sistema privado com grande autonomia de mercado, embora regido por concessão e permissão, que são instrumentos de serviço público. De resto, quando se fala em sistema público não comercial, ele não existe dissociado do estatal. Eu próprio demorei a chegar a essa conclusão. A BBC é estatal, tanto que ela existe porque é a própria rainha que emite uma Carta Real assegurando a outorga. E é o Estado britânico que garante a cobrança de uma taxa que a assegura. Mais ainda, cerca de metade do orçamento da *Corporation for Public Broadcasting*, a CPB, que assegura recursos para os sistemas PBS, de televisão, e NPR, de rádio, o sistema público norte-americano, vem do tesouro nacional, o que lhe confere caráter estatal.

O que se pretendia fazer com as emissoras educativas já existentes?

A ideia era agregá-las, fazendo o que ocorreu nos Estados Unidos em 1967, com o *Public Broadcasting Act*. Ou seja: juntar tudo que é educativo e cultural e transformar em um sistema paralelo ao sistema privado-comercial. Essa coisa de estatal, público e privado no Brasil é uma armadilha plantada no capítulo da Constituição Federal. Por isso digo: o que está lá foi pautado pelo movimento social e deformado. Essa é a estratégia conservadora de sempre: você vai e fatia, deforma, deturpa as propostas de cunho democratizante.

Como foi o processo de discussão do capítulo da radiodifusão na Constituinte?

O processo constituinte foi organizado em comissões e subcomissões temáticas, cujos relatórios finais, depois de votados em seus âmbitos respectivos, eram encaminhados à comissão de sistematização, responsável pelo texto que seria encaminhado para votação no plenário da Assembleia Nacional. O tema das comunicações – comunicação social e telecomunicações – ficou com a Comissão Temática VIII: da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia, e da Comunicação, mais especificamente com a Subcomissão da Ciência e Tecnologia e da Comunicação, cuja relatora era a deputada Cristina Tavares do PMDB de Pernambuco. Conhecedora do tema que lhe fora afeto e, mais do que isso, profundamente engajada nele, Cristina Tavares elaborou seu relatório a partir das contribuições recebidas das mais diversas fontes, parlamentares e extraparlamentares, mas comprometida com a ideia que daria título ao seu trabalho: *Por Políticas Democráticas de Comunicação*. A proposta central era a

criação de um órgão regulador, o Conselho Nacional de Comunicação, inspirada pelas bem sucedidas experiências internacionais, como a da *Federal Communications Commission*, dos Estados Unidos; da *Independent Broadcasting Authority*, da Grã-Bretanha; da *Commission National de la Communication et des Libertés*, da França; além do próprio Contel, o órgão regulador original brasileiro, criado pelo CBT, mas extinto pelos militares. Outro ponto importante do relatório de Cristina Tavares era o esforço de já incluir na Constituição referências a novas possibilidades de prestação de serviços de comunicações, como o videotexto, a TV a cabo, o videocassete, além de já se mencionar no relatório o potencial das novas redes digitais de comunicações. A qualidade conceitual e técnica do relatório da deputada de Pernambuco não foi suficiente, porém, para impedir a ação do empresariado de radiodifusão, por meio da Abert e de constituintes, eles próprios empresários de radiodifusão, como o deputado José Carlos Martinez, do PMDB do Paraná. Martinez seria o autor de um “contra-relatório”, na forma de emendas ao relatório original de Cristina Tavares. A principal emenda era a que suprimia a criação do Conselho Nacional de Comunicação, passando para o Congresso Nacional, em conjunto com os poderes Executivo e Judiciário, as principais atribuições previstas para o Conselho: poder de outorga e renovação de outorga, fiscalização, cassação, tudo aquilo, enfim, que constava do arcabouço legal para as comunicações no país que Martinez não hesitaria em mencionar como seu modelo de sociedade politicamente liberal, os Estados Unidos da América. A ideia de um órgão regulador para as comunicações foi, naquele momento, o estopim da revolta conservadora contra o relatório progressista, sim, mas circunscrito aos limites liberais que caracterizariam a nova Constituição. Tanto que caberia, a seguir, a um dos expoentes do liberalismo peemedebista na Constituinte, o deputado Arthur da Távola, do Rio de Janeiro, a tarefa de tentar recompor, na comissão temática, o

relatório original, na forma de um segundo substitutivo para a área da comunicação. Mas, apesar de importantes alterações, de agrado do empresariado, o substitutivo de Arthur da Távola foi derrubado pela Abert, que pretendia apresentar o seu próprio substitutivo, que desfiguraria até mesmo o moderado esforço de conciliação tentado pelo parlamentar carioca. Assim, aos defensores do substitutivo de Arthur da Távola não restou alternativa que não a obstrução sistemática dos trabalhos da Comissão. Já a direita parlamentar, adversária do substitutivo, além de não poder evitar a obstrução, viu-se alvo de uma chuva de notas e moedas, atiradas das galerias do antigo auditório Nereu Ramos, da Câmara dos Deputados, por representantes dos movimentos sindical e populares, que assistiam à sessão. Foi assim, nesse clima de tensão legislativa, que a comunicação tornou-se a única área temática da Constituinte a não enviar relatório aprovado para a comissão de sistematização, superando em polarização questões como reforma agrária e previdência social, por exemplo. Como resultado desse impasse, coube à própria comissão de sistematização elaborar um texto para a comunicação, que, inspirado em parte no trabalho do deputado Arthur da Távola, transformou-se no Capítulo V, do Título VIII, Artigos 220 a 224, da Constituição Federal.

Para o empresariado o que deveria constar do capítulo da comunicação social da Constituição Federal?

O que havia antes - referências genéricas à liberdade de expressão.

As restrições ao capital estrangeiro já apareciam?

Sim, sempre. Desde o governo Getúlio sempre existiram. E isso é universal. A lei de 1934 nos Estados Unidos prevê um limite de 20% de capital estrangeiro. Isso sempre existiu.

Os empresários defendiam que isso constasse da Constituição.

Sim, e essa não era uma questão chave. Era consensual. O que eles não queriam é que houvesse um capítulo da comunicação social, levantando uma série de questões sobre a radiodifusão, que amparassem posteriormente uma revisão da legislação. Eles queriam o que sempre houve nas outras constituições – referências genéricas à liberdade de expressão. Para o movimento social, essa acabou sendo a grande vitória: um capítulo inteiro sobre comunicação social. Apesar dos embates, e da colcha de retalhos em que o capítulo se transformou.

Por que, depois da Constituinte, a Frente se desarticulou ou se enfraqueceu?

Ela não se desarticulou, nem se enfraqueceu. Ela se transformou no FNDC. Em 1990 ou 1991 começou a discussão sobre o Fórum. Foi uma decisão polêmica sobre uma instância institucionalizada, mas tomou-se a decisão. A primeira ação concreta do que viria a ser o FNDC foi o acordo pela lei de criação do CCS. Estive em uma das reuniões, no gabinete do ex-deputado Antonio Britto, com o Daniel Herz, o Salomão Amorim. Lá estavam também, além do Britto, o Luiz Eduardo Borgerth, da Globo, a Associação Nacional de Jornais (ANJ), enfim... aquele foi o primeiro momento do Fórum. Ou seja, a Frente não se desarticulou, muito pelo contrário. Institucionalizou-se, consolidou-se, ficou mais forte.

Em que momento o Fórum e a sociedade civil, de uma maneira geral, começaram a participar das discussões que levariam à Lei do Cabo?

A partir do momento em que o Daniel Herz leu, em Porto Alegre, no Diário Oficial da União, o chamamento para uma audiência pública, o que era uma figura nova na administração pública brasileira. A então Secretaria Nacional de Comunicações (SNC), do Governo Collor, decidiu inovar e fazer uma audiência pública. Daniel leu, ligou pra mim e para outros, dizendo: “Estou indo para Brasília, a gente tem que participar, intervir”. Era o sonho da vida dele. Atuar sobre a portaria que pretendia transformar um serviço chamado DisTV em um serviço de TV a Cabo.

Isso aconteceu em 1991.

Sim, 1991, logo em seguida à criação do Conselho. Ele veio pra cá e nos reunimos com a Fenaj, a Federação Interestadual dos Trabalhadores em Radiodifusão e Televisão (Fitert), o Sindicato dos Jornalistas de Brasília. Usamos uma sala da Faculdade de Comunicação e ficamos ensaiando durante 48, 72 horas quais seriam e quem faria as intervenções. Nós nos preparamos para a audiência. Eu escrevi um artigo que foi publicado no Correio Braziliense no dia da audiência, no qual tornamos pública a nossa tese de que a regulamentação teria que sair por projeto de lei. Infelizmente não pude participar da audiência pública, porque eu tinha um compromisso em São Paulo, mas contribuí com o artigo: uma defesa da regulamentação por lei, após ampla discussão na sociedade. O grupo todo foi ao auditório do Ministério da Infraestrutura e foi um escândalo. Os dirigentes da SNC, como Roberto Blois e Sávio Pinheiro, estavam lá e, de repente, entram todos aqueles sindicalistas com faixas, bandeiras e o discurso pronto. Inscrevia-se um engravatado, inscrevíamos um militante. A audiência durou um dia inteiro, até que eles chamaram o grupo e perguntaram: nós entendemos o que vocês estão fazendo aqui, mas o que vocês querem afinal? “Nós queremos que esse assunto seja amplamente discutido pela sociedade, vá para o Congresso e

seja transformado em lei. Isso é assunto grande demais para ser decidido por uma mera portaria do Ministério”. E assim se fez. Mas não sem continuar a luta.

Por que o Ministério decidiu convocar uma audiência pública?

Tem que perguntar pro Sávio Pinheiro, que foi o autor da ideia de introduzir as consultas na SNC. Talvez ele seja uma das pessoas que mais conheça a FCC. Ele tinha uma vontade pessoal de introduzir algo parecido com esse modelo aqui. Foi uma decisão excelente para nós naquele momento.

Como surgiu, na época, o PL da Cabodifusão?

Vencida a batalha da audiência pública, veio o desafio da lei. O primeiro capítulo da dissertação de mestrado do Daniel, que eu orientei, é quase todo dedicado à discussão da cabodifusão, o que tinha começado com a APC em Porto Alegre, em 1974. Daniel tinha um acúmulo de anos de conhecimento sobre o assunto, por isso seria natural que liderasse o processo de formulação de um anteprojeto de lei. Por coincidência, naquela época, um grande amigo meu era da AGU, e consultor jurídico do Ministério. Ele nos avisava sobre o andamento da portaria na SNC. A gente sabia por isso que o tempo era curto e combinamos uma estratégia com o deputado Tilden Santiago, do PT de Minas Gerais. Escreveríamos um anteprojeto, o que foi feito em três dias pelo Daniel, comigo e com o Carlos Eduardo Zanatta. Daniel produziu quase tudo, com alguns aportes meus e do Zanatta. Assim, enquanto a SNC se debatia com o faz, não faz, se solta a portaria, se não solta, vai pra AGU, o Tilden apresentou o PL. Aí não tinha mais volta, o Congresso tinha a iniciativa do processo. Se você pegar o projeto Tilden hoje e a Lei do Cabo, parece que uma coisa não tem nada a

ver com a outra, mas aquela era apenas uma formulação tática. Aquele foi um ato político, um movimento político, que o Tilden bancou e foi a base de tudo o que viria a seguir. Importante também foi o fato de que, naquele momento, houve um vácuo no Congresso Nacional, e sobrou para o PT a Comissão de Ciência, Tecnologia e Informática da Câmara dos Deputados. Uma Comissão que não saía das mãos do PFL. A deputada Irma Passoni, do PT de São Paulo, se tornou a presidente. O Zanatta era assessor técnico da bancada do PT, a Irma chamou a universidade – a mim inclusive – e nós conseguimos montar uma pauta para a comissão. Pautamos durante um ano a CCTCI e ela, então, chamou para si a discussão do que viria a ser a Lei de TV a Cabo.

Acreditava-se que a TV a Cabo poderia atingir os mesmos resultados que a radiodifusão?

Não, ninguém tinha essa ilusão. Sabia-se que era algo importante, era um espaço que tinha que ser ocupado e tinha um efeito demonstração. Havia, naquele momento, uma discussão de fundo, que eu considero o maior ganho da Lei do Cabo, que era a discussão pautada pelo Al Gore nos primórdios da Internet sobre a *super information highway*. Ou seja: as tecnologias digitais da comunicação e da informação sinalizavam, naquele momento, que a internet era uma nova possibilidade de democratizar a comunicação, e que a TV a Cabo poderia alavancar uma grande infraestrutura de banda larga. Esta era a tese. Por isso a Telebrás entrou forte na discussão, por isso a Federação Interestadual dos Trabalhadores em Telecomunicações (Fittel) entrou também.

Esse conceito de banda larga era claro?

A ideia não era muito clara, reconheço. Mas o discurso da *super information highway*, os projetos similares que surgiam no mundo, como no Japão e na Coréia do Sul, foram deixando tudo mais claro. Por isso, a Lei de TV a Cabo afirmou a rede como única e pública. Essa foi a grande disputa. Todo mundo pensa que foram os canais de acesso público²⁸, mas não foi. Essa foi a grande disputa. A grande disputa era que os empresários aceitassem que a rede deles fosse desagregada. E a Telebrás aceitar que a iniciativa privada construísse redes, o que ela não queria em hipótese alguma. Ela e a Fittel entendiam que não se poderia abrir mão do monopólio, sem que seus formuladores entendessem, naquele momento, que o monopólio só não tinha sido mudado na reforma constitucional por causa da CPI dos Anões²⁹. O Congresso estava no chão. O monopólio teria sido derrubado em 1993 e só não o foi por causa da CPI. Aquilo que parecia uma consagração do monopólio, na verdade, não era. As divergências eram fortes, como se buscar alavancar uma infraestrutura de rede privada, mas com uma filosofia de rede *common carrier*, fosse o que se chamava de “entreguismo”.

Como assim “entreguismo”?

Diziam que nós éramos entreguistas, porque estávamos permitindo que o capital privado fizesse rede e fosse dono dessa rede. Diziam que só a Telebrás podia ser dona da rede, que ela ia construir a rede e o privado ia entrar na rede dela. E a gente dizia: “a Telebrás não

²⁸ Entre os canais de acesso público estavam os dedicados aos poderes Legislativo e Judiciário federal, os comunitários e os universitários. A lei previa que esses canais deveriam ser distribuídos pelas prestadoras de TV a cabo em todos os pacotes ofertados. Essa previsão foi mantida pela lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011, que trata de todos os serviços de TV por Assinatura.

²⁹ A CPI dos Anões do Orçamento investigou, em 1993, um grupo de parlamentares, sem grande repercussão nacional, que teriam praticado crimes envolvendo recursos públicos.

tem capacidade de investimento. Por que não, neste momento, alavancar a infraestrutura, permitindo que a iniciativa privada faça a rede, mas que ela tenha um estatuto público?”

Como o mercado recebeu a ideia da desagregação?

Foi muito difícil, mas eles sabiam que aquela era a base do acordo. Eles sabiam que o acordo só se daria se a rede fosse desagregada. Se tivesse estatuto de *common carrier*, de uso público isonômico.

O mercado precisava do acordo com vocês?

Precisava, porque a lei não passaria no Congresso. Não tinha condição.

Era uma correlação de forças muito especial daquele momento?

Certamente. Circunstâncias que não se repetiriam. No lado do empresariado, quem fazia a mediação entre a família Marinho e os negociadores era o Antonio Athayde, filho do falecido Austregésilo de Athayde, uma pessoa que entendeu o processo e o bancou. Ele teve um papel importantíssimo nesse processo. Ele estava reestruturando a Globosat, e sabia que sem a lei não poderia ir adiante.

O Congresso estava dividido naquele momento?

O relator era o Koyu Iha, do PSDB de São Paulo. A Irma tinha uma boa relação com ele. E a grande maioria dos parlamentares não entendia bem aquilo, não havia uma preocupação com aquilo. O PT estava preocupado com a eleição de 1994. O momento era de

eleição, ninguém entendia daquilo, era coisa de especialistas, então houve um acordo das lideranças de que eles aprovariam o que a sociedade acordasse.

As entidades da sociedade civil tiveram que ceder em algum ponto específico?

Vários. A maior foi transformar a outorga em concessão. A gente sabia que tecnicamente era um absurdo, mas o empresariado queria a segurança técnica da concessão como contrapartida por abrir a rede.

E o que as entidades da sociedade civil defendiam nesse caso?

Uma autorização, uma licença normal. Outra coisa: a gente gostaria de fomento para os canais de acesso público, mas havia o argumento de que a indústria ainda iria se constituir. Não dava mesmo pra pensar em fomento naquele momento. Sabia-se que os custos de fazer as redes era muito alto e a rede era, como não poderia deixar de ser, o início de tudo.

A primeira regulamentação do MMDS é de 1994. A do DTH é de 1997, mas em 1994 e 1995 já se previa no que o DTH poderia se transformar.³⁰ Não se pensou em criar uma Lei de TV por Assinatura?

Ninguém pensava isso, não se tinha clareza. Primeiro a gente achava que o MMDS era uma tecnologia furada para TV por

³⁰ A regulamentação da TV por Assinatura no Brasil, em seu início, previu diferentes serviços em função das tecnologias de distribuição dos conteúdos. O serviço de MMDS pressupunha a distribuição por microondas e o DTH, via satélite.

Assinatura, só a Abril e seu diretor Walter Longo acreditavam naquilo e a gente não dava muita atenção ao MMDS. Estávamos certos. DTH? Nem nos Estados Unidos, naquela época, o DTH era uma realidade. Tanto que a lei de 1994, nos Estados Unidos, é o *Cable Telecommunications Act*. Então é fácil olhar isso sob a perspectiva atual, mas naquele momento era *cable, cable, cable*. O MMDS não tinha futuro e o DTH era uma possibilidade distante. O foco era muito centrado na questão da infraestrutura. A disputa foi a rede.

Qual foi o papel do FNDC em outros momentos posteriores, como a aprovação da Lei Geral de Telecomunicações (LGT)?

Foi tímido. E havia uma clivagem ideológica difícil.

Em relação a quê?

As duas forças do FNDC eram a Fenaj e a Fittel. A Fenaj não tinha uma posição, se bem recorde, necessariamente contrária à privatização. Pelo menos o Daniel entendia que a Telebrás havia chegado a um limite, com o que eu concordava. O aparelhamento partidário da Telebrás tinha praticamente destruído a empresa e pensávamos que a abertura do capital poderia ser algo interessante. A Fittel entendia que não se podia mexer no modelo em hipótese nenhuma. Havia cabeça-dura de um lado e, talvez, excesso de pragmatismo do outro. Essas coisas acontecem. É evidente que existia um meio do caminho nesse processo. Lembro de uma reunião em que o deputado Jacques Wagner chamou todos na Câmara dos Deputados e disse: “O que a gente faz?” Lembro da fala do Marcio Wohlers, que formulava até para a Fittel as questões de telecomunicações...

Onde ele estava nesta época?

Na Unicamp. Ele tinha a ideia de uma “Brasil Telecom” com *golden share* e capital aberto, mas de maioria nacional. Marcio tinha feito estágio na Telecom Itália e defendia esse modelo europeu. Lembro que participei dessa discussão com o Jacques Wagner, líder do PT, e estavam todos – Daniel, Beth Costa, Fenaj, Fittel, Abraço, CUT, muita gente. Como eu morava em Brasília e o Marcio em Campinas, o Jacques chegou a me perguntar se eu não queria coordenar esse trabalho. Eu falei: “de jeito nenhum”, porque já tinha vivido a experiência, traumática até certo ponto, da Lei do Cabo e não queria aquele enfrentamento de novo.

Como foi esse enfrentamento?

Da sacralização do monopólio estatal e da Telebrás contra uma posição mais flexível e liberalizante.

Qual foi o seu posicionamento em relação à privatização?

Nesse sentido que te falei. Não era uma posição formal, mas era uma posição de que não se deveria insistir na manutenção do *status quo*. Deveria ser possibilitada a flexibilização, buscando-se uma alternativa.

Essa foi a posição que venceu no FNDC?

O FNDC não chegou a entrar nessa discussão, não chegou a formar uma posição. Não chegou a apresentar nenhuma proposta. Quem chegou a apresentar uma proposta foi a Fittel. Houve falta de diálogo entre Fenaj e Fittel, porque a Lei do Cabo e a perda de rede tinham provocado um cisma. Eu acho que faltou – posição pessoal

minha -, por parte de setores importantes da Fittel, uma percepção de que 1993 tinha sido um lapso, um acaso, de algum modo tinha que se preparar para uma mudança de governo. Mas rompeu-se o diálogo, não se construiu o projeto comum e, aí, os tucanos e o FHC nadaram de braçada na emenda e na mudança de modelo.

Foi fechado algum posicionamento em relação a LGT?

Não, morreu a discussão completamente.

O marco desse processo seria a EC nº 8 e não a LGT³¹?

Sim, a EC nº 8 mudou tudo, separou a radiodifusão, pegou todo mundo despreparado para a discussão.

O que o FNDC e as entidades da sociedade civil discutiam, então, em 1997, ano de aprovação da LGT?

Havia uma grande atenção com a implantação da Lei do Cabo. É só lembrar que os primeiros editais saíram nessa época, a regulamentação saiu nessa época. E a falta de uma articulação maior, o que ocorreu na Constituinte, entre as áreas de ciência e tecnologia, comunicação social e telecomunicações. Entendo que

³¹ A Emenda Constitucional nº 8, de 15 de agosto de 1995, é vista como a primeira medida legislativa concreta voltada à privatização do Sistema Telebrás. Essa emenda alterou o dispositivo constitucional referente ao monopólio estatal no setor de telecomunicações e passou a permitir a exploração desses serviços diretamente pelo Estado ou por meio de instrumentos de outorga nos termos de lei específica, que viria a ser a LGT; previu a criação de um órgão regulador, sendo futuramente criada a Anatel; e separou, em inciso seguinte, o dispositivo referente aos serviços de radiodifusão, o que levou diferentes autores a defenderem que a alteração constitucional estabeleceu modelos regulatórios distintos para as telecomunicações e a radiodifusão.

isso foi causado, para o bem ou para o mal, pelo 'cisma' da TV a Cabo.

E como o FNDC se comportou em relação à EC nº 36³², relativa ao capital estrangeiro e ao artigo 222 da CF?

Ele era contra. Naquele momento, a posição do movimento era a seguinte: não há por que mudar um artigo sem mudar o modelo. Impasse que continua até hoje. Mudam-se as partes, mas nada se faz em relação ao todo. Tem sido assim com a TV Digital, com a TV por Assinatura... Uma pena.

³² Por meio da Emenda Constitucional nº 36, de 28 de maio de 2002, passou a ser admitida a presença de até 30% do capital total e do capital votante de origem estrangeira em empresas jornalísticas e de radiodifusão.

Renato Guerreiro³³

Como foi seu início de carreira?

Eu me formei na PUC-Rio, em julho de 1973, em engenharia de telecomunicações. Trabalhei um ano, de julho a agosto do ano seguinte, na TV Educativa, cedido ao Programa Nacional de Teleeducação (Prontel). A gente desenvolvia projetos de emissoras educativas de rádio e TV para várias cidades brasileiras.

Como foi a sua experiência no Prontel?

Muito rica, muito boa. Não só a questão técnica, sobre a qual aprendi muito, como a questão de projetar emissoras de rádio e fazer análise de interferência. Também aprendi, na TV, sobre estúdios, corte, editoração. Era muito interessante, mas muito repetitivo. Depois de fechar um projeto, os outros eram parecidos. Em pouco tempo, a rotina passou a oferecer poucos desafios. Então fui procurar outras oportunidades e levei meu currículo a Embratel, no Rio de Janeiro, no primeiro semestre de 1974. A Telepará, a estatal do Pará naquela época, tinha sido recém-adquirida pela Telebrás e lá assumiram novos diretores em abril daquele ano. O diretor saiu da Embratel do Rio e foi para lá. Ele era paraense como

³³ Primeiro presidente da Agência Nacional de Telecomunicações, de 1997 a 2002, e, antes, diretor, secretário e secretário-executivo do Ministério das Comunicações. É habitualmente considerado personagem central no processo de privatização do Sistema Telebrás. Faleceu em 28 de fevereiro de 2011. Entrevista realizada em 12 de maio de 2008.

eu e coincidentemente fui levar meu currículo para um gerente de departamento que era muito amigo desse paraense que tinha ido para lá, o Abrão Levy. Quando ele viu meu currículo, viu que eu era paraense e mostrou-o para o Levy, que, por coincidência, estava no Rio. Ele disse: “olha, tem um paraense querendo vir trabalhar aqui”. E o Levy estava em busca de pessoas que quisessem ir para lá. No dia seguinte ele me ligou, ficamos conversando. Eu estava recém-casado, esperei as férias e, no fim de julho, fui a Belém e fiquei lá de 1974 a 1984. Praticamente dez anos. Fiquei cinco anos como engenheiro, depois fui gerente de divisão, de departamento e assistente de diretor. Em 1978 vim para a Telebrás e, em 1979, passei para o quadro da Telebrás, porque estava quase no cargo mais alto da Telepará, era assistente de diretor, que é quase vice-diretor. Aí já estava mais ou menos na mesma angústia que tinha quando estava no Prontel. Não via mais horizonte na minha frente e, conversando com o pessoal da Telebrás, eles me convidaram para vir. Vim chefiar uma divisão na Telebrás.

Que divisão?

Acho que era de planejamento técnico, ficava no departamento de planejamento. Ela cuidava da coordenação dos projetos de integração das teles com a Embratel. Lá fiquei só cinco meses, porque, em março de 1979, houve eleição para diretor em todo o Sistema Telebrás. E, nesse novo mandato, o Presidente lá da Telepará me convidou para assumir um cargo de diretor. Fui diretor de operações, depois diretor técnico durante cinco anos e voltei para a Telebrás em 1984. Fiquei na Telebrás como gerente do departamento de gestão de investimentos, depois de operações, de recursos humanos, de coordenação e planejamento empresarial... fiquei na Telebrás durante nove anos dessa vez. Tive uma saída muito rápida, porque fui presidir a Telpe, que era a companhia telefônica de Pernambuco, durante três meses, até março de 1993,

quando fui convidado para vir para o Ministério das Comunicações.

Quando foi seu primeiro contato com a discussão sobre uma possível privatização do Sistema Telebrás?

Foi na própria Telebrás, quando ainda estava no departamento de gestão de investimentos em 1984. O diretor era o Marco Aurélio de Almeida Rodrigues e, toda semana, fazíamos uma reunião depois de todas as reuniões de diretoria da Telebrás. Numa dessas reuniões se comentou sobre uma possibilidade de o Sistema Telebrás vir a ser privatizado em alguns anos. Mas foi um comentário muito *en passant*, sem muita consequência, sem muita solidez.

Em 1984 já se discutia uma possível privatização?

Não era discussão. Era uma conversa de bate-papo, ventilou-se muito rapidamente esse tema numa reunião sem nenhuma consequência interna na Telebrás.

E esses rumores foram se intensificando?

Não, morreram naquela hora mesmo, porque se afastou a possibilidade disso, era uma mera especulação. Provavelmente as pessoas que estavam na reunião nem se lembram disso. Ali não se falou mais nisso. Depois veio a Constituição Federal em 1988, que consolidou o modelo estatal. Em 1990 foi promulgada uma lei, no governo Collor, que reorganizava o Sistema Telebrás, mas não se falava de privatização, em sete ou oito empresas regionais – no Norte era uma, no Nordeste eram duas, reunindo algumas

empresas. A lei foi aprovada no Congresso, mas acabou não sendo implementada.

Quando ocorreu sua chegada ao Ministério das Comunicações?

Em 1990, quando o Presidente Collor assumiu, ele unificou todos os ministérios ligados à infraestrutura. O novo ministro era o Ozires Silva. O ministério teve uma vida muito curta, durou praticamente dois anos e, quando o Presidente Collor saiu, o Presidente Itamar assumiu. Voltou-se à estrutura antiga que existia – primeiro separou-se o Ministério de Minas e Energia, depois o de Comunicações e Transportes. Em 1993 o ministro das Comunicações era o Hugo Napoleão. Com a volta do ministério, surgiram várias oportunidades, vários lugares que tinham sido preenchidos, porque com a fusão a estrutura tinha sido praticamente absorvida. Havia pouca gente na área de Comunicações. Surgiram essas oportunidades e eu fui convidado para dirigir o departamento de tarifas de serviços de telecomunicações.

Quem te convidou?

Savio Pinheiro, escolhido secretário de serviços de telecomunicações. Eu tinha duas coisas na cabeça naquela oportunidade, por isso aceitei o convite: a primeira era a tarifação de celular, porque, até aquela época, sempre quem pagava a chamada era o dono do celular, mesmo que ele estivesse recebendo a chamada. A segunda coisa era o valor do serviço de telefonia fixa, porque, naquela oportunidade, esse serviço era extremamente subsidiado. E ele era um serviço que atendia basicamente às elites brasileiras. O DDD e o DDI eram extremamente caros para que a assinatura básica e o pulso fossem muito baratos. Mas as pessoas

de baixa renda não podiam ter um telefone, porque o aparelho custava mais de US\$ 1 mil. As pessoas não tinham acesso ao serviço. Quando se aumentam as tarifas do serviço de longa distância, onera-se todo o setor produtivo. Aquilo que é um insumo para o setor produtivo é repassado para o custo das coisas. Então o pobre não tinha telefone e ainda pagava o subsídio que a grande indústria estava oferecendo para os donos dos telefones residenciais.

Nesse momento já se pensava em uma possível privatização do Sistema Telebrás?

Ainda não, não se cogitava isso. Pensava-se numa mudança da estrutura, porque eu achava que era muito perverso colocar na conta do mais pobre esse subsídio que era passado ao mais rico que tinha telefone. Era a mudança tarifária, não se cogitava a privatização ainda.

E como foi sua chegada à secretaria-executiva do ministério?

Um ano depois de eu chegar à secretaria, como diretor do departamento de tarifas, Sávio saiu do ministério, no fim de 1993, com o ministro Napoleão. Foi nomeado o ministro Djalma Moraes e a pessoa que naturalmente substituiria o Sávio, o Roberto Blois, chefe de um dos departamentos, estava indo para a Comissão Interamericana de Telecomunicações (Citel) para ser o secretário-executivo. Com a saída dos dois, o nome que naturalmente surgia para ser o Secretário dos Serviços de Telecomunicações era o meu. Djalma me convidou e eu aceitei. Era o último ano do governo Itamar Franco. Eu fiquei na secretaria até o fim do ano e, inclusive, estava me preparando para deixar o ministério, porque nunca fui de política, não conhecia ninguém do governo que estava entrando.

Mas a minha experiência lá me fez escrever um documento com uma análise do setor de telecomunicações no Brasil, incluindo radiodifusão e setor postal e uma proposta de ações para o desenvolvimento desse setor. Passei esse documento para um amigo que trabalhava no Ministério da Fazenda, que fez com que ele chegasse ao Paulo Renato, que, por sua vez, fez com que chegasse ao Sérgio Motta, escolhido ministro das Comunicações em dezembro. Ele mandou me chamar e a conversa foi no sentido de “li o seu documento, quero que você continue”. Ele disse que os planos dele envolviam ampliar os investimentos, profissionalizar o setor, tudo aquilo pelo que a gente, no Sistema Telebrás, sempre lutou, porque, da época do general Alencastro³⁴ até 1985, o Sistema sempre foi tratado de uma maneira profissional. Em 1985 politizou-se o Sistema e aí desandou, começou um processo de deterioração.

O ministro Sérgio Motta já tratava da privatização do Sistema Telebrás no início do governo FHC?

Não, ele ainda não cogitava isso.

Não cogitava?

Não cogitava. Na realidade, a privatização foi consequência de um projeto de comunicações para o país, foi a solução de um projeto. Ele me convidou e eu continuei na Secretaria de Serviços de Telecomunicações e o secretário-executivo foi o Fernando Xavier, que, depois, viria a assumir a presidência do Sistema Telebrás. Aí nós começamos a desenvolver o projeto de criação de uma agência reguladora.

³⁴ Presidente da Telebrás de 1974, quando sucedeu Euclides Quandt de Oliveira, a 1985. Faleceu em 29 de novembro de 2011.

Como surgiu essa ideia e como ela se encaixaria num modelo que tinha um ministério e operadoras estatais?

Surgiu no bojo de uma transformação no mundo todo. A agência mais antiga é a FCC, dos Estados Unidos, que é da década de 1930. Na Europa, isso começou a ocorrer a partir da década de 1980, com a privatização no Reino Unido. As agências reguladoras eram uma consequência de um movimento mundial e isso era muito discutido nos encontros internacionais da UIT. Em todo o mundo as pessoas foram se conscientizando da possibilidade de o setor ser regulado por uma agência.

Mesmo com uma operadora estatal.

Em alguns casos, mesmo com uma operadora estatal. Na realidade, havia uma combinação das duas coisas. É preciso que haja uma agência reguladora forte e isso já prepara o setor, porque, se for para privatizar, já existe a agência reguladora.

E seria mantido o Ministério.

O ministério seria mantido como formulador de políticas públicas, como foi mantido e como deve ser. O amadurecimento com relação à privatização surgiu como consequência de dois estudos que foram feitos em 1995. Nós fizemos um estudo prospectivo – nesse trabalho que fiz em 1994 já havia uma previsão – sobre a necessidade de vultosos investimentos para poder atender a demanda. O documento era sobre como verificar qual era a demanda e como fazer para atendê-la. Ao mensurar essa demanda, verificou-se que o Estado brasileiro não botaria dinheiro do orçamento para fazer aquilo. Quando o Sistema Telebrás começou,

o Brasil tinha cerca de dois milhões de telefones. No final de 1994 o Brasil tinha 13 milhões de telefones fixos, uma média de 500 mil novos telefones por ano. Naquela oportunidade, a projeção que se fez era de 25 milhões de telefones em cinco, seis anos. Essa era a demanda e o telefone era vendido por milhares de dólares em determinados bairros, porque a companhia telefônica não tinha telefone para instalar. Há uma foto famosa: no dia e na hora do jogo Brasil x Holanda pela Copa do Mundo de 1994, havia uma fila enorme no Estádio do Pacaembu, em São Paulo, para as pessoas se inscreverem na Telesp para comprar um telefone. Ele seria pago em dois ou três anos e seria entregue três anos depois. A ansiedade das pessoas por telefones era uma coisa absurda e não havia aparelho para venda nas empresas.

A equipe do Ministério foi reformulada para conduzir o processo de privatização?

Foi reformulada, eu falo já. Nós chegamos à conclusão de que tínhamos que ter mais de 25 milhões de telefones no Brasil só para atender a demanda reprimida. E aí como fazer, se o Estado brasileiro tem outras prioridades – educação, saúde, segurança? Ninguém vai tirar dinheiro do orçamento para botar aí. O que a Telebrás gerava ela investia, sem nunca depender do governo. Mas ela ia precisar do governo, porque não ia ter como fazer um volume de investimento tão grande. Como consequência disso surgiu a privatização. Não foi pensado “vamos privatizar”. Era preciso privatizar, porque, naquele momento, era a única forma de aportar investimentos para atender as demandas da sociedade. Foi esse o raciocínio. A partir daí é que se começou a falar de uma maneira consistente em privatização.

Essa foi uma constatação do ministro ou da equipe toda?

Da equipe toda, com base em estudos que foram feitos e que mostravam que não haveria como, se não existissem investimentos privados.

Isso ocorreu em 1995?

Sim. A equipe era: o Fernando Xavier, que era um secretário-executivo novo, que chegou junto com Sérgio Motta. Eu continuei na secretaria, não houve mudança. Existia uma Secretaria de Outorgas, ocupada por Egydio Bianchi, que chegou com o ministro. O Sérgio Motta trouxe umas cinco pessoas e o restante da equipe era composta por pessoal oriundo do Sistema Telebrás mesmo. Quando o trabalho começou a ficar pesado, montou-se uma equipe na Secretaria-Executiva, coordenada pelo Ércio Zilli, que era, então, da Telebrás. Essa equipe reunia vários profissionais da Telebrás que desenvolviam os documentos mais consistentes, chamados Pastes.

Quem estava nesta equipe?

O Zilli, o Valente, que hoje está na Telefônica... Não vou lembrar todos os nomes...

Àquela época, a Secretaria de Serviços de Comunicação tratava de quais serviços?

Todos. Telefonia, radiodifusão, televisão, serviços postais. Além dessa, existia uma secretaria de outorga, outra de fiscalização... o planejamento era feito dentro de cada uma das áreas. Em novembro de 1995, houve uma mudança no ministério do Presidente Fernando Henrique. Saiu o ministro da Aeronáutica e o cargo foi ocupado pelo presidente da Telebrás, que era um brigadeiro.

Fernando Xavier, que era o secretário-executivo do ministério, assumiu a Telebrás e eu passei a ser o secretário-executivo.

Fala-se que o ministro Sérgio Motta planejava uma Agência Nacional de Comunicações, que incluiria radiodifusão e serviços postais. Por que isso não se concretizou?

Porque ele faleceu. Na realidade, ele não apenas defendia, ele tinha um projeto e estava absolutamente convicto disso. Na nossa posse no Conselho Diretor da Anatel, em 5 de novembro de 1997, ele fez uma exposição de todo o trabalho que havia sido feito até então e disse quais seriam os próximos passos. Ele mostrou até uma estrutura de como seria o ministério e como seria a Anatel, que se transformaria numa Anacom. O próximo passo era uma Lei Geral de Comunicação de Massa, que já estava no ministério e à qual ele daria sequência, depois da Lei Postal.

O Ministério apenas formularia políticas públicas?

Isso.

De onde vinha essa divisão?

Esse é o modelo tradicional, porque, na verdade, quem formula política pública no mundo, quem explicita a política pública de cada setor são os representantes que o povo escolhe para fazer isso.

Houve, na equipe do Ministério das Comunicações, alguém que tenha se oposto à privatização da Telebrás e tenha deixado o órgão?

Que eu tenha conhecimento, não. Não me lembro de ninguém.

Por que a LGT não tratou da radiodifusão?

Porque a radiodifusão é um setor muito específico, muito especial. Naquela oportunidade não se tinha um conhecimento aprofundado e amadurecido para conduzir os dois segmentos simultaneamente. O segmento de radiodifusão era um segmento em que a sociedade brasileira, de uma maneira geral, estava bem atendida, porque a radiodifusão já alcançava mais de 90% dos lares brasileiros, tinha uma certa concorrência, existiam canais, existiam alternativas. A demanda mais reprimida era por telefonia, era o que estava mais atrasado do ponto de vista da sociedade, logo se resolveu focar primeiro no setor de telecomunicações. Como o setor de radiodifusão já era privado e independia de ações do governo, o governo queria colocar no alvo dos investidores um setor que ainda era estatal.

Essa foi uma posição consensual no Ministério?

Foi muito claro, desde o início, que tínhamos que tratar dos temas em momentos distintos, embora a radiodifusão também devesse ser tratada com outro enfoque. O que orientaria a questão da radiodifusão não eram as mesmas questões que orientavam o segmento de telecomunicações. Eram situações e ambientes diferentes.

Então o CBT, que era uma legislação convergente, originaria dois filhotes, a LGT e a Lei Geral de Comunicação de Massa?

O CBT não era tão convergente. Era uma lei de radiodifusão, que pegou telecomunicações meio pelo rabo. Ele é 80% radiodifusão, foi

feito para a radiodifusão. Telecomunicações entraram lá, porque, em 1962, já se tinha uma visão de criar uma empresa de longa distância, que foi a Embratel. Não se pensava na telefonia local, tanto que a Lei da Telebrás teve que ser feita mais de dez anos depois. Só se pensou na questão da empresa tronco, que era a Embratel. Então o CBT tratou um pouco de telecomunicações. Mas a ideia era fazer a Lei de Comunicação de Massa em um segundo estágio, de forma integrada a LGT. Não se pretendia fazer algo completamente diferente, era preciso que elas convergissem para um único desaguadouro geral.

Seria uma lei ou seriam duas?

Duas leis e uma terceira para o serviço postal, casando-se tudo.

Por que a LGT tratou apenas de forma pontual da TV por Assinatura, desconsiderando incompatibilidades da regulamentação desse serviço com o novo marco? Esse é o caso, por exemplo, das concessões como instrumentos de outorga para a TV a Cabo.

Isso foi uma questão mais política de respeito e de convivência harmônica entre os poderes Legislativo e o Executivo. A Lei de TV a Cabo tinha sido fruto de longa discussão no Congresso Nacional durante mais de cinco anos. Desde 1990 ela vinha sendo debatida. Eles conseguiram finalmente ter uma lei aprovada no fim de 1994, tanto que o Presidente Fernando Henrique sancionou a lei em 5 de janeiro de 1995. Também não era do governo Itamar, era uma lei de muito tempo no Congresso. Nós também não tínhamos muita noção do resultado da TV por Assinatura naquele momento. O foco era a questão da telefonia, que incomodava muito. Achou-se por bem não criar um embaraço com o Congresso para revogar uma lei

que passou cinco anos sendo discutida. Tentou-se conciliar, passando já para a Anatel tudo que fosse possível, sem mexer na Lei de TV a Cabo. Depois é que ela veio a se mostrar incompatível com a evolução que veio a acontecer. Isso não foi percebido naquele momento.

Hoje qual é a sua avaliação sobre aquela decisão?

Acho que, naquele momento, ela foi correta. Embora ache hoje, ou tenha achado depois de alguns anos, que podíamos ter feito outras coisas sem revogar a Lei do Cabo, flexibilizando certas coisas. Naquele momento havia possibilidade de fazer isso, sem efetivamente revogar a lei como um todo. O problema é que não tínhamos nem noção, naquele momento, de quais seriam os grandes obstáculos naquele momento. Então era muito difícil fazer uma análise.

Voltando ao Sistema Telebrás, os funcionários participaram das discussões acerca da privatização?

Acho que não, mas não acompanhei muito o processo. Como secretário-executivo do Ministério das Comunicações, acompanhava mais de longe esse processo, porque ele era efetivamente conduzido pela Telebrás. Não só a preparação da Telebrás para a privatização, como a realização da própria privatização, a organização das bases de dados naquela oportunidade. Todo o processo era muito conduzido pelo Fernando Xavier e ele era muito cioso da sua responsabilidade e do seu espaço. Então a gente não tinha grandes problemas de conflito, porque tínhamos uma divisão muito clara das responsabilidades. Quem cuidava do processo de privatização era o Fernando Xavier. Eu cuidava, no Ministério, da preparação do regulador – da lei e do

órgão. Eu não tinha um envolvimento muito presente, embora pertencesse ao Conselho de Administração da Telebrás. Como parte do conselho, você não participa do dia-a-dia da empresa, apenas do processo estratégico. Eu não me lembro de ter conhecimento de nenhum processo de discussão com o corpo de empregados. Isso certamente não aconteceu, até porque não sei nem se havia condições de fazer isso, era muita gente no Brasil inteiro. Mas os gerentes, de alguma forma, sempre participaram, porque todas as informações que foram organizadas para o processo de privatização, as avaliações que foram feitas antes pelas consultorias, isso envolvia uma quantidade de empregados muito grande. Acho que houve uma consciência dos empregados que estavam vivenciando aquele processo.

Existem relatos de dois profissionais da Telebrás que faleceram durante reuniões acerca do processo de privatização – um no Ministério, outro no Centro de Treinamento.

Eu estava presente numa reunião em que faleceu um grande amigo meu no CT, que eu chamei para trabalhar na Telepará, mas isso não tem nada a ver. Esse eu conhecia, era o Simeão, um grandão. Tinha estudado comigo, foi meu contemporâneo de curso secundário em Belém. Ele faleceu depois de um almoço, caiu, teve uma síncope e faleceu, mas isso não tem nada a ver com o processo de privatização. É folclore.

Quando o senhor teve certeza de que o Sistema Telebrás seria efetivamente privatizado? Houve um momento específico?

Não, não houve um momento... certeza mesmo, só quando a lei foi aprovada. Tive muito rapidamente a convicção de que era necessário privatizar a Telebrás. Era a convicção de que a única

forma de atender a sociedade era por meio da privatização. Naquele momento era a única alternativa que se tinha.

Como foi o dia 29 de julho de 1998, data da privatização?

Estava na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro. Estava assistindo lá. Na Anatel, nós trabalhamos no processo de privatização no exame da documentação dos candidatos, porque cabia à Agência avaliar se as empresas candidatas atendiam à regulamentação. Nós trabalhamos nisso. Fui ao Rio de Janeiro na véspera e assisti ao leilão. Estava lá na Bolsa de Valores.

Houve protestos?

Houve. Do lado de fora, houve protestos de sindicatos, mas dentro não houve nenhum tipo de problema.

Qual foi a sua sensação depois da batida de martelo?

Nenhuma. Inclusive eu não participei desse momento, porque eu não tinha nada a ver com a venda da empresa. O órgão regulador não tinha nada a ver com isso. Achei que foi bom para o Brasil, que era bom para o Brasil, continuo convencido de que foi bom. Não tive nenhuma sensação muito especial.

Walfrido Rodrigues de Melo³⁵

Como começou sua trajetória na Telebrás?

Iniciei na Telebrás, em 20 de janeiro de 1986, como *office-boy* da Presidência, depois fui para a área de serviços gerais e fiquei um bom período. Aos 18 anos comecei a trabalhar na área de serviços gerais como auxiliar administrativo. Depois dali passei por microfilmagem, telex, área de recursos humanos. Trabalhei com cadastro de pessoal, folha de pessoal e gestão de recursos humanos, onde fiquei durante mais tempo. Esse período coincidiu com a privatização.

Conte um pouco sobre esse período. Quais eram suas atividades no dia-a-dia?

Na época da privatização eu era assistente administrativo da área de gestão de cargos e salários do Sistema Telebrás. Nossa área era responsável pela administração dos planos de carreira do Sistema e Telebrás sede, além do suporte às negociações de acordo coletivo. Periodicamente eram realizadas pesquisas salariais. Com base nelas trabalhávamos no plano de carreiras, nos valores iniciais por carreiras, esse tipo de coisa. No período que antecedeu a privatização, nós inclusive estávamos trabalhando em um plano de

³⁵ Funcionário de carreira da Telebrás desde 1986, tendo trabalhado em diversas áreas da empresa. Em 1998 foi cedido à Agência Nacional de Telecomunicações, onde exerceu cargos de coordenação e assessoria de duas superintendências. Entrevista realizada em 7 de fevereiro de 2008.

revisão de cargos e salários de todo o Sistema. Esse trabalho foi tocado até que tivemos a sinalização de que o Sistema seria, de fato, privatizado. Esse assunto foi deixado de lado, porque já não fazia mais sentido discutir um plano de carreira com um sistema que seria totalmente dividido, com um gestor privado administrando. Daí por diante começamos a trabalhar com as ações que seriam feitas para minimizar o impacto da privatização nos quadros.

Quais eram as principais inovações desse plano de carreiras?

Existia uma discussão com a Secretaria de Controle das Estatais do Ministério do Planejamento. Nós queríamos unificar os cargos. É mais ou menos o que se tem hoje por carreiras: teríamos um grupo de especialistas de nível superior e outro de nível médio, como ocorre nas agências reguladoras hoje. O que acontecia? Nós tínhamos advogados, engenheiros e eventualmente havia uma discussão muito grande sobre desvio de funções. Alguém dizia: “Olha, eu sou advogado, mas também tenho formação em contabilidade. E aí queria trabalhar em contabilidade e queria que isso constasse dos assentamentos (que nós chamávamos de dossiê de pessoal) que eu estou há dez anos trabalhando como contador e não como advogado”. A inovação, por volta de 1994 ou 1995, era ter uma carreira dentro do sistema, de nível superior. O que chamávamos de “cargo amplo” poderia reunir pessoas com formação em Direito, Contabilidade e outras e a Telebrás não teria problemas se essa pessoa exercesse essas funções lá dentro. Essa era uma grande inovação, mas tivemos uma resistência do Conselho de Administração e também da OAB, que questionou isso. Houve resistência de um lado, porque, enquanto alguns queriam ter flexibilidade no cargo, outros queriam que ficasse registrada a formação original. Também estávamos discutindo a questão salarial, porque percebemos que nosso piso salarial estava relativamente defasado. Até então a Telebrás não tinha feito

nenhum concurso público. As últimas admissões do Sistema antes do concurso foram em 7 de julho de 1989. Quando começamos a tratar do concurso, percebemos que nosso salário estava muito abaixo do mercado.

Quando foi feito o concurso?

Em 1993 ou 1994. Foi um concurso em que tivemos problemas para receber pessoas justamente por causa da questão salarial. Eram salários baixos, pouca gente ficou e diversos saíram.

Até então como eram as admissões nas operadoras estaduais?

Até a promulgação da Constituição Federal de 1988 não existia obrigatoriedade de concurso público. A Telebrás realizava um processo seletivo, no qual as pessoas eram convidadas a fazer uma prova de seleção. A realidade do mercado também era outra. Depois da Constituição houve um momento de homologação da Constituição promulgada, o que se deu em 1989. Até aí as estatais não eram obrigadas a fazer os concursos nos moldes que temos hoje. O Sistema adotava muito um critério de aproveitar a mão de obra formada nas próprias operadoras, como, por exemplo, estagiários (muitos permaneciam), *office-boys*, como foi o meu caso e de muitos que seguiram carreira dentro da empresa. Nós passávamos por um processo de seleção simplificado. Isso era divulgado, mas não era como ocorre nos concursos atuais. As pessoas vinham, faziam uma prova, eram avaliadas e, por fim, admitidas. Por volta de 1986, quando entrei, existia um bom número de vagas dentro da empresa e um número reduzido de pessoas qualificadas com formação de nível superior em Brasília. Em 1978 ou 1979 a Telebrás, segundo nos contam os colegas, ligava para a casa das pessoas perguntando se queriam fazer uma

entrevista. Além disso, veio muita gente de outras empresas do sistema para compor o quadro efetivo da Telebrás.

Então entre 1989 e 1993 a Telebrás não contratou ninguém?

Não contratou ninguém, porque não podia mais contratar. O quadro da empresa era reforçado por pessoas vindas de operadoras do próprio sistema, nós recebíamos gente de todo o país. Assim íamos administrando esse problema da falta de quadros...

Mas as operadoras também não podiam contratar mais ninguém.

Também não. A não ser que fossem feitos concursos públicos e muitas delas fizeram. Mas a Telebrás só fez um concurso público em toda a sua história nos moldes em que nós temos hoje.

Quando começou a ser discutida a privatização do Sistema?

No governo Collor. Assim que ele assumiu, surgiu uma expectativa muito grande em função da privatização da Portobrás e da mudança da Constituição Federal para permitir a entrada do capital privado no setor. Isso foi um pouco traumático. Inicialmente ele chegou a discutir isso, dentro da empresa havia rumores de que esse processo seria levado adiante e alguns até acham que isso não aconteceu em função do *impeachment* dele, que soou até como um alívio para o pessoal do setor. Ele impôs um processo traumático no Sistema, que foi a redução de 10% do quadro. Ali foi o primeiro trauma que tivemos em relação à discussão acerca de ajustes no governo relacionados às empresas estatais.

Como foi superada essa questão?

O processo foi bem traumático, porque não foi discutido. A imposição do governo foi um percentual: “você terão que reduzir seus quadros em 10%”. O quadro de pessoal do Sistema sempre esteve em torno de 80.000 empregados, logo estamos falando de um número razoável – oito mil pessoas. A Telebrás tinha o CPqD, a sede e o centro nacional de Brasília e o de Recife e nós tínhamos que traduzir isso em números. Foi decidido um rateio em que cada área teria que dar sua cota de sacrifício. Os gerentes, na época chefes de divisão, teriam que repassar os nomes aos chefes de departamento e esses aos diretores. Isso gerou um clima terrível durante vários meses, porque ninguém sabia quem seria mandado embora. Havia a famosa lista. Eu infelizmente trabalhava na área de pessoal, logo tinha acesso a essa lista. O pior é que, naquela época, um dos servidores era meu primo... eu sabia que ele ia ser mandado embora, cheguei a ver seu nome lá e não podia falar nada. Coisas da atribuição. Aí foram feitas as cartas de demissão e elas foram encaminhadas aos empregados. Esse assunto foi tratado depois, no governo Itamar Franco, quando surgiu a Lei da Anistia, e muitos desses foram reintegrados ao quadro. Mas ali foi o primeiro susto que nós tivemos, seguido do alívio de não ter ido adiante a intenção de privatização do governo Collor.

E por que alguns funcionários não foram reincorporados?

Muitos não quiseram, porque já haviam retomado a vida. Alguns até tinham falecido.

Acabou o governo Collor, iniciou-se o de Itamar e a empresa começou a formular um novo plano de cargos e carreiras.

No governo Itamar todos se acalmaram, perceberam que o Presidente não tinha intenção de retomar aquele projeto do Collor

e a empresa retomou suas atividades, seus investimentos, seu programa de expansão sempre com uma dificuldade muito grande. Apesar de existir recurso de caixa e capital para investir, nós tínhamos sempre um certo controle quanto ao nível de investimento. Isso gerava angústia no corpo técnico.

Como era feito esse controle?

As estatais têm seu orçamento aprovado da mesma forma que um órgão público. Quando submetíamos um orçamento à aprovação, ele sempre vinha com cortes. Então nós tínhamos recursos, mas não podíamos investir como uma empresa privada. Nós tínhamos uma área de planejamento que tratava da questão da expansão, mas tínhamos um limite para investir, para nos endividar. “Podemos investir?” “Podem.” “Até quanto?” “Até tanto.” “Mas está aquém, podemos fazer mais.” “Não, neste ano vocês só vão fazer isso.” Então o Sistema sempre sofreu desse tipo de problema.

Qual era a expectativa dos funcionários no início do governo Fernando Henrique?

A expectativa não era nada boa. No plano de governo do Fernando Henrique havia a ideia de Estado Mínimo. Então quando nós percebemos que havia essa intenção e ele falou claramente sobre as privatizações, nós imaginávamos que o Sistema, Correios e Petrobrás não iriam sobreviver a esse governo. Mas nós tínhamos a esperança de que Congresso Nacional e alguns segmentos políticos não iriam levar a ferro e fogo essa proposição. Ficou todo mundo naquela expectativa, sob ameaça, mas tocando o dia-a-dia como se nada fosse acontecer.

Essa também era a sua percepção ou alguém te alertou sobre isso?

À época se conversava muito sobre isso internamente. Houve um momento da campanha política em que os sindicatos alertaram sobre a linha privatista do PSDB. Por sermos uma categoria sindicalizada em todo o país, os sindicatos trataram de dizer “olha, quem vota no FHC, vota em privatização”. Mas a massa sindicalizada do setor não era suficiente para provocar uma mudança no processo eleitoral. Naquela época o pessoal era muito ligado ao PT. Nós tínhamos uma grande base de empregados de nível médio e básico que trabalhavam como cabistas, montavam as redes, botavam-nas para funcionar... essa turma sempre foi sindicalizada e nós tínhamos a percepção de que teríamos problemas com o governo FHC graças a essa atuação sindical. Não necessariamente porque as pessoas eram politizadas.

No início do governo, a diretoria da Telebrás se posicionou oficialmente em relação à privatização?

Não, em momento algum. Em momento algum. A Telebrás sempre tocou o dia-a-dia como se nada fosse acontecer. Inclusive após a Emenda Constitucional nº 8, ela continuou agindo como se nada fosse acontecer, mas internamente o clima organizacional já estava bem prejudicado. A própria licitação da Banda B³⁶ do celular já foi um indicativo de que estávamos indo para um processo sem volta, porque havia uma esperança de que o governo tentasse manter uma empresa brasileira de telecomunicações competindo com empresas privadas nacionais ou internacionais.

³⁶ Em 1997, antes mesmo da privatização de todo o Sistema, o governo federal promoveu licitação para a chamada “Banda B”, que permitiu a exploração, à época, do Serviço Móvel Celular por empresas privadas.

Como a Telebrás continuou seu dia-a-dia como se nada fosse acontecer?

A Telebrás estava implantando a telefonia celular no país. A ideia era que as operadoras de telefonia fixa implantassem o sistema celular. Não existiam definições claras. Aí foi aprovada a Lei Mínima³⁷, que já causou um certo *frisson*, mas nós ainda acreditávamos que o governo abriria competição na telefonia celular. “Nós”, no caso, era a base, o pessoal que estava no porão do navio. O pessoal do alto escalão, acredito, já estava bem orientado sobre o que ia acontecer.

Mas não contava ao pessoal da base.

Em hipótese alguma. Nós não tivemos nenhuma reunião para tratar dessa questão com o presidente da Telebrás ou com diretores. As informações vinham pelo sindicato ou pela imprensa, mas, por estarmos dentro do sistema, percebíamos que os movimentos já estavam pré-determinados. Com a Lei Mínima e com a licitação da Banda B do celular, começamos a acompanhar isso bem mais de perto e a perceber que a gente estava indo já para um caminho de privatização. Mas o insucesso das operadoras da Banda B nos dava alguma esperança. Em seguida as coisas começaram a tomar forma, com a discussão sobre a criação do órgão regulador, a contratação dos serviços de consultoria para efetivar a criação do órgão regulador e a desestatização do sistema.

Foi aprovado o novo plano de cargos e salários?

³⁷ Conhecida como “Lei Mínima”, a lei nº 9.295, de 19 de julho de 1996, alterou a organização dos serviços de telecomunicações e estabeleceu algumas diretrizes em relação ao futuro órgão regulador, dentre outras medidas.

Ele nem chegou a ser submetido à diretoria da Telebrás. A conclusão desse plano e de suas pesquisas coincidiu com o início da tomada de decisões sobre o processo de privatização e a contratação das consultorias. Aí não existia mais ambiente para discutir isso.

E como a equipe que trabalhou naquele plano foi comunicada da desistência?

À época foi feita uma apresentação ao presidente da Telebrás e ao diretor de RH e nunca houve uma posição sobre se ele seria feito. Eles perceberam, pela pesquisa salarial, que nós tínhamos alguns problemas, e decidiram que, no momento oportuno, tratariam dessa questão.

Para quem o plano foi apresentado?

Para o presidente da Telebrás, o diretor de RH, o gerente de RH... As distorções que constatamos não eram absurdas, mas tinham que ser corrigidas.

Quem compunha essa equipe?

Hertz Negrelli, analista de cargos e salários, eu na tabulação, o chefe de RH do CPqD. Na parte de tabulação houve o auxílio de funcionários da Telerj e da Telesp, enfim, uma equipe grande.

Quando o senhor teve a certeza de que o Sistema seria privatizado?

Quando já estava sendo discutida a LGT, percebemos que seria muito difícil voltar. Com a força e a empolgação da aprovação da EC nº 8, percebemos que o Sistema já era uma carta fora do baralho. Além disso, havia as ações políticas e as da mídia ressaltando as nossas deficiências. Outro fator interessante foi a expansão do investimento. Foi absurda. Não me lembro de termos tido tanto investimento em um prazo tão curto e isso pode ser verificado no balanço final do período do Sistema. Salvo engano, nos últimos anos, chegamos a investir na casa dos bilhões.

Isso era consensual?

Ninguém tinha mais dúvidas. Percebemos o sindicato quase indo às vias de fato, porque não havia mais com quem conversar. Setores da mídia nos atacavam quase diariamente.

Quando baixou esse desânimo geral?

Em 1996 já estávamos sob o bombardeio da mídia. Lembro que os telejornais, quando tratavam de telecomunicações, só falavam de deficiências do Sistema, da falta de acesso aos telefones. Surgiu até, à época, uma associação ou um grupo em favor da privatização, que fazia propagandas na televisão. Só apareciam as nossas deficiências que, na percepção dos empregados, eram resultantes de uma decisão que o governo já vinha tomando de cessar investimentos no setor. O governo argumentava que não tínhamos dinheiro, que tínhamos que respeitar a Lei de Licitações...

Mas os investimentos não haviam aumentado?

Aumentaram nos últimos anos. O governo autorizou um volume de recursos considerável para a expansão da rede e para a sua

digitalização. Esses recursos foram liberados nos três ou quatro anos anteriores à privatização.

E, ao invés de darem novo ânimo à empresa, geraram a convicção de que ela seria privatizada.

Exatamente. Em nenhum momento imaginamos que seria para dar à empresa uma robustez para enfrentar um concorrente privado. Sentíamos que estávamos arrumando a casa para alguém, tornando a empresa atrativa para alguém.

Por que os sindicatos e os funcionários foram incapazes de reagir à privatização iminente?

Acredito que fizeram o que podiam fazer. Realmente os números do Sistema não eram favoráveis – baixa penetração, pequeno número de acessos, telefonia celular incipiente... nossas deficiências foram decisivas, porque minaram nossos argumentos. E não se tratava mais de uma visão nacionalista, porque não existia mais essa percepção. O governo pregava o Estado Mínimo. A sociedade estava cansada de problemas e querendo ter a oferta de um serviço a contento. Nós tínhamos um modelo de comercialização de linha que não era atraente ao cidadão de baixa renda, visto que ele não comprava uma linha telefônica e sim ações da empresa e adquiria o direito de uma linha. Por mais que tente comunicar essa ideia à sociedade, ela não passa. Nós, empregados, então, nos víamos impotentes. O sindicato até tentou argumentar que se tratava de um novo modelo de participação do Estado, mas muito mais avançado do que a gente poderia perceber na época. Nós não tínhamos condição de perceber que isso se tornaria o que se tornou.

Logo depois que foi abortado o plano de cargos e salários, quais passaram a ser as suas atividades na Telebrás?

Assim que os serviços foram contratados por meio de uma consultoria internacional, a privatização já estava definida. O Sistema como um todo já foi sendo preparado para a privatização, o que envolvia uma série de ações internas. Na área de RH o que fizemos foi tentar avaliar os impactos da privatização sobre o corpo de empregados e sobre a Telebrás, porque, como *holding*, ela seria a única a ser fechada. As outras empresas do sistema seriam agrupadas, porém continuariam existindo. Nós sabíamos que os impactos seriam grandes, porque a nossa estrutura de gestão do Sistema era estadual. Existiam as empresas em cada estado e elas possuíam uma estrutura própria de gestão de RH, infraestrutura, gestão contábil e, a partir do momento em que você agrupasse essas empresas, já se imaginava que existiria uma unificação de vários desses setores. Muito provavelmente uma empresa não ia querer ter dez, quinze áreas de RH, folhas de ponto etc. Isso fatalmente iria resultar, em um primeiro momento, principalmente nas áreas de serviços dentro da empresa, em redução de pessoal. Pouco poderíamos fazer quanto a isso, porque não podíamos fazer essa unificação antes da privatização. Em relação à Telebrás, procurou-se ver qual seria a melhor maneira de reduzir esses impactos para os empregados. Como foi pensado isso? Primeiro: tentar uma realocação desses empregados dentro do Sistema, o que chegou a ser feito. Elaborou-se um plano de incentivo do desligamento. À época havíamos percebido que o tempo médio de desemprego de uma pessoa nesse mercado era de um ano, então nós procuramos gerar um subsídio para que esse empregado passasse por esse um ano, mas nada mais que isso. Foi permitido, após uma reunião com o pessoal do TCU, considerando-se que era um único sistema, que a Telebrás poderia mandar pessoas para compor o quadro das operadoras e que essas poderiam enviar funcionários para a *holding*. Imaginávamos que isso não iria acontecer, porque se a

Telebrás ia fechar, por que alguém mandaria funcionários para ela? Então uma parcela dos funcionários iria aderir ao plano de desligamento e outra parcela seria enviada para as operadoras. Aí foram feitos estudos no sentido de criar programas e palestras sobre realocação no mercado, mas isso não prosperou. O clima era muito ruim para se tentar esse tipo de iniciativa. Até ações positivas eram vistas da pior maneira possível. As ações foram mais tímidas em função disso. No fim foram feitas reuniões em que a situação era explicada aos empregados, mas aí já estávamos em um momento de desocupação de prédios para a instalação da Anatel.

Então alguns servidores foram para as operadoras e outros aderiram ao plano de demissão voluntária?

Exatamente.

Cabia a eles aderir a um dos dois?

Exatamente. Eles poderiam optar por ir para as empresas, ou permanecer na Telebrás e aderir ao plano. Por quê? Tínhamos cerca de 900 empregados à época e não tínhamos atividade suficiente para eles. Não tínhamos nem espaço, nem por que manter todos.

O quadro foi reduzido em que proporção?

Hoje nós temos pouco mais de duzentos espalhados pelo país, boa parte aqui em Brasília. Os 900 eram só na sede, porque ainda havia o CPqD. Quando foi criada a fundação, cerca de 680 saíram.

E havia pessoas que não aderiram a nenhuma dessas possibilidades?

Aí surgiu uma novidade. Quando discutíamos essas alternativas, foi promulgada a LGT e surgiu a Anatel. Nós ainda estávamos ocupando o prédio, a Anatel já iniciava suas atividades no Bloco H, vizinho ao nosso, e havia uma convivência um pouco traumática, porque fecharam o túnel de ligação entre os prédios no segundo andar e não tínhamos acesso ao outro bloco.

Quem já estava na Anatel?

Renato Guerreiro, presidente da agência, os outros membros do Conselho Diretor previamente indicados, muitos servidores do Ministério das Comunicações que vieram dar suporte. Vários eram formalmente empregados da Telebrás que estavam no Ministério e vieram. A Telebrás sempre cedeu mão-de-obra ao Ministério. Quando a Anatel foi instalada, percebeu-se que seria necessário pessoal para atender àquela missão. Aí surgiu uma demanda na LGT de que, quando um empregado do Sistema fosse requisitado pela Anatel, isso seria irrecusável. Isso só acontecia em relação à Presidência da República até então. Então vieram as famosas listas: a Telebrás começou a receber correspondências da Anatel solicitando que fossem apresentados os servidores tais e tais. Era nominal: não pediam dez advogados, pediam os funcionários tais. Era impositiva e, por força de lei, a Telebrás enviava seus empregados. No máximo nós ficávamos negociando, porque alguns empregados estavam subsidiando os *datarooms* da privatização, que nós fizemos no período da consultoria para levantar dados para os compradores.

Ou seja, havia três possibilidades para um empregado: transferir-se para uma operadora a ser privatizada; aderir ao plano de desligamento; ou ser chamado pela Anatel. Mesmo assim houve gente que ficou.

Vir para a Anatel não era voluntário. Não foi dada essa opção, vinham solicitações da Anatel e a gente procurava atender.

E os que ficaram?

Muitos foram para o Sistema, as pessoas se ajustaram. Outras se conformaram e ficaram para aderir ao plano e dar outro rumo à vida. Outros vieram para a Anatel e foi um grupo significativo. No início eram cerca de 400, acho. Achávamos que seria necessário um grupo de pessoas que conheciam o Sistema, mas não imaginávamos que seríamos a principal mão-de-obra da Agência. Eu, por exemplo, tinha recebido um convite para trabalhar na Telebrás Celular na área de folha de pagamento. Cheguei a receber a carta do presidente da Telebrás Celular, porque, pelo processo, eu primeiro seria cedido e, depois, seria recebido no quadro da nova empresa. Justamente na época a Anatel requisitou a minha cessão. Ficávamos entre a cruz e a espada, porque não sabíamos o que fazer. Na época surgiram “n” promessas de que nós ficaríamos eventualmente no quadro da Anatel, coisa que, desde o início, eu nunca acreditei por estar na área e por ter participado das discussões da consultoria. Quando foi discutida a questão de quadro de pessoal, eles só apontaram uma solução: transformar a Telebrás em Anatel, porque, senão, não haveria como entrar no quadro da Anatel. Mas houve a tentativa. Esse período foi muito conturbado e os empregados estavam confusos. Os funcionários que estavam próximos de se aposentar aceleraram esse processo. Os que tinham contatos com empresas do Sistema e se sentiam confortáveis decidiram trabalhar nelas. Alguns foram convocados para a Anatel. E não era convite, era convocação, tanto que ninguém recebia ligações com convites. Outros esperaram que a Telebrás terminasse o processo de privatização.

Essas pessoas optaram por ficar.

Considerando a demanda da Anatel, foi necessário manter uma estrutura mínima para que essas pessoas continuassem trabalhando na Agência. Se saíssem todos os empregados da Telebrás, a Anatel ficaria acéfala. O Ministério manteve parte de suas atividades, logo não teria como ceder todo o seu pessoal para a Anatel. Eram necessários servidores para tratar das diferentes questões: o setor de TV por assinatura estava em expansão e realizando licitações; toda a parte de regulamentação do setor móvel precisava ser feita; as discussões sobre novas faixas para esse serviço estavam em curso; e o serviço de telefonia fixa precisava ser regulado.

E como foi a desocupação do prédio? Anatel e Telebrás conviveram, durante algum tempo, no mesmo prédio.

O conjunto de prédios foi comprado pela Anatel e nós nos vimos obrigados a desocupá-lo.

Em torno de novecentas pessoas desocuparam os dois prédios?

Esse número envolvia também o centro de treinamento de Recife, que foi repassado para a Telpe, e o de Brasília, repassado para a Telebrasil. Não havia como liberar todos os empregados de uma vez, aí nós fizemos um programa chamado 5S, inspirado em um modelo japonês de “vamos jogar fora tudo o que não era necessário”. Nós tínhamos que distribuir entre o centro de treinamento e o bloco E, em Brasília, todos os funcionários da Telebrás. Isso começou num dia determinado, se não me engano uma sexta-feira. Foram distribuídas camisetas – “5S: vamos manter só o necessário”.

Quem distribuiu as camisetas?

A própria área de recursos humanos da Telebrás, que comandou esse procedimento. “Vamos manter só o necessário” referia-se, também, a equipamentos e pertences. Abrir os armários, tirar tudo aquilo que estava lá, documentos... tínhamos uma preocupação de que documentos importantes não fossem perdidos e isso não ocorreu.

E para onde os empregados levavam os equipamentos?

Foram montadas áreas de recolhimento no corredor. Havia fitas identificando o que era papel, equipamentos, tudo isso no corredor. Havia equipamentos como máquina de calcular não usada há dez anos – o equipamento foi ficando, ficando, ficou. Então as coisas não foram jogadas fora. Fomos recolhendo os eletro-eletrônicos, papel, relatórios, havia pessoas que guardavam relatórios de dez anos. Depois fizemos uma triagem antes que o material não usado fosse para o lixo, por isso ficou tudo em seus próprios andares. Por que isso? Para reduzir a quantidade de armários. Mesas nem tanto, armários mesmo. O 5S foi feito basicamente só num S, que foi essa limpeza. Ela durou quase um dia inteiro e foi feita por todos os empregados.

Imagino que tenha sido um processo traumático para os empregados.

Eu acho que as pessoas... procurou-se dar uma leveza à coisa. Havia música ambiente, as pessoas estavam descontraídas...

Você lembra a música?

Não lembro. Era algo mais animado para ver se o pessoal entrava no clima. E o pessoal sempre foi muito profissional. Apesar de saberem o que estava para acontecer, em momento algum... o pessoal, ali, já tinha aceitado e não dava mais para voltar atrás.

E, dias depois, todos os empregados começaram a se dividir entre um prédio e o centro de treinamento.

Sim. Depois ficamos como ciganos. Estávamos em um lugar e vinha a ordem: “olha, agora vai lá pro centro de treinamento, prepara sua caixa, coloca seu nome...” Então, por exemplo, eu fiquei muito tempo no segundo andar, daí um dia fui para casa e, no outro, estava lá no centro nacional de treinamentos.

E trabalhando.

Trabalhando. Nós tínhamos negociação de acordo coletivo em andamento, folha de pessoal para fazer, pessoal para pagar... a empresa continuou honrando seus contratos, houve um processo de expansão pesadíssimo anteriormente que precisava ser acompanhado, nós tínhamos a nossa prestação de contas com o governo... até a batida do martelo trabalhamos normalmente.

Estamos falando do início de 1998?

Isso. Inclusive no dia do leilão ainda havia um grande grupo aqui no prédio da Telebrás.

Voltando um pouco no seu relato, como todo o corpo técnico da Telebrás foi informado oficialmente da intenção de privatização?

Pelo que me lembro, houve uma reunião em que o ministro das Comunicações se dirigiu a todo o Sistema, dizendo que esse era um processo que não tinha volta, que era somar ou não somar. Quando houve essa reunião, para nós tudo já era líquido e certo. Por envolver uma empresa tão grande, isso não saía da mídia. Só não via quem não queria. Existiram pessoas que, na véspera da privatização, do leilão, acreditavam que ia ocorrer um milagre.

Nesse dia faleceu um dos funcionários do Sistema?

Sim. Durante a exposição do ministro, ele passou mal, teve um infarto, faleceu ali mesmo, no centro de treinamento. Não houve nem tempo de levá-lo para o hospital. Nós tínhamos toda uma estrutura, uma ambulância, um posto médico, mas parece que o infarto foi fulminante. Não presenciei, pois eu era da parte de apoio, estava no suporte. Nessa reunião nós já sabíamos o que seria dito, logo resolvemos tocar a vida. O auditório tinha um limite, podíamos até acompanhar pelo telão, mas na reunião estava principalmente o corpo gerencial.

Como chegou a notícia do falecimento?

Por colegas. De repente chegou a notícia: “olha, acabou de falecer uma pessoa na reunião”.

Como estava o ânimo dos funcionários na reunião?

A grande angústia dos empregados era que, naquele dia, podia haver uma luz, uma notícia positiva sobre a nossa situação. Mas ali

o ministro já sinalizava que queria fechar a Telebrás e entendia que o MC tinha que ser reduzido - não sei se era folclore - a 50 pessoas.

Imaginava-se, naquele dia, que ainda viria uma boa notícia, mas ela não veio.

Não veio. Havia a esperança de que o quadro da Telebrás poderia ser aproveitado diretamente. Ou seja: as pessoas estavam pensando em sobreviver.

Foi uma reunião, então, entre o Ministério e o corpo técnico da Telebrás. Ocorriam outras reuniões semelhantes entre o corpo técnico e o ministério?

O próprio presidente da Telebrás esteve no Ministério, ele foi indicado, conduziu esse processo. Acredito que essa diretoria foi escolhida para conduzir esse processo, porque, do ponto de vista do processo, ele foi muito bem sucedido, não se pode discordar. Agora, nós não tínhamos nenhuma participação nessas discussões, nós não éramos convidados, não éramos consultados.

Não havia qualquer tipo de debate com os funcionários?

Não.

E o sindicato nessa época?

Bem atuante, dentro do possível. Buscou todas as formas de dar mais transparência ao processo, mas o principal intuito, que era barrar o processo de privatização, não vingou.

Houve um último baile, uma última festa da Telebrás.

Não fui. Houve, sim, foi divulgado e me parece que foi estendido a todos. Achei um pouco mórbido demais.

Quando foi?

Para você ver como não dei bola, nem lembro quando foi. Foi feito esse último baile, uma festa de despedida, que eu entendo mais como uma comemoração daqueles que viram sua missão cumprida, de mobilizar a empresa e criar as condições para a privatização. Eu não tinha, a gente não tinha o que comemorar. Os empregados tinham uma visão romântica da empresa, ela era vista como... não gosto de colocar como família, mas as gestões anteriores, como a do próprio general Alencastro, que eu não presenciei, eram de uma empresa que tinha preocupação com os seus empregados, procurava dar condições de trabalho, de vida. Uma empresa que foi criada em 1972, instalada pouco depois, com um plano até hoje considerado moderno de previdência privada. E nós percebíamos a Telebrás como uma empresa que prestava serviços para o país, nos orgulhávamos do sucesso da empresa e nos entristecíamos com os percalços que eram causados. Então sentíamos na pele o que ocorria com ela. O corpo de empregados ficou revoltado e angustiado. Quando trabalhávamos na Telebrás, víamos uma empresa brasileira vencendo dificuldades para poder crescer em um país com grande desigualdade social. O modelo de gestão da Telebrás era totalmente integrado, todo padronizado, o suporte do cabo que era utilizado em Brasília era usado na Amazônia. A gente conseguia equacionar as coisas, usar a mesma linguagem. O Sistema tinha um plano de contas unificado e isso custou tempo, custou dinheiro. As pessoas se dedicavam muito, superavam os problemas, o CPqD encontrou muitas soluções para

o sistema. Era um orgulho, assim como imagino que o funcionário da Petrobrás tenha muito orgulho dela pelo que ela faz.

O baile de despedida deve ter soado como ironia.

Irônico não... pra mim, ele não teve muito sentido. Primeiro: era um baile. Se ainda fosse uma sessão solene, um culto ecumênico, uma forma de a gente agradecer a Deus por tudo e seguir em frente seria algo muito mais sóbrio. Acho que ele foi feito para que alguém comemorasse o que conseguiu.

Como foi feito o convite?

Olha, eu recebi o comentário do convite e agradei. Já não sou muito fã de baile, ainda mais esse.

Voltando um pouco no tempo: antes da conclusão do processo, ocorreram palestras ministradas por estrangeiros, ligados a UIT, sobre a privatização em outros países, como o México, no início da década de 1990. O senhor se lembra desses episódios?

Não. Existiam na Telebrás palestras sobre as expectativas para os próximos dez anos. Esse número era enigmático. As discussões eram muito técnicas, se o satélite ia prevalecer sobre a fibra ótica, se os sistemas *wireless* seriam predominantes, a Banda Ku... então a Telebrás, como empresa, estava muito mais preocupada em fazer a coisa andar que com a discussão política. Eu creio que aqueles debates eram muito mais presentes no âmbito da alta gestão e do MC, porque essa questão das políticas públicas sempre veio do ministério, que dava as linhas por onde queria ir. A Telebrás seguia uma política de expansão. Naquela época a assinatura básica compunha o índice de inflação, então, por vezes, tínhamos que

achatar esse valor. Hoje há esse susto sobre a assinatura básica, porque na época ela custava centavos. Com a privatização houve uma mudança na política de custos.

Como foi o seu dia 29 de julho de 1998?

Nós tínhamos alguns televisores ligados para ver se recebíamos alguma informação.

Na sede da Telebrás?

Sim, no segundo andar do Bloco E, que concentrou o departamento de RH da Telebrás. Todos esperavam o resultado. A informação veio à tarde, acho que no início da tarde. Vimos pela TV um *flash* do local e a filmagem da batida do martelo. Foi uma martelada na cabeça de todo mundo ali. Depois disso, silêncio. Silêncio. Você nunca está preparado para a morte, mas sabe que um dia vai morrer. Por mais que tivessem dito para a gente, quando deram a martelada, vimos que não havia mais o que fazer, não tinha como voltar. E o pessoal se calou, alguns manifestaram sua angústia e voltaram a trabalhar. No outro dia estavam de volta.

Esse era o RH da Anatel?

Não, era da Telebrás. A Anatel demorou um pouco a compor totalmente o seu quadro. Durante um período muitos empregados da Telebrás ficavam parte do expediente na Telebrás, parte na Anatel, porque havia atividades em ambas que precisavam ser feitas. Nesse dia especificamente eu estava na Telebrás.

E quem estava ali naquele momento?

Eu estava com a Vera Caulitt, Maria Aparecida... o pessoal da área mesmo. Na verdade, acho que já estávamos no CT, porque foram dois momentos marcantes: a implantação da Anatel e a privatização. Na primeira foi feita uma cerimônia aqui no auditório e foi um dia confuso para nós. O presidente esteve presente, o convite foi estendido a alguns e não nos foi permitido participar. Veio o ministro das Comunicações, veio o Presidente da República... ouvíamos os comentários, o que estava acontecendo. E ficou-se vendo a Anatel não como inimiga, mas como uma pedra colocada para determinar o fim do processo. Aquele dia, para gente, foi o fim. Não havia mais como discutir, acabou. Sem o órgão regulador, imaginávamos que podia acontecer algo. Vivíamos de esperança em esperança, de suspiro em suspiro. O sindicato chegou a ganhar algumas ações na justiça, postergando a privatização. Não que nós fôssemos contra qualquer tipo de modelo, mas era um absurdo você pedir a um empregado que trabalhava naquela empresa, acreditava naquela empresa, sabia do seu potencial, era um absurdo você tentar convencê-lo de que a empresa não poderia assumir um novo desafio. Era difícil você encontrar alguém da Telebrás que achasse a empresa inoperante. Nós não víamos dessa forma, equivocados ou não. Achávamos que a Telebrás poderia superar qualquer desafio, desde que nos dessem as condições para isso. E foi com essa sensação que a gente terminou. Terminamos com uma imagem que não queríamos para a empresa. Ela terminou como uma estatal vista como ineficiente, que não cumpria seu papel e até com uma certa imagem de incompetência. Isso doía não só por nós, mas também por aqueles que ajudaram a construir aquele sistema. Muita gente se sacrificou para fazer aquilo. Redes foram construídas na época em que não existiam terceirizados, eram empregados que iam para o fim do mundo construir redes. Isso causou uma certa desolação. Tudo bem que os argumentos utilizados para o fim da empresa foram usados para aprovar esse fim. Não surgiu ninguém para dizer: “olha, apesar de tudo, a

Telebrás foi uma grande empresa, cumpriu seu papel". Ninguém disse isso. Essa angústia ficou. Independentemente do processo, de ser estatal... hoje em dia há grandes divisões, eu não sei dizer se vale a pena ter ou não ter. Mas, naquele momento, a interpretação do empregado foi essa. Não estávamos discutindo a questão de modelo, estávamos sentindo na pele o que estava acontecendo. Pode ter sido uma reação de sobrevivência, pode ter sido talvez uma reação corporativista. Não me lembro de nenhum escândalo envolvendo o Sistema, roubalheira, corrupção... era uma empresa com pessoas muito honestas e dedicadas que não estavam ali pelo emprego público. Pensávamos que tínhamos que trabalhar para que o país se comunicasse e se desenvolvesse. Essa era uma posição de defesa da empresa, de orgulho dela, de um grupo que logrou sucesso com vitórias tremendas dentro das limitações. Fica aí a lembrança de pessoas que se dedicaram muito para que o setor de telecomunicações nesse país fosse vendável. O processo de privatização correu de uma forma tão tranquila, graças à forma organizada como ele foi conduzido.

José Eduardo Romão³⁸

Como foi sua trajetória antes de chegar ao Ministério da Justiça?

Ainda no curso de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais tive a oportunidade de participar do Programa Polos de Cidadania, uma parceria entre academia e Poder Executivo destinada a fazer da indissociabilidade entre pesquisa, ensino e extensão uma plataforma de qualificação de políticas públicas de promoção e defesa dos direitos fundamentais. Assim, formei-me em Direito em 1998 e, naturalmente, fui trabalhar no município de Belo Horizonte na coordenadoria de Direitos Humanos. Exercendo cargo comissionado de assessor jurídico, deveria atuar como uma espécie de defensor público municipal, mantendo com alguns movimentos sociais vinculação estreita, vivenciando essa relação de tensão entre administração pública e demandas sociais. A coordenadoria, como em regra as instituições do Estado dedicadas à defesa dos direitos humanos, se situava nessa “zona cinzenta” entre Estado e sociedade. Depois, em decorrência desse exercício da advocacia pública na área de Direitos Humanos, tornei-me assessor no âmbito da recém-criada Subsecretaria de Direitos Humanos do Governo do Estado de Minas Gerais com a finalidade de subsidiar a elaboração de um Plano Mineiro de Direitos Humanos e de

³⁸ Servidor público concursado do IPEA. Dirigiu o Departamento de Justiça, Classificação, Título e Qualificação do Ministério da Justiça, de 2004 a 2008, e foi Ouvidor-geral da União. Trabalhou, ainda, na prefeitura de Belo Horizonte, no governo de Minas Gerais, no Ministério da Educação e na Petrobras Distribuidora. Entrevista realizada em 22 de julho de 2008.

organizar o primeiro Centro de Referência do Cidadão voltado, naquele momento, à mediação de conflitos. Nesse período, em Minas Gerais, mantive interlocução com três movimentos em especial (à época, assim denominados): população de rua; portadores de sofrimento mental; e moradores de áreas de favelamento. Essa é a trajetória em Belo Horizonte, dura quase dez anos. Em 2001, mudei-me para Brasília a fim de me dedicar com exclusividade ao curso de Mestrado em Direito da Universidade de Brasília e dar início a uma carreira acadêmica voltada à pesquisa de métodos e processos democráticos de realização do Direito. Aqui me fixei como professor de cursos universitários e pude contribuir com a formação e o desenvolvimento dos núcleos de prática jurídica da UnB e do IESB. Em 2003, tornei-me assessor, no Ministério da Educação, a convite de meu orientador, o Prof. José Geraldo Souza Junior, que assumira um Departamento na Secretaria de Educação Superior (Sesu). No início de 2004, recebi um convite da Claudia Chagas, Secretária Nacional de Justiça, para ser seu assessor no Ministério da Justiça. E, antes de ser nomeado, ela me informou que um dos diretores havia sido exonerado por um problema na “classificação indicativa” e, agora, era necessário que eu assumisse a direção de um Departamento. Lembro-me de ter respondido que nada conhecia sobre “classificação indicativa”, mas que dispunha de alguma experiência para contribuir com a atribuição de qualificar organizações não governamentais. Entrei no MJ em fevereiro de 2004 com a responsabilidade de resolver um problema específico na classificação indicativa: instituir procedimentos e métodos de análise da classificação. Não havia sequer um sistema minimamente organizado de recebimento, exame e monitoramento do “serviço de classificação”, o que, em parte, justificava a confusão com a censura.

Como foi o início da gestão?

Quando eu me reuni pela primeira vez com os classificadores, eles falavam da sua atividade como uma decorrência natural da censura, como se se orgulhassem de ser herdeiros ou legatários da atividade de censura no Brasil. Eles lamentavam, por um lado, o fato de terem perdido poder de polícia de vetar ou proibir. Eram cerca de seis pessoas, todas demonstrando uma certa saudade do “prestígio da censura”.

Eles eram da carreira de técnicos em censura?

Não, já não tive contato com esses técnicos. Todos eram celetistas do MJ, funcionários terceirizados, que não tinham vínculo com o Estado, mas que haviam sido instruídos para a classificação a partir da experiência que a censura havia firmado.

Como era a sua convivência com eles?

Era curioso. Eles não tinham nenhum documento que organizasse a sua prática, nenhum manual que os instrísse e apenas tinham uma séria convicção de que faziam o melhor para o Brasil. O que mais me motivou nesse primeiro momento é que a maioria das críticas que a indústria dirigia ao departamento eram consistentes. Havia uma série de subjetividades – a expressão era subjetivismo – e esses legatários da censura a viam, se percebia, como um patrimônio a ser preservado. Era assustador.

Por que aqueles técnicos tinham a plena convicção de que a censura era positiva?

Por um lado, creio que por ignorarem a função da censura na organização do aparelho repressor da ditadura. Eram pessoas simples e sem formação consistente. Por outro, porque, de alguma

forma, acreditavam que apenas a moralização da censura poderia conter o enorme poder das emissoras sobre o Ministério. Eles estavam imbuídos de um ímpeto moralizador. Imagino eu que, de boa-fé, eles tentavam contribuir para que o Brasil pudesse ser melhor a partir daquela atividade moralizadora da classificação indicativa. Com esse ímpeto, essa pré-disposição, na visão deles – precária, pouco esclarecida sobre o que ocorrera na censura, a vedação, a restrição... foi isso que encontrei lá, esse resquício. Embora bem intencionados, eles se referiam a uma prática que inviabilizaria aquele próprio órgão. Era esse o meu processo de desconstrução inicial.

Como foi essa desconstrução?

O primeiro esforço realizado foi o de sistematização. Eu dizia que a administração pública, a partir da Constituição Federal de 1988, tinha que atribuir justificativa para cada um de seus atos. E tinha que fazê-lo publicamente. Não bastava que eu desempenhasse uma função com a melhor das intenções ou que eu pudesse falar dela com tranquilidade – a famosa frase “dormir tranquilo depois de um dia de trabalho”. Eu dizia: “olha, a administração não é isso, não é organizar meias. Não é porque você organiza bem a sua casa e guarda as meias direito na gaveta que você pode, por consequência, atuar a contento na administração”. O primeiro esforço foi, então, para que eles sistematizassem o que faziam, tentassem construir fluxos do trabalho. Eu queria que eles escrevessem quais eram as etapas desse processo de classificação. Esse foi um esforço que eles não superaram. Então a primeira etapa do processo de construção foi de racionalização daquele processo. O produto daquele trabalho foi um texto, um amálgama de impressões, de intuições. Na verdade não produzimos sequer um texto. Aquele serviço que prestavam às emissoras – naquele momento, era essa a minha impressão, apesar de considerar que aquilo era um equívoco, que

aquela atividade de classificação não podia se dirigir às emissoras e às distribuidoras de cinema... ainda assim, eu dizia a eles que nem nas definições mais clássicas da administração pública aquilo se caracterizaria como um serviço público.

E qual foi a resposta deles?

Não havia resposta, por isso todos foram desligados, demitidos. Nenhum daqueles técnicos que eu lá encontrei ficou. Esse primeiro processo foi um pouco traumático, durou uns dois meses mais ou menos. Chamei-o de “etapa diagnóstico”, precisava compreender o que havia, mas não havia muito a se fazer. Eles se orgulhavam, de alguma forma lamentavam a extinção da censura – creio eu, insisto, por ignorância -, lamentando que eles não tinham mais os mecanismos para proteger a sociedade. Eles acreditavam que, com uma terapia de choque, podiam produzir um resultado positivo. Era isso que não dava para conciliar. Houve um simples diagnóstico: é preciso sair do zero em termos administrativos. Em termos conceituais, um amigo me presenteou, logo no começo, com um livro da Agência de Notícias dos Direitos da Infância (Andi), o “Remoto Controle”. Nesse livro, de alguma forma, havia um resgate da classificação e que essa havia sido contemplada como uma ação fundamental ao Plano Nacional de Direitos Humanos de 1998. A partir do livro da Andi estabeleci um contato com o Guilherme Canela e com o Veet Vivarta e começamos a trabalhar com uma perspectiva da classificação como um serviço, uma política de direitos humanos. Logo vieram os direitos das crianças e adolescentes e, quando conseguimos identificar esse nosso público-alvo, conseguimos estabelecer o eixo. A partir de então, todo o esforço do MJ, todo trabalho desenvolvido no departamento tinha como foco os direitos humanos de crianças e adolescentes, embora isso fosse impreciso no começo. A formação dos analistas – não o chamávamos mais de classificadores... o que eles faziam?

Analisavam, decompondo a análise em fragmentos... para fragmentar, é preciso ter categoria; para ter categoria, é preciso ter conceito; tudo isso foi levando à formação de um teste, de um manual.

Voltando à questão dos técnicos em censura...

Em 2005, mais ou menos, a Claudia Chagas foi procurada por alguns desses ex-censores – salvo engano, pela presidente da associação de ex-censores (Anacen) e da diretoria da Escola da Polícia Federal, que também tinha sido censora e transformada em delegada.

Eles foram transformados em 1998?

A história que eles nos contaram... é importante registrar que não havia, no departamento, qualquer registro sobre a censura. Todos estavam no Departamento de Polícia Federal (DPF). Tínhamos notícias de contatos que esses funcionários que foram demitidos logo nos primeiros meses diziam ter. Alguns disseram para mim que estavam lá há dez anos, que tinham ingressado com a extinção da carreira. Enfim, esses censores procuraram a Claudia Chagas e pediram apoio para levar ao Supremo Tribunal Federal (STF) uma manifestação do MJ dizendo que não se interessava pela transformação dos antigos censores em novos classificadores. A gente não entendeu nada do que eles estavam falando. Durante um ou dois dias eles nos forneceram alguns documentos e tivemos de estudar o que se passava. Marcamos uma segunda reunião para alguns dias depois. A carreira havia sido extinta pela Constituição Federal, esses censores ficaram pendurados no DPF por força de um artigo das disposições constitucionais transitórias da própria Constituição. Lá no finalzinho a chamada ADCT previu, no artigo

23, que, extinta a carreira de censor e criada a classificação indicativa, até que se regulamentasse essa tal classificação, esses ex-censores ficariam vinculados a questões administrativas no DPF. E ficaram, soubemos nós, empenhando funções menores. E queriam, naquela época, a lei que os transformasse em classificadores. Em 1993, se não me engano, houve uma ação direta de inconstitucionalidade por omissão, movida pela Procuradoria Geral da República, exigindo que o governo regulamentasse esse aproveitamento dos censores. Esse processo demorou alguns anos. Em 1998, o STF, por unanimidade, decidiu que o governo deveria dar fim àquela carreira e colocar os ex-censores definitivamente no quadro do DPF. O governo FHC o fez: editou uma lei, transformando ex-censores com grau de bacharéis em Direito em delegados da PF e ex-censores que não fossem bacharéis em Direito, em peritos. Essa transposição automática foi festejada por esses censores que nos procuravam naquele momento.

Isso foi feito por lei ou medida provisória?

Foi uma lei. O que nos parece é que havia, na Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adi), um claro consenso: que esses censores, tendo servido ao Estado, não poderiam ser punidos. Isso aparece nos debates no STF. Há vários ministros dizendo que essas funções seriam correlatas. Um procurador chegou a usar, nesses debates, uma expressão que, em outras palavras, dizia que o Estado, acabada a censura, não tinha *culhão* para implementar algo parecido. Ele parecia lamentar o fim da censura. Formou-se essa convicção de que eles não podiam ser prejudicados.

E o que houve depois?

Logo depois disso consolidado, um Procurador da República entrou com uma nova Adi, alegando que havia uma inconstitucionalidade na transposição automática e sem concurso de censores que ganhavam salários mais baixos que delegados e que não tinham uma formação específica para desempenhar funções de delegados ou peritos. Essa ação estava em curso quando nós fomos procurados por representantes da associação.

Essa ação estava em curso há sete anos.

Mais ou menos há sete anos sem muitas movimentações. A Anacen já tentava formalmente intervir no processo. Só que, em um determinado momento, quando o debate da classificação começou a ganhar corpo, o ministro Marco Aurélio teve a seguinte ideia: declarar a inconstitucionalidade dessa lei, removendo a situação criada e fazendo com que esses ex-censores entrassem na tal da classificação indicativa desenhada pelo novo governo.

Ele declarou isso publicamente?

Publicamente. Ele fez questão de mencionar, em dois despachos, que estudava a possibilidade já aventada pela ADCT, de conciliar a atividade dos ex-censores com a classificação. Manifesta essa posição, esses ex-censores nos procuraram, porque percebemos nós que eles percebiam que nós não os queríamos de volta.

Até porque o salário deles poderia diminuir consideravelmente.

Devia haver questões corporativas que não ficaram claras nesse momento. Elas nos diziam que havia outro movimento, que era outro momento, estavam acostumadas com a atividade que desempenhavam e que poderia ser prejudicial ao MJ o seu retorno.

Na época Claudia e eu chegamos à conclusão de que seria prejudicial. Estávamos tentando expurgar qualquer resquício de censura e, para isso, precisávamos repelir toda e qualquer referência administrativa e conceitual à censura, precisávamos aboli-la, execrá-la daqui, não havia, na nossa avaliação, como recuperar esses funcionários. Havia, ainda, o prejuízo do debate político, é importante que se diga. Para nós, o que faltava às emissoras para suprir aquele debate que se iniciava era o argumento de que “bom, agora está tudo resolvido, porque são censores mesmo e não há mais o que se esconder”.

E as emissoras não perceberam, naquele momento, toda essa movimentação?

Não perceberam. E acho até que essa foi a maior preocupação do ministro à época, quando nos cobrou explicações. A gente produziu um pequeno estudo. Fiz um parecer, dizendo que, de fato, o ministro Marco Aurélio, relator da Adi, via na colocação dos censores na classificação a saída mais adequada para o STF. Nós resolvemos nos manifestar formalmente pelo MJ, dizendo que não havia compatibilidade alguma. Nosso argumento central é que eles tinham sido treinados para exercer poder de polícia e desempenhar papel de polícia, por isso estavam no DPF, e a classificação estava destituída de qualquer poder de polícia, por isso não havia qualquer correspondência entre essas atividades.

Quando isso ocorreu?

Acho que no início de 2006. Esse processo de discussão com a Anacen teve início em 2005 e se alongou. No início de 2006, encaminhamos ao ministro relator a manifestação do MJ dizendo que não haveria como compatibilizar atividades, os censores se

deram por satisfeitos e pediram que o ministério fizesse gestões políticas junto ao STF. Isso foi descartado e dissemos que não tínhamos interesse na vinda deles, mas também não tínhamos interesse em manifestar apoio ou reprovação à discussão sobre inconstitucionalidade.

O STF já se manifestou?

O ministro relator considerou os argumentos apresentados em seu voto. Mas o julgamento ainda não se concluiu.

Então eles podem voltar?

Podem voltar. Há três debates em curso no STF concernentes à classificação indicativa e um deles é esse, que é um dos “esqueletos no armário”. Isso não se resolveu³⁹.

E quais são os outros dois?

Uma ação que teve início no estado do Mato Grosso com a obrigatoriedade do fuso, que pode agora, na nova sistemática do STF, transformar-se em uma repercussão geral, que é uma decisão que, de uma forma sintética, se universaliza. Há riscos de se produzir, na classificação, algum retrocesso. E o outro é uma *Adi* proposta pelo PTB contra o Estatuto da Criança e do Adolescente, dizendo que ele não poderia regulamentar a classificação⁴⁰. Desde

³⁹ Poucos meses depois desta entrevista, em 5 de fevereiro de 2009, o STF não conheceu o pedido e extinguiu a *Adi* nº 2.980-1, por considerá-la baseada em norma de caráter ou efeito concreto exaurido que não poderia ser objeto de controle abstrato de constitucionalidade por *Adi*.

⁴⁰ No dia 31 de agosto de 2016 – mesmo dia em que o Senado Federal determinou a perda em definitivo do mandato de Dilma Rousseff -, o STF concluiu o

esse debate sobre a censura, há consciência de que é o estatuto que regulamenta.

Antes da sua saída do MJ, qual foi seu último contato com essa problemática envolvendo os técnicos em censura?

Foi a solicitação de uma listagem de quais eram os ex-censores na ativa e trocamos algumas informações. Eu os informei de que o MJ não atuaria politicamente nesse processo, não despacharia, não pediria audiências, não conversaria com os ministros do STF. Eles não nos deram qualquer sinal de que isso desagradava.

E as emissoras em nenhum momento perceberam essa movimentação sobre a possível volta dos ex-censores?

Não perceberam. Esse é um exemplo que revela a incapacidade e, usando uma expressão forte, a incompetência do setor, mesmo contratando executivos com altos salários. Mesmo em relação à Abert, com quem tratei sobre todos os procedimentos relativos à classificação, o que se viu foi uma incapacidade de perceber esses movimentos e utilizá-los contra o processo de construção da classificação. Felizmente, a bem da democracia e dos direitos humanos de crianças e adolescentes.

juízo da Adi nº 2.404, de autoria do PTB. O Tribunal considerou inconstitucional o dispositivo do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) que estabelecia multa e suspensão da programação das emissoras que veiculassem programas em horário diverso do autorizado pela classificação indicativa. Isso não determinou, em tese, o fim da classificação indicativa, porém essa perdeu sua força, já que passou a não mais dispor de mecanismo essencial para garantir a efetividade das decisões.

Franklin Martins⁴¹

Como foi sua chegada à Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República?

No fim de 2006, fui procurado por um emissário do Lula que me perguntou se eu estaria disposto a participar do governo na área da imprensa. Não deixou muito claro qual seria o cargo. Na época, a estrutura de comunicação era muito fragmentada. Existia um assessor de imprensa, existia a Secretaria de Comunicação Social (Secom), que cuidava apenas de publicidade, e existia um porta-voz. Recebi a sondagem com surpresa, porque eu não tinha maiores vínculos com o governo ou com o PT e, além disso, tinha críticas fortes à política de comunicação que o governo Lula havia desenvolvido no primeiro mandato. Lula falava muito pouco, ficava no palácio, dava poucas entrevistas, não fazia a disputa política. Os jornalistas reclamavam muito de que ele não dava entrevista coletiva. Um dia, quando o Ricardo Kotscho ainda era o assessor de imprensa, ele me convidou para conversar com Lula no Palácio do Planalto e eu disse ao Presidente: “O senhor tem que falar. O senhor é uma liderança política, é o Presidente da República”. Acho que o governo não tinha a dimensão do que devia ser uma política de comunicação. Assim, quando recebi a sondagem, respondi que ficava honrado com a consulta, mas

⁴¹ Ministro-chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (Secom), de 2007 a 2010, durante o segundo mandato de Luiz Inácio Lula da Silva. É jornalista e trabalhou, dentre outros, na Rede Globo, TV Bandeirantes, Portal IG e jornal O Globo. Entrevista realizada em 6 de abril de 2013.

achava pouco provável que eu fosse dar certo no governo, porque o governo não tinha uma política de comunicação e, nos quatro anos anteriores, não tinha conseguido se comunicar bem com a sociedade, tinha ficado sempre na retranca. Para mim, o governo tinha que prestar contas à sociedade, tinha que estar debatendo, se expondo, criticando e sendo criticado, participando da luta política. Imagino que a pessoa que me sondou tenha comunicado ao Lula que eu não estava muito propenso a examinar o convite, mas, por volta de fevereiro ou março de 2007, outra pessoa me disse que o Presidente gostaria de conversar comigo. Essa pessoa se comportou como se não tivesse existido a primeira sondagem e eu repeti o que tinha dito na consulta anterior. Mas esclareci que, se o Presidente quisesse, eu estava à disposição para conversar. Passaram-se alguns dias, o Presidente me chamou e conversamos por mais de uma hora. Fiz as mesmas ponderações que havia feito nas sondagens e ele respondeu: “É isso mesmo, eu quero mudar. Você tem razão no que está falando. Preciso falar mais, dar entrevistas, ir para o debate”. E eu disse: “Na minha avaliação, o senhor teve um primeiro mandato muito bom. E a avaliação popular respalda essa avaliação, tanto que o senhor se reelegeu com grande vantagem. Mas na imprensa o senhor é derrotado todo dia. Pior: muitas vezes nem entra em campo. Não é uma coisa fácil, existe muito preconceito por parte da imprensa, muita indisposição, muita hostilidade ao governo, mas o governo tem que fazer a disputa política. O governo tem que falar”. Ele concordou. Eu disse: “Há outra questão: a comunicação do governo é toda fragmentada. Com isso, o governo fica trombando com ele mesmo o tempo todo”. E analisei a estrutura de comunicação, mostrando por que ela deveria ser integrada. Ele concordou. Na verdade, conhecendo melhor o Lula depois, vejo que ele concordou não necessariamente porque estava de acordo com a minha avaliação, mas porque ele queria me levar para o governo. Ele então puxou outro tema: “Há um outro assunto sobre o qual quero conversar contigo: temos que fazer uma

TV Pública. Não sei exatamente como, mas precisamos ter uma TV Pública no Brasil”. Eu concordei, mas disse que precisávamos discutir com mais profundidade o assunto. De fato não existia uma TV Pública de abrangência nacional, existiam TVs estaduais que se comportavam como estatais atuando na comunicação dos governos estaduais. Havia experiências positivas de TVs Públicas, como a TV Cultura de São Paulo e a TV Educativa do Rio de Janeiro, mas elas não eram nacionais. Eu disse que se fosse para fazer comunicação de governo, isso não seria uma TV Pública. Ele concordou e disse que não queria uma TV “chapa branca”.

O que ocorreu depois?

Conversamos novamente uma semana depois e ele perguntou se eu aceitava o convite. Eu perguntei se, de fato, ele concordava com tudo o que eu tinha dito e ele disse que sim, que o governo precisava fazer uma mudança total na comunicação e que ela precisava ser integrada. Pedi um tempo para pensar e, dois ou três dias depois, aceitei. Para mim era um desafio interessantíssimo do ponto de vista profissional e político. Do ponto de vista financeiro, eu teria um prejuízo significativo, porque ganharia no governo um décimo do que ganhava no mercado. Eu trabalhava na TV Bandeirantes, na Rádio Bandeirantes, na Bandnews, escrevia coluna para o IG, dava palestras. Somando tudo, ganhava muito bem. Mas, ao mesmo tempo, eu achava que tinha condições de dirigir uma reformulação profunda na comunicação de governo, o que seria decisivo para consolidar os grandes avanços do primeiro mandato e ajudar a construir novos avanços. Eu não tinha grande intimidade com o Lula, o conhecia como repórter, já o tinha entrevistado diversas vezes. Além disso, na maioria das vezes, votei nele para Presidente da República. Com o tempo vim a entender que ele, de fato, percebia que a área de comunicação do governo precisava passar por uma grande transformação. Não

sabia muito bem como, mas entendia que isso passava por uma disputa política maior e por uma forma diferente de lidar com a imprensa. Havia a questão da TV Pública e, nas conversas posteriores que tivemos, afinamos uma ideia central: tratava-se de comunicação pública, e não de governo. O governo também deveria fazer comunicação institucional, mas a TV Pública que se pretendia criar deveria ser efetivamente pública, como veio a ser a TV Brasil e como são várias outras no mundo.

Como foi a montagem da sua equipe?

Assumi um ministério que reuniu vários fragmentos. Embora se chamasse Secom, como a Secom anterior, na prática era algo mais amplo. A antiga Secom cuidava apenas de publicidade. A nova Secom passou a integrar a Secretaria de Imprensa da Presidência, que era uma estrutura à parte; a Secom tradicional, que passou a se chamar Secretaria de Comunicação Integrada; e o gabinete do porta-voz. Quando aceitei o convite, não sabia ainda quem convidaria para compor minha equipe. Assim que vazou a notícia, o Ottoni Fernandes, meu amigo, me ligou e disse que queria trabalhar comigo. Achei ótimo, porque o Ottoni era um sujeito espetacular, com ótimo caráter e com muita experiência na área de publicidade. Ele havia dirigido a Gazeta Mercantil e tinha um vasto relacionamento com o mercado publicitário. Acertamos que ele iria para a Secretaria-executiva do ministério e ficaria responsável por toda a área de publicidade, ou seja, pelo que a antiga Secom fazia. O Ottoni então montou sua equipe inteira, conversando comigo, é claro, mas com total liberdade. Chamou as pessoas que quis e montou uma equipe excelente, contando, em um primeiro momento, com o Otaviano Pereira e, depois, com a Yole Mendonça, como seus imediatos. Para a Secretaria de Imprensa, eu ainda estava pensando em um nome, quando o Nelson Breve me procurou e disse que queria trabalhar comigo. Eu gostava muito do

trabalho dele. É um ótimo jornalista, havia trabalhado na CNI e, depois, na assessoria do José Dirceu. Conhecia muito bem a imprensa em Brasília. Era um quadro experiente, competente e ótimo caráter. Disse-lhe que, em um primeiro momento, eu acumularia a Secretaria de Imprensa e o Ministério, porque precisava entender bem a Secretaria de Imprensa, porque ela era o coração da Secom. Convidei-o para ser meu segundo nessa estrutura. Ele aceitou, eu acumulei as funções por cerca de 3 meses e, depois, ele assumiu o cargo de Secretário de Imprensa. Desde o início, pensei em um modelo em que o porta-voz teria uma função diferente daquela que tivera no primeiro mandato. Nos primeiros quatro anos do Lula, o porta-voz em alguns momentos era a única cara visível do governo, porque o Presidente aparecia pouco. O porta-voz se expunha muito, acabava sendo entrevistado pelos jornalistas. Estruturalmente, esse desenho não é o melhor, a não ser que o Presidente seja muito ruim na hora de falar. No modelo americano, o porta-voz falou muito durante o governo Bush, mas passou a falar menos no governo Obama. Nos países em que o porta-voz fala muito, acaba atraindo para si toda a tensão existente entre a imprensa e o Presidente ou o Primeiro-ministro. Atrai a tensão, mas é incapaz de resolvê-la, porque não tem competência para isso, afinal não é o Presidente ou o primeiro-ministro. Assim, acaba sofrendo um desgaste muito grande, tanto que o tempo de vida útil nessa função costuma ser muito curto. Então, na nova Secom, desenhamos um modelo de porta-voz mais discreto. Passei a procurar alguém com experiência de diplomata, acostumado a falar apenas o necessário e que, se fosse pressionado pela imprensa para falar mais, se manteria dentro da linha traçada. Convidei o Marcelo Baumbach, que eu não conhecia e foi uma gratíssima surpresa. Quem o indicou foi o POC, o embaixador Paulo de Oliveira Campos, chefe do cerimonial do Palácio do Planalto na época.

Quais seriam as atribuições do porta-voz neste novo modelo?

O porta-voz faria apenas comunicados e prestaria informações sobre situações específicas – e ponto final. É evidente que esse modelo só funcionaria se o Presidente passasse a falar bem mais que no primeiro mandato, o que de fato ocorreu. Lula entendeu que ou ocupava o espaço da imprensa, ou não conseguiria fazer a disputa política. Era uma situação complexa, porque, de um modo geral, a imprensa tinha uma posição hostil ao Presidente. Alguns poucos meios de comunicação tinham uma posição neutra. Posição simpática? Praticamente nenhum tinha. Em alguns momentos, a posição hostil da maioria da imprensa se transformava numa atitude militante, com boa parte da imprensa se considerando a alma viva da oposição, um sucedâneo da oposição. Acho que essa é uma posição extremamente equivocada sobre o papel da imprensa e por isso ela está pagando um preço altíssimo do ponto de vista de credibilidade, de respeito na sociedade. A imprensa no Brasil, na década de 1990, tinha uma credibilidade que não tem hoje em dia, porque naquele período ela estava vinculada ao espírito do seu tempo. Um espírito de abertura, de democratização, de construção do país, sem uma posição partidária. Hoje em dia, ela não consegue entender o novo Brasil, ela tromba com o espírito do nosso tempo, ela se recusa a entender o espírito do nosso tempo e quer investir contra ele. O Brasil mudou e quem ficar olhando para trás, como a Carolina do Chico Buarque, não vai conseguir falar com a sociedade. Por isso mesmo a imprensa acaba assumindo um papel de oposição muito ativo – raivoso, às vezes. E desse modo ela criou para si uma armadilha: de tanto servir a seus leitores doses diárias de fel e ressentimento, acabou prisioneira dessa demanda. Ora, os leitores, os telespectadores, os ouvintes devem encontrar na imprensa, mais do que fel e ressentimento, notícias baseadas em fatos, informação de qualidade e debate público plural. Opinião de jornalista e de dono de jornal deve ser tempero. A imprensa não

deve querer impingir sua opinião ao leitor. Deve deixar que o leitor forme sua própria opinião.

O Presidente deveria, então, mudar sua postura.

Bem, mas voltando ao assunto anterior, Lula percebeu que, se não fizesse a disputa política com a imprensa no próprio espaço da imprensa, ela falaria dele o que quisesse e não haveria o contraponto dele. Eu costumava dizer: “Nós perdemos na imprensa diariamente de 5x0, porque o campo é do adversário, o juiz é do adversário, a bola é do adversário. Vamos tentar perder de 4x1, de 3x2 e, de vez em quando, ganhar de 1x0”. Se o governo, como achávamos, estava servindo ao povo, com o tempo isso ficaria claro para a sociedade. Porque não há manchete, coluna ou reportagem que seja mais poderosa que a verdade dos fatos. Se a imprensa se distancia dessa verdade, se perde sua dependência dos fatos, é inevitável que se enfraqueça, porque aos poucos deixará claro que é dependente de algum grupo político, econômico, financeiro. O jornalismo só é independente quando ele é dependente dos fatos. O jornalismo se propõe a ser – e quando ele é bom, ele é – um espaço público mediado por interesses privados. Anda no fio da navalha. Quando a mediação feita pelos interesses privados prevalece sobre o interesse público, a credibilidade acaba. No Brasil existem órgãos de imprensa que fazem hoje em dia um jornalismo muito ruim, mas já fizeram um jornalismo razoável. Digo mais: em alguns momentos, fizeram um jornalismo excelente, quando estiveram afinados com o espírito do seu tempo e quando tiveram a humildade de entender que sua função é informar e favorecer o debate público, e não puxar o leitor para um lado ou para o outro. O fato é que o Presidente aos poucos foi se soltando. Lembro que, no início do segundo mandato, os jornalistas ainda queriam uma entrevista coletiva clássica, aquela em que o Presidente fica num púlpito e vinte jornalistas fazem longas

perguntas, com direito a réplicas e trélicas – na verdade, expõem teses. Esse modelo é algo que funciona pouco no cotidiano, é algo que dá para fazer uma vez a cada seis ou oito meses.

Esse não foi o modelo mais comum durante a sua gestão.

Para mim, isso não era nem deveria ser o carro-chefe da política de comunicação do Presidente. O carro-chefe deveria ser o que chamamos de quebra-queixo. Ou seja, entrevistas curtas de 5 a 15 minutos, na chegada ou na saída de um evento, onde a imprensa faz as perguntas do dia, tem o pão nosso de cada dia. De qualquer forma, no início do segundo mandato, montamos uma entrevista coletiva do Presidente, com a bandeira no fundo, para provar que o Lula não tinha nenhum problema em dar entrevista coletiva no formato que os jornalistas queriam. A entrevista foi ótima para o Lula, a imprensa levantou suas teses como sempre faz e não chegou a lugar algum, porque ele tinha resposta para absolutamente todas as perguntas. Quando saiu da entrevista, ele me disse: “Franklin, depois dessa entrevista aprendi uma coisa: eu posso responder a qualquer pergunta, mesmo aquelas que eu não quero responder”. A partir daí, o quebra-queixo virou o símbolo da comunicação do governo. É verdade que, até então, o quebra-queixo era uma atividade muito selvagem. O Presidente ou qualquer outra personalidade saía de um ambiente, os jornalistas o cercavam, colocavam os gravadores e os microfones na cara dele, uma situação muito tensa e que passava tensão para os ouvintes e telespectadores. Vinte ou trinta jornalistas fazendo perguntas ao mesmo tempo, um em cima do outro, se atropelando, gritando, é uma situação que deixa qualquer um tenso: o entrevistado, os entrevistadores e o público em casa. Se o entrevistado descuidasse, ao virar o rosto, podia bater com o queixo em um microfone ou em um gravador. Daí o nome quebra-queixo. Tratamos, então, de civilizar um pouco esse tipo de contato com a imprensa.

Produzimos uns púlpitos de acrílico, onde os jornalistas enfiavam os microfones e gravadores. O presidente ficava de um lado do púlpito, os jornalistas de outro. Assim, o Presidente podia ter um espaço para ele. O púlpito viajava sempre com o Presidente em uma malinha de couro e era armado em um minuto na saída de um evento. O Presidente podia falar ou não, era uma prerrogativa dele, mas o púlpito sempre era armado. Se ele quisesse, tinha condições de falar e a imprensa podia fazer bem o seu trabalho. A partir daí, ele passou a falar, em média, duas ou três vezes por semana com a imprensa, quebrando recordes ano a ano. Em 2006, foram 65 quebra-queixos; em 2007, 77; em 2008, 92; em 2009, 86; em 2010, chegou perto de 80. Ou seja, de 2006 a 2010, ocorreram mais de 350 entrevistas nesses moldes. Com essas entrevistas, paramos de perder de 5x0 e passamos a perder de 3x2, às vezes ganhávamos de 1x0. E passamos a fazer a disputa política. Como o país estava melhorando sob o governo Lula, aos poucos isso foi ficando claro. Por mais que a imprensa tivesse uma posição contrária ao governo, ela não conseguia dissolver a experiência das pessoas, que viam que suas vidas estavam melhorando, que a economia crescia, que o país estava sendo mais respeitado. O centro da comunicação do governo passou a ser a comunicação feita pelo Presidente. Outras questões, como a publicidade institucional, tinham seu peso, mas vinham para reforçar determinadas ideias-chave. Os pronunciamentos em cadeias de rádio e televisão também tinham esse papel. Lula fez mais ou menos o mesmo número de pronunciamentos que outros presidentes brasileiros, em torno de 6 ou 7 por ano.

Por que a imprensa era hostil ao Presidente?

A imprensa brasileira teve um período áureo na década de 1990. Era um momento em que o país se redemocratizava, se reencontrava consigo mesmo e, por outro lado, vivia uma inflação

desenfreada. A imprensa teve um papel muito importante na cobrança de soluções para um problema que afligia principalmente os mais pobres. Ou seja, a imprensa se sintonizou com os pontos centrais da agenda nacional naquele momento. Em seguida, a imprensa viveu um pouco disso e, na eleição de 2002, fez uma cobertura equilibrada, como deveria ser. Alguns jornais tinham suas preferências, queriam que o Serra fosse eleito, mas não era uma coisa apaixonada, militante. Era algo velado. Até porque o governo FHC tinha chegado ao seu fim com um grau tão elevado de exaustão política, ideológica, de credibilidade, de popularidade, que era evidente que tinha chegado a hora de uma mudança. Como a imprensa vinha sintonizada no tempo e no país, ela admitiu que estava na hora de uma mudança e não trombou com ela. Mas, no fundo, ela acreditava que o Lula ia assumir, meter os pés pelas mãos – já que não estava preparado, não falava inglês –, e o resultado seria um desastre. Só que não foi. Ao contrário, o país melhorou com ele. Aí veio a crise de 2005, o chamado “mensalão”, que de mensalão não teve nada. Até hoje quero saber de um deputado cujo voto tenha sido comprado para votar a favor do governo em questões como a Reforma da Previdência, por exemplo. O que houve ali foi Caixa 2. Isso é crime, quem o cometeu deve ser punido. É verdade que essa era e é uma prática recorrente e corriqueira no nosso ambiente político, mas isso não justifica que o PT tenha feito o mesmo. Quem fez deve ser punido. Mas não houve compra de voto. A imprensa e a oposição viram na crise uma oportunidade de fazer o governo se ajoelhar e partiram para isso. A cobertura foi alucinada, como se estivéssemos vivendo o maior esquema de corrupção da história do Brasil. Ouvi isso de vários jornalistas e políticos, o que é inacreditável. Para isso contribuiu também uma covardia monumental do PT naquele momento, já que o partido não se defendeu, ficou apalermado e não fez a disputa política. Tudo que se falava contra o PT e o governo ficava sem resposta. Havia denúncias na imprensa que duravam dois ou

três dias e depois sumiam, malquices sem tamanho que estavam em todos os jornais na terça-feira e, na quinta, já tinham sido substituídas por novas denúncias. Um exemplo: um doleiro depôs de uniforme laranja, porque estava preso na solitária há algumas semanas. Ele falaria qualquer coisa para sair da solitária, falou o que queriam e depois voltou para a cela. O depoimento dele teve um destaque enorme. Dois dias depois ninguém mais lembrava nem o nome do sujeito. Havia três Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs) funcionando simultaneamente. Uma era a “CPI do Fim do Mundo”, porque aceitava tudo; qualquer denúncia, por mais estapafúrdia que fosse, era levada em conta. Nessas circunstâncias, a imprensa, que tinha contribuído decisivamente para o impeachment do Collor, achou que ia acabar com o Lula – ou deixá-lo sangrando até morrer, como se dizia na época. Mas isso não aconteceu. O governo Lula foi lá embaixo, mas voltou à tona, se recuperou, porque havia um fenômeno novo, que a nossa imprensa não tinha percebido.

Que fenômeno era esse?

O surgimento, por causa das políticas sociais e da dinamização da economia, de uma nova classe média, uma nova classe C, extremamente numerosa. Essa classe C não acompanhou a opinião da imprensa, como se dissesse: “espere um pouco, não é bem assim, eu não concordo com isso que os jornais estão dizendo”. Na época, as pesquisas apontaram uma queda acentuada na aprovação do governo até setembro. Mas aí a queda parou. E com um detalhe muito interessante: embora, nas classes A e B, a aprovação do governo continuasse a cair, nas classes C, D e E, ela voltou a subir. Em novembro, já havia sinais de recuperação da aprovação geral do governo. Em janeiro, a aprovação do governo tinha voltado a ser a mesma de maio de 2005, no início da crise. Qual era a novidade? A criação de um mercado interno de massa tinha produzido, no

Brasil, o mesmo que em outros países, ou seja, um processo novo de formação das maiorias na sociedade. O famoso efeito “pedra no lago” – a classe A e B produzindo consensos que eram seguidos mecanicamente pelo resto da sociedade – não existia mais. Na verdade, isso já tinha ocorrido antes, sem ser percebido, no plebiscito sobre o desarmamento: as classes A e B querendo majoritariamente o desarmamento e as outras não, porque não tinham seguranças armados nas portas dos seus condomínios. Certas ou erradas, as inclinações da classe C acabaram prevalecendo. O fato é que passou a haver um novo ator político em cena, que a partir daí paralisou o efeito multiplicador, absolutamente desproporcional, da opinião das classes A e B, facilmente manipuláveis pela mídia.

E a imprensa?

A imprensa não entendeu essa mudança crucial, primeiro sinal de outras mudanças mais profundas ainda. Atônita, partiu para o confronto com a realidade e distanciou-se do espírito do tempo – o *Zeitgeist* em alemão. Ressentida e amarga, passou a servir a seus leitores doses diárias de fel e ressentimento. Pulitzer dizia que uma imprensa vil forma um público vil. No nosso caso, a imprensa amarga e ressentida passou a formar um público voltado para o passado e com dificuldades de olhar para o futuro, irritado com as mudanças, com o fato de aeroporto estar parecendo rodoviária, de doméstica ter direitos, de pobre entrar em shopping, de filho de pobre cursar universidade e por aí vai. Bom era o Brasil quando todos sabiam o seu lugar e não havia mobilidade social no país. Até certo ponto, é normal essa reação nostálgica em relação ao passado e hostil em relação ao futuro nos momentos de grandes mudanças. Em todos os países, a conquista da mobilidade social se deu sempre em meio à enorme resistência dos que estavam em cima. E sempre gerou situações políticas novas. Aqueles que continuam olhando

para o passado e falando mal do presente não conseguem dialogar com o novo setor majoritário da população. Resultado: perdem relevância política e capacidade de liderança.

Voltemos à radiodifusão pública: no início do segundo governo, o Presidente Lula já tinha uma noção ou até a certeza de que queria construir uma TV Pública e que isso era diferente de uma TV estatal. Naquele momento ocorria também o fim da primeira etapa do I Fórum Nacional de TVs Públicas. Como essa ideia de que era preciso criar uma TV Pública se disseminou em todo campo público?

Não diria que Lula tinha uma visão conceitualmente muito clara da TV Pública. Ele dizia: “não quero uma TV ‘chapa branca’, não quero uma TV de governo, quero uma TV que ajude a pensar, ajude as pessoas a conhecer o país, que tenha um jornalismo sério”. O Ministério da Cultura, com o Gilberto Gil à frente, tinha uma visão muito próxima da nossa, da Secom e do Presidente sobre a TV Pública. Então, com muita rapidez e tranquilidade, se construiu dentro do governo a visão que levou à criação da Empresa Brasil de Comunicação (EBC) e da TV Brasil. Tivemos que pensar nos problemas concretos, em como construir a própria instituição. Em tese, poderíamos tentar construí-la do zero, porém dificilmente isso seria aprovado pelo Congresso Nacional. Optou-se por construí-la a partir das estruturas da Radiobrás e da Acerp. Isso tinha um problema, significava partir de estruturas que tinham sido treinadas e educadas para outras missões, que traziam marcas e cacoetes de suas origens. Mas esse caminho era o possível. Acho que se avançou bastante e a Tereza Cruvinel, convidada para dirigir a EBC, teve um papel extraordinário nesse processo, a começar pela aprovação da lei. Ela tinha um trânsito muito grande no Congresso Nacional, era uma jornalista de enorme credibilidade, cobria política há mais de vinte anos, era conhecida dos principais atores

políticos. A EBC tem problemas institucionais que precisam ser resolvidos. O modelo institucional herdado pela EBC dificulta a agilidade, a flexibilidade, a capacidade de pronta resposta que se exige de uma empresa de comunicação, ainda que pública. Ela não tem como competir com as concorrentes privadas. Seu modelo institucional precisa ser repensado, ela precisa de um estatuto novo. Além disso, a EBC precisa de mais verbas, precisa de um sinal de qualidade, precisa ampliar sua cobertura para todo o país. Isso só será possível com o operador único digital, mas infelizmente o projeto está parado no governo⁴². A EBC precisa dar um salto, mas, para isso, o governo precisa ter a compreensão de sua importância.

Por que a EBC ficou vinculada à Secom, e não ao Ministério das Comunicações ou ao Ministério da Cultura?

Não acho que ela deveria ficar vinculada ao Ministério das Comunicações, pois esse ministério lida mais com a questão tecnológica, a base física, e não com conteúdo. Poderia perfeitamente ter sido o Ministério da Cultura. Na verdade ela foi uma construção conjunta, não foi só a Secom que a construiu. Eu e o Juca Ferreira, que era o Secretário-executivo do MinC, trabalhamos juntos. No início, várias pessoas vieram do Ministério da Cultura para a EBC, inclusive o diretor-geral. Foi uma composição e foi um erro. Porque quem deveria nomear o diretor-geral era a presidente da empresa. Depois de um tempo foi necessário trocá-lo, independente da pessoa. É a mesma coisa que um secretário-executivo de um ministério não ser nomeado pelo ministro. Não dá certo, porque a lealdade e a cumplicidade positiva não funcionam dessa forma. A EBC poderia ter se vinculado ao

⁴² Com o tempo, foi abandonado o projeto do operador de rede, que deveria garantir uma infraestrutura comum de transmissão para todos os canais públicos. Em 2015 foi formulado outro projeto com objetivo semelhante, porém com escopo mais restrito, que será abordado em outras entrevistas deste livro.

MinC e até acho que, no médio prazo, deveria ir para a Cultura. É bom lembrar que o MinC tinha jogado um papel-chave no I Fórum de TVs Públicas, que subsidiou a criação da TV Brasil. Mas talvez o Presidente Lula tenha achado que a Secom, em um novo momento, teria boas condições de tocar o projeto, tanto é que ele já falou isso no convite que me fez.

Entre a conclusão do Fórum e a criação da EBC foi constituído um grupo de trabalho, envolvendo MinC, Radiobrás, Acerp e alguns outros órgãos. Como foi o trabalho desse GT?

Esse GT consolidou a visão de comunicação pública, separando-a da visão de comunicação de governo. Depois chegou à visão de que a melhor forma de construir a nova empresa seria a partir do que já existia: da Radiobrás, que fazia comunicação de governo, e da Acerp, que fazia comunicação pública, mas muito acanhada e limitada. Ao incorporar essas estruturas, a empresa futura ficou amarrada. Havia essa consciência. Mas também havia o entendimento de que se a escolha fosse partir do zero, a criação da EBC talvez não fosse aprovada no Congresso Nacional. Era preciso pagar um pedágio ao passado para construir o futuro. O problema é que não foram dados novos saltos depois, especialmente na questão do modelo jurídico-institucional, que é inadequado. Acho que as contribuições do GT foram muito positivas, mas é evidente que, naquele momento, o pessoal da Acerp puxava mais para o lado da Acerp; o pessoal da Radiobrás, para a Radiobrás; o pessoal do MinC, para o MinC, o que é normal em um processo de construção coletiva. Conceitualmente se avançou muito. A lei da EBC é muito boa, tanto é que ela deu parâmetros a partir daí para uma concepção de comunicação pública, diferenciando-a da

comunicação de governo⁴³. Também houve avanços na questão de financiamento, melhorada inclusive no Congresso, com a criação da Contribuição ao Fomento da Radiodifusão Pública. Foi um processo muito rico, embora inicial e limitado, que precisa ser desenvolvido, completado. Precisa existir um salto.

Que salto?

Sem dúvida nenhuma, o primeiro deles é o modelo institucional. No momento da criação da EBC, estavam em debate, no Congresso Nacional, as chamadas fundações estatais, com o objetivo de resolver problemas na área de saúde, replicando modelos já existentes nas administrações públicas municipais e estaduais. A TV Cultura, por exemplo, é uma fundação. Graças a isso, tem um grau de agilidade que a EBC não tem, porque não existe figura semelhante na administração pública federal. Tentou-se criar algo semelhante, mas não deu, porque, na área de saúde, houve muita resistência por parte de sindicatos. Assim, respondendo diretamente à sua pergunta, o primeiro salto é criar um novo modelo jurídico-institucional, tipo fundação pública, que dê agilidade à EBC. Hoje, se uma emissora comercial decide fazer um novo programa, ela precisa, digamos, de 3 meses. Na administração pública federal, leva um ano pelo menos. Além disso, existe um problema na administração pública federal: há mecanismos de controle exacerbados, no mau sentido, que criminalizam o gestor público por qualquer coisa, produzindo uma paralisia. Na administração pública, muitos funcionários têm medo de criar, de inovar, de sair da rotina, porque temem responder depois a processos. É uma lástima: quem quer fazer pilantragem encontra os meios, mas o gestor sério é freado por uma série de formalismos

⁴³ A Lei nº 11.652, de 7 de abril de 2008, resultante da apreciação pelo Congresso Nacional da Medida Provisória nº 398, de 10 de outubro de 2007, estabeleceu os parâmetros da radiodifusão pública e permitiu a criação da EBC.

que não resolvem nada. Em vez de investir sua energia na construção e criação de programas e ações, muitos gestores acabam dedicando seu tempo e sua capacidade à construção de posturas defensivas. Ele pode até acreditar que suas ações têm amparo legal, mas receia que os órgãos de controle possam criar problemas no futuro. Então fica se protegendo, vai se paralisando, vai caindo na defensiva. O segundo salto passa por receber investimentos maiores. O terceiro é enfrentar o problema da qualidade do sinal da TV e a extensão da sua cobertura, muito menor que a das redes privadas, que investiram nisso ao longo dos últimos cinquenta anos. É preciso aproveitar a mudança do modelo analógico para o digital para criar a figura do operador único digital, que contemple a TV Brasil, as emissoras estaduais, as legislativas, a TV do Judiciário, aberta também para o setor privado. Aliás, essa é a situação em vários países: a atividade de programação é separada da disseminação do sinal. São atividades diferentes, até porque a concentração dessas atividades nas mesmas empresas contribui para a formação de oligopólios no setor. O gasto para montar torre e transmissor é igual para duas empresas com faturamentos diferentes, mas percentualmente ele pesa muito mais no orçamento da empresa que menos fatura. Aí a emissora menor acaba cortando investimentos na produção. Há alguma vantagem nisso para o país ou para o telespectador? Nenhuma. Isso só favorece a concentração. No caso da TV Pública, se ela aplicar grande parte de seus recursos na distribuição do sinal, ela vai estar retirando recursos da produção de conteúdo. O governo deveria trabalhar seriamente em um operador único para toda a rede pública, aberto também para emissoras privadas.

Por que o projeto de operador de rede não foi aprovado no segundo governo Lula?

Esse é um projeto complexo e o tempo de discussão foi curto, já que a discussão começou apenas em 2010. Avançou-se, mas é um projeto de fôlego, que envolve vários parceiros e algum tipo de combinação entre a Telebrás e a comunicação pública.

Como transcorreu a aprovação no Congresso Nacional da Medida Provisória que criou a EBC?

O projeto chegou lá de uma forma madura. Evidentemente houve resistências a partir de tolices, como a acusação de que era a TV do Lula, e outras questões mesquinhas. O PSDB falava isso, mas dirigia a TV Cultura em São Paulo, que não era a TV do Alckmin ou a TV do Serra. Felizmente essa posição pequena se isolou e houve contribuição positiva de muita gente, inclusive de parlamentares do PSDB e do PFL. Uma contribuição muito importante foi a criação da Contribuição ao Fomento da Radiodifusão Pública, a partir de uma parcela do Fistel. Isso rende uma briga no Poder Judiciário até hoje, porque as empresas de telecomunicações alegam que a contribuição é inconstitucional. Não há nada de inconstitucional, a EBC já ganhou nas primeiras instâncias e certamente ganhará nas instâncias superiores. No fundo as empresas de telefonia usam a briga jurídica como mais uma moeda de troca junto ao governo. Em algum momento, isso será resolvido. Na tramitação no Legislativo, teria sido possível conquistar outros avanços, se a oposição, em vez de fazer política pequena, tivesse olhado para os interesses nacionais, ajudando a construir algo que não é bom para esse governo ou para esse ou aquele partido, mas sim para o país. Todos os países que têm uma comunicação pública forte se beneficiam dela.

Na sua gestão na Secom, aumentou consideravelmente o número de meios de comunicação que recebiam recursos de publicidade institucional do governo federal. Como foi esse processo?

Quando assumi a Secom, a área de publicidade do governo vinha de uma crise gravíssima, com raízes no chamado “mensalão”. Nesse processo, o TCU tinha publicado um acórdão sugerindo 27 mudanças na área de publicidade do governo. Dos 27 pontos, havia 20 que eram bastante razoáveis, positivos, contribuíam para melhorar a administração pública. E havia outros sete que inviabilizavam a publicidade oficial. Dou um exemplo: um deles determinava que toda campanha publicitária fosse objeto de uma licitação específica. Até licitar uma campanha, teriam se passado nove meses e o momento adequado para a mensagem da campanha já teria passado. O modelo vigente já resolvia o problema: havia licitação para contratação das agências por um prazo adequado, de um a quatro anos, mas a cada campanha se fazia uma competição entre as diferentes agências já contratadas. Ou seja, o modelo garantia a competição, mas preservava a agilidade. Outro ponto: o TCU dizia que o governo deveria parar de pagar Bônus de Volume (BV) às agências. Ora, o governo não pagava BV às agências, porque o BV é um acordo entre dois entes privados, a agência e o órgão de comunicação. O que o BV faz? O veículo passa a atrair mais verba publicitária dos anunciantes, superior à sua participação na circulação ou na audiência, porque garante à agência um pagamento extra por toda publicidade extra que ele vier a receber. Na discussão com o TCU, mostramos que o governo não tinha como parar de pagar BV, porque o governo já não o pagava. Mas havia algo que podíamos fazer para dificultar que a publicidade de governo fosse usada para captar BV: a instituição da mídia técnica. O investimento publicitário do governo seria proporcional à circulação e à audiência. Por exemplo: a TV Globo tinha cerca de 52% do *share* da audiência, mas recebia 70% dos investimentos publicitários do governo em televisão. A Record

tinha 18 e recebia 10. Isso acabou. Com o tempo, o TCU acabou entendendo a procedência do nosso argumento. Isso foi bom, porque nos deu o respaldo do TCU. As pressões políticas eram grandes, mas para a Secom era tranquilo defender o critério da mídia técnica, ainda mais porque ele passou a ter o endosso do TCU. É evidente que os grupos que ganhavam mais no sistema anterior não devem ter gostado da mudança. Mas o fato é que eles não foram perseguidos, apenas se cortaram os privilégios. E todos os meios de comunicação passaram a receber valor mais próximo ao da sua participação no mercado. Foi algo extremamente positivo, criou um padrão e não há volta atrás possível. O governo federal, diferentemente de uma concessionária de automóveis, não está querendo atender nichos de mercado. Ele quer chegar a todos os cidadãos, de todas as classes e em todas as regiões do país. O critério de mídia técnica é o que casa melhor com esse objetivo. A função do governo, no que se refere à publicidade institucional, não é patrocinar ou perseguir; é se comunicar. A segunda mudança importante nos investimentos publicitários do governo foi a regionalização. Antes, apenas 400 e poucos órgãos recebiam publicidade do governo. Esse número superou 5.000. Esse salto demandou um trabalho monumental. Algumas agências diziam que não tinham condições de mandar um spot publicitário para 2.700 estações de rádio e depois verificar se ele havia sido efetivamente veiculado. Nossa resposta foi de que, nesse caso, faríamos novas licitações para contratar agências capazes de dar conta do recado. A resistência desapareceu. Na imprensa tradicional, a regionalização despertou críticas. Chegaram a falar em “arrastão publicitário”, como se o governo estivesse comprando a opinião dos jornais e rádios menores. Ora, para o governo, a regionalização significava principalmente uma otimização dos seus investimentos publicitários. Atingia-se muito mais gente com o mesmo volume de recursos, porque o espaço contratado nos órgãos regionais era bem mais barato. O absurdo não era a regionalização

implantada pela Secom, mas a concentração existente anteriormente. As rádios de interior recebiam, no máximo, R\$ 4 mil por ano. Isso equivalia à conta de luz da emissora. Não era algo desprezível, mas era evidente que não bancava a emissora. O governo estava apenas atingindo o público daquela cidade e estimulando o mercado publicitário local.

A esse processo foi incorporada, também, parte das TVs comunitárias, mas não as rádios comunitárias.

Sim. A nossa legislação é ruim, porque proíbe publicidade em rádios comunitárias. Na TV comunitária foi possível fazer alguma coisa, mas nas rádios comunitárias era impossível. Acho que as rádios comunitárias deveriam ter acesso a patrocínio e à publicidade institucional, como acontece na maioria dos países. As TVs e rádios comunitárias, pela nossa legislação, ao contrário do que deveria ocorrer, não são consideradas parte do campo público. Na prática, não têm lugar ao sol, porque não são privadas, não são estatais, não são públicas. Então não têm força política para nada, apesar de estarem sempre reclamando, protestando e sendo vítimas de asfixia econômica. Acho que a solução para isso, em um novo marco regulatório, é deixar claro que a comunicação comunitária é de enorme relevância para o país. E é preciso livrá-la de determinadas amarras, como a determinação de que o alcance de sua transmissão não pode superar o raio de um quilômetro. Devemos aprender com as experiências internacionais. Em muitos países, as rádios comunitárias são fortíssimas, têm um papel importante, criando formas de cooperação entre elas, inclusive se integrando em redes às vezes. Para isso é preciso definir o estatuto delas, que elas fazem parte do campo público. Voltando à publicidade de governo, houve uma regionalização altamente benéfica e o governo teve um papel indutor. As agências não queriam regionalizar e diversificar, porque para elas isso dava

trabalho. Mas o governo mostrou que tinha condições de alterar isso e essa prática passou a ser seguida por grandes anunciantes. Mudou-se muito, mas precisa haver mais mudanças. Por exemplo: a Internet tem hoje a mesma fatia do bolo publicitário que tinha há três anos. É um equívoco, a Internet cresceu uma enormidade. Do ponto de vista de mídia técnica, isso está errado. Tinha 6 ou 7% e continua assim, mas deveria estar perto de 18%.

Como a ideia de uma Conferência Nacional de Comunicação (Confecom) apareceu na pauta da Secom?

Não foi exatamente na pauta da Secom. Havia uma demanda grande dos movimentos sociais pela realização da conferência nos moldes de outras dezenas de conferências que já haviam sido feitas, dentro da política de governo de ouvir a sociedade sobre temas relevantes e recolher elementos para a formulação de políticas públicas. Esses elementos não substituem as leis votadas no Congresso, não se transformam necessariamente em leis. Mas ajudam a oxigenar o debate, que depois passará pelas instâncias do Estado, pelo Executivo ou pelo Legislativo, para virar políticas públicas ou leis. A comunicação era uma das poucas áreas em que não havia sido feito nada nesse sentido. É um tema muito sensível. Sempre que se quer discuti-lo no Brasil, os órgãos de comunicação mais fortes se levantam em bloco para paralisar a discussão. No debate sobre o CBT, no governo João Goulart, e até na ditadura isso ocorreu. O Presidente Lula decidiu realizar a Confecom. No fim de 2008 foi discutida a conferência e chegou-se no governo a um modelo que envolveria o Ministério das Comunicações, que deveria liderar o processo; a Secom, porque muitas demandas entrariam por lá; e a Secretaria-Geral, que tinha como função central a articulação dos movimentos sociais. Acabou-se constituindo a Comissão Organizadora Nacional com uma composição em igual proporção de governo, empresários e

organizações sociais. Desde o início, tentamos criar um clima de distensão, que superasse certos obstáculos que poderiam impedir a realização da conferência, porque as marcas do passado eram fortíssimas. Boa parte da radiodifusão entrava nas conversas preliminares com o seguinte pensamento: “eu não quero que se discuta nada, mas não posso dizer que não quero”. Boa parte dos movimentos sociais pensava: “a conferência não vai sair, não vai acontecer nada, logo vamos bater no monopólio e no governo”. As reuniões preliminares foram muito complicadas, porque giravam apenas em torno de declarações de princípios. Não havia interação, troca, era sempre confronto. Vou ser franco: cheguei a achar que não ia acontecer conferência alguma. Pelo governo, quem dirigia a comissão era o ministro das Comunicações, Hélio Costa, que teve uma postura muito correta o tempo todo. Ele era muito hostilizado pelos movimentos sociais, o que o incomodava, mas tinha um trânsito grande com a radiodifusão tradicional, o que, naquelas circunstâncias, também o incomodava um pouco. Ele, o secretário-geral da Presidência, Luiz Dulci, e eu atuamos muito afinados e, aos poucos, construímos uma boa unidade. Valorizo muito o papel que Hélio Costa teve na Conferência. Ele podia ter jogado contra a Confecom, mas não fez isso em momento algum. Ao contrário, jogou a favor o tempo todo. No decorrer das negociações, os movimentos sociais começaram a perceber que talvez o governo estivesse falando sério, que talvez houvesse possibilidade de acontecer algo. Aos poucos, seus representantes começaram a entrar no jogo político. Concomitantemente, à medida que eles entravam no jogo político, dentro do setor empresarial começou a acontecer o contrário. Algumas entidades passaram a achar que era melhor abandonar as reuniões preliminares. Na verdade, elas apostavam que os movimentos sociais não entrariam no jogo político, ficariam fazendo declarações e gerando tensões, o que acabaria por melar a conferência. Como o movimento social amadureceu, algumas entidades empresariais perceberam que não

ia dar certo a tática de deixar a conferência ser implodida pelas desavenças preliminares. Houve uma expressão que condensou o embate político ali dentro – o “controle social da mídia” – usada tradicionalmente pelo movimento social. O governo deixou claro – e eu deixei claro – que não aceitaríamos qualquer proposta que fizesse uso dessa expressão. Por quê? Porque era uma expressão ambígua. Na visão dos seus formuladores, lá atrás, ela até poderia ter significado participação da sociedade na discussão dos temas da comunicação social, o que era algo legítimo, com o qual o governo concordava. Mas, hoje, quando se fala em controle social da mídia, passa-se sub-repticiamente, intencionalmente ou não, a visão de controle de conteúdo. E o governo era contra qualquer forma de controle de conteúdo ou de censura. A conferência deveria discutir obrigações de conteúdo para as empresas, mas controle de conteúdo é diferente. Eu dizia que não lutei contra a censura na ditadura para agora aceitar um conceito que pudesse servir à dupla interpretação. O movimento social respondia que não pensava em censura. Propusemos que o termo não fosse mais usado. Parte dos movimentos sociais abandonou essa expressão e outra parte diminuiu seu uso. Foi ficando evidente que os empresários teriam que debater os temas que não os interessavam, como propriedade cruzada, cumprimento de cotas regionais, outorgas detidas por políticos, aluguel de espaço da programação, critérios de renovação etc. O amadurecimento do movimento social anulou a tática de algumas entidades empresariais, que passaram a defender a ideia de quórum qualificado para deliberar determinadas questões. O governo aceitou.

Deveria existir um consenso.

Pelo menos, deveria existir uma maioria qualificada, permeando os três setores. Não poderia ser uma imposição de dois setores. A meu ver, isso era compreensível e razoável, difícilíssimo de construir na

vida real depois, mas razoável naquele momento. Acabou-se chegando a isso. Os empresários apostavam que os movimentos sociais não aceitariam a fórmula. Só que eles acabaram aceitando.

Em julho, a maioria das associações empresariais decidiu sair da Comissão Organizadora Nacional.

Seis das oito entidades saíram: Abert, ANJ, Aner e outros. Ficaram Abra, onde estavam a Bandeirantes e a Rede TV, e o setor de telecomunicações.

Por que esses grupos permaneceram?

Porque tiveram mais maturidade e menos arrogância. As empresas de telecomunicações entenderam que precisavam entrar em um jogo novo e que não podiam depender da Abert. Já a Abra entendia que o setor era um oligopólio, sofria prejuízos com isso, precisava ganhar espaço e, portanto, conversar com todos os atores. Na verdade, a posição da Abert, da ANJ e das outras entidades que saíram era interditar o debate. Era uma situação comparável àquela frase do Antônio Carlos Magalhães, que dizia que jantar do PFL onde ele não tivesse estado presente, na verdade, não tinha acontecido. Aquelas entidades achavam que, se saíssem da conferência, ela acabava. E o governo decidiu fazer a conferência assim mesmo. Foi muito importante a maturidade do movimento social, que entendeu que era importante fazer a conferência com as empresas que quiseram permanecer, mesmo com divergências. Era melhor moderar reivindicações do que correr o risco de um racha. E isso não era fácil, porque, no movimento social, havia setores extremamente vibrantes. Os empresários que ficaram entenderam que estavam olhando para o futuro, que haveria repercussões. Foi um tiro pela culatra dos grandes grupos de radiodifusão, liderados

pela Globo e pela Abril, que arrastaram Record, SBT e os jornais. Na verdade, eles se enfraqueceram, porque não conseguiram interditar o debate. E olha que eles tentaram, mais uma vez, interditar o debate durante a própria conferência. A cobertura foi um dos maiores vexames da história da imprensa no Brasil. Os grandes jornais passaram o tempo todo dizendo que havia sido aprovado o que não havia sido. Disseram que a conferência tinha aprovado o controle social da mídia, uma mentira. Só houve uma proposta que mencionava a expressão, uma proposta que sugeria a criação de um conselho de ética dos jornalistas. Não havia nada de censura. E só passou, porque ninguém viu. Foram aprovadas 700 propostas e essa foi a única com a expressão “controle social da mídia”. Na verdade, alguns grupos empresariais querem interditar todo e qualquer debate que possa levar a uma multiplicidade de atores na área de comunicação. Só que eles têm um sério problema: como poder econômico, não estão mais sozinhos. As teles têm um poder monumental. Eu sempre disse: “cuidado, porque a jamanta pode passar por cima de vocês”. Querendo manter o oligopólio, eles podem favorecer a formação de um oligopólio muito maior e mais forte, capaz de controlar a produção e a distribuição de conteúdo. Com a aprovação da Lei do Serviço de Acesso Condicionado, colocaram-se alguns limites ao oligopólio. Foi importante, porque foi estabelecido um conceito que pode ser reaproveitado, o conceito de que quem controla a produção não pode controlar a distribuição e vice-versa.

A Secom ganhou um protagonismo grande na conferência, em função da participação do Ottoni Fernandes e do Sylvio Coelho, seu chefe-de-gabinete, na Comissão Organizadora Nacional, e da sua atuação pessoal na articulação política.

A Secom ganhou protagonismo, porque conversava com todos os atores. Conversava com a Abert, com as teles, com os provedores,

com os movimentos sociais. Tinha mais trânsito para isso – talvez por estarmos mais próximos do Presidente Lula, já que eu tinha acesso constante e diário a ele. Embora tenha havido preocupação do Presidente de que atuássemos sempre integrados e as principais intervenções do governo fossem feitas pelo ministro Hélio Costa, naturalmente foi se disseminando um certo protagonismo da Secom, que não havia sido planejado. Isso também tem a ver com uma coisa que não era dita, mas estava embutida: o Hélio Costa seria candidato a governador de Minas Gerais. Assim, ele tinha prazo até abril de 2010 para deixar o ministério. Então, ele não estaria presente nos trabalhos de sistematização das resoluções da Conferência. Eu não, eu não era candidato a nada. Volto a dizer: o Hélio teve um comportamento muito construtivo no processo todo. No dia da Confecom, ele foi vaiado por setores dos movimentos sociais, o que foi lamentável. Ele jogou muito positivamente na construção da Confecom, claro que com as posições dele, mas disputando internamente no governo, o que é normal.

A Confecom foi uma grande catarse, que gerou mais de 700 propostas aprovadas. É difícil ter uma visão geral delas, mas qual foi a sua opinião sobre o resultado?

O importante da Confecom é que houve a Confecom. E os atores descobriram que era possível conversar. Perceberam o seguinte: por maiores que fossem as diferenças, dava para conversar. Isso humanizou a disputa. Os setores que ficaram na conferência perceberam que os interesses em jogo no cenário das comunicações eram muito mais complexos do que pareciam à primeira vista. Entenderam que estávamos começando a enfrentar um debate muito complexo e crucial para o país – e com grande atraso. Havia interesses divergentes, mas isso era uma razão a mais e não a menos para debater. A Confecom foi uma catarse e não teve um eixo específico. Eram tantas as propostas fragmentadas que, para

organizá-las, foram necessários três ou quatro meses. Havia propostas contraditórias. Quando começamos a organizar as propostas, Hélio Costa já estava saindo. Então o grupo de trabalho passou a ser formado pelo Dulci, pelo José Filardi, que substituiu o Hélio Costa, e por mim. O primeiro trabalho foi separar as diferentes propostas por raio de ação. Havia propostas que eram declarações de princípios, logo não cabia mandá-las a ninguém. Havia outras que deveriam ser encaminhadas ao Poder Legislativo, como, por exemplo, a nova formação do Conselho de Comunicação Social. Havia outras para o Ministério das Comunicações, que poderiam ser ou não implementadas – porque o governo não estava obrigado a fazer – por meio de decisões administrativas. Havia outras que dependiam da elaboração de projetos de lei. Havia outras que deviam ser enviadas aos estados. Todas essas propostas foram encaminhadas aos diferentes atores. Mas havia outras propostas que dependiam de uma discussão de fundo sobre um novo marco regulatório das comunicações eletrônicas. Estávamos em abril e dificilmente teríamos um projeto de tamanha complexidade pronto até o fim do governo. O que fazer? Deixar a elaboração de um anteprojeto de marco regulatório para o próximo governo? Ou procurar avançar ao máximo, dando contribuições e deixando subsídios para o governo seguinte? O Presidente Lula, a meu ver acertadamente, escolheu essa segunda opção.

Muito se comentava, naquela época, que esse não era um tema a ser debatido em ano eleitoral. Como o governo via essa questão?

Esse é um tema que dificilmente será debatido no Congresso Nacional em um ano de eleições para deputado e senador. Primeiro, porque esses anos são reduzidos do ponto de vista de trabalho parlamentar. Nunca vi uma lei como essa ser aprovada em ano eleitoral. Neste caso, não se pretendia submeter o anteprojeto ao Congresso em 2010, e sim deixar um subsídio para que o novo

governo partisse de uma base mais avançada para o debate no Congresso Nacional. Isso era perfeitamente possível, como uma contribuição ao próximo governo. Isso faz parte da luta política. Se o Serra ganhasse, teríamos deixado a contribuição para ele fazer o que quisesse. Se ganhasse a Dilma, idem. Prosseguir no tema ou não seria uma decisão dela, porque ela não estava obrigada a nada. O projeto foi entregue. Não diria que ele estava terminado, mas estava com 95% das questões mais complexas resolvidas. Havia questões em aberto, mas chegou-se a um arcabouço de projeto. Se houvesse mais dois, três meses de trabalho, o governo teria concluído o projeto. E haveria um grande debate público depois. Hoje em dia o projeto já deve ter sido superado em uma série de questões, porque, nesta área, as mudanças são intensas e houve algumas novidades nesse período. Foi aprovada, por exemplo, a Lei do Serviço de Acesso Condicionado, cujos dispositivos, em grande parte, constavam do anteprojeto. Resumindo, eu diria que o anteprojeto elaborado no governo Lula era equilibrado e, no fundamental, regulamentava a Constituição Federal com uma visão de convergência de mídias, de evolução tecnológica e de democratização das comunicações.

Em 2010 o governo federal constituiu um GT para elaborar esse anteprojeto. O senhor participou diretamente desse debate, presidindo as reuniões com técnicos de outros ministérios. Havia um consenso de que era preciso avançar?

No governo, esse consenso era generalizado. Havia divergências sobre para onde avançar. Não eram divergências técnicas. Eram dúvidas se teríamos como avançar tanto, se não seria melhor fazer algo fatiado. Entendeu-se que não. No fundo, o que havia não era muito diferente do ocorrido na Confecom. Era a dúvida sobre como lidar com um tema com o qual a sociedade brasileira não tinha lidado institucionalmente nos últimos cinquenta anos. Estamos

vivendo as dores do parto. Essa discussão é absolutamente fundamental para o país, não é invenção ou birra. É necessário produzir muito mais informação, entretenimento, conhecimento para aproveitar as novas plataformas. A escola não é mais o único local para difusão de conhecimento. E é preciso ter regras, porque, do contrário, vai prevalecer quem é mais forte no mercado.

Naquele GT houve algumas discussões emblemáticas: deveriam existir uma ou duas agências? Uma mesma agência poderia fomentar e regular?

Nós não podíamos discutir toda a política ali com os técnicos. Eles jamais discutiram o texto. A discussão do texto era bem mais restrita e envolvia os ministros e o Presidente da República. E era um processo de vai e vem. Do contrário, cairia em uma discussão pública, no ano eleitoral, quando o objetivo era deixar uma contribuição. Houve uma discussão sobre o que era mais razoável – uma ou duas agências. Nesse caso, uma agência para cuidar da parte de infraestrutura, que é o que a Anatel faz hoje, e uma outra para cuidar da regulação de conteúdo, como cota regional, produção independente, respeito ao menor. Acabou-se optando, no âmbito do governo, por duas agências, a Anatel e a Agência Nacional de Comunicações (ANC). Mas a ANC não era um desdobramento da Ancine, porque a Ancine hoje, a meu ver erradamente, tem duas funções – ela regula e fomenta. Eu acho que quem fomenta não deve regular. Acho que precisava separar as duas funções, talvez criando uma instituição como uma Finep na Cultura. Seria uma agência de fomento, e a outra seria uma de regulação. Acabou prevalecendo a ideia das duas agências, da Anatel e da ANC, mas vou ser franco: não tenho certeza de que essa é a melhor solução. Por que essa solução prevaleceu? Porque se fosse uma agência só, o conteúdo seria tratado pela Anatel. E, como essa agência tem uma vasta tradição de lidar com infraestrutura, a

regulação de conteúdo tenderia a desaparecer ali dentro, seria um rabicho da Anatel. O modelo ideal seria o que existe em vários países: uma agência, mas com dois conselhos para tratar separadamente os dois grupos de assuntos.

Tereza Cruvinel⁴⁴

Como começou o seu contato com o projeto de criação da EBC?

O debate sobre a criação da TV Pública me encontrou na iniciativa privada. Eu trabalhava nas Organizações Globo, há 24 anos, e acompanhei pouco o debate prévio à criação da emissora, que foi conduzido pelo Ministério da Cultura, então ocupado por Gilberto Gil. Tive alguns contatos com as dirigentes da TVE do Rio de Janeiro, Beth Carmona e Rosa Crescente, que participaram ativamente do I Fórum Nacional de TVs Públicas convocado pelo ministério. Quando o jornalista Franklin Martins, que fora meu colega nas Organizações Globo, assumiu a Secom no segundo mandato do Presidente Lula, uma das missões que recebeu foi a de implantar a TV Pública proposta pelo documento final do Fórum. Passei a acompanhar melhor o trabalho de planejamento realizado pelo Franklin, mas não tinha nenhuma expectativa de fazer parte da diretoria da nova empresa, que estava sendo concebida pelo grupo de trabalho que Franklin montara na Secom. O meu nome surgiu depois de um convite frustrado ao físico Ennio Candotti para ocupar a presidência. A hipótese apareceu inicialmente em uma conversa minha com o ministro Gilberto Carvalho e evoluiu

⁴⁴ Primeira diretora-presidente da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), de 2007 a 2011. É jornalista, tendo trabalhado em O Globo, onde assinou uma das principais colunas de jornalismo político do país por 21 anos, Jornal do Brasil, Correio Braziliense, Jornal de Brasília, Globonews, Rede TV! e no site Brasil 247. Entrevista realizada em 12 de fevereiro de 2013.

em uma conversa com o Franklin, que levou meu nome ao presidente Lula.

Qual era, até este momento, seu contato com o conceito de radiodifusão pública?

Eu sempre acompanhei o debate teórico sobre TV Pública desde o meu mestrado em Comunicação, na UnB, onde tive professores muito ligados a esta questão, como Venício Lima e Murilo Ramos. Eles sempre enfatizaram a importância da comunicação pública e a ausência de uma TV Pública no Brasil. Na Constituinte, acompanhei a atuação da bancada da comunicação, em que se destacaram Cristina Tavares, da qual sou biógrafa, e Arthur da Távola. A correlação de forças não os favoreceu, mas eles conseguiram incluir na Constituição os artigos 220, 221, 222, 223 e 224. O 223 deu base para a criação da EBC. Os outros, se estivessem regulamentados, teriam efeitos salutares sobre o sistema brasileiro de radiodifusão. Eu tinha, portanto, uma relação com o, tema embora não imaginasse que viria a ter um papel na implantação de uma política ligada a ele.

O I Fórum Nacional de TVs Públicas, realizado em etapas, terminou em 2007. A Medida Provisória nº 398, que veio a ser convertida na lei nº 11.652, é de outubro daquele ano. Quando se confirmou o convite?

Meu nome foi anunciado no dia 28 de setembro, depois de termos conversado sobre o assunto nos dez dias anteriores a esta data. Eu já havia dialogado bastante, no fim de 2006, sobre este tema, com o então ministro Luiz Dulci, quando ele foi interinamente titular da Secom, depois da saída do ex-ministro Gushiken. Dulci tinha muito interesse em formular alguma política de democratização das

comunicações, mas ele deixou de ser responsável pela Secom no início do segundo mandato e não pôde levar muito adiante o projeto, transferido para o Franklin. Há uma questão importante: por que o MinC promoveu o Fórum Nacional de TVs Públicas, e não a Secom? A meu ver, porque a Secom estava muito fragilizada depois de todo aquele processo de denúncias que resultou no hoje chamado mensalão. O Ministério da Cultura estava forte e tinha um titular de projeção internacional, Gilberto Gil, além de uma Secretaria do Audiovisual também muito forte, chefiada pelo Orlando Senna. Entendo que o MinC pensou a TV Pública com foco no audiovisual, ou seja, a TV Pública como uma possibilidade de estabelecer parcerias com os produtores independentes e ampliar a produção nacional, dadas as limitações do mercado nacional de exibição. Isso teve implicações no futuro da EBC. Quando a diretoria foi composta, três diretores tinham foco no audiovisual: Orlando Senna, diretor-geral; Mario Borgneth, diretor de Relacionamento e Rede; e Leopoldo Nunes, diretor de Programação e Conteúdo. A presidente e a diretora de jornalismo, Helena Chagas, por formação, tinham mais preocupação com o jornalismo. Essas diferenças afloraram na montagem da grade e da política de rede.

A ideia de se criar a TV Pública no Brasil decorre da crise do mensalão?

É verdade que, naquele momento, ocorria a elevação do confronto entre governo e imprensa, iniciado em 2005 e acirrado crescentemente até à reeleição do Presidente Lula. O jornalismo tornou-se extremamente denunciatório e a cobertura do mensalão foi obviamente anabolizada, digamos assim. A cobertura, a meu ver, nunca buscou uma investigação própria, optando por endossar e confirmar as denúncias de Roberto Jefferson. Além do mensalão, alguns veículos pesaram a mão na cobertura do acidente da TAM,

com um nítido esforço para provar a responsabilidade do governo⁴⁵. Depois vieram as evidências de falha humana. O episódio dos Aloprados, da mesma forma, teve uma cobertura com viés político-eleitoral, especialmente na divulgação do pacote de dinheiro que um delegado deixou que fosse fotografado nas vésperas da eleição. Tudo isso contribuiu para a criação do clima que perdurou por todo o governo Lula. Não posso falar pelos que integravam o governo, mas todos esses fatos podem ter fortalecido a compreensão do Presidente Lula de que era tempo de tornar mais pluralista o sistema de comunicação no Brasil. Beth Carmona, como presidente da TVE, havia promovido um fórum de TV Públicas, em 2003, com o apoio do ministro Gushiken, mas, naquele momento, o governo parece não ter se dado conta da importância de uma política para o setor. Ainda que fossem fortes as motivações de ordem política, foi Gilberto Gil, com uma visão mais “culturalista” que informativa, quem convenceu Lula da importância da TV Pública. Quando Franklin se tornou ministro, Lula já estava decidido.

Todos esses atores tinham a convicção de que uma TV Pública não faria comunicação de governo e deveria estar sujeita a controle social?

Acredito que, tanto no Fórum quanto no Grupo de Trabalho da TV Pública, existiam diferentes concepções de TV Pública e diferentes objetivos com sua criação. Mas o arcabouço jurídico e institucional, incluindo os princípios, tomou forma mais concreta a partir da

⁴⁵ No dia 17 de julho de 2007, um avião da TAM proveniente de Porto Alegre pousou no aeroporto de Congonhas, em São Paulo, mas não conseguiu frear, atravessou uma avenida e colidiu com um prédio e com um posto de gasolina. Todos os 187 passageiros e 12 pessoas em solo faleceram.

criação do Grupo de Trabalho da Secom. Dele participavam quadros do Minc, da Radiobrás, da TVE e da sociedade.

Qual era a participação do Ministério das Comunicações nesse momento?

Como não participei do Fórum, não posso dizer o que se passou nesta fase. Soube, depois que assumi, que houve um desentendimento entre Gil e o ministro das Comunicações, Hélio Costa, que acabou se afastando do processo. Mais tarde, com a EBC já criada e implantada, passamos a dialogar e devo registrar que seu apoio foi muito relevante. Ele me orientou a buscar a consagração de canais analógicos em cidades médias, uma vez que não existiam canais disponíveis nas capitais. Assim foi que, em nossa gestão, pudemos implantar canais em cidades como Juiz de Fora, Uberlândia e ganhar a concessão de outros tantos, que ainda precisam ser implantados. Ele também antecipou a concessão de todos os canais digitais da TV Brasil, o que nos permitiu implantar, além do de São Paulo, o de Brasília e o do Rio de Janeiro. Acredito que esse desentendimento tenha tido alguma relação com a questão da infraestrutura. O ministro Hélio Costa sabia que não existiam canais analógicos para a formação de uma rede própria da TV Brasil e que o sistema digital não era uma coisa imediata. O ministro Gil, a meu ver, se equivocava. Vi-o dizer, muitas vezes, que a TV Pública já nasceria digital, algo evidentemente impossível. As próprias TVs privadas ainda levarão algum tempo para se tornarem exclusivamente digitais. Este foi o grande dilema que encontramos: uma rede nacional foi prometida, mas não existiam condições para que fosse montada.

A TV digital, nessa época, tinha pouco mais de um ano de vida no plano formal. O decreto nº 5.820, que cria o Sistema Brasileiro

de TV Digital, era de 2006 e a TV Brasil entrou no ar em dezembro de 2007.

Sim. No dia em que a TV Brasil entrou no ar, aconteceu a primeira transmissão digital, apenas na cidade de São Paulo, realizada pelas principais emissoras privadas. O grupo de trabalho havia planejado inaugurar o canal digital da TV Brasil, em São Paulo, neste dia, mas isso acabou não sendo possível. Assim, a TV Brasil começou analógica e contando apenas com os três canais que a União já explorava: o do Rio, da TVE; o da TVE do Maranhão, em São Luís; e o de Brasília, da antiga TV Nacional. Acredito que o grupo de trabalho subestimou esse grave problema, com o qual lidei durante os quatro anos de meu mandato.

Qual é a sua avaliação sobre o trabalho daquele GT?

O GT tem muitos méritos e conseguiu formular algumas soluções importantes, no plano institucional, mas acho que cometeu muitos equívocos, relacionados com as questões operacionais futuras. Por exemplo: a opção pelo formato de empresa pública. Foram estudados outros modelos, como uma fundação ou um instituto? Não sei. O GT pensou em uma empresa pública não dependente, com plena autonomia financeira para gerir o sistema público. A autonomia editorial foi assegurada pela subordinação das diretrizes de programação ao Conselho Curador, mas como garantir autonomia financeira a uma empresa que não nasceria dispondo de receitas próprias suficientes para se manter, ainda mais não podendo explorar a publicidade comercial? Esse foi um problema que depois eu vim a enfrentar. Tivemos que alterar a natureza da empresa, de estatal não dependente para dependente. É claro que eu gostaria de presidir uma empresa não dependente, que pudesse aplicar seus recursos da melhor forma, remanejar verbas orçamentárias sem depender do Congresso, fixar sua

própria política salarial, entre outras vantagens. Mas, para isso, eram necessárias as receitas próprias. Sem explorar publicidade comercial, o que é correto, herdando estruturas sucateadas, que precisariam ser modernizadas à custa de grandes investimentos, herdando passivos trabalhistas, de onde viriam as receitas? Como empresa dependente, entretanto, a EBC teve que se subordinar ao conjunto de regramentos do orçamento da União, embora, em minha gestão, os recursos prometidos sempre foram garantidos. Quando a área econômica criava embaraços, Franklin entrava em campo, ia ao Presidente e a coisa se resolvia. O Presidente Lula havia se comprometido a destinar R\$ 350 milhões/ano à EBC. Logo no início, tive um conflito com o diretor-administrativo, Delcimar Pires, que insistia na fórmula da empresa não-dependente, que seria sustentada pela prestação de serviços a terceiros. Isso não é fácil. Até hoje, a EBC continua tendo basicamente uma fonte de receita própria, que é a captação e veiculação da publicidade legal. Fui ao Franklin dizer que isso era loucura. Ele me ouviu, fez uma reunião com várias autoridades da área econômica e acabamos estabelecendo que a empresa seria dependente. Esta diferença não envolve a questão editorial. É técnico-financeira, e a escolha era uma imposição da realidade. Outro erro grave do GT foi a opção pela incorporação da Radiobrás pela nova empresa.

Por quê?

Por vários motivos. O primeiro e mais complicado é que esta fórmula levou a uma certa mistura entre o público e o estatal. O GT acreditava que o Congresso Nacional não aceitaria a criação de uma segunda empresa de comunicação para gerir a TV Pública, coexistindo com a Radiobrás. Nisso, talvez tivessem razão. Como depois eu vim a coordenar os debates com o Congresso para a aprovação da Medida Provisória, acho que devíamos ter enfrentado esta dificuldade e travado este debate, explicando que a

Radiobrás continuaria existindo para prestar serviços ao governo, ao passo que a nova empresa seria criada para gerir a TV e os canais públicos, sem ingerência editorial do governo. Talvez tivéssemos ganhado, talvez não, pois as resistências eram mesmo muito fortes. Como a MP propôs a incorporação, muitos deputados da oposição diziam: “é claro que essa nova empresa não fará comunicação pública nenhuma. Se vai incorporar a Radiobrás, fará uma televisão chapa-branca. Será apenas uma grande Radiobrás”. E isso contaminou o debate, também na sociedade. O próprio Eugênio Bucci, que foi presidente da Radiobrás no primeiro governo Lula, escreveria, depois, um artigo dizendo que a EBC era apenas uma Radiobrás sem “eira”. A Radiobrás chamava-se Empresa Brasileira de Radiodifusão e a EBC, a Empresa Brasil de Comunicação. Não tenho dúvida de que esse foi um erro e precisa ser corrigido. Depois vieram as consequências operacionais. Como manter, dentro da mesma empresa, uma área destinada a prestar serviços ao governo, conforme previsto na lei (o que fortaleceu as críticas da oposição), e ao mesmo tempo gerar a TV Pública e outros canais de comunicação independentes, como as rádios e a Agência Brasil? A solução foi montar uma diretoria, a Diretoria de Serviços, que veio a ser ocupada pelo José Roberto Garcez, destinada exclusivamente a atender o governo. Naturalmente, houve disputas por equipamentos, funcionários e outros recursos entre as áreas “pública” e de “serviços governamentais”. Essa convivência é nociva à empresa, ao seu funcionamento e à sua percepção externa.

Grande parte dos profissionais desse GT era ligado à gestão das empresas ou à produção de conteúdo. Não faltavam nesse grupo juristas e engenheiros, tão importantes para definir as possibilidades de uma emissora de TV?

Certamente. E talvez isso tenha decorrido do problema entre os ministros Hélio e Gil. Se o MC tivesse participado do GT, teria

havido um planejamento melhor da infraestrutura. Não se teria criado a expectativa de que seria criada uma emissora com boa qualidade técnica, de sinal e de distribuição de programação, porque não existiam condições para isso. A não ser que o governo resolvesse comprar uma grande briga, tomando canais já concedidos a outras emissoras. O GT pensou muito no formato institucional e na produção de conteúdo, mas não em qualidade de sinal, formação de rede e entrega da programação.

Neste processo foram consultados os departamentos jurídicos e de engenharia da Acerp e da Radiobrás?

Aí houve outro equívoco. Contratou-se uma consultoria da Fundação Getúlio Vargas para mapear a infraestrutura existente. Ela fez um trabalho de pouquíssima utilidade para o futuro. A equipe da FGV visitou a Radiobrás, inventariou os equipamentos, pediu que os funcionários respondessem um questionário, fez um estudo sobre os salários e o perfil dos empregados. Este mesmo levantamento foi realizado nas TVEs do Rio e do Maranhão, geridas pela Acerp. O ministro Franklin promoveu um ou dois debates com os funcionários dessas instituições, enfrentando o dilema que logo se estabeleceu: a Radiobrás, com seus empregados e seu patrimônio, seria incorporada, mas a Acerp não, pois era uma organização social. Quanto aos departamentos jurídico e de engenharia, como você pergunta, não sei dizer se houve consultas, mas posso dizer que ocorreram resistências à nova empresa, tanto na Radiobrás quanto na Acerp.

Entre o anúncio do seu nome para presidir a EBC e a publicação da MP nº 398 passaram-se 12 dias, conforme já falamos. Imagino que a empresa estivesse pronta na sua chegada.

Mais que isso. Quando fui convidada para presidir a empresa, os demais diretores já estavam escolhidos. Foi um erro aceitar o cargo nessas condições, paguei um preço altíssimo por isso, mas não me arrependo. Foi um bom combate e o legado foi bom. Poucos dias depois de empossada percebi o tamanho das dificuldades que enfrentaria para implantar e dirigir a empresa com uma diretoria colegiada, onde decisões são tomadas por voto, que não fora escolhida por mim. Logo, os diretores não me deviam a escolha e a nomeação, e isso teria implicações hierárquicas. Os três mais importantes (diretor-geral; diretor de Programação e Conteúdo; e diretor de Relacionamento e Rede) haviam sido indicados pelo ministro da Cultura, Gilberto Gil, e pareciam ver em mim uma intrusa no projeto. Afinal, eu vinha das Organizações Globo e essa origem, embora representasse experiência ou algum valor profissional, despertava preconceito e desconfiança. Naturalmente os conflitos não demoraram para se manifestar de forma aguda. Mas todos sabiam que, com meu trânsito no Congresso, eu teria um papel fundamental para a aprovação da Medida Provisória. Logo depois que isso aconteceu, e antes mesmo da sanção, comecei a ser abertamente desafiada, o que levou à primeira crise, à demissão de Borgneth, e à saída de Orlando Senna em solidariedade.

Antes de falar sobre o debate no Congresso Nacional, vamos tratar da diretoria que já havia sido escolhida.

Quando Franklin convidou Ennio Candotti, ele se recusou a aceitar a diretoria formada. Queria inteira liberdade para fazer isso, e estava certo, percebi mais tarde. O Franklin fez uma composição com o Minc e Gil, que indicou o diretor-geral e mais dois diretores. O Garcez, que havia sucedido a Bucci na presidência da Radiobrás, seria o diretor de Serviços. Era natural, continuaria respondendo pelas tarefas de comunicação governamental que já desempenhava: gerir o canal NBr, produzir o serviço de clipping, a Mídia Eletrônica

e Imprensa, a Voz do Brasil, o programa Café com o Presidente, além de cobrir as viagens presidenciais a qualquer lugar do país e do mundo, disponibilizando seu sinal para qualquer emissora interessada. Franklin havia convidado Helena Chagas para diretora de jornalismo e eu me coloquei inteiramente de acordo, quando ele me consultou a respeito. E Delcimar Pires, que, como assessor de Gilberto Carvalho, coordenara o GT, seria diretor-administrativo financeiro. Aceitei, acreditando no compromisso de todos com o projeto. Fui ingênua. Desconhecia o serviço público e as disputas de poder que ali são travadas. Acreditei que todos se sentiriam honrados de ser presididos por mim, que estava deixando uma posição privilegiada na mídia para me somar a eles.

A senhora conhecia algum dos diretores?

Somente Helena Chagas, diretora de Jornalismo, de quem eu fora colega por muitos anos no Globo. Disse-me o Franklin que tinha reivindicado fazer uma única indicação, a do diretor de Jornalismo. Afora os que citei, e já estavam escolhidos, faltava nomear o diretor de Suporte. Durante algum tempo o Roberto Gontijo, que ocupava este cargo na Radiobrás, permaneceu como interino. Depois, optei por confirmá-lo como diretor. Era um grande profissional de operações, embora não fosse da era digital, conhecia a casa, os equipamentos, as gambiarras, o que funcionava e o que não funcionava. Foi a melhor opção. Sem o Gontijo, as coisas teriam sido ainda piores, tenho certeza disso. O convívio entre pessoas que não se conheciam, e com um grupo que se sentia dono do projeto mas não tinha a presidência, não podia dar certo. Mas o problema do financiamento da empresa, logo que me deparei com ele, me angustiou muito mais no início. A MP destinava um capital inicial de R\$ 200 milhões. Com ele, a empresa teria que se implantar e depois se virar. Ora, nós iríamos torrar esse dinheiro em pouco

tempo, só com o custeio, e depois viria uma situação de “quebra” da empresa.

O GT, então, considerou razoável criar uma empresa não dependente, com uma folha salarial que reunia mais de 1.500 funcionários, com aporte inicial de R\$200 milhões, esperando gerar novos recursos para arcar com suas obrigações no curtíssimo prazo.

Em verdade, o GT como um todo não tinha isso claro. Cada qual pensava em sua área. Essa era a concepção do diretor-administrativo, uma pessoa com alianças muito fortes dentro do governo.

Até então não havia um contrato entre Secom e Radiobrás para a prestação de serviços, como a produção da NBr.

Não havia, mas a MP e, depois, a lei estabeleciam que a EBC prestaria serviços ao governo. Os contratos foram concebidos para tornar mais distintas as duas tarefas: a pública e a estatal.

Mas existia uma convicção de que a EBC seria capaz de gerar esses recursos no curtíssimo prazo ou faltou uma percepção de que esse modelo seria inviável?

O diretor Administrativo tinha essa convicção. Numa reunião, ele disse que o Garcez precisava começar a gerar receitas, porque estávamos gastando um adiantamento de R\$ 20 milhões do capital que ainda seria integralizado. Levei um susto. Eu havia pedido ao Franklin para incluir na MP, entre as fontes de financiamento, as dotações orçamentárias, que não figuravam no artigo. Ele fez constar. Em nenhum momento a MP falava sobre dependência ou

não dependência. Mas descobri depois que, junto ao Ministério do Planejamento e à Secretaria de Orçamento e Finanças, a EBC estava classificada como não dependente. Por isso, receberia aporte de capital. Essa classificação é que, depois do socorro do Franklin, conseguir alterar. Delcimar Pires nunca me perdoou por isso. Sempre que havia uma dificuldade orçamentária, ele dizia: se tivéssemos permanecido como não dependente, isso não estaria acontecendo. Não sei, sinceramente, como ele achava que iríamos captar recursos junto a terceiros, com a empresa ainda nascendo e uma tarefa gigantesca pela frente, que era criar e viabilizar a nova televisão. Era temerário, poderia arruinar o projeto, disso eu sabia. Só com satélites, a despesa anual era de R\$ 6 milhões. A folha de pagamentos girava em torno de R\$ 100 milhões.

A Radiobrás era uma empresa dependente e a Acerp era uma organização social, mas dependente do contrato de gestão. Logo, como a partir dessas duas seria possível criar uma empresa não dependente apenas com um aporte inicial de recursos?

Se a TV Pública já existisse, se fosse financiada por uma taxa ou contribuição da população, como a BBC, se tivesse cobertura nacional para captar publicidade institucional, já que a comercial estava proibida por lei, vá lá. Mas quem ia querer veicular publicidade institucional em uma emissora que transmitia inicialmente apenas no Rio, no Maranhão e em Brasília? Que outros serviços poderíamos prestar? *Media training*? Venda de mídia? Venda de conteúdos? Tudo isso pode gerar receita, quando a empresa tem estrutura e *know-how* para tal. Mesmo assim, não seria suficiente para cobrir o gasto com pessoal e encargos.

Naquele momento já não havia qualquer possibilidade de a EBC contar com publicidade comercial, nem com qualquer nova taxa

paga pela população que fosse automaticamente revertida para a empresa.

Isso já estava descartado. O relator da MP, Walter Pinheiro, a nosso pedido, formulou, com muita inteligência, a emenda que cria a Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública. Corresponde a 5% do que as empresas de telecomunicações e radiodifusão passaram a não recolher para o Fistel. Entretanto, elas recorreram à Justiça, ganharam uma liminar e passaram a depositar os recursos judicialmente. Hoje esses depósitos devem somar R\$ 2 bilhões, pelo menos. Devem ser compartilhados com as outras entidades de comunicação do campo público-estatal, ficando 75% para a EBC. Mais tarde regulamentamos isso, incluindo como destinatários as TVs do Legislativo e do Judiciário.

A Medida Provisória nº 398 chegou ao Congresso e logo começou o debate sobre ela. A mídia, à época, já começava a chamar a TV Brasil de “A TV do Lula”.

A TV Pública começou a enfrentar críticas da mídia ainda antes da edição da medida provisória. Acho que, de alguma forma, a minha escolha como presidente da EBC aguçou essa postura. Eu escrevia uma coluna prestigiosa no Globo, era comentarista da Globonews, era parte da elite do jornalismo. Como a TV Pública foi vista, desde o início, como uma revanche do governo ao tratamento inamistoso que lhe era dispensado pela imprensa política, minha escolha para a presidência também despertou reações. Viram nisso uma espécie de “traição corporativa”, algo que não seria perdoado durante minha gestão, e mesmo depois. Havia também, e continua havendo, muito desconhecimento sobre a diferença entre comunicação pública e governamental e sobre o papel de uma TV Pública. Quando citávamos o exemplo da BBC, havia quem se surpreendesse ao saber que a emissora inglesa é pública. No

Congresso, havia, claro, um ambiente de radicalização política entre oposição e governo. Havia quase um juramento de que a medida provisória não seria aprovada, embora a coalizão de apoio a Lula, no segundo mandato, tenha se ampliado com a inclusão oficial do PMDB. No Senado a situação era ainda mais complicada. O governo foi derrotado na votação da emenda que prorrogava a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), que tramitava junto com a MP da EBC. Mas, respondendo o seu comentário sobre a oposição da mídia, ela foi crescente a partir de 2 de dezembro de 2007, quando a TV Brasil entrou no ar, embora a lei só tenha vindo a ser aprovada em abril do ano seguinte.

A bancada do governo compreendeu o espírito da nova TV Pública ou votou junta por ser governo?

Há situações diferentes. O discurso do Aloizio Mercadante, por exemplo, era muito claro, via-se que ele entendia a situação. Outros votaram por fidelidade ao governo, embora não compreendendo exatamente o significado da iniciativa.

O artigo relativo às transmissões esportivas caiu no Congresso Nacional. Por quê?

É importante falar dos relatores. O hoje senador Walter Pinheiro era deputado e foi o relator na Câmara. Ele redigiu, com sua assessoria, o PL de conversão da MP, dialogou com os segmentos sociais militantes a favor da comunicação pública e foi muito convincente em toda a tramitação da MP. Mas, quando ela foi aprovada, restava pouquíssimo tempo para a tramitação no Senado. Uma emenda ali faria a medida retornar à Câmara e perder a validade por falta de tempo para a votação. O relator no Senado, Renato Casagrande, foi muito generoso ao recusar todas as emendas e apresentá-las apenas

como sugestões. No Senado, em um momento de grandes dificuldades para a votação, chegou-nos à condição de alguns senadores para votar a favor: que o artigo fosse vetado. Cedemos no veto⁴⁶.

Ainda sobre o debate no Congresso Nacional, como foi a mudança no artigo sobre o Conselho Curador?

O presidente Lula nomeou os primeiros integrantes do Conselho em dezembro de 2007, com base na medida provisória que vigia com força de lei. Alguns tinham mandato de dois anos e outros, de quatro, para que houvesse sempre renovação a cada biênio. Durante a tramitação na Câmara, os movimentos sociais e a oposição fizeram muita carga sobre o fato de os conselheiros serem de escolha do presidente da República. Assim, dizia a oposição, de que valerá este Conselho? Nomeado pelo presidente, não evitará que a TV seja chapa-branca. Então Walter propôs uma solução: os futuros conselheiros seriam nomeados pelo Presidente a partir de uma lista, que seria elaborada a partir de consultas a entidades da sociedade civil. Essa solução revelou-se danosa, porque o Conselho perdeu muito do pluralismo e da diversidade da composição inicial, na medida em que, com o fim dos primeiros mandatos de dois anos, começaram a chegar os indicados da sociedade civil, quase todos com o mesmo perfil político e intelectual.

Qual foi o papel das emissoras comerciais nesse início de vida da EBC?

⁴⁶ Discutia-se a inclusão no texto de artigo que previa a possibilidade de as emissoras públicas transmitirem eventos esportivos de interesse nacional, caso as emissoras que tivessem adquirido seus direitos decidissem não os transmitir.

Elas sempre participaram das audiências públicas, por meio de entidades com a Abert e ABTA. O discurso sempre foi o de que reconheciam a constitucionalidade da proposta e a objeção, oficialmente, resumia-se à questão da publicidade. Inicialmente, não aceitavam qualquer forma de patrocínio ou publicidade institucional. Acabaram concordando, desde que ficasse expressa a proibição de publicidade comercial.

Com a Medida Provisória aprovada e convertida em lei, passou a existir, de forma permanente, a EBC. Como eram a equipe e a infraestrutura da empresa naquele momento?

A Radiobrás tinha um quadro funcional envelhecido, de quase 900 funcionários, mal remunerado e desmotivado, que fora treinado para servir ao governo, não para fazer comunicação pública. A infraestrutura era restrita a Brasília, composta por um parque de transmissões antiquado e por equipamentos de produção obsoletos, além de restrito às poucas atividades da antiga TV Nacional. A Acerp foi criada como organização social para suceder à antiga Fundação Roquette Pinto, em sua extinção. Os funcionários da fundação continuaram sendo pagos pelo governo mas foram cedidos, sem ônus, à nova OS que, tendo liberdade para contratar, duplicou o número de funcionários dentro de alguns anos. Quando a EBC foi criada, a Acerp tinha cerca de 400 funcionários públicos cedidos e cerca de 800 celetistas contratados. Todos, igualmente mal remunerados, desmotivados e despreparados para a nova tarefa. A infraestrutura era um pouco maior e melhor que a da Radiobrás. Depois que deixei a presidência da EBC, o próprio Presidente Lula me disse, numa conversa, que foi um erro criar a TV Pública a partir dessas duas estruturas.

Qual seria a alternativa a esse modelo na visão do Presidente?

Ele, como o Franklin e eu, parece achar que deveríamos ter criado uma instituição nova. Mas havia o receio de que isso impedisse a aprovação da MP, como eu já disse. Se os funcionários da Acerp ficaram revoltados porque não puderam ser incorporados pela EBC, os funcionários da Radiobrás não queriam o fim da velha empresa de jeito nenhum. Eu tive que fazer uma negociação complicada com uma empresa que registrou, em seu nome, o domínio ebc.com.br. Quando mudamos os e-mails e sites para o novo domínio, houve choradeira porque muita gente queria continuar sendo “ponto org”. Esta é uma evidência de que o corpo funcional não compreendia a instituição que estava sendo criada. Quando, depois de vencer muitas barreiras burocráticas, consegui realizar a incorporação jurídica da Radiobrás, seus empregados promoveram um “abraço de despedida” ao prédio, em sinal de luto pelo desaparecimento da Radiobrás. Esse era o clima.

O quadro de funcionários era muito numeroso, considerando-se as atividades desempenhadas por Acerp e Radiobrás?

Não acho que o da Radiobrás era. A empresa tinha aproximadamente 880 servidores concursados. No setor privado, os funcionários trabalham, às vezes, 12 horas e pronto. Ali, os jornalistas e radialistas tinham carga horária de 5 horas, prorrogadas por mais 2, como previsto em lei. Diante das inúmeras atribuições da empresa, não acho que era excessivo. Na Acerp, sim, havia inchaço. Mas, como eu já disse, a diretoria da EBC não tinha poder de fato sobre a organização. Quando eu dizia que era preciso enxugar o quadro da Acerp, o presidente da Acerp alegava que as demissões eram impedidas por diretores da EBC. E, neste *ping pong* conflitivo, só no fim conseguimos alguma redução no quadro.

E a TV Brasil, nesta época, não tinha consignação, torre ou grade de programação em São Paulo?

Ainda na fase do GT, Franklin conseguiu a reserva de um canal em São Paulo. Por meio da Radiobrás foi alugado um local como sede e foram comprados equipamentos modernos, de produção e transmissão. Uma parte desses equipamentos foi comprada pela Acerp por meio do contrato de gestão. Tudo com vistas à estreia deste canal em 2 de dezembro de 2007, juntamente com o início das transmissões digitais, o que não aconteceu. As obras e a chegada do transmissor atrasaram, inviabilizando o plano original. Aos trancos e barrancos entramos no ar, no dia 2, com os canais analógicos que a EBC herdou no Rio, Brasília e Maranhão. Para o canal de São Paulo foi firmado um acordo com a TV Cultura, pelo qual ela receberia, como recebeu, um transmissor digital em troca de 15 anos de transmissões a partir de sua torre. Mas o canal da TV Brasil levaria um ano para ser inaugurado. Quando finalmente o transmissor chegou, os canais destinados pela Anatel, 68 (analógico) e 69 (digital), começaram a interferir nos serviços telefônicos da Nextel. Após uma penosa negociação com a Nextel, que foi muito correta, indenizando a EBC pela perda dos transmissores, e com a Anatel, contando com a mediação prestimosa da conselheira Maria Emília, conseguimos migrar para os canais 62 e 63.

As emissoras educativas, nesta fase, não formavam rede com a TV Brasil?

Ainda não, embora elas fizessem uso da programação, segundo suas necessidades. Se havia um buraco na grade da educativa estadual, ela incluía algo da TV Brasil. A proposta de formação de rede, com número de horas e programas definidos de transmissão simultânea, foi formulada pelo Mario Borgneth e implantada

posteriormente. Um trabalho em que se empenharam muito o superintendente de Rede, Marco Antonio Coelho, e o Garcez.

E a emissora no Maranhão?

Lá a torre ameaçava desabar, havia rachaduras nos prédios, entre outros problemas. Conseguimos construir uma nova torre, reparar o prédio, enviar equipamentos, mas nunca foi possível ampliar a produção local da emissora. Embora lá exista um excesso de funcionários da antiga Fundação Roquette Pinto.

Como era a relação com o Ministério da Cultura? Até meados de 2009, todos os 3 diretores que vieram desse órgão já tinham deixado a EBC. Por outro lado, o ministério implementou vários programas com a TV Brasil, como DocTV, AnimaTV, FicTV e outros.

A relação com o Minc tem diferentes momentos. Na primeira fase, a parceria restringiu-se ao DocTV, um programa bem sucedido de produção envolvendo toda a rede pública. A partir da posse de Silvio Da-Rin na Secretaria do Audiovisual (SAV), tivemos uma fase de rica cooperação, da qual resultaram projetos bem sucedidos como o AnimaTV, o Longas.doc, nova série do Curta Criança, entre outros. A partir da saída de Da-Rin, a parceria perdeu boa parte da dinâmica.

Como foram as demissões dos diretores ligados ao Minc?

Mario Borgneth, diretor de Relacionamento e Rede, era o mais preparado deles para a gestão de televisão. Passara pela TV Cultura, participara de projetos importantes, como a implantação do DocTV. Eu o demiti em maio de 2008, na semana seguinte à

aprovação da lei da EBC, após um acidente que poderia ter sido evitado. Numa reunião de diretoria, divergimos sobre um certo tema, ele gritou, bateu na mesa e se retirou, apesar dos meus protestos para que permanecesse na reunião. Demiti-o, porque, depois deste episódio, eu perderia toda a autoridade sobre uma diretoria que já se considerava muito dona de si. Lamento ter tido que fazer isso, porque Mario, sem dúvida, teria contribuído muito ainda com a EBC. Questões de temperamento. Orlando Senna me procurou em seguida para dizer que, sem Mario, não tinha condições de permanecer como diretor-geral. Depois deu entrevistas dizendo que saía em solidariedade.

E como ocorreu a demissão do terceiro diretor?

Leopoldo Nunes continuou na TV, lamentou muito a saída dos companheiros, mas, por apreço ao projeto, disse que continuaria conosco. Havia uma grande cobrança externa pela prometida programação, que, de fato, não se renovava. Nós lhe garantimos todo apoio para que conseguisse produzir os programas que estavam aprovados. Alguns saíram, outros não. Mas o conflito se estabeleceu quando decidi que o mesmo diretor não poderia controlar a produção e a programação. Eram frequentes os conflitos de programação com o jornalismo. Leopoldo era o dono da grade. Comuniquei-o de que haveria a separação e consegui criar uma Superintendência de Programação, para a qual convidei Roberto Faustino, profissional experimentado em diversas TVs comerciais. Na semana da posse do Faustino, Leopoldo escreveu uma carta à diretoria e ao Conselho Curador, desancando com a gestão da EBC, atribuindo-me responsabilidade por um sem número de problemas decorrentes da conjuntura do regramento público da empresa. Acusou-me de ter “jogado fora” R\$100 milhões. Em verdade, referia-se a um fundo de fomento à produção independente, sob a forma de incentivo aos doadores. Uma boa proposta, mas de difícil

tramitação jurídica, porque envolvia renúncia fiscal, dependia da Fazenda, da Receita, da Ancine, de vários órgãos. Esse fundo só veio a ser aprovado dois anos depois. Os R\$100 milhões eram o valor global que se pretendia arrecadar com a captação de incentivos. Mas, segundo ele, joguei fora. Passava dos limites. Demiti-o e cometi o erro de dar-lhe 15 dias para buscar uma colocação. No intervalo ele deu uma longa entrevista plena de acusações. Antecipei a demissão.

Apesar dessa divergência com os dirigentes que vieram do MinC, o Ministério manteve alguns programas em parceria com a EBC e criou outros.

Até a saída desses dirigentes, a nossa relação com o Ministério da Cultura era muito boa. Gil já tinha deixado o MinC e o Ministro Juca Ferreira, seu substituto, também era um entusiasta da TV Pública e da parceria. Até então não havia surgido nada de novo. DocTV e Curta Criança já existiam como parcerias antigas com Radiobrás e Acerp. Crédito muito ao Silvio Da-Rin, sucessor do Orlando Senna como Secretário do Audiovisual, o êxito na parceria com a EBC. Ele tinha iniciativa e propostas e, quando havia recursos, fazíamos. Na gestão dele, além de DocTV e Curta Criança, ele propôs o Longas.doc, por meio do qual MinC e EBC financiaram seis documentários de longa metragem. Um deles foi o filme “Uma longa viagem”, de autoria de Lucia Murat, e premiado no Festival de Gramado. Também publicamos um edital chamado Brasília 50 Anos. Silvio propôs o AnimaTV, premiando animações, e o FicTV, financiando obras de ficção, que foi importantíssimo para a EBC. Por meio desse programa Mario Borgneth voltou a ser parceiro da EBC como gestor do projeto. Foram produzidas minisséries muito interessantes, como Natália e Diamante Futebol Clube. Essa parceria deve-se ao fato de o ministro Juca, mesmo com a saída dos quadros do MinC, não ter sido revanchista ou ressentido,

apostando na continuidade da parceria, e ao dinamismo do Silvio. Mais tarde, ao deixar a SAV, ele veio a ser gerente-executivo da EBC para cuidar do mercado internacional no âmbito da TV Brasil. Fez um bom trabalho e, depois, saiu.

Em 2009 o governo federal convocou a Conferência Nacional de Comunicação e a EBC teve um papel de destaque. Seus profissionais participaram dos debates, a EBC indicou vários delegados e a NBr transmitiu as sessões. Por que a EBC dedicou-se tanto a essa conferência?

Era uma obrigação natural. Se o objetivo da Conferência era promover subsídios para a mudança dos marcos legais de comunicação no Brasil e se a EBC era uma experiência nova e alternativa desse cenário, era natural que a gente participasse desse debate e procurasse gerar esses subsídios. Algumas questões da Confecom foram levadas pela EBC, como, por exemplo, a importância do operador nacional de rede. É uma pena que boa parte daquelas propostas não tenha sido implementada.

Hoje vários membros dos movimentos pela democratização das comunicações trabalham na EBC, que é uma empresa pública. Como é essa relação?

No início, a composição dos quadros dirigentes da EBC, de coordenadores a gerentes-executivos, foi profissional. Nunca houve, ao contrário do que se dizia, um aparelhamento da empresa por partidos políticos.

Grande parte dos militantes já trabalhava na Radiobrás ou na Acerp. Não foi algo novo criado pela EBC.

Exato. Vários já estavam e outros vieram. É natural que buscassem esse caminho. Queriam mais pluralismo e uma comunicação diferenciada e isso está na EBC. É bom que a EBC tenha, em seus quadros, profissionais com o compromisso de defesa da comunicação pública. Mas há um outro lado. Esses militantes viam na diretoria um antagonismo. E a diretoria tem seus limites legais, orçamentários e não pode atender todas as demandas. A maior parte dos conflitos que enfrentei foi fomentada por esses militantes, que eram as pessoas de quem eu mais esperava apoio. Pensava que o militante defenderia a EBC, reconheceria dificuldades, veria a posição difícil em que estávamos e não colocaria a EBC em situação vulnerável. No entanto, sei que alguns desses militantes alimentaram a guerrilha da mídia com a EBC, fazendo denúncias. É importante que eles reflitam sobre isso. Precisam conhecer os limites da gestão, evitando um comportamento sindicalista.

Como se desenrolou a primeira greve da EBC?

Foi um dos momentos mais difíceis que vivi, porque ocorreu muito no começo da gestão. A Radiobrás havia convivido com achatamentos salariais contínuos. Estávamos fazendo um plano de cargos e salários e na Radiobrás nunca havia existido algo digno deste nome. O plano organizava as carreiras, previa ascensão por mérito e acabava com o apadrinhamento que vigorou na Radiobrás. Havia situações absurdas, como funcionários que progrediam dezoito níveis de uma só vez e outros que não progrediam nenhum. Estávamos realizando o debate interno do plano com os sindicatos e uma comissão de funcionários. A implantação de um plano deste tipo não é fácil, porque envolve aprovação do Ministério do Planejamento. Esse processo ainda não havia sido concluído, quando chegou o momento de discutir o reajuste salarial. Só a implantação deste plano já garantiria este reajuste, que variou de 4 a 20%, a depender da defasagem salarial dos cargos. Tentamos

fazer um acordo salarial baseado nas perdas da inflação, mas o ganho salarial viria do plano. Acho que nos comunicamos mal. Os sindicatos fizeram autocrítica depois e perceberam que eles tinham perdido o controle para militantes de base. Em pouco tempo esses militantes saíram da assembleia e fecharam tudo. Eu estava sozinha no gabinete, era perto da hora do almoço e não havia nenhum diretor por perto. Procurei Gontijo, com medo de que tentassem tirar as emissoras do ar. A TV Brasil não sairia, porque o controle mestre era no Rio de Janeiro. Mas seria um fiasco se a NBr saísse e o Gontijo foi ao controle mestre. É claro que a imprensa privada publicou, com fartura, material sobre a greve na EBC. De madrugada, eu postei na Internet um texto sobre várias questões que eu achava mal explicadas e pedindo que todos voltassem ao trabalho. Cheguei à empresa por volta das 8h no dia seguinte, deixei o carro distante e fui andando a pé até a porta, onde estavam vários funcionários. Falei com eles e pedi que voltassem ao trabalho, pois, do contrário, não haveria nem plano de cargos. Ali se dissolveu a greve. Tenho certeza de que houve uma falha de comunicação e não existia nem interesse da maioria dos funcionários de entrar em greve. Nos anos seguintes conseguimos dar aumentos reais a todos os funcionários e esse plano de cargos foi uma conquista. Quando deixei a empresa, o que mais ouvi dos funcionários foi o reconhecimento de que não existia apadrinhamento na EBC. Modernizamos a empresa na área de recursos humanos, que tinha a cara do Brasil antigo. Essa é uma conquista que os funcionários devem preservar.

Voltando ao tema do Conselho Curador: qual é a sua avaliação sobre a atuação do conselho durante a sua gestão?

Luiz Gonzaga Belluzzo foi um presidente do conselho extremamente solidário com a diretoria e teve uma enorme capacidade de contribuir para o soerguimento de uma empresa que

estava nascendo. Na gestão dele a Diretoria de Jornalismo demitiu Luiz Lobo, um apresentador, e um dos conselheiros pediu uma investigação. Ele administrou isso com muita competência, embora esse episódio tenha gerado muito desgaste para a TV Brasil. A saída do Belluzzo coincide com o ingresso de conselheiros eleitos segundo o novo modelo. A minha crítica é que eles não são eleitos pela sociedade, mas sim por algumas organizações que representam alguns segmentos da sociedade. A partir da chegada desses conselheiros, esse conselho nunca compreendeu que o seu dever era fiscalizar conteúdo e sempre aspirou ser um tutor da diretoria. Como um diretor-presidente que tem mandato concedido pelo Presidente da República e não pode ser demitido por ele justamente para garantir a independência da comunicação pública pode aceitar a tutela de um conselho em assuntos que não são de sua competência? É claro que se devem aceitar os seus comentários no âmbito de suas obrigações legais, mas, na minha gestão, o conselho sempre quis ir além de suas competências. Eu sempre fui muito franca e, quando eu dizia que algo não era da competência do conselho, o conflito se acirrava. Belluzzo foi sucedido pela Irma Vieira, que tem como vice-presidente Ana Fleck. A partir dessa segunda gestão o conselho passa a querer tutelar a diretoria, eu resisto e o conselho passa a trabalhar abertamente pela minha não recondução. Isso era uma bobagem, porque eu não pleiteava minha recondução, achava que já tinha dado minha contribuição à EBC, tinha deixado isso claro para os conselheiros, mas eles não acreditavam. E cometeram um grande erro na minha sucessão, o de tentar fazer de um deles, Murilo Ramos, o meu sucessor. Levaram o nome dele a Helena Chagas, então titular da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República. A essa altura Franklin e eu já tínhamos sugerido o nome de Nelson Breve à Presidenta Dilma. A evidência mais clara de que o conselho pretende a tutela da diretoria da EBC é propor que um dos seus seja o diretor-presidente. De tudo o que eu vivi na EBC, dentre as coisas

boas e amargas que experimentei na EBC, nada me decepcionou tanto quanto o jogo mesquinho de boa parte dos conselheiros.

Depois de quatro anos da sua gestão, mesmo com todos os problemas, a EBC era uma empresa pública de pé. Emissoras de TV e rádio funcionam, há um plano de cargos e salários para os seus funcionários e a infraestrutura da empresa é bem diferente da que existia. Qual é o seu balanço final da gestão?

Do ponto de vista institucional, a gestão de todos os que participaram da primeira diretoria comigo legou uma lei. Ela tem seus defeitos, mas tem a virtude de ser o marco da comunicação pública. A EBC é uma empresa diferente, não aquela sem “eira” do texto do Eugenio Bucci. Fico muito feliz quando ouço o slogan das emissoras de rádio - “Rádio Nacional, uma emissora da Empresa Brasil de Comunicação” – ou quando encontro alguém que reconhece a importância da EBC. Então o legado da EBC é muito maior que o da empresa que a originou ou que o da sua parceira Acerp. A EBC está de pé com uma infraestrutura muito boa. A sede em Brasília, inaugurada ainda pelo Franklin e por nós em dezembro de 2010, não é própria, mas tenho esperança de que a atual gestão consiga uma sede própria. A atual é alugada, mas a infraestrutura dela não deixa a dever a nenhuma emissora do Brasil. Pelo contrário, ela tem equipamentos e tecnologia que outras não têm. A gestão também foi moderna: a EBC tem, por exemplo, procedimentos transparentes, avaliação de desempenho e ouvidoria. No que diz respeito à sua missão, a EBC segue dando atendimento ao governo. Em algum momento isso terá que ser resolvido, mas hoje essa é a situação possível. Afora o atendimento do governo, a EBC pegou oito rádios em situação falimentar e tenho certeza de que hoje todas elas estão em melhores condições tanto no que se refere à programação, quanto no que diz respeito à infraestrutura. Implantou uma TV Pública que não existia. A TV

Nacional de Brasília mal chegava a Sobradinho-DF e a TVE do Rio de Janeiro tinha uma existência melhor, mas era uma emissora local do Rio de Janeiro. A TV Brasil tem uma programação que não faz vergonha a ninguém. Programação é difícil de produzir e ainda há muito o que aprender. Antes havia apenas três canais e, no fim da minha gestão, já existiam 18 canais analógicos implantados ou em fase de implantação. Em São Paulo, a Anatel chegou a viabilizar um canal que, quando implantado, deu interferência na Nextel, atrasando a chegada da TV Brasil a São Paulo. Foi necessário retirar o transmissor do ar e configurá-lo para um novo canal, atrasando a sua entrada em operação na cidade em quase um ano. Nosso grande achado foi fortalecer a distribuição pela parabólica. Se não havia novos canais disponíveis em alguns municípios, ainda assim conseguimos ampliar a cobertura. Uma pesquisa inclusive mostrou que a TV Brasil é mais vista no interior, onde há um número maior de antenas parabólicas. A rede, a partir do projeto do Borgneth, continuou a ser perseguida e hoje existe por meio de emissoras vinculadas a governos estaduais e por meio de educativas de outra natureza. Assim a programação chega a quase todos os estados. Antes de deixar a EBC fiz os acordos de rede que faltavam, com as educativas do Rio Grande do Sul e do Acre. Havia ainda estados onde não existiam emissoras educativas, mas a EBC já havia conseguido consignações para implantá-las, como no Amapá e em Rondônia. A TV Brasil Internacional foi um projeto pelo qual eu tive muito carinho e conduzi pessoalmente. Até a minha saída ela já chegava a 68 países, o que dá muita visibilidade internacional, especialmente nos Estados Unidos, onde sua programação é assistida graças a uma grande distribuidora de TV por Assinatura, a DishTV, que distribui também Globo e Record. Então o legado da EBC é grande, mas a TV Pública só vai se tornar mais forte e competitiva no digital, porque não há mais canais de TV analógica suficientes para a sua expansão. Agora é necessário que a EBC, nos próximos anos, implante os seus canais digitais que estão

consignados. Na TV digital a TV Pública será competitiva, mas, no analógico, isso não ocorrerá, porque ela já chegou tarde demais. Infelizmente os orçamentos da EBC vêm encolhendo e, já no último ano da minha gestão, ele sofreu um corte de 30%. Espero que os governos, sejam de que partido forem, entendam mais esse projeto para que ele se fortaleça. O legado é este. Em termos de deficiências, nossa gestão não conseguiu avançar no que se refere à existência da EBC na Internet. Avançou um pouco na gestão do Nelson Breve, mas está longe de ter um grande portal que tenha as janelas institucionais e aquelas de notícias sobre cada emissora da EBC. Já houve um avanço. Outra deficiência foi a Agência Brasil, que é um projeto lindo e que tem semelhantes pelo mundo. A EFE e a France Press estão lá e, apesar da crise europeia, ninguém fala em fechá-las. Confesso que não consegui fazê-la caminhar como eu gostaria. Continuo acessando-a, mas ela precisa ser tratada com mais carinho. Reconheço as dificuldades, porque há problemas tecnológicos muito grandes.

Marcelo Bechara⁴⁷

Como foi sua chegada ao Ministério das Comunicações?

Eu atuava como advogado em Belo Horizonte, no setor privado, voltado para a área de direito de tecnologia de um modo geral. E eu lecionava nessa área. Fui coordenador de um curso de extensão, em algumas faculdades de Belo Horizonte, de direito de tecnologia. Basicamente abordava informática, como se falava na época, e muito sobre Internet, além de telecomunicações. Não tratava de radiodifusão. Eu também assessorava informalmente o então senador Hélio Costa na Comissão de Educação do Senado. Ainda não existia a Comissão de Ciência e Tecnologia. Sempre que havia um projeto de lei na área de tecnologia, ele solicitava que eu contribuísse. Uma dessas foi a lei de Crimes Informáticos, que acabou virando a Lei “Carolina Dieckmann”. Quando o então senador foi convidado para assumir o Ministério das Comunicações pelo Presidente Lula, ele me chamou e disse que precisava de alguém que o assessorasse juridicamente. Eu nem sabia o que era Consultoria Jurídica (Conjur). Entrei no site do ministério na Internet, vi que existia a Consultoria e depois é que eu fui saber que era um órgão de execução da Advocacia-Geral da União (AGU). Aceitei o convite e assumi em agosto de 2005.

⁴⁷ Consultor jurídico do Ministério das Comunicações, de 2005 a 2010; procurador-geral e membro dos conselhos diretor e consultivo da Anatel; e membro do Comitê Gestor da Internet. Depois que deixou o setor público, assumiu, em 2016, a Diretoria de Regulação e Novas Mídias do Grupo Globo. Entrevista realizada em 1º/6/2016.

Qual era a situação da Conjur naquele momento?

Eu tive muita sorte. O antigo consultor jurídico, Otávio Rodrigues, que hoje é conselheiro da Anatel... eu fui o sucessor dele na Conjur e ele, anos depois, foi meu sucessor no conselho da Anatel. Ele tinha acabado de fazer um pleito por novos advogados junto à AGU, que tinha feito um concurso público, o maior dentre os recentes. Tomaram posse mais de 400 advogados ao todo e, desses, recebi 11 advogados no mês seguinte à minha chegada. Quando eu entrei, a situação era bem ruim, mas logo depois melhorou muito. Não posso reclamar.

Qual era o grande desafio do ministério naquele momento?

O principal era concluir o processo de definição do sistema de TV Digital. Já havia um processo em curso, que começou no governo Fernando Henrique Cardoso. Mas, no governo Lula, na gestão de Miro Teixeira no MC, foi criado um Sistema Brasileiro. Havia vários consórcios, sob a coordenação do CPqD, mas faltava uma conclusão. O ministério mantinha um grupo de trabalho, que envolvia vários setores da sociedade, um conselho consultivo, previsto no decreto. Havia muita disputa. Havia uma ideia - na minha visão, extremamente romântica - de se criar um Sistema Brasileiro, uma tecnologia nacional, um padrão 100% brasileiro de TV Digital.

Essa foi a grande defesa do ministério na gestão de Miro Teixeira.

Sim. Conversando com a indústria e com o CPqD, a gente avaliou que já existiam 3 padrões, pelo menos, no mundo que já estavam se consolidando - o americano, o japonês e o europeu. O americano

acabou ficando isolado, porque os outros dois estavam mais validados. Havia uma disputa muito forte: o setor de telecomunicações queria apoiar o sistema europeu e a radiodifusão, o japonês.

Por quê?

Porque o sistema japonês já oferecia a portabilidade em 6 MHz. O europeu trabalha com 8 MHz, que é a frequência europeia, e o foco deles é a multiprogramação, uma pluralidade no número de canais. O foco do japonês era a alta definição com portabilidade e a radiodifusão queria isso. Queria qualidade de imagem e de som. Depois ficou provado que a decisão foi acertada, tanto que os americanos e os europeus saíram correndo atrás da portabilidade. Aparentemente essa decisão seria a mais cara. De fato era, porque a tecnologia era melhor e mais moderna. Mas se mostrou a mais acertada para o tipo de radiodifusão que existe no Brasil.

Nesse processo de escolha ocorreram algumas polêmicas, por mais que se reconheça a robustez do sistema. Uma delas foi a suposta promessa de instalação, pelos japoneses, de uma fábrica de semicondutores no Brasil. Como foi esse episódio?

É uma novela antiga. Nem acho que, de fato, a gente possa culpar os japoneses. Por incrível que pareça, a partir de determinado momento passamos a ser mais defensores do padrão deles que eles mesmos. O Brasil, ao tomar uma decisão, resolveu levantar uma bandeira em toda a América Latina, se mostrando muito bem sucedido. O Uruguai tinha tomado a decisão e voltou atrás, participei de bem sucedidas missões no Chile e na Argentina... o Brasil defendeu muito mais o sistema japonês que eles mesmos. Na verdade, acho que nós não nos preparamos para receber essa

fábrica de semicondutores. Não tínhamos uma política - e ainda não temos essa política - de atração voltada para uma área de desenvolvimento e de tecnologia de semicondutores, *datacenters* etc., como, por exemplo, o Chile tem. Existe alguma coisa que foi inaugurada no Rio Grande do Sul. Mandaram para lá, parece, um equipamento de impressão de chips de terceira mão que o Japão enviou para cá. Mas a verdade é que precisávamos comer um pouco de feijão com arroz para ter isso no Brasil. Todo o resto que os japoneses prometeram, eles cumpriram. Foi uma parceria, até então, muito bem sucedida.

Outra polêmica, levantada pelos movimentos sociais, é que prevaleceu o debate técnico em detrimento de uma discussão do modelo de exploração da radiodifusão como um todo. Qual é a sua avaliação desta crítica?

Ela tem um fundo de razoabilidade, todavia o que poderia acontecer? Sérgio Motta, que foi um ministro extremamente forte, tentou e não conseguiu fazer uma discussão ampla sobre comunicação social. Ele acabou desistindo para não inviabilizar a privatização do Sistema Telebrás. Acho que estaríamos discutindo até hoje e não teríamos adotado nenhum sistema de TV Digital. Não era o momento. A decisão era técnica, tratava-se de uma decisão sobre um padrão tecnológico. Acho que a sociedade civil, por incrível que pareça, saiu muito vitoriosa, porque a discussão do campo público começou com a criação daqueles quatro canais da União, previstos no decreto.

Como nasceram os quatro canais?

Nasceram dentro de um gabinete, dentro do Palácio do Planalto, na Casa Civil. Estávamos reunidos os representantes de cada

ministério. Havia um comitê de desenvolvimento do qual participavam, na verdade, os técnicos. Pelo MC, o Roberto Pinto Martins; pela Casa Civil, o André Barbosa; pelo MDIC, Jairo Klepacz; pelo MCT, Augusto Gadelha. Esse era o “núcleo duro”. Eu e o Beto Vasconcellos estávamos lá para dar um suporte jurídico. Naquele momento surgiu um debate importante: “será que não é o momento de criarmos algo em benefício da União?” Decidimos prever um canal da União: não sabíamos o que aconteceria com ele, mas decidimos garantir esse canal, um espaço no espectro antes que ele acabasse. Seria um canal só, mas alguém disse que deveria haver um canal voltado para a educação. Aí viraram dois canais. Depois alguém questionou a inexistência de um canal voltado para a Cultura. Aí surgiu o terceiro. E finalmente veio o Canal da Cidadania. Lembro que ele foi uma ideia que eu tive, junto com o André Barbosa. Questionamos onde aconteceria o TV-Gov. Falava-se muito de interatividade e dissemos que deveria existir um canal da cidade, onde o município pudesse prestar os serviços daquela cidade. Poderíamos aproveitar os canais comunitários da TV a Cabo para colocar esses conteúdos na TV Aberta. Havia multiprogramação e eles não precisariam focar em conteúdos em alta definição, e sim em pluralidade. Houve uma série de discussões e aí cravamos o quarto canal. Pensamos que bastaria um canal para a União e verificamos que seriam necessários quatro.

Esses canais demoraram a ser regulamentados: a primeira iniciativa sobre o Canal da Cidadania ocorreu em 2010, mas a portaria que efetivamente estabelece as regras de operação é de 2012. Já os canais da Educação e da Cultura foram regulamentados em 2015 e 2016. Ao que se deve isso?

A uma inércia nossa enquanto agentes públicos. De todos esses canais, o da Cidadania é o único que, me parece, merecia um ajuste sobre como deveria ser operacionalizado. Estava muito claro que

os canais da Educação e da Cultura deveriam ser operados pelo MEC e pelo MinC. O Canal do Executivo acabou sendo resolvido pela EBC, criada em 2007. Quando se fala de União, ela não tem outorga, ela tem uma consignação, porque explora diretamente o serviço. Bastava consignar o canal e começar a operação. O canal que merecia mais atenção era o da Cidadania, porque envolve o município e seria necessário atuar com todas as forças locais. Antes tarde do que nunca.

Falamos de EBC. O MC, apesar de sua centralidade no tema da radiodifusão, não teve a preponderância no debate sobre a EBC que tiveram, por exemplo, o MinC e a Secom. Por quê?

Temos que falar de política. O MC do governo do Presidente Lula era do PMDB. Por alguma razão política, que não é responsabilidade do Presidente, nem do ministro, as comunicações sempre permearam o cenário muito além do próprio ministério. Isso ficou muito claro na Confecom. Em tudo que se fazia no campo das comunicações, o MinC, por exemplo, queria ter uma participação expressiva. Isso é legítimo, são manifestações legítimas. A Secom ganhou uma preponderância gigante na discussão da EBC, que acabou vinculada a ela. O MC teve uma participação efetivamente mais tímida. Essa é a realidade. Eu participei de audiências públicas, do Fórum de TVs Públicas e eu tinha o mandato para defender a importância da radiodifusão pública. Mas o MC sentia que não era o líder desse processo. Então ficamos numa situação de dar o suporte técnico, que era necessário. A Medida Provisória da EBC passou pelo MC. Discutimos muito a possibilidade de a EBC ser distribuída por outros serviços de TV por Assinatura. Tivemos uma atuação muito mais coadjuvante, sem dúvida, mas jamais de oposição.

Essa atuação mais tímida teve a ver, até por questões ideológicas, com um desinteresse do MC pelo tema?

Acho que não. O MC sempre foi muito cartorial, procedimental. Com a criação da Anatel e o fim das delegacias, isso ficou muito mais claro. Era um ministério que deixou de formular políticas públicas, salvo na TV Digital. Evidentemente outros atores históricos no campo público, que estavam em outras pastas, acabaram assumindo esse debate. O ministro da Secom, Franklin Martins, foi o maestro desse processo. O ministro da Cultura, Juca Ferreira, teve papel importante. Acho que ele ainda era secretário-executivo, nessa época, do ministro Gil. Lembro de ter participado, com ele, de um debate na Câmara dos Deputados no qual defendemos isso. A Casa Civil também participou. O MC participou como coadjuvante, porém apoiador. Até porque o canal foi criado no processo de discussão da TV Digital e teria sido incoerente não defender a EBC.

Alguns meses antes desse debate e pouco tempo depois da definição do Sistema Brasileiro de TV Digital, ganhou corpo a defesa do rádio digital. A radiodifusão comercial defendia muito o padrão americano e dizia-se que o ministro Hélio Costa, na abertura de um Congresso da Abert, iria anunciar a sua escolha. Isso não ocorreu. Por quê?

Porque não funciona.

Naquele momento o ministério achava que funcionava?

Não era o ministério... Se você fosse a Las Vegas, no congresso da NAB, veria o sistema funcionando muito bem⁴⁸. Mas ele tinha problemas. Quando o ministério começou a enfrentar... havia um interesse mais forte da radiodifusão, mas não era de toda a radiodifusão. A radiodifusão paulista tinha um interesse maior, mas, em MG, RS, SC, CE, não havia a mesma segurança dos radiodifusores. Não havia uma convicção da viabilidade técnica desse negócio. Eles falavam: “o FM está ótimo, o que está morrendo é o AM. Fazer uma digitalização de algo que funciona muito bem para o FM, mas não resolve para o AM...” Havia problema de propagação noturna, distância de *delay*, que, na época, chegava a 8 segundos. Isso, em um jogo de futebol, é uma eternidade! Não pegava no túnel direito, era necessário fazer a implantação de um monte de redes... uma empresa com uma antena só não funcionaria, teria que ser quase uma empresa de telefonia móvel, colocando várias ERBs locais... a coisa começou a ficar inviável. E parecia um interesse exagerado americano sobre algo que, lá, vimos que não existia. O modelo de rádio que deu certo lá era via satélite. Aqui não consigo ver viabilidade econômica para ele. Inclusive lá havia duas empresas e uma comprou a outra. Simplesmente não pegou o rádio digital.

Mas o ministro das Comunicações esteve para anunciar a definição do modelo naquele congresso da Abert?

Não me lembro disso, mas acredito que não. Acredito que havia muita gente querendo criar um clima. Veio até comitiva americana. Não é verdade, até porque outro modelo, o DRM, não havia sido descartado. Existia o modelo DAB e havia gente que falava do modelo russo, do chinês e gente que defendia, mais uma vez, um

⁴⁸ A *National Association of Broadcasters* (NAB) é a principal entidade representativa das emissoras de radiodifusão dos Estados Unidos.

modelo brasileiro. Não havia maturidade para a tomada de decisão e ainda bem que ela não foi tomada, porque teria sido uma decisão errada. Muito errada⁴⁹.

As outorgas de radiodifusão no Brasil sempre foram discricionárias até 1996, quando foram estabelecidas as regras de licitação para geradoras comerciais. Mesmo assim, outorgas de retransmissoras de TV e de rádios e TVs educativas continuaram sendo discricionárias até 2011, quando foram estabelecidas as regras. Por que esse problema não foi atacado antes?

O governo Lula pegou um ministério extremamente desestruturado, desmantelado. A primeira coisa que o ministro Miro Teixeira fez foi tentar resgatar a força do órgão. No fim do governo FHC, havia uma clara preponderância da Anatel em relação ao ministério. Errado? Certo? A questão não é essa.

E, no fim do governo FHC, aconteceu o fechamento das delegacias estaduais.

Isso. Diz a lenda que 44 mil processos foram despejados em Brasília. O radiodifusor, que conseguia ter um acesso direto, precisaria ter gente para resolver o processo dele em Brasília. Quer dizer, foi um caos. Acho que o governo Lula fez muito para a radiodifusão pública. Basta observar o número de outorgas de rádios comunitárias. É simplesmente incrível, foi muito expressivo. Em relação às educativas, o ministério começou a exigir das entidades interessadas que tivessem convênios com universidades públicas. Aí elas não conseguiam e tentavam convênios com entidades

⁴⁹ Em 2012 coordenei, no Ministério das Comunicações, uma nova bateria de testes de dois sistemas de rádio digital. Mais uma vez, a cobertura observada foi, em regra, pior que a esperada. Mais informações sobre o tema podem ser obtidas no livro Políticas Públicas de Radiodifusão no Governo Dilma, de minha autoria (FAC/UnB, 2017).

privadas. O ministro estabeleceu várias barreiras para que uma fundação sem qualquer vínculo educativo conseguisse uma outorga. Eu soube que isso depois foi colocado em regulamento. A gestão Paulo Bernardo criou um critério.

Na gestão dele foi estabelecido, por exemplo, o critério que dava preferência às entidades públicas para novas outorgas.

Na prática, Hélio Costa já fazia isso, mas de forma discricionária, sem ter escrito. Mas ele fez, para muitos casos. Se uma entidade não tivesse convênio com uma universidade pública ou, pelo menos, privada, era muito difícil que recebesse outorga. Não vou dizer que não tenha acontecido, mas era difícil. Houve ali um estrangulamento dessas outorgas, diminuiu bastante.

E a discricionariade para outorgas de retransmissoras de TV?

Primeiramente se buscava o critério da anterioridade – aquele que pediu primeiro. O que é a RTV? É a *longa manus* da geradora. A ideia é que se busque essa outorga para a geradora atender aquela comunidade. Um critério usado era dar preferência a entidades que, por meio da RTV, viessem a retransmitir os próprios sinais da geradora.

Mas ainda sem um regulamento específico que estabelecesse esse critério.

O critério era discricionário, como você mesmo disse. Até porque era um ato precário, uma portaria que, em tese, poderia dar e tirar. Temos que lembrar que, no fim dos anos 1980 e início dos 1990, TV não ficava 24 horas no ar. A programação era interrompida e voltava às 6h. A informação que se tinha era: a gente pedia pelo

amor de Deus para uma entidade levar uma retransmissora. Hoje se tornou uma disputa, porque esse é um ativo importante. Mas não era. Tanto é assim que muitos prefeitos se elegeram, prometendo que, se eleitos, levariam para a cidade o sinal da Globo, da Record, do SBT... Ele pegava o sinal da banda C e retransmitia isso para a cidade. Hoje as pessoas pedem antenas de celular.

Esse modelo é comum em algumas áreas do país, como MG, SP, no Nordeste. Mas há estados nos quais isso não foi frequente.

Sim, mas são milhares de RTVs nas mãos de prefeituras⁵⁰. Quando você vai analisar comunicação no Brasil, não pode analisar a fotografia. Tem que olhar a história. E não é a história de 5 anos, e sim a de 20 anos, que vai gerando legado. Dou exemplo da banda C: há coisa mais incrível? Há milhões de parabólicas e ninguém sabe quantas – 15, 18 milhões...⁵¹ Há canais sem outorga na banda C, o que, para mim, é a maior excrescência. Esse é um assunto no qual eu já tentei mexer várias vezes no MC, na Anatel. Tive uma dificuldade imensa. Uma entidade paga R\$ 400,00 por uma autorização de Serviço Limitado Privado (SLP), paga não sei quanto para a *Star One* e sobe um sinal para o satélite. Não é radiodifusor. Se forem 20 milhões de parabólicas, são mais de 60 milhões de brasileiros. Não sou contra a Banda C, acho-a importante. Sou contra entidades sem outorga distribuindo abertamente esse sinal. Se for para estar lá, então codifique o sinal. No caso das retransmissoras, acredito que começaram a ter valor

⁵⁰ Em 2015 existiam cerca de 12 mil outorgas de RTVs (com sinal analógico) em todo país. Dessas, mais de 3 mil eram detidas por prefeituras. A digitalização dessas RTVs era tratada como um dos grandes desafios da transição para a TV Digital.

⁵¹ O número real é, de fato, um mistério. Nas discussões sobre TV Digital, ouvi estimativas que variavam entre 15 e 25 milhões de antenas parabólicas em todo o país.

efetivo, quando surgiram os casos de geradoras em municípios pequenos com retransmissoras em grandes cidades. Há geradoras no Maranhão com retransmissoras na capital paulista. Não me parece que esse seja exemplo do papel das RTVs como *longa manus* das geradoras. Não me parece. Essas questões foram distorcendo o modelo. Até onde participei, tentou-se buscar que as RTVs fossem ligadas a geradoras, fossem daquele estado ou daquela região, e que fossem integrantes de uma rede. Com a situação da Amazônia Legal, passou-se a ter mini-geradoras⁵². Há redes que chamam retransmissoras de lá de “afiliadas”. É, no mínimo, estranho. Eu tive uma participação importante: estendi essa situação para Fernando de Noronha. Ali não há geradora e eles queriam colocar, na TV, conteúdo de educação ambiental para proteger o santuário.

É de sua autoria, como consultor jurídico do MC, um parecer importante para a radiodifusão educativa, que, depois, foi assinado pelo Presidente Lula e, portanto, tem força de decreto. Ele trata de um caso específico, da Fundação Padre Anchieta, responsável pela TV Cultura, mas permite que emissoras educativas façam publicidade institucional. Como nasceu essa ideia?

Esse parecer nasce da constatação da realidade. O decreto-lei nº 236 de 1967 estabelece que TV educativa serve para aulas, palestras, conferências e debates. Vamos combinar que isso não dá audiência. Ninguém vive de vento. A radiodifusão comercial não é contra a publicidade institucional; ela é contrária a que entrem no mesmo negócio. Ou seja, que anunciem produtos e serviços ostensivamente. Foi simples: a EBC foi a base do parecer. A lei que a criou diz claramente quais são as fontes de financiamento:

⁵² Por força de diferentes normas, retransmissoras localizadas na Amazônia Legal e no arquipélago de Fernando de Noronha podem inserir até 15% de programação local, incluindo publicidade.

patrocínio, apoio cultural, publicidade institucional. Mas a lei da EBC aplica-se à EBC. Quando observei a estrutura organizacional da Fundação Padre Anchieta, vi que ela era a EBC de São Paulo. Ela tem conselho curador, por exemplo. Não há por quê, então, não estender o conceito às educativas públicas. Havia uma injustiça contra o Presidente Lula: dizia-se que ele prejudicaria a Fundação Padre Anchieta, porque é do governo de São Paulo e o governo de lá é tucano. Nunca aconteceu isso. O único embate que houve com ela foi quando quis colocar no ar a multiprogramação, sem previsão normativa. Fora isso, mais do que justo que possa fazer a publicidade institucional. Naquele momento, o então Advogado-Geral da União, Dias Toffoli, resolveu perguntar ao consultor jurídico do MC se era viável. Eu disse que estudaria. Falei com o ministro Hélio Costa e ele disse que, se fosse legítimo, não via problema nenhum. Foi um parecer interessante, porque tive que buscar conceitos que não eram tão palpáveis e achei que parava em pé a construção. Eu não imaginava que ele seria assinado pelo Presidente Lula para ter força de decreto.

Vamos falar de radiodifusão comunitária. Ao longo da gestão Hélio Costa houve vários embates entre o movimento social ligado ao setor e o ministério. Ocorreram muitas reclamações de falta de diálogo, de outorgas dadas a entidades que não eram comunitárias, dentre outras questões. Como foi a relação com as rádios nesse período e, mais especificamente, com o movimento social neste campo?

A minha relação foi boa. Sempre tive relação boa com os movimentos sociais. A relação do Hélio não poderia ter sido diferente do que foi por razões muito simples. Ele era do PMDB e sempre houve uma reivindicação legítima de que o MC teria que ser uma pasta do PT, o partido principal do governo, o que só veio a ocorrer com Paulo Bernardo. Naquela época, o PMDB não tinha

nem o vice-presidente. Então o movimento social engoliu essa situação. Para ser sincero, o MC era muito sabotado dentro do governo de uma forma geral. Para você ter ideia, sempre tentamos incluir o ministério no grupo de infraestrutura. Nunca conseguimos. Na primeira semana do Paulo Bernardo, ele conseguiu. Sempre houve um isolamento. Acho que muito disso ocorreu em função de uma resistência ao próprio Hélio. Porque ele, durante muitos anos, foi jornalista da Globo. E há uma certa rusga entre os movimentos sociais e a radiodifusão comercial de um modo geral. É natural que se foque em quem está na liderança. Sempre houve uma má vontade, digamos assim. Com a discussão da TV Digital, que passou a ser uma discussão técnica, e não tão política ou social, isso aumentou. Eu desafio a achar um serviço de radiodifusão que tenha sido mais outorgado na gestão dele que o comunitário.

O número de outorgas de rádios comunitárias, por ano, no governo Fernando Henrique foi maior.

Hélio, pelo menos, conseguiu plantar algumas sementes importantes. Não conseguiu fazer tudo que quis. A primeira grande semente foi plantada na gestão Miro Teixeira. Imagino como ficaram as pessoas na Anatel, quando foi publicado o decreto nº 4.733, que dizia que o ministério era o formulador das políticas públicas para o setor. Foi algo extremamente acertado, pioneiro. O ministro Eunício Oliveira ficou pouco tempo. Mas o Miro, até por ser da área, tomou medidas importantes. Acho que foi um decreto da fase dele que estabeleceu a volta das delegacias. Voltando à radiodifusão comunitária, houve muitas outorgas, mas não tenho dúvidas de que a relação era muito difícil. As reuniões com a Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária (Abraço) eram extremamente tensas. O movimento social tem várias formas de se expressar e, às vezes, não tem nem consenso entre si. E aquilo fica

tão explícito nas reuniões, eles divergem entre si. Quem está do outro lado da mesa e não está acostumado, fica se perguntando o que eles querem.

Você lidava com os movimentos sociais antes da sua passagem pelo ministério?

Não. Acredito que Hélio, sim, com os sindicatos. Ele até foi sindicalista dos jornalistas, na época dele. Eu já tinha lidado com movimentos na condição de advogado. Já tive que restaurar posse de fazenda ocupada pelo MST e, advogando para um escritório que trabalhava para a Telemig Celular, tive que brigar com uma comunidade, porque ela não aceitava uma ERB. Mas foi isso, nunca no debate político. Ali foi a primeira vez.

Em 2009 o MC enfrentou um processo marcado pelo diálogo diuturno com o movimento social, que foi a realização da Conferência Nacional de Comunicação. Como nasceu a ideia de realizá-la?

A Confecom nasce muito antes de 2009. Acho que, antes mesmo de Hélio Costa assumir o MC, todo ano perguntavam por ela. O Presidente Lula foi reeleito. Ele sabia que precisava fazê-la. Ele tem uma sensibilidade política como eu nunca vi ninguém na minha vida ter. Ninguém. Ele sabia que precisava e que não podia ser em ano eleitoral. Não poderia ser em 2010. Não dava para, nesse ano, fazer uma discussão de comunicação, no meio de um debate eleitoral. O último ano antes de 2010 foi 2009. Não acho que ele tenha empurrado com a barriga, mas ele foi tentando... quando ele viu que tinha que fazer, decidiu fazer e fazer direito. Também tiveram papel importante as comissões de Direitos Humanos e Ciência e Tecnologia da Câmara dos Deputados, que, através de

uma emenda de bancada, aportaram um dinheiro – salvo engano, da ordem de R\$ 8 milhões – para fazer a Confecom. E, a partir daí...

O MC articulou a apresentação dessa emenda?

Não.

O MC era contrário à realização da Confecom?

Não, não era contra. A gente nunca foi contra. Mas também nunca fez um esforço de alocar recursos para fazer. Por uma razão muito simples: nunca tinha acontecido, ninguém tinha experiência, ninguém sabia o que ia sair daquele negócio.

Houve o aporte dos recursos e o Poder Executivo ficou, digamos, imprensado. Havia dinheiro e não seria mais possível reclamar. No início do ano de 2009 foram publicados os primeiros instrumentos normativos...

Em abril foi publicado o decreto convocando a conferência. O Presidente Lula ligou para o Hélio Costa e disse: “vamos fazer?” “Vamos fazer”.

Hélio Costa sabia o que era uma conferência nacional? Ele tinha a real dimensão do tamanho da questão?

Ele tinha a real dimensão, mas não sabia o que era. Ninguém sabia o que era.

O Presidente ligou para ele...

E disse: “vamos fazer”. Disse que colocaria o Franklin Martins e o Luiz Dulci para ajudá-lo, o que foi uma decisão muito acertada. Eu tive a dimensão do tamanho da Confecom no dia em que fui a um evento no Palácio do Buriti. As pessoas que estavam organizando as conferências que aconteceriam em 2009 resolveram se reunir. E eu fui lá. Quando cheguei, todos vieram para cima de mim. Vi que as pessoas estavam mais preocupadas com a Confecom do que com as conferências que estavam organizando. Talvez porque as outras conferências já tivessem acontecido antes. Falei para o Hélio: “a Confecom é a conferência das conferências. Todo mundo vai estar lá, todo mundo vai discutir tudo”. Ele disse: “então toca”. Eu falei: “eu vou tocar, mas não faço nada para não acontecer. Se for para eu entrar, é para acontecer”. Ele concordou. E por que eu disse isso? Porque foi um milagre ela ter acontecido, por vários aspectos. Porque o próprio governo que marcou a data da Confecom contingenciou o dinheiro. Não tinha dinheiro. O dinheiro só foi liberado em setembro. Fizemos a Confecom com recursos do caixa do ministério. Aí, sim, nós tivemos uma atuação, no sentido de conversar na Câmara dos Deputados. Cheguei a duvidar se o governo queria fazer a Confecom. Cheguei a duvidar se o Presidente queria. Pensei: “acho que o Presidente fez um decreto, resolveu a parte dele e esse negócio não vai acontecer por nossa causa, porque não tem dinheiro. E vai ficar na conta do Hélio Costa”. Aí eu fiquei com uma preocupação política, porque eu sabia que o Hélio Costa seria candidato a governador. E fiquei com uma preocupação, porque não entro em nada para não acontecer. Se for para não acontecer, estou fora.

Em junho a maioria dos empresários decidiu sair da Comissão Organizadora Nacional.

Do fim de abril a maio, todas as associações, movimentos sociais, empresários me ligaram: “eu quero estar lá, quero participar”. De

repente eu tinha uma lista de 30 entidades querendo participar. Eu falei que ia botar para dentro todas as que fossem ligadas ao tema. Decidi incluir o Intervozes e disseram que eu era maluco. Eu disse: “eles têm que estar na mesa, não vamos fazer algo de faz de conta. É para discutir? Então vamos destampar essa panela de pressão. Deixa eles falarem. Não é para falar? Eu também vou falar e falar um monte de coisa que eu penso”. Os empresários acharam que não ia acontecer, porque não tinha dinheiro. Quando eles viram que ia acontecer, resolveram tomar uma decisão que, na minha opinião, foi errada. Um erro. Talvez eles estivessem certos em fazer aquilo, se os resultados da Confecom fossem vinculativos. Mas não eram. Então não havia razão para não estar.

Quando eles decidiram sair, ou em outro momento, o senhor achou que a conferência poderia não ser realizada?

Achei, claro que achei! Eu estava numa reunião com Franklin, Hélio e Dulci e eles... tudo que os empresários pediram para a gente fazer, foi feito. E, nesse aspecto, eu tenho que ser muito justo com o movimento social, que foi de uma paciência... Na hora que falaram do tal 40-40-20, que era a proporção de delegados por setor, quórum qualificado, questão sensível, eu pensei que não havia a menor chance de isso passar. Tudo passou. Quando eles viram que não tinha jeito... eu achei que eles não iam se retirar.

No dia da Conferência, já no local dela, antes da abertura, participamos de uma reunião da Comissão Organizadora Nacional que poderia ter inviabilizado a Confecom⁵³.

⁵³ Particpei da Comissão Organizadora Nacional como representante do Ministério da Cultura.

Exatamente. Naquele momento os empresários que ficaram resolveram criar algum tipo de dificuldade até o último minuto. Mas, pelo menos, eles participaram.

Qual foi a importância da Confecom?

Ela teve uma importância muito maior do que as pessoas dizem. Escuto muita gente dizer que não deu em nada. É mentira. Todos os debates que vieram depois, todos, sem exceção, foram, de uma forma ou de outra, pautados na Conferência. Fui entrevistado várias vezes por pessoas que fizeram mestrado e doutorado, principalmente na UnB. O que se produziu de material sobre ela, o que se produziu de aprendizado, dos dois lados... Foi o maior desafio profissional da minha vida. Nunca tinha tido nada tão difícil quanto a Confecom. Mas, por outro lado, não tive nada que tenha sido mais pedagógico que a Confecom. Costumo brincar com os empresários que eles participaram da conferência. As associações participaram como observadoras e observadoras integram a conferência. No último minuto, eles estavam lá. Nem eles conseguiram ignorar a Conferência.

Até o fim daquele ano, sociedade civil e empresários só tinham dialogado, de forma mais prolongada, sobre políticas de comunicação em três momentos. Um foi durante a Assembleia Nacional Constituinte, mas, nessa época, o movimento social era frágil. Depois, durante o debate que resultou na Lei do Cabo, mas o tema era bem mais restrito. E durante a Confecom.

É. Acho que foi um aprendizado muito grande. Imagine o seguinte: você é um radiodifusor privado, representante de uma associação, que está sentado na mesma mesa com um representante de uma

associação de rádios comunitárias. Quantas rádios comunitárias existem hoje no Brasil?

Cerca de 4.700.

Quase 5 mil. O cara diz que ele tem 15 mil associados. Aí, o radiodifusor privado passa a achar que está sentado ao lado de alguém de uma emissora pirata. Então existe uma divergência ideológica... o que eu ouvi de radicalismo dos dois lados... chegou uma hora em que eu me sentia assim: para o movimento social, eu era um nazista; para os empresários, um stalinista. Fiquei com uma crise de identidade, não sabia o que eu era mais. Falei com o Hélio e ele perguntou: “você está desagradando todo mundo? Então deve estar bom”.

Quando o ministro percebeu o tamanho da Conferência e o que ela poderia acarretar?

Durante as etapas estaduais. Todos os governadores ligaram para ele. A Confecom começou a criar uma onda de pressão sobre os governadores e assembleias legislativas e eles correram para publicar decretos. Começou a ter disputa pela Confecom. O patinho feio, de repente, virou o filho bonito. E os governadores começaram a ligar para o ministro para perguntar o que ia acontecer, porque ele era o presidente da Conferência. Ele dizia que estava discutido, que estava sob controle, que teria que ser enfrentado... Imagina, dentro da assembleia legislativa, sendo transmitida pela televisão... Transmitiram a do Rio, a do Paraná, a de São Paulo... então ele percebeu que era importante.

Na abertura da etapa nacional, o ministro foi vaiado. Os protestos contra o MC foram muito grandes, durante todo o processo. Mas sua participação, como pessoa física, foi elogiada pelo movimento social. Ao que se deve essa separação entre Marcelo Bechara, pessoa física, e Ministério das Comunicações?

Eu me entreguei para a Confecom, acreditava naquilo, me apaixonei pela conferência. E acho que as pessoas perceberam isso. Sou muito transparente: quando eu gosto de algo, fica claro; quando não gosto, também. E eu defendo muito as minhas ideias. Já tive momentos de embate muito duros com o movimento social, assim como em relação às empresas. E acho que isso transpareceu. É suspeito eu falar, mas foi uma injustiça com Hélio Costa. E por quê? Porque ele não atrapalhou a conferência em nenhum momento. Ele me colocou lá para fazê-la acontecer. Mas entendi que alguém precisava ser vaiado. Eles não vaiariam nem o Lula, nem o Franklin. O Johnny Saad foi um pouco vaiado. Quem era a representação da Globo, porque tinha trabalhado lá? O Hélio, o cara que precisava ser vaiado. Não tenho nada contra a vaia, acho que essa é uma manifestação democrática, desde que se deixe a pessoa falar. Eu esperava que, quando ele fosse falar, não fosse tão vaiado que não pudesse nem falar. Mas ele continuou falando, conseguiu sair-se relativamente bem. Uma injustiça: ele nunca trabalhou contra a Confecom. Hélio é muito disciplinado. Lula mandou fazer, ele fazia. Ponto. E eu era o disciplinado do disciplinado. Eu tive a dimensão da importância da Confecom em uma reunião no gabinete do Presidente Lula. Estavam lá ele, Hélio, Franklin, ministra Dilma Rousseff, Dulci, Gilberto Carvalho e eu. Eu era um nada ali. As pessoas começaram a falar e eu fiquei quieto. Aí vi a sensibilidade do Presidente Lula. Ele percebeu que eu era a pessoa que estava mais envolvida diretamente. Eles iam começar uma outra reunião, que não tinha a ver com o assunto, e eu me senti na obrigação de me retirar. Antes de eu sair, ele pegou no meu braço e disse: “cuida desse assunto pra mim”, olhando no meu olho. Ali

eu senti o peso da responsabilidade. Mas eu achei que o Presidente podia ter defendido o Hélio Costa na abertura da Confecom. E ele não defendeu. Ele fez um discurso, foi lá, mas achei que ele podia... se ele fizesse isso, estava resolvido. O que ele fala, ainda mais naquele momento, com aquela popularidade, com aquele público ali... ele poderia ter feito esse gesto.

Vamos falar sobre TV por Assinatura. Qual foi o envolvimento do ministério desde que foi apresentado o PL nº 29, em 2007, até o momento em que ele foi aprovado, em 2011?

No PL nº 29, total. Porque ali havia uma discussão sobre a radiodifusão, *must carry*, preservação da radiodifusão pública. E havia um interesse do Ministério e da Anatel de abrir esse mercado, que ficava na mão de um ou dois. O grande interesse do PL não era só a expansão da TV por Assinatura, mas da banda larga, junto com a TV a Cabo. Naquela época tudo era banda larga. Toda discussão que permeava políticas de comunicação se pautava pela banda larga. E o PL 29 nasce desse processo. Falava-se que as empresas de telecomunicações, que não estavam nesse mercado, iam investir. Que empresas? Oi, Vivo e outras queriam entrar, mas havia uma barreira. E essa barreira precisava ser derrubada. O PL fazia algo muito cirúrgico: abria o mercado e pronto. Depois vieram vários penduricalhos, alguns extremamente positivos e outros péssimos. Saiu, é isso que importa. O grande responsável pela aprovação do PL 29 não foi o Congresso Nacional, foi a Anatel. Ela foi culpada, durante muitos anos, dez anos, de não fazer licitação de TV a Cabo. Ela foi a culpada de ter segurado o mercado. Podia ter feito isso, e não fez. Havia um regulamento esdrúxulo que dizia haver um limite de operações de TV a Cabo por cidade. E ninguém conseguia derrubar aquele regulamento.

Era o planejamento de TV a Cabo.

Isso. Aí um conselheiro, quando ia apreciar alterações, pedia vistas. Em 2010, assumi como procurador-geral da Anatel. A orientação era muito clara: nós temos que abrir esse mercado. A desculpa que se usava na Anatel: “paramos, porque estamos discutindo o PL nº 29”. Quer dizer que o Executivo para à espera do Legislativo? “Vamos abrir esse mercado. Se o PL for aprovado, adaptamos o regulamento à lei depois”. Eu tive o apoio muito forte do presidente João Rezende e da maioria dos demais conselheiros. Fiz um parecer, que dizia que a outorga para TV a Cabo não era uma concessão, era uma autorização. O mercado podia ser aberto, desde que se derrubasse o limite de outorgas por cidade. Quando isso foi feito, a Anatel passou a poder outorgar. Na semana seguinte, o PL nº 29 foi aprovado na Câmara e foi enviado ao Senado. Começou uma correria para aprová-lo. Aí os setores de telecomunicações, de radiodifusão e a Ancine começaram a correr para tratar das suas pautas – cotas, abertura de mercado... todo mundo se mobilizou, a Anatel segurou um pouco e o PL acabou sendo aprovado. Não fosse uma pressão da Anatel, o PL nº 29 não tinha sido aprovado.

Voltando alguns anos: sua chegada ao MC ocorreu no momento em que os Correios eram alvo de uma CPI. Que medidas foram implementadas?

A medida mais importante foi nomear um técnico como presidente. O chefe-de-gabinete dos Correios, que era funcionário de carreira da empresa, virou presidente. E todos os outros diretores também eram funcionários da carreira dos Correios. Isso mudou depois. O tempo passou, o Presidente Lula foi reeleito, foi necessário fazer uma recomposição com a nomeação de diretorias políticas, como até hoje acontece nas estatais. Eu sou contra, acho um absurdo, mas

acontece. Naquele momento, foi tratado daquela forma e deu certo. Aquilo era uma bomba que podia explodir a qualquer momento.

Bomba em que sentido?

Havia um interesse muito forte na privatização dos Correios. Não estou dizendo que a CPI queria a privatização; estou dizendo que as estruturas que queriam a privatização se aproveitaram daquele momento. Não sou contra a privatização, mas não dos Correios. Sou a favor de privatizar aquilo que precisa de investimentos privados. Mas entendo que deve existir o monopólio estatal neste caso. É uma empresa correta, séria. Por mais que a tentem destruir, não conseguem. Ela tem capilaridade, credibilidade, mas houve uma tentativa muito forte. Hélio Costa era completamente contra a privatização e ficou muito amigo dos sindicalistas da ECT. Ele articulava com eles: “vocês precisam abraçar o prédio!” Quando ocorreu a discussão sobre o monopólio estatal no STF, o Hélio falou: “vocês têm que ir lá para a porta, fazer pressão, não pode deixar”. Ele fazia uma defesa interessante dos Correios. Não sei de onde vinha isso, mas ele fazia. Foi um momento extremamente delicado e foi bom. Deu a ele, naquele momento, a desculpa para não receber pressão política e ter que colocar apadrinhado lá. Naquele momento.

Em 2010 começou a discussão sobre o Plano Nacional de Banda Larga. Surgiram duas propostas antagônicas: uma vinda da Presidência, que acabou sendo implementada e envolvia a reativação da Telebrás; e uma do MC, centrada na oferta de banda larga por empresas privadas. Como foi esse processo?

Participei muito pouco desse processo, porque eu assumi como procurador-geral da Anatel em fevereiro de 2010. Meu último

grande projeto no MC foi a Confecom. Terminou, eu viajei, voltei e já tinha sido convidado para ser procurador-geral da Agência pelo ministro Luís Inácio Adams. Então eu não participei disso. Acabei participando apenas, porque, no dia em que estavam discutindo o decreto do PNBL, o ministro Adams me pediu para acompanhar a reunião na Casa Civil. Eu disse que não tinha a ver com a minha atuação na Anatel, mas ele me pediu e eu fui lá. O decreto não estava bom, era complicado, inclusive com termos técnicos equivocados - tanto que ele demorou, ainda, mais de um mês para ser publicado. O MC, na gestão Hélio Costa, sempre acreditou que a banda larga era um assunto - e eu acredito nisso até hoje - que tem que ter uma indução do Estado para a iniciativa privada investir. O Estado não conseguirá, porque não tem dinheiro, capacidade e competência para fazer isso. Não tem. Quem tem que fazer isso é a iniciativa privada, o que não significa dizer que não tenha que fazer de forma regulada, com metas e seguindo um princípio de abrangência, como existe já no Serviço Móvel Pessoal. Sempre defendi isso. Nunca acreditei e não acredito até hoje que a Telebrás seja capaz de desempenhar este papel. Sempre defendi que a Telebrás deveria e deve, sim, ser uma empresa estratégica na comunicação de governo, satelital e dos cabos submarinos. Acho errado a comunicação de governo estar na mão das empresas privadas. Acho que, para as grandes questões estratégicas de comunicação, deve haver uma empresa como a Telebrás, inclusive operando com o Exército naquilo que disser respeito à defesa e à soberania nacional. Ponto. Ela não deve atuar no mercado, não tem condição, não tem dinheiro, não vai conseguir competir. A rede da Telebrás estava garantida por liminar, depois atuaram por parcerias, até com a Eletronet, mas é um tanto quanto fluido. Havia um interesse político na reativação da Telebrás. Acho até que havia interesses não republicanos envolvidos, considerando o que estavam planejando. Graças a Deus, não deu certo. Teria sido uma vergonha.

O que estavam planejando?

Planejavam entregar isso para uma empresa “X”, que usaria radiofrequências no Brasil inteiro, e seria uma grande empresa nacional de banda larga. Essa empresa seria sócia da Telebrás. Um negócio totalmente mal enjambado, que não prosperou, porque a Advocacia-Geral da União não deixou. Viu que não parava em pé. Mas eu acho que os governos Lula e Dilma, principalmente o governo Dilma, tem uma dívida com a banda larga no Brasil muito grande. Podia ter feito e não fez. Esse é o meu sentimento. E por que não fez? Há horas em que você precisa tomar decisões. Com todo o respeito ao movimento “Banda Larga é um direito seu”, isso não é um negócio para regime público, concessão... não vai dar certo, isso não atrai investimentos. Deviam chegar para as empresas e dizer: “acabou a concessão. Vamos aliviar nos bens reversíveis, no custo regulatório, nas obrigações de universalização e nas multas, que são muito mais pesadas quando você descumpre uma obrigação de universalização. Quanto custa isso? Vamos apurar? Você vai me entregar tantos megabits por segundo na casa de tantos milhões de pessoas. Quer ou não quer?” É isso, cobrar resultado. Acho que esse é o papel do Estado, podia ter sido feito e não fez. Ficaram discutindo regime público, 25 megabits por segundo... O ministro Berzoini ficou chateado com o que eu falei. Entendo a situação dele, mas eu disse: “isso é inexecutável, é brincadeira. Nem a Coreia do Sul entregou 25 megabits por segundo, de média, nas casas das pessoas. Ainda estão em 23,6”. Ministro Paulo Bernardo foi quem mais fez, dentro do governo. Mais até que o Hélio Costa, que fez o Banda Larga nas Escolas. O mérito é maior até da Dilma que dele. A discussão começa com ele, mas quem arrematou e fez foi ela. Não tenho a menor dúvida. Ali sim. Depois, mais um pouco com Paulo Bernardo e, a seguir, mais nada.

Há um tema recorrente nas discussões sobre o MC que é a ingerência, a pressão política sobre o ministério. Qual é a sua avaliação sobre a relação do ministério com o Congresso e qual foi sua percepção sobre essa pressão política?

Algumas lendas precisam ser desmistificadas. Quem as pessoas pensam que fazem pressão política, não fazem. Nunca SBT, Record, Band, Globo, Cultura, Canção Nova, Rede Vida e outros tantos pediram para fazer algo que não fosse regular. Se eu dissesse “isso não dá para fazer”, nenhum deles insistia. Não chamavam senador, deputado. Quem faz isso? Alguns parlamentares em causa própria e os pequenos, a pequena radiodifusão pública, privada, comunitária, todos. Só aceita pressão quem não sabe lidar com ela. Eu nunca tive problema com essa pressão. Quando eu dizia não, era não. E era muito simples. Eu falava para o deputado: “deputado, eu tenho uma responsabilidade com o mandato do meu ministro e com o seu. Isso aqui não dá”. E eles entendiam, por incrível que pareça. Essa tal pressão política acontece no varejo. E eles têm um certo “temor reverencial” pelo Poder Executivo. Não sei se pelo cargo que eu ocupava. Não sei se aconteceria diferente, se eu ocupasse um cargo menor. Mas eu nunca recebi uma ordem do tipo “vai fazer, tem que fazer”.

A relação entre parlamentares e radiodifusão te surpreendeu?

Não.

O senhor já esperava esse cenário?

Sim, claro. A comunicação é um instrumento de poder e, muitas vezes, é o exercício do próprio poder. Então, é óbvio que muitas

linhas e correntes ideológicas, de todas as naturezas, vão querer se expressar de todos os meios. Hoje você tem a Internet e as redes sociais. É engraçado que os debates que temos hoje sobre radiodifusão, que os movimentos sociais têm como bandeiras, estão nos anos 1990 ainda. Existem empresas internacionais que estão atuando de uma forma muito mais importante na comunicação, nas redes sociais, na mídia e não temos a mesma preocupação. A comunicação mudou. É natural que um determinado parlamentar... e isso é no mundo. No Congresso da NAB, eu vi um parlamentar atuando... um deputado levantou para dizer que estava demorando oito anos para sair um assunto dele na FCC. Eu achei que estava no Brasil, é a mesma coisa. Na Itália, o presidente é um grande comunicador. Isso faz parte da essência. Todos os regimes, democráticos ou autoritários, quando há política, têm vários instrumentos. Um deles é a comunicação. Não me surpreendeu em nada. Mas o político frequenta o Ministério da Saúde, das Cidades, que é bem mais relevante que o MC, o Ministério da Educação... ele faz o trabalho dele de parlamentar, vai de ministério em ministério seja para defender interesses próprios, seja para defender interesses legítimos daquela comunidade. Aí você tem todo tipo de parlamentar. Há os sérios, há outros que não são. Não preciso dizer, o país está vendo isso. Nunca achei que isso tenha interferido ou mudado uma decisão. Eu, pelo menos, nunca vi.

Para terminar a entrevista: o senhor acabou reconhecido como um “vice-ministro” das Comunicações, o que é incomum em se tratando de um consultor jurídico. Quando o ministro não falava, o senhor falava pelo MC. Confecom é apenas um exemplo de momento em que isso ocorreu. Por quê?

Fiquei dez anos no governo e o momento mais feliz, para mim, foi durante o MC. E olha que gostei muito da Anatel, principalmente de quando estive no Conselho Diretor. Não posso falar o mesmo da

procuradoria. Eu tinha 26 anos quando entrei no MC. Diz a lenda que fui o consultor jurídico mais jovem da história. Até aquela época, fui. Hoje, quando olho para trás, é que tenho dimensão do que foi aquilo. Ainda bem que, lá atrás, não tive dimensão. Porque consegui atuar com uma certa – a palavra é ruim, mas é representativa – ingenuidade, leveza mesmo. Eu estava ali, era novo, estava com a faca nos dentes, tinha vindo da iniciativa privada, queria que as coisas acontecessem e isso não mudou, apesar de ter passado dez anos no governo. Para mim, era resolver ou resolver. As outras pessoas que vieram com o Hélio, tirando os que eram da área jornalística, vinham de uma estrutura muito mais política, tinham participado das campanhas... eu não era do grupo dele, nunca fiz campanha para ele, não era filiado a partido, eu era praticamente independente. Mas eu tinha uma coisa, a confiança do ministro. Ele sabia que, se me pedisse, eu entregava. E a consultoria jurídica dá oportunidade de lidar com todos os assuntos. Radiodifusão, telecomunicações, serviços postais passam por lá. Então você tinha ali os secretários, cada um preocupado com sua casinha, e eu preocupado com o todo. E o Hélio falava: “toca esse negócio”. Enquanto ninguém mandasse eu parar, eu não parava. E isso foi acontecendo naturalmente. Comecei a perceber que precisava negociar com os movimentos sociais, com a imprensa que batia no MC. Pensei: “alguém precisa fazer isso, precisa negociar com eles”. E acabei me prontificando a fazer isso e as coisas foram acontecendo. Virei um pouco assessor parlamentar, assessor de imprensa, consultor jurídico, secretário-executivo. Foi a confiança que ele deu. Sempre me dou bem em estruturas descentralizadas, assim como aconteceu com João Rezende na Anatel. Ele é da mesma forma, fala “vai lá e toca”. Faz isso não apenas comigo, mas com todos os conselheiros. Quando é assim, consigo fazer. Quando não é, como foi na procuradoria-geral da Anatel, aí infelizmente não consigo trabalhar.

Como foi seu primeiro contato com o tema das comunicações na Presidência da República?

Em 2004, Yon Moreira, na época dirigente da Telemar, apresentou ao Presidente Lula uma proposta de computadores baratos com base em uma política de desoneração e combate ao contrabando. Para Lula, já estava muito claro que, cada vez mais, as pessoas e principalmente as escolas deveriam ter computador. Ele estava convencido de que deveria fazer uma política para fornecer um computador bom e barato. Isso seria possível, desde que houvesse isenção de impostos e uma política industrial específica para substituir o mercado cinza. O Presidente Lula designou o Ministério das Comunicações, na época comandado pelo Eunício Oliveira, para tratar do tema. Passaram-se alguns meses e Gilberto Carvalho disse-me que esse tema era muito caro ao Presidente, mas que existia uma ciumeira muito grande de diferentes setores e ministérios envolvidos, logo ele queria que alguém de fora, em nome dele, coordenasse o grupo. Eu não sabia nem o que era HD, Pixel, resolução... Comecei a coordenar o grupo de trabalho, fui aprendendo e nasceu o Programa Computador para Todos. Foi concebido um equipamento com desempenho mínimo e preço de referência máximo, possível graças à desoneração fiscal. Foi um

⁵⁴ Chefe-de-gabinete adjunto de Agenda do Presidente Lula, de 2004 a 2010, quando se tornou responsável por coordenar o PNBL. Foi secretário-executivo do MC, de 2011 a 2013, e chefe-de-gabinete do Ministério da Educação, de onde saiu para se tornar assessor especial da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO). Entrevista realizada em 11 de julho de 2013.

sucesso. Com isso acabei entrando nos temas de inclusão digital e na discussão sobre o papel dos telecentros. Participava das oficinas de inclusão digital, nas quais estavam Kiki Mori, Rodrigo Assunção, Sergio Amadeu. Aí o Lula me chamou e disse: “todos falam de inclusão digital, todo mundo faz isso, mas quero que você descubra o que exatamente é isso para fazermos uma política forte e integrada de governo”. Identificamos que havia telecentros em nove ministérios, cada qual com uma concepção própria e diferente. A ideia era unificá-los segundo uma mesma lógica. Também entramos na discussão de conteúdos, aplicativos, mas ainda não no campo da comunicação social eletrônica. Depois entrei no Projeto Computador Portátil para Professores, mas, quando nós o lançamos, no Palácio do Planalto, com Lula, Dilma e Fernando Haddad, o dólar disparou e esse programa não deslanchou. Era só para professores, com uma distribuição do equipamento pelos Correios, com questões logísticas bem resolvidas. Nelson Fujimoto era o coordenador-executivo do projeto na Presidência. O computador deveria custar R\$1 mil, mas o valor final acabou sendo R\$1,3 mil. A partir daí, entramos no Computador por Aluno, os usos sociais dos terminais, em uma época em que as redes sociais começavam a se estabelecer.

Como surgiu o Plano Nacional de Banda Larga?

Nesse contexto surgiu a convicção de que precisavam existir rede e banda larga, logo era necessário um Plano Nacional de Banda Larga. Estados Unidos, Inglaterra e Nova Zelândia estavam lançando os seus planos. Havia uma pressão não só das operadoras de telecomunicações, mas de um número cada vez maior de entidades da sociedade civil. Lula pediu que eu coordenasse a elaboração do programa. A relação com o Ministério das Comunicações não era das mais fáceis, já que o órgão participava, mas não efetivamente, do grupo de trabalho. Havia a separação

clara, neste programa, das dimensões de infraestrutura e conteúdos e aplicativos, inclusive James Görden já participava das discussões, nessa época, pelo Ministério da Cultura. Participavam, também, ministérios como Educação e Saúde, com o foco em aplicativos para *e-gov*. Então, resumindo, comecei nessa área com foco em terminais, depois tratei de políticas de inclusão digital, telecentros, redes, volta da Telebrás, política industrial, tecnológica e conteúdos. Ao discutir conteúdos, debatíamos o acesso ao conhecimento, as políticas de formação, a participação da sociedade e o avanço da participação democrática.

Nesse momento, em 2009 e 2010, o Ministério das Comunicações sinalizava ser contrário ao PNBL tal como proposto pela Presidência da República, aí incluída a reativação, na prática, da Telebrás.

Mesmo percebendo algumas visões distintas dentro do Ministério das Comunicações e uma defesa do protagonismo das operadoras privadas de telecomunicações, eu sempre fiz questão, e o Presidente assim me orientava, de buscar trazer sempre o ministro Hélio Costa e sua equipe para o grupo de trabalho. Eles participavam de forma pouco propositiva e burocrática, até que o Hélio Costa constituiu um grupo próprio e apresentou ao grupo de trabalho, de surpresa, a contribuição do Ministério das Comunicações ao PNBL. Ela tratava basicamente de rede, incluindo fortes subsídios às grandes operadoras privadas. O Presidente percebeu que aquela era uma contribuição, mas que não dava conta das dimensões muito mais ambiciosas que ele tinha de participação, de trazer a sociedade, promover o *e-gov*. E ele já tinha muito presente o papel que poderia ter a Telebrás dentro do Plano Geral de Metas de Universalização (PGMU) “2,5”, como falávamos. Naquele momento começávamos a falar na conversão de algumas obrigações em rede, não necessariamente vinculadas à telefonia

fixa. Lembro que a então ministra Dilma dizia que sua assessoria não encontrava base jurídica para isso. Fizemos a proposta de levar *backhaul* para todo o Brasil e garantir às escolas urbanas sinal e serviço gratuito. Essa discussão revelou as limitações do mercado sobre redes. Aqui é preciso dar um crédito muito claro: Rogério Santana foi presidente da Empresa Municipal de Processamento de Dados de Porto Alegre – Procempa, conhecia muito o potencial das redes da Eletronet e propunha uma rede corporativa de governo. Ele vinha conversar comigo para eu convencer Gushiken, já que éramos muito ligados, desde a época do Libelu⁵⁵, de que a Secom deveria assumir a gestão da Telebrás para a montagem de uma rede corporativa.

Ou seja, a retomada da Telebrás já aparecia como uma alternativa.

Provavelmente Rogério já pensava que a Telebrás deveria ser uma operadora inclusive prestando, ainda que excepcionalmente, serviço de telecomunicações ao usuário final. Essa foi uma diferença que, depois, nós tivemos, quando eu defendi que a Telebrás deveria trabalhar no atacado, sem prestar serviço ao usuário final. O Presidente também acreditava na necessidade de rede estatal, sem depender das grandes operadoras. Quando o PNBL estava pronto para ser fechado, incluindo a reativação da Telebrás, a Oi apresentou uma proposta que nos foi informada pelo Luciano Coutinho, presidente do BNDES. A Oi dizia que podia fazer tudo aquilo que estávamos propondo de forma melhor, mais rápida e mais barata! Simples assim! Artur Coimbra, que coordenava um dos subgrupos no processo de elaboração do plano, fez uma ótima crítica ao texto da Oi. O Presidente orientou: “Cezar, receba o texto e discuta-o, mas vamos em frente, vamos reativar a

⁵⁵ Liberdade e Luta (Libelu) surgiu como uma das tendências do movimento estudantil brasileiro na década de 1970.

Telebrás. Se a Oi contribuiu, ótimo. Mas a Telebrás vai ter um papel, confio nisso”.

Como ocorreu o convite para sua chegada à Secretaria-Executiva do Ministério das Comunicações em 2011?

O Presidente discutia com a candidata Dilma que ele reconhecia que havíamos trabalhado pouco o tema estratégico das comunicações, incluindo a diversidade regional, a diversidade política, a visão de que as emissoras eram fruto de concessões públicas, o papel da rede pública. O Presidente entendeu que o Ministério das Comunicações precisava ser comandado, por um mandato, pelo PT e que eles precisavam encontrar um perfil de ministro. Junto com Franklin Martins e sob orientação da Presidenta eleita eles encontraram no Paulo Bernardo o nome ideal. Ele teria um papel nesse PNBL mais amplo que havíamos desenvolvido. Eu acreditava que também tinha um papel nisso. Quando Paulo começa a ser sondado e vem discutir comigo, já que eu tinha a memória do PNBL, havia um espaço para o PNBL ir para o MC. Eu achava que tinha algo a contribuir, ainda que não entendesse muito de radiodifusão, apenas tendo em mente seu componente mais estratégico. Mesmo sem ter recebido ainda convite de ninguém, nem sondagem nenhuma, o PNBL me fez não aceitar o convite do Tarso Genro, eleito governador, para assumir uma Secretaria e voltar ao Rio Grande do Sul. Eu acreditava que meu acúmulo de conhecimento nas discussões do PNBL podia ser mais bem aproveitado nacionalmente que regionalmente. Paulo Bernardo começou a entender mais sobre o PNBL e pediu para Genildo Lins, que era seu chefe-de-gabinete no Ministério do Planejamento, conversar comigo. Aí Paulo Bernardo perguntou se eu aceitava trabalhar com ele. Eu disse que aceitava, mas que gostaria de ser secretário-executivo. Acho que ele queria me convidar para assumir a Secretaria de Telecomunicações. Nunca

perguntei e ele nunca me disse isso. Três dias antes da posse nós nos encontramos e ele confirmou que estaríamos juntos. Eu disse que até aquele momento não sabia, porque ele nunca mais disse nada. Ele disse que, claro, o convite estava de pé. Eu sabia que não tinha o perfil de secretário-executivo ao qual ele estava acostumado. Ele assumia muito mais o protagonismo político e a dimensão estratégica, enquanto o secretário-executivo assumia a gestão na sua dimensão mais estrita. Essa não era uma característica minha, já que eu não tinha esse perfil de gestor *stricto sensu*. Talvez eu tenha sido um pouco mais “vice-ministro”, se é que podemos fazer essa distinção.

Em janeiro de 2011 começa a nova gestão do Ministério das Comunicações. Qual era a situação do órgão?

A ausência de massa crítica dentro do Ministério, a vergonha do gigantesco estoque de processos⁵⁶, a falta de regulamentos objetivos e critérios claros para tratar os diferentes serviços de radiodifusão...

Esse cenário era esperado ou foi uma surpresa?

Sabíamos que esse tema não havia sido tratado desde a saída do Miro Teixeira em 2004. Eu não tinha uma visão muito clara. Conhecia a equipe do Roberto Pinto Martins, então secretário de Telecomunicações, que havia trabalhado conosco na época do PNBL. Sabia de questões, como a disputa pela faixa de 450 MHz, a relação entre MC e Anatel e outras. Conhecer as outras dimensões foi um aprendizado muito grande e trabalhávamos para que esse Ministério não tratasse apenas de infraestrutura, e sim de

⁵⁶ Estimava-se, à época, um estoque de cerca de 45 mil processos físicos de radiodifusão a serem analisados. Como os mecanismos de controle eram falhos, o número real pode ter sido bem maior.

comunicações em seu caráter mais amplo, com uma visão estratégica de aprofundar o caráter democrático do governo.

Como foi formada a equipe?

A equipe veio, em grande parte, da Presidência da República, onde tratávamos de inclusão digital. De lá vieram a Elisa Leonel, Artur Coimbra, Nelson Fujimoto, José Gontijo. E tínhamos a vontade de trazer a Kiki Mori, que sempre foi nossa parceira enquanto estava na Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento. Eu propus ao ministro que Nelson assumisse a Secretaria de Telecomunicações e Kiki, a Secretaria de Inclusão Digital. Ele me disse que ela devia fazer parte da equipe, mas que, no Paraná, atuava uma ex-reitora, que foi secretária de Ciência e Tecnologia, e que trabalhava no tema. Então a Lygia Pupatto assumiu a secretaria e a Kiki, uma diretoria. Nelson assumiu a Secretaria de Telecomunicações e Gontijo e Artur também foram para lá em função da experiência anterior deles. Elisa tornou-se a minha segunda. Avaliei que a Cosette Castro não tinha perfil para integrar nossa equipe no Ministério e ela foi substituída na minha assessoria pelo James Görden, que estava no MinC. Fábio Koleski, que estava na Presidência da República trabalhando na área de discursos, conversou comigo e também se integrou à equipe. Além dele, eu trouxe, como chefe-de-gabinete, o Ronaldo Cabral. Para a equipe do Nelson vieram também Pedro Alem e Miriam Wimmer.

Naquela época, o MC tinha duas secretarias, uma de Telecomunicações e outra de Comunicação Social Eletrônica. Depois, já na sua gestão, foi criada a de Inclusão Digital. Como era essa configuração?

Para mim era muito clara a Secretaria de Inclusão Digital, na medida em que havia participado da coordenação do Programa Telecentros.Br. Esse era um tema que claramente deveria ser coordenado pelo ministério, que não assumia essa questão. Até então o MC estava bem mais preocupado com os telecentros comunitários e distribuía um ou dois desses centros diretamente às prefeituras. A nova secretaria era muito maturada e a Kiki Mori era a referência no Ministério do Planejamento. Estava claro que levaríamos parte da SLTI para essa nova secretaria e a Kiki assumiu um departamento. Da Secretaria de Telecomunicações eu conhecia a parte da dificuldade de relacionamento com as prestadoras no PGMU e no PNBL. Eu conhecia pouco a sua totalidade. Na radiodifusão, como eu disse, sabia que havia processo para todos os lados e falta de critério para uma série de questões, além da permanente e justa demanda do pessoal de radiodifusão comunitária para ser plenamente reconhecido. Havia questões como a criminalização das rádios, o confisco dos equipamentos, a área de abrangência das emissoras, o financiamento das rádios comunitárias. Depois conheci melhor a secretaria, a partir de relatos de vocês⁵⁷, mas conhecia muito mais as questões pelo viés da radiodifusão comunitária. Ainda hoje me penitencio por não ter conhecido mais a radiodifusão, quis conhecer, li material seu, mas fui muito mais ligado aos temas de telecomunicações.

No primeiro semestre de 2011, ainda com menos de seis meses de governo, o secretário de Telecomunicações, Nelson Fujimoto, foi substituído e cogitou-se o seu nome para assumir a Telebrás, já que seu presidente também seria substituído. Como isso ocorreu?

⁵⁷ À época, eu era coordenador-geral e, depois, diretor na Secretaria de Comunicação Eletrônica.

Eu atribuo a saída do Nelson a uma necessidade do ministro de “compensar” minha atuação mais política e generalista por um assessor, na Secretaria de Telecomunicações, mais estritamente técnico. Nelson, mesmo tendo aprendido muito na Presidência da República, ainda não havia atingido o patamar que desse uma plena garantia ao ministro. Logo no início, entramos em um tema pesado, o PGMU. A discussão foi muito dura e a Presidenta queria garantir metas de qualidade para as telecomunicações móveis. Foram discussões que se aprofundaram muito tecnicamente e eu, que tinha mais acúmulo que ele, tive dificuldades. Acho que o Ministro entendeu que Nelson não era um “supertécnico” e recebeu uma indicação de que havia gente na Anatel com esse perfil. Segundo quem conhece o ministro há mais tempo, é raro ele propor uma troca. Quando o Nelson saiu, Rodrigo Zerbone, então consultor jurídico do Ministério, indicou um técnico da Anatel que, como secretário, viria a ter um papel central nas negociações do PGMU – Maximiliano Martinhão. Quanto à Telebrás, me coloquei à disposição do Ministro, porque achava que a Telebrás era muito estratégica e deveria dar continuidade ao trabalho que já vínhamos fazendo. Se ele achasse que eu deveria assumi-la, eu a assumiria. E ele achou que sim. Comecei a me preparar. Acabei não indo, mas as versões são contraditórias. Uma me favorece, a outra não me favorece e elas não são totalmente antagônicas, muito menos excludentes.

Quais eram as versões?

Há a versão de que o ex-presidente Lula teria comentado que seria bom que eu ficasse no MC, porque, do contrário, eu deixaria de ter uma visão mais ampla das políticas de comunicações e ficaria isolado só discutindo rede e infraestrutura. Ou – eis a segunda versão - a Presidenta Dilma teria dito que a Telebrás precisava de um gestor e que eu não tinha esse perfil. Não são versões

excludentes. Eu conhecia o Caio Bonilha, que tinha sido nosso consultor no PNBL e era então diretor comercial da Telebrás, e propus ao Ministro que apresentasse o nome dele. Caio tinha um relacionamento com a Presidenta desde os tempos do Rio Grande do Sul e chegou a fazer algumas consultorias para o Ministério de Minas e Energia. Caio fez uma boa apresentação, Paulo Bernardo gostou dele e acho que ajudei nessa sucessão.

Como foi a relação com a Anatel durante a sua gestão?

Havia uma relação de razoável para boa na construção do PNBL. Bruno Ramos deu uma contribuição muito grande na parte regulatória, ainda que cético sobre o papel da Telebrás. Com o embaixador Sardenberg, então presidente do Conselho Diretor da Agência, a relação sempre foi muito boa. Eu achava que para o Conselho Diretor da Anatel deveriam ser nomeadas pessoas com uma visão de que as políticas de comunicação, incluindo o funcionamento e a estrutura da Anatel, deveriam ser aprofundadas, democratizadas e mais transparentes, indo ao encontro da raiz política do PT e dos partidos da base. Eu e Elisa Leonel, quando ainda era minha assessora na Presidência da República, ligamos para o Paulo Bernardo, então ministro do Planejamento, para sugerir que o chefe-de-gabinete dele nessa época, João Rezende, fosse nomeado para o conselho da Agência. Ele era filiado ao PT, tinha sido dirigente da Sercomtel, secretário de estado, era chefe-de-gabinete do Paulo e ele concordou imediatamente com o nome. Depois, já conselheiro, João me surpreendeu um pouco quando, por ocasião do PGMU, entendi que ele concordava com o fato de as teles terem entrado na Justiça. Inclusive ele usou a expressão que o PGMU de “vocês” estaria “extorquindo as teles”. Lembro que o Otávio Azevedo, presidente do Conselho de Administração da Oi, que era quem mais fazia objeção à proposta que a Anatel tinha lançado em consulta pública,

propôs um acordo que levei ao Presidente. Eles retirariam a ação, e nós voltaríamos a discutir o PGMU tendo como referência, mas não definitiva, a proposta em consulta pública. Paulo Bernardo também trabalhou para isso, com a concordância e orientação da então Presidenta eleita.

Como assim?

O PGMU foi muito tensionado no governo, na Anatel e nas empresas. O próprio João sentia que havíamos pedido demais e que tínhamos chegado a um impasse, tanto é que as empresas entraram na Justiça. Mas aí já era época de transição de governo e as empresas começaram a negociar com o novo Ministério e com a nova equipe da Presidência a reabertura da discussão. Então o Paulo Bernardo aceita reabrir a discussão, desde que as empresas desistissem da disputa judicial. A discussão foi retomada e resultou em um PGMU mais modesto, mas que continuou avançando na linha de mais banda larga e serviços e menos telefonia fixa. Então a relação com a Anatel sempre ocorreu de forma positiva. Fizemos várias reuniões, eles participaram do planejamento estratégico do MC, o MC participou de ações da Agência. Eu já tinha uma boa relação com a conselheira Emília; trabalhamos bem com o Marcelo Bechara, então conselheiro também, ainda que com todas as diferenças, quando ele era consultor jurídico do MC; e a Anatel sempre teve um corpo técnico muito qualificado. A Anatel também foi muito importante, pela participação de Enilce Versiani e de Elisa Leonel, no fechamento do PNBL.

Como foi o seu envolvimento com o projeto de lei que viria a ser conhecido como Marco Civil da Internet?

É importante deixar claro o protagonismo do Marcelo Branco. Ele me disse, quando eu ainda estava na Presidência, que o Ministério da Justiça estava começando a discutir o tema e que o Tarso Genro, então ministro, estava entrando numa fria, porque os interlocutores da Polícia Federal preocupavam-se apenas com questões de controle sob a perspectiva policial. Ele dizia que se nós não nos mexêssemos, a situação ficaria horrível. Esse foi meu primeiro conhecimento do tema. Falei com Tarso, que concordou, conversou com Marcelo e deu uma virada no processo. Ali houve uma mudança da visão de controle de logs, passando para a visão de marco civil mesmo. O próprio Presidente endossou essa visão e, naquele momento, fazíamos oposição ao chamado “AI-5 da Internet”, um PL do senador Eduardo Azeredo. O Presidente pediu que o pessoal das redes sociais e os blogueiros se posicionassem sobre esse tema, pois ele queria conhecer a opinião deles. O marco viveu esse momento de mudança e participei disso com Elisa e minha equipe.

Durante a sua gestão no MC, o Marco Civil foi enviado ao Congresso e começou a tramitar.

Quando o deputado Alessandro Molon assumiu a relatoria, retomamos o contato. Havia uma questão central: o papel do CGI. Achávamos que o CGI podia ser ouvido e participar do processo, mas não ser a última palavra. Depois foi publicada uma entrevista com o ministro que saiu um pouco torta e o Molon replicou, entortando mais ainda. Conseguimos caminhar para uma redação média conjunta e demos uma boa contribuição. Voltamos a dissentir, quando novamente o deputado Molon radicalizou mais uma vez, achando que o Ministério não teria como incidir sobre a Anatel. A questão central era: quem faria a regulação, a Anatel ou a Presidência? Nós dizíamos que deveria ser a Anatel, com as diretrizes do MC.

No fim de 2012 surgiu a ideia de um PNBL 2.0. Como isso apareceu? Fazia sentido um PNBL 2.0, tendo em vista que o primeiro começou a ser implementado um ano e meio antes?

Logo quando chegamos ao Ministério, o ministro propôs que acelerássemos o PNBL. O Plano tinha as ações de nível 1, 2 e 3, classificadas segundo seu grau de governabilidade e maturação das propostas. Havia sido divulgadas apenas as de nível 1, logo havia um conjunto de ações pouco trabalhadas ainda, que incluíam, por exemplo, computação em nuvem. Quando começamos a falar em PNBL 2.0, era a atualização daquelas ações de nível 2 e 3. Acho até que pode ter este nome, mas ele tinha esses elementos previstos no documento original. No MC, desde os primeiros estudos conduzidos pelo Max e pelo Artur, então respectivamente secretário de Telecomunicações e diretor do Departamento de Banda Larga, sempre houve uma ênfase em redes, ainda que a formulação do ministro tenha sido bem mais ampla. Ele falou em universalizar o acesso à Internet, incluindo conteúdos e rede. Depois ocorreu uma virada, quando a Anatel, mais especificamente o conselheiro Jarbas Valente, começou a falar em conversão de recursos referentes às multas ou antecipação das negociações de contratos de concessão de telefonia fixa em troca de investimentos. Em um primeiro momento, o plano chegou a prever *backhaul* de fibra ótica em 100% dos municípios brasileiros. Depois o ministro encaminhou a versão mais modesta, que previa *backhaul* de rádio para as cidades grandes e médias, e retomando alguns componentes de aplicativos, *e-gov* e outros. A ênfase muito forte em redes encontrou dificuldades de financiamento.

No fim de 2009 ocorreu a Confecom e sua principal conclusão foi a necessidade de um marco regulatório das comunicações. A

discussão avançou ao longo de 2010, quando a Secom, chefiada pelo ministro Franklin Martins, montou um grupo de trabalho e preparou uma minuta de nova lei, que foi entregue ao Ministério das Comunicações. Qual foi a sua participação nesse processo?

Eu não era oficialmente membro do grupo de trabalho, mas conversei com Franklin em alguns momentos principalmente sobre telecomunicações. Franklin decidiu terminar um projeto de lei até o fim do seu mandato, mas a formulação do texto foi concentrada na Casa Civil e na Secom. Franklin e mais dois ou três representantes de outras áreas trabalharam aceleradamente e produziram a chamada “Minuta 05”, que foi entregue à Presidenta e ao Paulo Bernardo. Acho que é uma belíssima contribuição, com enormes acúmulos e avanços, mas não foi, definitivamente, uma elaboração conjunta e maturada de governo. Foi parcial e um belíssimo instrumento para o próximo governo avançar. Contribuí com divergências com Franklin, que tinha uma visão, incorporando considerações do Murilo Ramos, de que Internet deveria ser considerada serviço público, nos termos da LGT, porque, do contrário, o Estado receberia infraestrutura sucateada ao final do contrato de concessão. Naquela época eu já discordava, porque entendia que a Anatel deveria ter um papel regulatório e a Telebrás outro, fugindo do conceito de regime público da LGT. Entendíamos que deveria existir universalização, mas não nos termos do regime público da LGT, desenhado em um outro momento, voltado à telefonia fixa. Quando a equipe do então ministro Franklin entrega a minuta da Secom à nova gestão do MC, Paulo pede que eu coordene a elaboração de uma avaliação ao documento. Ali percebemos que tínhamos algumas divergências internas, mesmo no grupo de trabalho do Ministério, sobre algumas das questões colocadas. Mas tínhamos principalmente necessidade de nova elaboração sobre temas totalmente ainda em aberto, além de uma enorme dificuldade relativa a temas historicamente embargados pela grande mídia. O próprio governo teria que construir uma

versão sua. Ali havia uma posição de quatro ou cinco ministros do governo anterior. Depois de algumas novas versões, evoluímos para uma visão um pouco distinta. Optamos por uma consulta pública com cerca de trinta perguntas, apresentando um diagnóstico e diretrizes para um novo marco, bastante aberta, mas em absoluto desprovida de uma clara e articulada visão estratégica. Depois faríamos uma grande rodada de debates com a sociedade para aprofundar uma série de questões, como as relativas à concentração de mercados. Por um conjunto de circunstâncias, por dificuldades políticas, fomos adiando o debate. Pessoalmente entendo que é um tema que deve amadurecer com o fortalecimento da radiodifusão, e é um desafio para um novo mandato. Acho que esse é um dos pilares para uma revolução democrática de um possível quarto mandato do PT.

Por que a discussão sobre o marco regulatório não foi adiante na sua gestão?

Em primeiro lugar, porque o governo não elaborou uma posição ampla e majoritária para discutir com sua própria base. Quando o governo, por exemplo, falou em discutir o tema, na semana seguinte houve uma convenção do PMDB e o vice-presidente da República Michel Temer deu declarações contrárias a esse debate. Também foi atribuída ao então governador Eduardo Campos a frase de que “o melhor controle é o controle remoto”. Perceba que nos dois principais partidos da base aliada e no próprio PT como um todo esse não é um tema tranquilo. A outra questão diz respeito à própria natureza do tema, que é polêmico e mexe com os interesses da grande mídia brasileira. Esse debate está ideologizado no nível mais baixo, interdito preconceituosamente e o governo não reuniu forças para enfrentá-lo. Esse deve ser um tema eleitoral, porque qualquer tema do mandato não deve deixar de ser confirmado nas urnas previamente. Essa é uma batalha que coloca

nosso Brasil num patamar democrático superior, depois de terminar um ciclo de gestão do PT. A pergunta será: o que fica depois disso tudo? O marco regulatório está entre as duas ou três principais reformas a serem feitas, se quisermos concluir um ciclo.

Em fevereiro de 2013 te perguntaram, em um evento público, quando ocorreria o debate sobre o marco regulatório. Até então, as declarações de dirigentes do ministério sinalizavam que estava sendo gestada uma proposta, que o debate seria feito. Mas, naquele momento, o senhor disse claramente que achava que não haveria proposta de marco a ser encaminhada até o fim da gestão. Essa declaração precipitou a sua saída do ministério?

Não, de forma alguma. Só não repeti essa declaração por causa da polêmica gerada. No PT, com o ministro, com a minha equipe, creio que haveria compartilhamento desta visão se tivéssemos oportunidade de debatê-la. Tenho realmente essa convicção. Com a complexidade desse debate, sabíamos que ele levaria uns dois, três anos. Não caberia fazê-lo quando já se aproximava o fim do mandato, não conseguiríamos entrar no período eleitoral com este tema aberto, com o tempo suficiente para aprofundar a discussão que o Brasil precisa fazer. Receberíamos apenas o rescaldo das posições dos seus adversários contrários a um marco que admita convergência e democratização. Reafirmo o que disse naquela época, fazendo a ressalva, como fiz, que essa era uma posição pessoal, de que deveríamos manter a proposta de duas rodadas de discussão. A primeira seria a de perguntas, com debates pelo Brasil inteiro. Já tínhamos um plano de comunicação preparado. Havia pessoas, e eu seria um deles, que sairiam pelo Brasil para realizar esse debate, mas sabendo que era um primeiro debate de seis, sete meses. Depois ainda haveria um anteprojeto feito depois do debate e que não chegaria pronto. Sei que essa posição, da dinâmica da discussão, é minoritária dentro do próprio ministério e do PT.

Lamentavelmente saio agora para um período de estudos no exterior e acho que voltarei com a mesma posição. Não acho que caiba entregar um anteprojeto diretamente no Parlamento sem a realização desses debates.

Por fim, quais foram os principais avanços da sua gestão no Ministério e quais são os desafios ainda pendentes?

Há uma lacuna na questão da gestão. Sinto não ter trabalhado um pouco mais com a secretária Lygia sobre um projeto muito caro a nós e que precisa ser atualizado, o de telecentros comunitários. Hoje temos mais inclusão, novos terminais, outros equipamentos, a telefonia móvel com destaque, mas a capacidade de interagir, de participar, ainda não está disponível para cerca de metade da população brasileira. Faltou trabalhar e aprofundar mais o fortalecimento da radiodifusão pública e da comunitária. Conseguimos avançar na revisão de regulamentos do próprio Ministério na área de radiodifusão, no estabelecimento de critérios objetivos e transparentes e que conferiram celeridade aos processos de radiodifusão. Em telecomunicações avançou-se na área de redes. Acho que a Telebrás está pronta para dar um salto, com a experiência que adquiriu. A experiência com a Copa das Confederações, em 2013, mostrou que ela sabe ir ao mercado e aprender. Ainda falta um melhor entendimento sobre o seu papel público. Isso ela demora a adquirir no tempo e na relação federativa com prefeitos e governadores. A relação com a Anatel está bastante boa. E temos um acúmulo na área de regulação e na relação com os outros ministérios, mas ainda é preciso avançar no papel do MC como ministério meio para políticas públicas de *e-gov*, transparência, controle e gestão.

Ricardo Berzoini⁵⁸

Como começou sua relação com o tema da comunicação social?

Na militância no movimento sindical a gente sempre discutiu muito a necessidade de democratizar a estrutura brasileira da comunicação. Por iniciativas do movimento para ter sua própria capacidade de comunicação, em 1987 ou 1988, e, depois, as iniciativas no sentido de buscar organizar o movimento pela melhoria da legislação e da democratização da mídia, durante a Assembleia Nacional Constituinte, o que foi bastante importante. Posteriormente, as iniciativas da CUT e de sindicatos de buscarem concessões para fazer comunicação, evidentemente sabendo das desigualdades e da luta hercúlea que isso representa. Fui secretário de Imprensa do Sindicato dos Bancários, logo participava do Fórum da CUT de Comunicação. Posteriormente, como presidente do sindicato, tivemos algumas experiências, em 1991, 1994, com programas de rádio a partir de aluguel de espaço. Buscávamos participar daquela mídia e, também, criar formas alternativas de comunicação de rua utilizando vídeo, TV e outros que pudessem chamar a atenção dos trabalhadores.

⁵⁸ Ministro da Previdência Social, em 2003; do Trabalho e Emprego, de 2004 a 2005; da Secretaria de Relações Institucionais, em 2014; das Comunicações, em 2015; e da Secretaria de Governo, de 2015 a 2016. Foi, ainda, deputado federal por quatro mandatos e presidente do PT. Entrevista realizada em 22 de novembro de 2016.

Em que contexto ocorreu sua chegada ao Ministério das Comunicações?

Na discussão da composição da equipe para o segundo mandato da Presidenta Dilma. Já havia o interesse do ministro Paulo Bernardo de deixar o ministério e havia uma discussão sobre quem deveria ir para lá. Depois de algumas conversas com ela e com outros ministros, chegaram à conclusão de que eu deveria ser a pessoa a tocar. Eu não tinha um acúmulo detalhado sobre as pautas de comunicação, mas tinha uma relação com o movimento social e, ao mesmo tempo, uma relação com parlamentares que tratavam do assunto. Então me senti em condições de assumir o ministério e realizar a política que o governo defendia.

O que a Presidenta esperava do ministério no segundo mandato?

Fundamentalmente manter as diretrizes que vinham do ministro Paulo Bernardo. Na radiodifusão, deveria tratar dos temas que eram importantes, principalmente TV Pública, migração para a TV Digital e questão das rádios comunitárias. Na área de telecomunicações, o PNBL, que deveria fazer uma ampliação da rede, da infraestrutura e das políticas para ampliar o acesso da população à comunicação digital.

Qual era a situação do ministério em 2015?

Era um ministério organizado, com um corpo técnico preparado, evidentemente com algumas rotinas burocráticas muito complexas e que passavam a ideia de que não havia uma modernização de processos. Havia uma modernização, digamos, estrutural, com todos os processos teoricamente digitalizados e acessíveis pela Internet, mas o rito decisório, o ordenamento da tramitação, os prazos para tramitação e as regras dos normativos internos eram

extremamente burocráticos, o que levava um processo a ser concluído em oito ou dez anos.

Como foi a montagem da sua equipe?

Ela combinava a representação política do governo, tinha um compromisso claro com ele e com o desempenho administrativo do ministério. De outro lado, aproveitava quadros do próprio ministério para não gerar nenhuma interrupção no processo que já vinha sendo constituído. A ideia foi trazer pessoas novas para oxigenar e para revitalizar, mas reconhecendo a competência de quem já estava lá.

Uma das principais pautas daquele momento era a transição da TV analógica para a digital. Qual era a situação desse processo?

Ele já estava encaminhado com uma série de decisões já em relação a prazos. Nós procuramos, primeiro, fazer uma análise de riscos, já que é um assunto que mexe com o interesse da população diretamente, com o atendimento de uma parte carente da população. Procuramos trabalhar para que não houvesse nenhum atraso, mas, ao mesmo tempo, tomar as precauções para evitar que a população ficasse sem acesso a esse serviço através da relação direta com as estruturas que foram constituídas e com a Anatel. Ou seja, um trabalho sistemático, semanal, para avaliar prazos, mecanismos, para equilibrar a relação entre o interesse público e os interesses privados poderosos, já que envolvem telecomunicações e as emissoras de televisão, e a necessidade do governo de implantar a política que foi decidida, de maneira firme, contra os interesses das telecomunicações e das emissoras que tinham uma insatisfação em relação à interatividade e aos prazos que foram colocados.

Outra pauta em aberto, que não se resolveu até a sua saída, foi a migração das emissoras AM para a faixa de FM.

Essa era outra questão que foi anunciada, com muita aprovação do setor, ainda no primeiro governo Dilma, pelo ministro Paulo Bernardo, mas que estava com um grau de atraso significativo. Procuramos eliminar os entraves para que isso acontecesse. Acho que conseguimos avançar, acelerar, mas ainda com muita dificuldade com as áreas técnicas do Ministério. Senti, no processamento interno, uma lentidão que me preocupava, porque eu não conseguia entender a razão para toda aquela lentidão. Era um tema que interessava diretamente ao próprio setor empresarial, que tinha uma ansiedade enorme por isso em função da decadência da rádio AM. Então foi uma luta muito grande para conseguir encontrar quais os motivos reais das dificuldades para fazer essa transição.

Como foi sua relação com os empresários do setor e com as entidades que os representavam ao longo da sua gestão?

Difícil, porque creio que há uma certa arrogância, presunção do empresariado do setor de que o Ministério deva servi-los. O Ministério deve servir ao interesse público e, muitas vezes, há um conflito direto entre esse e a concentração de poderes na área de radiodifusão, especialmente na de televisão. Procurei manter uma relação aberta e transparente, mas deixando claro que o que prevalece, na minha opinião, no governo, tem que ser sempre o interesse público, buscando compô-lo com eventuais interesses privados e comerciais. É um setor em crise, na minha avaliação, porque enfrenta uma competição muito grande com as novas mídias digitais. Há atenção da juventude para meios de comunicação que não dependem de programação, ou seja, a pessoa

estabelece a sua programação, vê o que quer, na hora que quer. E eles enfrentam esse dilema de construir um novo modelo de negócios, com essa característica, sem perder a rentabilidade extraordinária que ainda existe no modelo anterior. É uma contradição empresarial com a qual o governo tem que tomar cuidado para não atrapalhar, nem ajudar. Não desequilibrar essa relação.

Houve alguma polêmica central com os empresários neste período?

A questão central foi o debate que nós retomamos sobre a regulamentação dos meios de comunicação, a atualização da legislação pertinente à radiodifusão. Eles têm uma reação muito sectária a este tema, sempre procurando caracterizar, nos seus próprios meios de comunicação, demonstrando inclusive de maneira exemplar que nós temos razão de cuidar desse tema... Um tema que envolve o setor, e eles usam os meios de comunicação, de forma totalmente aberta, para tentar criar constrangimento para o governo e o Parlamento. É um tema que vários países do mundo já enfrentaram, que visa cidadania, evitar a concentração de poder e de riqueza e evitar o desequilíbrio na política, nas relações empresariais, sindicais, entre trabalhadores e capital. Mas eles têm uma reação muito grande, porque querem ter liberdade total para dizer o que bem entendem em seus meios de comunicação. Nós acreditamos que a liberdade de expressão tem que ser plenamente atendida e a melhor maneira de realizá-la é estabelecer limites, regras que protejam a democracia, a cidadania e os direitos constitucionais do cidadão, como o direito à imagem, à honra e principalmente o contraditório da política, o equilíbrio de espaço para que as pessoas possam apresentar as suas opiniões.

No fim do governo Lula, o ministro Franklin Martins entregou ao governo Dilma uma minuta de anteprojeto de lei de um novo marco regulatório para as comunicações. Esse foi um pleito, ao longo de vários anos, do movimento social e era um debate muito esperado. Por que o governo Dilma não deu sequência a ele?

Minha opinião, desde que fui indicado como ministro das Comunicações, era: se mandássemos esse projeto diretamente para o Congresso, ele viraria ponto de referência, à direita e à esquerda, para ser carbonizado.

Por quê?

Porque seria identificado, se não como definitiva, como uma proposta muito assumida pelo governo. Quando assumi o Ministério, anunciei que faríamos um calendário de debates, de consultas nos estados, com os segmentos. Começamos a fazer isso, no ministério, ouvindo segmentos sobre a atualização da lei pertinente à radiodifusão no país. A ideia era concluir isso em 2015 e ter, em 2016, se não o projeto do Franklin, um projeto atualizado para dar conta do tema. A situação política do país atropelou essa nossa pretensão. A ideia era conduzir um processo, durante o qual todo mundo pudesse, ao longo de um período, opinar sobre esse tema.

Algumas das suas realizações ocorreram na área de radiodifusão pública. Destaco, em primeiro lugar, a Portaria nº 1.581 de 2015, que designa a faixa dos canais entre 7 e 13, na TV Digital, para as emissoras públicas.

Foi um tema que procuramos trabalhar para fortalecer algo que, no Brasil, ainda é muito fraco e incipiente, que é uma estrutura que permita não ao governo, mas à sociedade ter canais de

comunicação. Evidentemente há uma luta por audiência, por criar referência para a TV Pública. Mas, se você consegue ter uma TV Pública de qualidade, que cumpra uma função social, que consiga disputar atenção com os canais privados, já se abre um espaço importante para democratizar a comunicação no país. Nós procuramos, em todas as decisões que tomamos, que envolvessem radiodifusão comunitária e educativa, sempre dar as condições para que o setor se desenvolvesse. Inclusive orientando a equipe que cuidava da área de radiodifusão para dar celeridade às questões que estavam colocadas. Foi uma decisão política com esse objetivo, de criar uma estrutura pública. Permitir que os estados, municípios, universidades e entidades comunitárias possam ter meios de comunicação e disputar, com a desigualdade que vamos sofrer, a atenção da população.

Nesse sentido, também foram lançados novos Planos Nacionais de Outorga para radiodifusão educativa e comunitária tão logo acabaram os anteriores do ministro Paulo Bernardo.

Exatamente, com esse objetivo de acelerar o procedimento e permitir que quem queira atuar nesse setor tenha o apoio do Ministério naquilo que for possível.

Outro projeto importante foi a implantação dos canais do Poder Executivo de TV Digital, que vieram a funcionar na gestão do ministro André Figueiredo, em Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo. No dia 1º de setembro de 2015, os órgãos envolvidos assinaram o acordo para a implantação desses canais, expandindo a radiodifusão pública. Curiosamente, é do dia 1º de setembro de 2016, já no governo Michel Temer, a medida provisória que extinguiu o mandato do diretor-presidente e o Conselho Curador da EBC, fragilizando a radiodifusão pública.

Isso significa uma sinalização de que querem enterrar a TV Pública. Querem enterrar uma lógica que permitiria, no médio prazo, ter uma TV Pública forte no país, capaz de fazer o que mencionei na resposta anterior. Ou seja, dar as condições para que o setor floresça, reconhecendo que ele vai sempre lutar com dificuldades, porque vai enfrentar uma estrutura comercial poderosa. Mas haveria o espaço público para as pessoas que o quiserem. Sempre citei a TV Cultura de São Paulo como exemplo. Com todas as suas limitações, foi importante para toda uma geração no aspecto cultural e do jornalismo. Tanto é que um dos símbolos da luta contra a ditadura foi o assassinato de um jornalista da TV Cultura, Vladimir Herzog, que tinha uma atuação no sentido de garantir equilíbrio na cobertura jornalística, naquela época lutando contra a censura, o que era muito difícil. Então a TV Cultura de São Paulo foi, na minha opinião, para mim particularmente, que passei minha infância e adolescência em São Paulo, um referencial do que pode ser uma TV Pública. Naquela época, em plena ditadura militar, ela tinha uma importância cultural e política muito grande, pelo menos para os que tinham atenção ao canal público.

Voltando ao tema dos canais do Poder Executivo federal: qual teria sido a importância de viabilizar uma maior expansão de NBr, Canal Saúde e TV Escola, além da TV Brasil?

É a expansão dos canais que comunicam o interesse público, que comunicam uma política não de governo, mas de Estado, nas áreas da saúde, da educação. Permitem às pessoas ver que ali há algo importante para a vida delas e que dá uma ideia de comunidade para o país, de que nós somos uma nação, uma comunidade, um povo que está buscando melhorar suas condições de vida. E a TV pode ser um instrumento para isso.

Vamos falar sobre telecomunicações. No início da sua gestão, falava-se em um PNBL 2.0 ou em um Plano Banda Larga para Todos (PBLT). Por que ele não foi implementado?

Iniciamos 2015 sob o signo do ajuste fiscal, que lamentavelmente, como todo ajuste, não consegue enxergar, apesar da sensibilidade do ministro Nelson Barbosa, do Planejamento, da preocupação da Presidenta Dilma, do empenho da Casa Civil... Na minha opinião, o investimento em banda larga não deveria ser contingenciado. Deveria ser deixado totalmente livre. Tentei rascunhar mecanismos de parceria com estatais, como Telebrás, Correios, Caixa Econômica, Petrobrás, para que houvesse um grau de investimento adicional, não orçamentário, que permitisse levar a banda larga como infraestrutura pública, com colaboração do setor privado, aonde ela não chega. A banda larga, no Brasil, como tudo no país, é marcada por uma concentração econômica. Em algumas regiões, há altíssima velocidade, mas na periferia, mesmo no DF, São Paulo e Rio de Janeiro, ela não chega com velocidade. Quanto mais no interior do país. A ideia era, a partir da Telebrás, com colaboração das outras estatais, assegurar uma infraestrutura que garantisse a redução dos preços. Programas públicos federais, estaduais e municipais poderiam garantir acesso à banda larga para todas as escolas, rede de saúde e instituições que pudessem franquear, democratizar o acesso à rede. Esse era o objetivo que lamentavelmente, por questões orçamentárias, foi bastante prejudicado. Também a conjuntura política, a partir de um certo momento, quando fui convocado para desempenhar uma função no Planalto e a comunicação deixou de ser a minha prioridade. Fui cuidar da resistência ao impeachment.

O que faltou fazer no ministério das Comunicações?

Muita coisa. Na verdade, a minha pretensão ao assumir, contando com quatro anos de governo, era ampliar a capilaridade dele nos estados, fazer um ministério mais presente fisicamente nos estados. A ideia era fazer do PBLT uma bandeira para o país. Citava sempre, nas reuniões, que tínhamos que assegurar para a educação uma melhor banda larga, para que as escolas pudessem adotar toda uma nova estratégia didática, digital, para motivar os estudantes – 100 MB, 200MB, 500MB dentro da escola. Toda a parte de software, audiovisual poderia ser empregada 100% do tempo online com conteúdos educacionais pedagógicos destinados a uma geração que está cada vez mais ligada nesse tipo de comunicação. E, na área de radiodifusão, evidentemente a questão da regulação da mídia naquela perspectiva, ou seja, assegurar que se cumpra, nessa área, o que está previsto na Constituição Federal. Não é preciso fazer nada a mais do que o previsto na Constituição, assegurar os direitos dos cidadãos e o direito à comunicação como um bem público, não relacionado apenas com interesses privados.

Em setembro de 2015 o senhor assumiu a Secretaria de Governo da Presidência da República para cuidar da articulação política e, dali, observou o papel da mídia no processo de impeachment. Qual é a sua avaliação?

A mídia desempenhou um papel extremamente decisivo. A maneira como foi tratada a imagem da Presidenta Dilma e do Partido dos Trabalhadores; a tentativa de caracterizar uma crise econômica grave, quando não havia essa gravidade naquele momento; uma permanente pauta negativa do país; uma total obstrução das pautas positivas... tudo o que o governo fazia era ironizado, ridicularizado ou, quando não havia como fazer isso, simplesmente não era divulgado. As notícias sobre economia geraram um pessimismo que inibiram investimentos e geraram desemprego antes da necessidade de demitir. Então imagino que

talvez tenha sido pedagógico, para quem ainda não acreditava que, no Brasil, é necessário um instrumento legal para dar equilíbrio e evitar concentração de poder midiático na mão de todos. Aprenderam, neste processo, o que é uma campanha organizada e orquestrada para derrubar um governo popular e para tentar trazer para a pauta temas que estavam menos viáveis por conta da composição do governo. A saber, uma reforma da previdência com viés anti-trabalhador; uma legislação sobre terceirização que pretende torná-la uma regra, e não uma exceção; e uma reforma orçamentária que vai congelar o país por 20 anos, se for aprovada⁵⁹. Então o golpe tinha pauta e ela estava 100% alinhada com os grandes grupos de comunicação.

Tendo passado pelo Ministério das Comunicações, o senhor imaginava que, em um momento de polarização do país como o vivido em 2016, a mídia se comportaria dessa forma?

Sempre fui muito pessimista em relação ao comportamento, até porque, quem estudou a história do país sabe que, desde Chateaubriand, passando pelo papel que tiveram os meios de comunicação no golpe militar de 1964, a relação que houve entre o golpe e o momento que se vetou a lei que regula a radiodifusão no país... a Abert foi constituída no momento dessa votação, ocorrida no governo João Goulart. Ou seja, houve ali um conflito entre a posição dos partidos mais alinhados ao governo e a daqueles que, na época, já trabalhavam pelo golpe militar no país. Então, objetivamente, era esperado que isso acontecesse. Talvez não se esperasse que seria tão violento, mas quando se começa uma luta política deste naipe, a violência é a marca dos que detêm o poder.

⁵⁹ No dia 15 de dezembro de 2016 o Congresso Nacional viria a promulgar a Emenda Constitucional nº 95, que limitou os gastos públicos por 20 anos.

Já falamos sobre o porquê do não encaminhamento de um novo marco regulatório para as comunicações na sua gestão. Mas por que ele não foi à frente no primeiro governo da Presidenta Dilma?

É difícil ter uma análise muito objetiva. Talvez houvesse, naquele momento, outras prioridades e o entendimento de que este tema poderia representar um conflito aberto com um segmento que poderia ficar mais parceiro em outras mudanças na economia, se não fosse enfrentado este tema. Estou dando uma interpretação, porque não estava participando nesta etapa. Entrei no governo, voltando a ser ministro, em abril de 2014, portanto, no período anterior, não participei dessas discussões. Mas imagino que tenha sido uma seleção de prioridades: vamos fazer uma luta contra os altos juros, para estruturar determinados segmentos da economia, a favor a da geração de empregos, e esse tema empurramos até um segundo mandato.

Luiz Azevedo⁶⁰

Como ocorreu sua chegada ao Ministério das Comunicações?

Eu acompanhava Ricardo Berzoini na Secretaria de Relações Institucionais. No fim de 2014, a Presidenta convidou Berzoini para, no novo mandato dela, assumir o Ministério das Comunicações e ele me convidou para ser o seu secretário-executivo.

Como foi a montagem da equipe?

Procuramos trazer as pessoas mais próximas do ministro para compor a equipe, além de aproveitar as pessoas que estavam lá, porque era um ministério que já estava sendo dirigido pelo PT. Trocamos basicamente duas secretarias. Para a de Comunicação Eletrônica a opção do ministro foi trazer um parlamentar da Bahia que não se reelegeu, o Emiliano José, que atuava como jornalista. Ele achou que ele poderia dar conta do recado nessa área. Para a Secretaria de Inclusão Digital ele trouxe uma pessoa que tinha experiência no diálogo com os movimentos sociais, que já estava conosco e, antes, tinha tido uma experiência muito positiva na Fundação Banco do Brasil, o Jefferson Oliveira.

⁶⁰ Secretário-executivo do Ministério das Comunicações em 2015. Foi, ainda, secretário-executivo na Secretaria de Governo e na Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República; assessor especial da ECT; e deputado estadual em São Paulo, dentre outros cargos. Entrevista realizada em 29 de novembro de 2015.

Uma das promessas da Presidenta, durante a campanha, foi o Programa Banda Larga para Todos. Qual é a sua avaliação sobre esse programa durante a sua gestão no MC?

Acho que esse é o carro-chefe do Ministério das Comunicações, o programa mais importante. Não há, dentro do governo, uma compreensão da importância estratégica desse tema e esta foi a nossa maior dificuldade. Inicialmente tínhamos um investimento razoável nessa área, de cerca de R\$500 milhões, que poderia dar um bom impulso para fazermos o trabalho complementar ao que a iniciativa privada estava fazendo. Mas, com os cortes orçamentários, houve uma redução para R\$250 milhões e, depois, para zero. Esse foi o nosso limite. Lutamos insistentemente, junto com a Telebrás, para manter a previsão de orçamento de, pelo menos, R\$250 milhões, mas não tivemos sucesso. Conseguimos salvar apenas o programa do satélite, que possibilita um pouco de expansão, mas, em termos de velocidade, é muito pouco, considerando o projeto que nós temos⁶¹. Acho que a compreensão interna no governo, inclusive no nosso meio, foi muito pequena sobre qual é a importância de se levar banda larga a regiões onde não há interesse econômico. Foi um embate que tivemos e não conseguimos resolver o problema.

Falando em Telebrás, qual era a situação da empresa durante a sua gestão? Houve mudanças?

⁶¹ No dia 4 de maio de 2017 foi lançado o primeiro satélite geoestacionário brasileiro, com operação coordenada pela Telebrás e que deveria atuar na área de defesa e possibilitar a conexão à Internet em áreas remotas do país. Esse último objetivo foi prejudicado por sucessivos problemas dentre os quais uma disputa judicial sobre a operação em 2018.

A Telebrás estava parada, com uma dificuldade muito grande de atuação. Nossa opção foi por substituir o presidente por uma pessoa que dominasse o tema e, ao mesmo tempo, fosse mais empreendedor, buscando um resultado melhor para a empresa. A opção que fizemos pelo Jorge Bittar deu certo e houve uma busca maior de receita pela empresa, além de uma atuação mais intensa junto ao governo. Mas ainda é muito cedo para falar. Os problemas financeiros que a Telebrás tem são muito grandes: ela tem um déficit anual enorme e isso ainda vai demandar tempo para ser superado. Acho que está no caminho correto.

Um outro tema abordado pela Presidenta Dilma, em sua campanha, foi uma possível regulação econômica da comunicação de massa. O que foi feito nesse sentido?

Tínhamos como projeto iniciar o processo com um grande seminário internacional, que seria seguido por debates durante todo o ano de 2016. Assim veríamos se nós construiríamos e acumularíamos força para apresentar algo em 2017. Esse era o objetivo estratégico definido. Não avançamos, porque a correlação de forças interna no governo e com o Congresso Nacional estava muito ruim e nós tivemos que nos deslocar do Ministério das Comunicações para a Secretaria de Governo para buscar uma governabilidade. É de se notar que, logo que tomou posse, o presidente da Câmara, Eduardo Cunha, deixou explícito que nada passaria no Congresso Nacional no que se refere à democratização da comunicação ou algo que tivesse a ver com marco regulatório. Já na sequência, ele colocou em votação, na comissão temática, dois projetos de lei que tratavam do tema, com a expectativa de derrotá-los e dar um sinal do Legislativo para o Executivo sobre como essa questão seria tratada. Não conseguimos avançar, não tínhamos autorização explícita para fazer um debate mais amplo, nem dispúnhamos de correlação de forças adequada para realizá-la.

Um tema que te atraiu, nesse período, foi radiodifusão pública. Quais são as perspectivas e quais foram as medidas tomadas?

Esse é um dos caminhos por onde podemos começar a fazer um processo de democratização dos meios de comunicação. Se não temos condições de fazer um novo marco regulatório, temos como atuar em duas frentes que já representariam um grande avanço. Uma delas é a radiodifusão pública, por meio de uma articulação com os ministérios da Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia, Saúde, Secom. Temos a possibilidade de expandir significativamente a radiodifusão pública, aumentando sua audiência. Esse projeto começou a ser desenvolvido, está em andamento e tem que continuar. Avançamos na desburocratização dos processos de outorga de rádios comunitárias, o que pode melhorar um pouco o cenário de atuação nesse campo. Mas o outro lado, que era o mais importante, está nas outorgas para emissoras comerciais: deveríamos ter uma política pública que permitisse às pequenas redes crescer em audiência para existir um equilíbrio maior em âmbito nacional. Vínhamos desenhando isso como uma possibilidade, mas a nossa saída interrompeu o processo. A expectativa era proporcionar o crescimento dessas redes para ter um equilíbrio maior, já que elas passariam a disputar audiência com as demais.

Em 2015 dois temas tratados pelo MC eram centrais para a radiodifusão: desligamento da TV Analógica e migração AM/FM.

No caso do desligamento, o tema vinha avançando razoavelmente bem, com problemas de disputa natural entre telecomunicações e radiodifusão. Mesmo com algum atraso, poderíamos fazer o desligamento sem muita dificuldade. Isso seria uma das formas de possibilitar a expansão da banda larga, liberando a faixa de 700

MHz. No caso da migração AM/FM, o maior conflito era o preço justo, que era uma demanda correta e legítima da radiodifusão. Esse problema vinha se arrastando em discussão no Tribunal de Contas da União, nós conseguimos avançar na definição de uma metodologia de cálculo do valor mínimo e tivemos um preço considerado por todos como um pouco alto para novas outorgas. Tínhamos uma dificuldade de formatar uma metodologia de cálculo capaz de aferir o valor de uma AM, o de uma FM e conseqüentemente a diferença entre eles. Vínhamos avançando, mas com dificuldades, porque o setor está acostumado a receber as outorgas a preços muito baixos e vinha pressionando no sentido de reduzir o valor da migração. Teríamos que reduzir alguma coisa, mas não tanto quanto foi reduzido na tabela divulgada.

Outro tema que te atraiu foi a atuação dos Correios. Qual era a situação da empresa?

Os Correios estão enfrentando um desafio enorme: era uma empresa que tinha, em um cenário de monopólio, uma atuação razoável na área de encomendas e pequenos pacotes. Os Correios ocupavam 33% do mercado, mas ele tem uma estrutura de 350 anos muito cara, muito pesada, especialmente na administração central. Seu setor administrativo tem salários altíssimos. Existem mais de 800 pessoas ganhando mais de R\$20 mil. Isso significa um custo operacional muito grande. E tem um custo instalado alto, já que os Correios têm que manter agências em municípios que não são rentáveis. A maioria das 12 mil agências dos Correios está situada em municípios que não são rentáveis. Tem que ter uma atuação muito forte no setor comercial para bancar esse déficit na área de monopólio e bancar os dois custos – um no instalado, e outro no de mão de obra. Para isso os Correios tinham que fazer parcerias com a iniciativa privada. Conseguimos aprovar a lei e vínhamos estruturando uma empresa de logística, uma de correio digital,

uma para atuar na área financeira, sendo não apenas um correspondente, mas efetivamente um banco postal, uma de MVNO... Então a gente vinha trabalhando para ter essa rede. Como o governo teve que fazer um ajuste fiscal muito pesado e buscar um superávit primário, não pôde se comprometer com os investimentos e paralisou todas essas operações. Isso levou os Correios a terem um resultado que, nos últimos 3 anos, veio piorando significativamente e, neste ano de 2015, chegou a um resultado negativo. O que tinha que ser feito ficou no papel, os projetos estão prontos, mas não conseguimos avançar na sua implementação inclusive por que não conseguimos ter prioridade na agenda do governo para discuti-los. Para a empresa de logística, por exemplo, existe um potencial fabuloso, um mercado enorme. Os Correios são uma empresa com 130 mil trabalhadores presentes em todo o território nacional e que não têm uma aeronave para fazer uma entrega rápida, situação bem diferente do que ocorre com os seus concorrentes. A Fedex tem 650 aviões, a DHL tem 480 e até os concorrentes nacionais estão montando empresas áreas. Nós estruturamos o projeto para a nossa empresa aérea, mas não conseguimos avançar por indecisões do próprio governo e objeções na área econômica. No caso do MVNO, demoramos demais e o Correio italiano, que era nosso parceiro, abandonou o projeto. Essas situações colocaram os Correios em uma situação muito delicada e, para enfrentar a questão, isso terá que ser colocado como agenda de governo. Se não for, o caminho dos Correios será o mesmo do seu equivalente norte-americano: déficits constantes.

Por que sua gestão no MC foi abreviada ainda em 2015?

Na verdade, nós saímos da Secretaria de Relações Institucionais e fomos para o Ministério das Comunicações, mas não fomos integralmente. Eu diria que Berzoini ficou com um pé dentro do Palácio do Planalto, resolvendo os problemas de relação política, e

outro dentro do Ministério das Comunicações. Isso dificultou um pouco realizarmos, em 2015, tudo aquilo que gostaríamos de ter feito. Ele não conseguiu focar totalmente, porque tínhamos, de fato, uma crise fiscal e uma crise política. Berzoini tradicionalmente é reconhecido como uma pessoa que tem uma tradição muito forte dentro da Câmara dos Deputados e junto aos partidos por ter sido presidente do PT. Ele era constantemente chamado pela Presidenta para atuar na questão da governabilidade. Eu diria que nós nunca saímos totalmente da Secretaria de Relações Institucionais e nunca aportamos totalmente no Ministério das Comunicações. O caminho natural foi que, com o agravamento da crise política, a Presidenta nos chamasse de volta para buscar caminhos para fortalecer a governabilidade.

Qual é a sua avaliação sobre a passagem pelo Ministério das Comunicações?

De toda a minha atuação política nos últimos anos, o lugar que mais me motivou foi o MC. Ele tem uma agenda fantástica, que dialoga com o futuro. É um ministério que tem tudo para poder ser uma frente de articulação dos movimentos sociais que atuam no campo da democratização, da expansão da radiodifusão pública. Movimentos sociais que buscam ter uma forma melhor de se comunicar com a sociedade em um cenário com bloqueios estabelecidos pelos grandes meios de comunicação oligopolizados, como nós temos no Brasil. Esses meios não dão voz aos movimentos sociais. Acho que esses movimentos poderiam ter no MC um campo de atuação muito promissor. E os temas dos quais nós tratávamos, cada vez mais, estão presentes na agenda de demanda da sociedade: banda larga, telefonia celular, radiodifusão, TICs... Tínhamos, ali, uma agenda desafiadora, interessante e isso me motivava muito. Só lamento ter que deixar de tratar dessa agenda. Do ponto de vista estratégico, nós poderíamos ter estruturado, caso

tivéssemos ficado no ministério, uma estratégia de ir ocupando trincheiras com os movimentos sociais, na relação com a sociedade, com os meios de comunicação menores e com os públicos. Conseguiríamos avançar significativamente para, pelo menos, dar um equilíbrio maior nessa relação absolutamente desigual de domínio de um setor monopolizado, ideologicamente engajado numa visão de Brasil muito atrasada. Minha expectativa era muito grande, estava entusiasmadíssimo e lamento ter saído de lá para fazer um trabalho necessário, porém que me motiva muito pouco.

André Figueiredo⁶²

Como começou sua gestão no Ministério das Comunicações?

Em fazendo parte do PDT, e na condição de líder da bancada, nós sempre tínhamos uma posição crítica em relação a participar do governo. Uma posição crítica em relação à política econômica que fazia com que uma das teses defendidas, naquele momento de reforma ministerial da Presidenta Dilma, era de que o PDT continuasse na base do governo, mas sem ocupar ministérios. O PDT já tinha manifestado a opinião de não continuar no Ministério do Trabalho, onde já estava há bastante tempo. Aí surgiu a oportunidade: a Presidenta ofereceu o Ministério das Comunicações, uma pasta estruturante e extremamente importante para o futuro do Brasil. O presidente do partido, Carlos Lupi, dialogou conosco, formulou esse convite e comecei a estudar o Ministério. Quando a Presidenta efetivou esse convite, achamos que não tinha o que discutir e que era um desafio que poderia verificar não um novo modelo, mas um avançar no modelo de democratização das comunicações e ter, numa política de inclusão digital, de universalização do acesso à Internet... ter condições estruturantes para ampliar a democracia no Brasil e reduzir desigualdades que ainda são muito grandes.

⁶² Ministro das Comunicações de 2015 a 2016. Deputado federal pelo PDT desde 2005, por três mandatos consecutivos, tendo assumido a liderança da bancada em diferentes momentos, além de cargos no próprio partido. É advogado, economista e empresário. Entrevista realizada em 18 de outubro de 2016.

Seu primeiro dia de gestão foi marcado pelo Congresso da Abert, realizado em setembro de 2015. Quais foram as suas principais impressões desse evento?

Podemos dizer que foi começar numa saia bem justa. Evidentemente pudemos constatar os gargalos pelos quais o setor da radiodifusão passava. Foi o meu primeiro contato com o então ministro da Fazenda, Joaquim Levy, que era alguém em quem eu batia muito quando estava na liderança da bancada por discordar da política econômica formulada pela equipe dele. Tivemos uma relação tranquila nos meses em que convivemos. O setor de radiodifusão estava absolutamente descrente com duas situações que eram palpitantes: o cronograma de desligamento da TV Analógica e a migração das rádios AM para FM, porque, há dois anos, havia sido assinado um decreto com essa previsão e não se conseguia chegar a uma parametrização para essa migração. Isso fez com que a gente assumisse o compromisso de, em até 60 dias, concluir esse processo e apresentar ao setor uma tabela que fosse compatível com o interesse público e que permitisse ao setor avançar em termos de modernização da sua programação que a FM propicia em relação à qualidade do sinal.

Falaremos desses dois assuntos. Na sua gestão ocorreu o primeiro desligamento da TV Analógica em um município da América Latina, em Rio Verde, Goiás. Quais foram os desafios enfrentados?

Muitos. No dia 29 de novembro de 2015, que era a data prevista para o *switch off* de Rio Verde, nós não tínhamos nem 70% dos domicílios aptos a receber o sinal digital. Tomamos a decisão de não desligar e discutir caminhos que propiciassem o atingimento se

não da meta de 93%⁶³, algo próximo a isso. Um dos gargalos era o pouco poder aquisitivo não dos beneficiários do Bolsa Família, que já estava atendido. Resolvemos ampliar a distribuição dos conversores para os integrantes do Cadastro Único, mas sem a obrigatoriedade da interatividade⁶⁴. Isso foi feito para que pudéssemos ampliar a política de distribuição, também para o CadÚnico, desses conversores. O custo era bem mais barato, praticamente a metade do preço. Vale ressaltar, também, o envolvimento da geradora que funcionava em Rio Verde e a parceria da geradora de Jataí, de outra rede de televisão, e da sociedade como um todo. Foi muito importante ver a mobilização que fez com que chegássemos, no início do mês de fevereiro, a números muito próximos da meta do desligamento. Pactuamos, até o fim daquele mês, fazer o *switch off*. Nas vésperas ainda houve uma mobilização da Abert para que postergássemos mais uma vez, porque não haveria consenso do Gired. Eu disse: “se não houver consenso, vou usar a prerrogativa de ministro e decidir pelo *switch off*, porque senão o programa estará definitivamente sepultado”. Foi o que fizemos. Conversamos duramente com a Abert e vale ressaltar a compreensão que eles tiveram, foram parceiros, não tenho o que falar deles. Mas tivemos que endurecer um pouco, porque senão o programa estava fadado ao fracasso. Fizemos o *switch off*, foi um sucesso. A pesquisa feita após o desligamento, que ocorreu no dia 1º de março de 2016, já dava mais de 95% dos domicílios com sinal digital. Isso foi praticamente universalizado nos dias subsequentes. E o mais importante: verificamos que a população ficou extremamente satisfeita. A partir daí começamos a

⁶³ A Portaria que estabelecia os critérios para o desligamento dos sinais analógicos previa que, pelo menos, 93% da população do município deveria estar apta a receber os sinais digitais.

⁶⁴ A regulamentação previa, ainda, a distribuição de conversores digitais para os beneficiários do Bolsa Família. Posteriormente se decidiu por contemplar também os demais integrantes do Cadastro Único de beneficiários de programas sociais do governo federal.

adequação do cronograma das outras regiões, sequenciando por Brasília, no dia 26 de outubro, um grande desafio, que é o primeiro dos grandes centros a ser desligado. Mas os números já são bem melhores que os apresentados para Rio Verde, mesmo com mais de 60 dias de antecedência, data da primeira pesquisa divulgada. Isso mostra que o piloto que fizemos em Rio Verde foi muito importante para que, com toda aquela experiência, pudéssemos minimizar erros nas decisões subsequentes.

Uma crítica corrente sobre a transição para a TV Digital é que algumas decisões tomadas feriram gravemente a possibilidade de interatividade e a adoção do *middleware* Ginga. Qual é a sua percepção sobre isso?

Não vejo por aí. Tivemos uma experiência de interatividade muito eficiente no piloto que foi feito pela EBC em João Pessoa, quando foram entregues cem conversores com Ginga. Houve uma mobilização da equipe para que as pessoas pudessem ver o quão importante era a interatividade. O grande problema é que, ao fazer a distribuição desse *set-top box* em Rio Verde, não houve a preocupação em apresentar o conceito da interatividade. Na pesquisa, menos de 1% dos domicílios que receberam o conversor usavam a interatividade. É algo que tem que ser revisto. Há tempo para ser revisto, não para acabar com a interatividade, mas para que as pessoas possam saber como usar a interatividade, como usufruir desse benefício. E também para que os órgãos do governo que vão prover o conteúdo, como os ministérios da Cultura, do Desenvolvimento Social, da Educação, possam prover um conteúdo que seja interessante e importante para as famílias. Assim elas terão o interesse em acessá-los. Então eu vejo dois grandes gargalos: o conteúdo, que precisa ser melhor determinado, e o conhecimento, fazer com que as pessoas saibam que estão recebendo não apenas o conversor, e sim um dispositivo que fará

com que eles possam acessar o mundo digital através da sua TV. Na etapa de São Paulo, isso estará devidamente universalizado. Tanto os beneficiários do Bolsa Família, quanto os integrantes do Cadastro Único estarão recebendo o Ginga NCL, que é um Ginga de mais baixo custo, mas também com potencial, e sem a inclusão do Java.

Migração AM/FM: qual era o panorama na sua chegada e quais foram as dificuldades enfrentadas?

Panorama de total falta de credibilidade de que viesse a ser efetivado. 78% das emissoras AM haviam manifestado interesse na migração e não tinha sido feito nada no sentido de que avançasse. Montamos um grupo de trabalho e conseguimos chegar, em 40 dias, entre várias reuniões com o setor para justificar o porquê daquela parametrização, a indicadores que levassem em consideração uma tabela regressiva, desde São Paulo com uma antena com a maior potência, até municípios das regiões Norte e Nordeste com população inferior a 10 mil habitantes, com antenas de menor potência. Consideramos IDH, IDH-M, PIB per capita – indicadores que pudessem calcular o valor adequado para que as empresas pudessem ter interesse em fazer a migração. Chegamos a valores que não eram insignificantes, mas poderiam ser considerados justos, e atenderam bem o setor da radiodifusão. As primeiras emissoras que migraram já tiveram uma recepção muito boa. No evento que fizemos, no dia 24 de novembro de 2015 com a Presidente Dilma, assinamos a portaria que já determinou os prazos. Em sequência, abrimos uma consulta pública para que a população pudesse se manifestar, abrindo espaço para dúvidas, críticas e sugestões. Ou seja, algo extremamente participativo. Encaminhamos ao TCU toda a nossa metodologia de cálculo. Fizemos algo extremamente arrazoado, que, espero, seja dado sequência e que nós tenhamos a migração de todas as emissoras

AM para FM, logicamente dependendo do desligamento da TV Analógica principalmente nos municípios em que precisa ser liberada a faixa de 700 MHz e onde serão liberados os canais 5 e 6 de TV para que possamos estender o *dial* da FM. Em vez de 87.9, ele começará em 75.9. É importante mencionar que onde há emissoras que não cabem no atual *dial* todas terão que migrar em conjunto.

Sua gestão foi marcada por alguns avanços na radiodifusão pública. Já existiam dois planos nacionais de outorgas, de radiodifusão comunitária e de radiodifusão educativa, que foram mantidos. Por que mantê-los e, na sua opinião, qual é a importância da radiodifusão pública?

É a democratização dos meios de comunicação. Elas atendem primeiramente lugares que a radiodifusão comercial não tem interesse em atender. E, segundo, se tivermos efetivamente rádios comunitárias da comunidade, rádios educativas que transmitam programas educativos, que contribuam para a conscientização da comunidade, então nós teremos o nosso objetivo alcançado. Tivemos a discussão com as entidades que defendem a radiodifusão comunitária e a radiodifusão educativa e avançamos, construindo com eles um novo conceito. Levamos o último PNO para radiodifusão comunitária a todos os municípios brasileiros. Faltavam aproximadamente 1.200 municípios e atingimos, com o novo PNO, esses municípios. Além disso, atendemos comunidades tradicionais, que eram desprovidas de qualquer meio de comunicação – quilombolas, comunidades ribeirinhas, indígenas, várias comunidades que eram desprovidas de meios de comunicação. E fizemos um PNO também para atender uma demanda histórica dessas comunidades. Infelizmente não temos visto boa vontade de dar sequência, mas isso não significa que dentro do Parlamento, e no diálogo com o Poder Executivo, não venhamos a buscar o atingimento desse sonho das comunidades de

buscar uma radiodifusão comunitária e educativa que sejam mais capilarizadas.

Esses novos PNOs de radiodifusão comunitária e de radiodifusão educativa foram lançados no fim da sua gestão e, conseqüentemente, no fim do governo Dilma. O senhor acreditava na sequência, acreditava que um novo governo implementaria esses planos?

Sim, até porque é algo que atende aos interesses do Brasil. Não é para atender interesses de terceiro, é para atender interesses do país e do povo brasileiro. E ainda espero que sejam atendidos. Pode ser que tenham sido interrompidos momentaneamente, mas vamos lutar e vamos buscar, em todas as vertentes, as pressões necessárias. Seja no convencimento do ministro Gilberto Kassab, seja na luta incessante aqui no Parlamento. O povo brasileiro merece, sim, um PNO de radiodifusão comunitária e outro de radiodifusão educativa que sejam mais amplos, mais democráticos e possam atingir todo o território brasileiro⁶⁵.

De novembro de 2015 a fevereiro de 2016, os canais do Poder Executivo – NBr, TV Escola e Canal Saúde – começaram a ser transmitidos, de forma aberta, na TV Digital, no DF, no RJ e em SP, como faixas independentes do canal antes ocupado apenas pela TV Brasil. Qual foi a importância dessa medida?

⁶⁵ Quando o novo governo tomou posse, em 2016, interrompeu a publicação dos editais dos PNOs de radiodifusão comunitária e educativa ainda vigentes e jamais implementou os planos mencionados pelo entrevistado. Mais de um ano depois, anunciou um novo PNO para radiodifusão comunitária com menos da metade dos municípios previstos no plano anterior. Além disso, não publicou nenhum novo PNO de radiodifusão educativa.

Esse é o conceito da multiprogramação, dentro da TV Pública, sendo materializado. Já temos isso no Parlamento, com as TVs legislativas, que transmitem a TV Senado, a TV Câmara, a TV da Assembleia Legislativa do estado e a da Câmara de Vereadores do município. No Poder Executivo esse mesmo conceito pode ser capilarizado. Vários municípios manifestaram interesse. Tivemos essa experiência inicial, mas que também era projeto imediato ampliarmos para a área da Cultura e outros canais que tivessem o projeto de fazer uma multiprogramação. Fazermos um canal apenas da Educação, com faixa da educação de base, da educação superior, da educação profissionalizante. Muitos projetos que poderiam usar da TV Pública para fazer uma política da educação, da saúde pública. Uma política democrática de comunicação. Volto a dizer, sem querer, com isso, afetar os interesses da radiodifusão comercial. Mas aparentemente, também aqui, não estamos tendo muitos avanços nos últimos meses. Pode ser que não tenha sido interrompido, que tenha sido suspenso. Mas certamente será dado sequência a isso em algum momento.

Na sua gestão ocorreram a primeira outorga de Canal da Cidadania, para Uberlândia, e o fim do primeiro processo seletivo para selecionar entidade da sociedade civil a programar um Canal da Cidadania, nesse caso, em Salvador. Além disso, nas suas incursões e diálogos, o senhor sempre defendeu que o Canal da Cidadania se interiorizasse⁶⁶. Por quê?

⁶⁶ Regulamentado em 2012, o Canal da Cidadania deveria ter uma faixa de programação institucional do município; outra do estado; e duas de associações comunitárias abertas à participação da população em geral. O canal poderia ser uma adaptação a partir de emissoras educativas vinculadas a governos estaduais que assim desejassem, como foi o caso da emissora do Irdeb em Salvador. As associações devem ser escolhidas pelo Ministério das Comunicações por processo seletivo específico.

Ele é indispensável. Quando os municípios brasileiros atentarem para a importância de ter um emissora pública, do município, para servir de ponte de diálogo entre os poderes, para que as pessoas possam se ver, ver seus problemas, ver as soluções que estão sendo dadas aos seus problemas, possam debater, divulgar a cultura local... quando as prefeituras atentarem para a importância desse programa, certamente darão mais valor. Nas minhas incursões por municípios do nosso país sempre fiz questão de apresentar o programa para as prefeituras para que elas pudessem manifestar o interesse a partir da formação de um conselho da comunidade e da constituição de um caminho inicial para o Canal da Cidadania. Infelizmente o tempo foi exíguo e não foi possível fazer muito.

Sobre telecomunicações: durante a sua gestão foi apresentado, na Câmara dos Deputados, o PL nº 3.453/2015, que seria o novo marco regulatório do setor. Também na sua gestão, o Ministério opôs-se a esse PL, defendendo um modelo mais participativo de consulta pública. O atual governo, agora, apoia incondicionalmente esse PL. Por que optar pela consulta pública?

Pela visão de que a participação da sociedade é indispensável. A consulta pública esteve no ar por poucos meses, salvo engano 45 dias, até porque determinamos que fosse dada celeridade. Tivemos aproximadamente mil sugestões, quase igualando, em número, as contribuições feitas ao Marco Civil da Internet, que ficou em consulta por muito mais tempo. A consulta foi extremamente exitosa, aconteceram discussões, as pessoas puderam participar abertamente desse modelo de marco regulatório. Existem projetos que podem ser adaptados a esse que está em fase adiantada de tramitação na Câmara, que podemos aperfeiçoar. De modo a não gerar nenhum gargalo no setor de telecomunicações, mas que também não gere concentrações indevidas, que não haja abertura para que, de repente, regiões não atrativas a grandes empresas não

fiquem apartadas do processo de inclusão digital, de acesso à banda larga. Sabemos que a telefonia fixa atingiu seu objetivo e, agora, é hora de ampliar. Existem fundos legais, que são fundos que só servem para engordar o superávit primário, porque não têm mais como ser aplicados. O FUST é isso, não pode ser aplicado em banda larga. Isso tem que ser repensado. Por isso lançamos, também, no apagar das luzes do governo Dilma, o Brasil Inteligente, que é a formatação de “Internet Ligando a Gente”, levar Internet de alta velocidade às escolas, que as Cidades Inteligentes pudessem ser o alicerce para a inovação tecnológica. Que as cidades do interior do Nordeste tivessem todos os atrativos necessários para que empresas pudessem se instalar e prosperar, gerando empregos de qualidade. Então o Brasil Inteligente tinha todas essas vertentes, assim como outras ações, como a fibra ótica e o satélite, que esperamos que seja lançado até fevereiro de 2017.

Qual é a sua visão, passados cinco meses da sua saída do Ministério, sobre a sua atual gestão?

Não me sinto apto a fazer essa análise, porque tenho visto muito pouco se materializar. A fusão foi extremamente danosa. Existiam pontos de intercessão entre os dois ministérios, o da Ciência e Tecnologia e o das Comunicações. Por exemplo, a questão da Internet era um ponto, já que ela é um instrumento de comunicação, logo as políticas relacionadas com ela poderiam estar no Ministério das Comunicações. Mas tudo que diz respeito à pesquisa, à inovação tecnológica, tem que estar na Ciência e Tecnologia. O Ministério das Comunicações tem uma atividade estruturante, que é propiciar que as políticas de radiodifusão e de telecomunicações possam ser aprofundadas e aprimoradas. Quando se juntam dois ministérios tão importantes, um que faria 50 anos em fevereiro de 2017, o das Comunicações, e outro que, se não me engano, tem 28 anos de existência, houve um grande desserviço do governo. Assim

como ocorreu em outras pastas. O simbolismo de extinguir ministérios teria uma certa razoabilidade, se, junto com eles, tirássemos todas as estruturas para as quais eles servem de guarda-chuva, o que diminuiria o número de cargos. Isso não aconteceu. Quais foram os cargos extintos com a fusão? Um ministro, um chefe-de-gabinete e um secretário-executivo, porque as secretarias setoriais continuam as mesmas, algumas mudando de denominação. Até resgataram uma que já tinha sido enxugada. Infelizmente existe uma visão, até certo ponto fruto de desconhecimento, de que o grande problema do Brasil é uma máquina pública inchada. Existe essa máquina pública inchada. Mas por mais que venhamos a desinchá-la, isso não a tornará necessariamente eficiente. Não defendo nem o Estado máximo, nem o mínimo, mas eficiente, esse jargão que todos citam. Há pessoas que defendem um Estado praticamente inexistente, que acham que as regras do mercado podem valer para tudo. Mas o Estado não nasceu para dar lucro, ele tem que ter toda a sua “rentabilidade” usada para a redução das desigualdades. Com a PEC 241, veremos o Estado dar lucro, e esse lucro não voltar para o seu povo. Se o Brasil crescer, tudo ficará para engordar o superávit primário e satisfazer o mercado financeiro internacional. Com isso, políticas de educação, de saúde, de acesso à Internet serão comprometidas e Deus nos abençoe no futuro que nos é reservado, se não revertermos a PEC 241 e tantos pacotes de maldades que o atual governo quer encaminhar com essa ampla maioria que consegue no Congresso⁶⁷.

⁶⁷ A PEC mencionada foi aprovada e tornou-se a Emenda Constitucional nº 95, que congelou o teto de gastos públicos, conforme já abordado anteriormente.

Até maio de 2016, mês em que terminou sua gestão, ocorreu a primeira fase do processo de impeachment. Como se comportou a mídia nesse processo?

O papel da mídia foi determinante. Cansei de ver noticiários que mostravam apenas um lado. Parece que só houve corrupção no governo do PT. O vice-presidente é do PMDB, partido historicamente muito ligado a denúncias de malversação de recursos. Sempre que cito partidos quero dizer que existem exceções honrosas, então não estou generalizando. Mas a mídia teve papel de desinformar as pessoas com raríssimas exceções. Alguns jornalistas mais conscientes mostraram os dois lados. Aqui eu me coloco como brasileiro: qualquer informação transmitida deve apresentar as duas faces, não apenas uma delas. A mídia teve um papel importante no processo de afastamento da Presidenta Dilma. Temos que fazer um *mea culpa*, todos nós que participamos do governo dela, inclusive nós, por um curto espaço de tempo: faltou um melhor assessoramento à Presidenta. Ela nunca tinha exercido um mandato eletivo. Tanto que, em 2011, 2012, quando ela estava navegando numa maré de popularidade de mais de 70%, ela nunca recebeu nenhum parlamentar. Eu era líder do PDT e, mesmo sendo da base, tecia severas críticas a este afastamento. Eu dizia: “um dia, quando for necessária uma reaproximação, será difícil”. Eu só não esperava evidentemente que se chegasse a esta situação extrema, de se gerar um impeachment, sem que houvesse crime de responsabilidade que o justificasse. Tenho absoluta convicção de que o Brasil escreveu uma das páginas mais tristes de sua história com o afastamento da Presidenta, uma mulher séria, honrada, que pode ter errado, claro, ela mesma admite. Errou muito. Mas com certeza não era motivo para justificar o seu afastamento. Nesse período em que convivemos, principalmente nos primeiros meses de 2016, a gente pôde ver como infelizmente o nosso Parlamento, do qual eu faço parte, ainda se move por meros interesses pessoais e mesquinhos. Pessoas que não têm nenhum compromisso com o

Brasil, mas apenas com seus interesses particulares. Pessoas que estavam ao lado dela até a véspera do afastamento e pularam do barco imediatamente no dia do seu afastamento.

O senhor chegou a comentar a sua visão da mídia naquele momento com as associações que a representavam e lidavam com o Ministério das Comunicações?

Sim, conversamos várias vezes. Fizemos reunião com a Presidenta inclusive. Infelizmente houve espaço em alguns meios de comunicação e em outros sabíamos que ele não existiria. Tentamos mostrar os caminhos. As associações sempre tiveram muito diálogo com o Ministério das Comunicações, sempre divulgaram as nossas ações. O problema é que havia um ranço já instalado com os anos de governo com o qual a maior parte deles não concordava mais. Houve esse afastamento e os meses que passei à frente do Ministério das Comunicações não foram suficientes para tentar minimamente, não digo nem uma reaproximação, mas uma adequação a um papel que seria mais correto da mídia de divulgar os dois lados do problema que estava acontecendo no Brasil.

A regulação da comunicação de massa, popularmente chamada de “regulação da mídia”, virou tabu. Em que pontos o Brasil pode avançar?

É um tema extremamente complexo, como você disse. Eu defendi a tese da autorregulação. Uma autorregulação que não seja composta exclusivamente pelas grandes empresas, e sim discutida entre a radiodifusão comercial e a pública. O governo não deveria ter ingerência, porque, quando tem ingerência na regulação de qualquer meio de comunicação, ele acaba gerando, principalmente em contextos autoritários, uma situação de ruptura com um dos

instrumentos fundamentais da democracia, o acesso à informação. A autorregulação, com instrumentos de controle social, evitando-se a concentração dos meios em grandes grupos econômicos e a desinformação maldosa que resulta em mentiras... vários países têm esse caminho. Já tínhamos discutido o tema com a Unesco, porque eles têm estudos nesse sentido, que, passados alguns desafios iniciais com os quais nos deparamos no ministério, eles poderiam nos ajudar a enfrentar essa discussão. E acho que é um tema que ainda pode ser enfrentado. Não é tabu, estamos passando por um governo de transição, pelo que eu vejo, transição para o mal, porque, até agora, não vi nada de bom. E não falo isso por ser da oposição, porque quero aplaudir o que for bom para o Brasil. Mas, até agora, só vimos o que é bom para o sistema financeiro. Até mesmo o capital produtivo nacional está aparentemente cego, porque não conseguiu ver que todas essas medidas, que deveriam ser uma atividade-meio, a atividade bancária, acabe sendo a principal atividade econômica do Brasil. Tirar dinheiro da produção e de quem já não tem, que é a população brasileira.

Lucia Bardi⁶⁸

A senhora assumiu a área da Anatel que lidava com gestão do espectro em 2010, ou seja, quatro anos depois da publicação do decreto que formalizou o Sistema Brasileiro de TV Digital e estabeleceu o cronograma do desligamento da TV Analógica. Naquele momento, quais eram as atividades da área?

O replanejamento do espectro para fazer o *simulcasting* já estava bem avançado⁶⁹. As equipes ainda estavam trabalhando no replanejamento. Já havia um primeiro plano concluído, mas, naquele momento, não estavam sendo consideradas as retransmissoras de TV secundárias. Houve, então, uma decisão do Ministério das Comunicações de pareamento das secundárias, que causou um certo complicador.

Essa decisão é de dezembro de 2012. Havia situações muito complicadas?

As retransmissoras secundárias foram originalmente planejadas para atender locais em que não haveria problemas de falta de frequências. Seriam outorgadas autorizações em caráter

⁶⁸ Superintendente de Planejamento e Regulamentação da Anatel, de 2016 a 2017, e, antes, gerente e gerente-geral da Agência em áreas responsáveis por regulamentação e planejamento de radiodifusão e TV por Assinatura. Trabalhou, ainda, em diferentes empresas do Sistema Telebrás e no MCTIC. Entrevista realizada em 17 de novembro de 2017.

⁶⁹ Por *simulcasting* entende-se a transmissão simultânea da programação nas plataformas analógica e digital de TV.

secundário, que não precisava de licitação. Mas isso, com o tempo, acabou sendo feito também em cidades como São Paulo e Rio de Janeiro. No pareamento, para cada frequência existente, seria necessária uma segunda, na mesma localidade, para o par digital.

Praticamente se dobrava o espectro.

Praticamente. E esse é um trabalho artesanal, porque a TV, no Brasil, foi sendo planejada canal a canal a cada município. Uma rede tem um canal em um município e nem sempre tem o mesmo em outro, até para não se interferirem. Isso virou uma colcha de retalhos, muito difícil de ser retomada. Na TV Digital, surgiu a ideia do canal ônibus. A mesma emissora teria o mesmo canal, em vários municípios, e ela própria se coordenaria. Esse é o conceito que vale para outros serviços. A prestadora de telefonia celular tem frequências para uma região e ela própria se coordena.

Por mais que o Estado tenha, desde a década de 1920, gerido o espectro, em nenhum momento foi seguido um planejamento nacional. As outorgas foram sendo atribuídas por conveniência política ou critérios de seleção públicos, mas sem considerar o Brasil como um todo e realidades locais específicas.

Exatamente isso. Onde havia canal disponível, ele podia ser atribuído. Isso é um complicador a mais, quando se tem que replanejar com racionalidade. Então, quando se decidiu, em 2012, que as retransmissoras secundárias seriam pareadas, houve uma comoção. Achamos que não daria.

Qual era a estrutura da equipe naquele momento? A Anatel dispunha das ferramentas necessárias para fazer esse trabalho?

Era uma equipe muito boa, mas pequena. Pedro Humberto era o gerente e, na equipe de planejamento, estavam Elmano Rodrigues, Alexandre Lobão, Thiago Soares e Martim Hon. Outros servidores trabalhavam com gestão do espectro usado para o rádio. Nessa fase começou a discussão sobre a migração do AM para FM e havia outro tipo de trabalho a ser feito. Além disso, havia as questões pontuais do dia-a-dia.

Então quatro servidores trabalhavam no replanejamento de espectro que envolvia, naquela época, cerca de dez mil frequências.

Isso. Trabalhavam com uma ferramenta do CPqD complicada, porque não dava todos os parâmetros necessários. Muitas vezes colocávamos em consulta pública uma proposta de replanejamento e tínhamos que fazer muitas correções. Quando Yapir Marotta ainda era o gerente, foi criada uma metodologia específica de trabalho. A equipe ia para uma cidade que estava sendo replanejada e, com os próprios técnicos das emissoras, discutia o trabalho. Esses técnicos conheciam muito bem o relevo, as posições das antenas... então eles conseguiam otimizar o espectro a partir de uma situação real. O software que usávamos estimava parâmetros e nem sempre conseguíamos viabilizar muitos canais. Só se conseguia, porque o grupo ia para a região e tratava.

O software provavelmente fornecia uma estimativa conservadora e sem considerar inovações na arquitetura urbana que poderiam impactar na situação.

Com certeza. Ele tinha uma série de limitações. O trabalho teórico, quando colocado em consulta, recebia muitas contribuições sobre correções. Por isso, antes de colocá-lo em consulta, fazíamos

reuniões com os técnicos das emissoras para poder melhorar o arranjo. Yapur viajou para diversas cidades e eu também. Essas reuniões eram complicadas, na radiodifusão há várias posturas, mas acho que o resultado foi a contento. Todo esse trabalho foi feito no longo prazo, com a participação de muitas pessoas.

A equipe imaginou que o início do desligamento da TV Analógica aconteceria de forma tão pacífica como foi observado?

Aconteceu um fato superimportante neste meio tempo, que foi o interesse do pessoal de telecomunicações na faixa de frequências. Isso não era esperado. Quando começou o projeto de radiodifusão, a questão era digitalizar a TV. Ninguém imaginava usar o espectro de TV, a faixa de 700 MHz, para outra coisa. É uma faixa, em UHF, boa para prestar TV e muito boa para prestar outros serviços. Nesse meio tempo, foram evoluindo os estudos para usar essa faixa para o Serviço Móvel Pessoal (SMP). Neste momento, 2011 ou 2012, isso começou a entrar dentro da Agência e os interesses começaram a aparecer. No começo, isso foi um problema, porque os radiodifusores não queriam de jeito nenhum. Percepção minha: eles tinham em mente que, no fim, ficariam com 12 MHz. Eu participei de várias reuniões em que isso aparecia. Eles diziam: “6 MHz para o canal digital, mas nós vamos evoluir para ultra HDTV...” Isso sempre aparecia. Então, quando se começou a falar em usar o espectro para fazer outra coisa, foi muito problemático. À medida que isso evoluiu... isso ficou muito a cargo da superintendência da Anatel que trabalhava com o serviço móvel, a SPV. Começamos a trabalhar juntos e houve um entendimento. Existia um problema que a gente identificava: como garantir que as pessoas de baixa renda, que mais assistem TV aberta, teriam um receptor digital para poder assisti-la? Não conseguiríamos desligar a TV Analógica naquele cronograma proposto. A ideia foi criar uma entidade que administrasse essa questão, com o encargo para as

empresas de telecomunicações de custear os conversores para a população de baixa renda do Cadastro Único e os transmissores das emissoras que não tivessem como trocá-los. Então isso resolveu o problema. Até mandei um documento para o Yapir e ele achou a ideia genial. O grande medo do pessoal da radiodifusão era que as pessoas não conseguissem comprar o receptor. Com esse trabalho conjunto, incluindo a administração da EAD, a população de baixa renda conseguiu receber o conversor e está sendo possível desligar a TV Analógica. Tudo está acontecendo de maneira harmoniosa e é um case de sucesso. Para minha surpresa, porque, em muitos países, mesmo nos Estados Unidos, aconteceram muitos problemas. Aqui, não.

Isso tem a ver com o sistema de TV Digital escolhido no Brasil?

Em termos de robustez, sim. Mas tem a ver com o fato de não existirem experiências anteriores ao caso dos Estados Unidos. Toda orientação que está sendo feita, já se sabe o que dizer, que dificuldades existirão, foi feito o piloto do desligamento em Rio Verde, foi tudo muito bem planejado. Essa equipe da Anatel que trabalha com radiodifusão é pequena, mas muito boa. O Ministério também trabalhou muito junto. De vez em quando havia discussões, mas era uma equipe boa. Tanto que atualmente o gerente da área também considera o pessoal muito bom.

Por um lado, a chegada das teles e o custeio dos transmissores foram fundamentais. Por outro, a nova destinação da faixa consumiu mais ou menos nove canais que eram destinados à radiodifusão e que passarão a ser usados pelas teles. Isso implicou em uma dificuldade maior para o pareamento.

Sim, teve que ser feito um trabalho adicional para encolher e jogar as emissoras para a faixa mais baixa. Quando começou essa possibilidade e apareceu essa demanda por espectro, houve esse retrabalho. Mais tarde conseguimos um novo software, mas, naquela época, usávamos o software antigo, além das reuniões com os radiodifusores.

O Ministério chegou a testar o uso da faixa de VHF Alto (canais 7 a 13) para transmissão digital e os resultados foram surpreendentemente bons. A Anatel tinha estudos preliminares sobre isso?

Tinha. Comecei a acompanhar isso, mas não acompanhei todo esse trabalho.

Por fim, sobre a migração AM/FM: quais eram os objetivos e o que isso impactava em termos de gestão do espectro?

Havia uma grande quantidade de emissoras AM e alguns problemas que eram intransponíveis, como uma manutenção muito cara, a falta de equipamentos de reposição e praticamente sem audiência. A ideia foi trocar o AM pelo FM. No começo parecia algo totalmente diferente, porque a cobertura de ambos é muito diferente, mas se chegou a uma situação que está dando certo. Mas o decreto é de um período em que eu já estava fora da gerência geral.

André Barbosa⁷⁰

Como foi sua chegada à Casa Civil?

Cheguei através da Telma Feher, que era assessora do José Dirceu, depois de ter feito programas de rádio de 1992 a 2000. Fiz os programas de rádio nacional do PT e os estaduais de São Paulo. Ela tinha trabalhado comigo na Rádio Record. Tínhamos feito campanhas juntos, inclusive a presidencial de 1994. Nunca fui filiado, é importante dizer isso, e mesmo assim o PT concordou. Eu entrava na parte técnica, nunca entrei muito na parte política. E mesmo assim eles aceitaram, concordaram que eu convivesse com temas que lhes eram muito caros sem ser filiado. Eu estava fazendo Doutorado, que terminei em 2003, já mais veterano, e não pude vir para Brasília. Só pude vir em 2004 e assisti a primeira reunião da TV Digital.

Qual era o seu cargo à época?

Assessor especial do ministro-chefe da Casa Civil. Tratava de rádios comunitárias, de outorgas... Ainda não haviam sido separadas as atividades mais políticas das mais administrativas na Casa Civil, depois é que foi separada a articulação política. Havia

⁷⁰ Superintendente de Suporte, de 2012 a 2014, e de Relacionamento, de 2015 a 2016, da EBC. Antes foi assessor especial da Casa Civil da Presidência da República, de 2004 a 2012, responsável por tratar de temas relacionados às comunicações, e professor da Universidade de São Paulo (USP). Entrevista realizada em 31 de outubro de 2016.

um conhecimento que extrapolava o que eu tinha na universidade, mais relacionado ao rádio.

Como começou o seu contato com o tema da TV Digital?

Em 2001, eu era gerente de marketing da Uniban e dava aula na USP. Tinha um projeto, na época, sobre mídias digitais na Uniban e escrevi um texto sobre TV Digital, falando sobre as dificuldades do governo FHC em decidir sobre um sistema. A pressão dos americanos e europeus era muito forte, mas a TV Globo queria o sistema japonês. Eles não souberam como decidir.

Qual era o estágio da discussão na Casa Civil no momento da sua chegada?

Muito incipiente, as pessoas não sabiam absolutamente nada. Quem sabia estava ligado ao projeto anterior. O CPqD sabia, e aí cito o nome do Ricardo Benetton, que, para mim, foi um professor. Ele era muito ligado ao sistema europeu e isso chegou a ser usado contra ele, o que foi um absurdo. Ele fez um trabalho equidistante. O material que o CPqD levantou foi sensacional.

Uma crítica a esse processo decisório, vinda principalmente da sociedade civil, é que o debate prévio foi apenas técnico, pouco aberto à participação e acabou não rediscutindo o modelo da radiodifusão como um todo.

A crítica é, de certa forma, verdade. Discutimos muito no governo e eu tinha uma posição muito clara em relação a isso. Tínhamos que ter aproveitado aquele momento para rediscutir, quando tínhamos cacife para isso, para discutir as questões básicas da comunicação, da democratização da comunicação. Esse era um processo que

acompanhava na universidade e do qual participei, durante muitos anos. Dou aula desde 1984 e grande parte do que nos interessava neste campo não foi regulamentada. Isso era o que se esperava do primeiro mandato do Presidente Lula, daí a nossa pressão nesse sentido. Comigo estavam o Ministério da Cultura, parte do Ministério da Educação e o da Fazenda, por incrível que pareça. Marcelo Ramos sempre nos apoiou. O Ministério do Planejamento também tinha essa visão de que o Estado precisava tomar conta desse processo para que a sociedade recebesse uma nova situação na comunicação. Passou o tempo, passou o bonde e a discussão ficou em cima da TV Digital, como se ela fosse separada de outros projetos. Ficou ilhada. Essa crítica eu aceitei. O que eu não podia aceitar é: as pessoas deviam conhecer o fato de que o Hélio Costa havia sido colocado pelo Lula ali, em um momento em que o ministro anterior, Eunício Oliveira, teve problemas. Lula achou melhor que ele saísse para preservá-lo. Isso é o que se comentava. Quem viria? Vamos fazer o PT, vamos fazer o PT... E não foi, foi o Hélio Costa, o que foi um desânimo para todo mundo. Vou dizer uma coisa: Hélio Costa chegou a dizer, em uma matéria, que ele não iria falar mais com pessoas do terceiro escalão do governo. Porque eu disse para ele que a multiprogramação tinha que entrar, que a interatividade não podia ficar só no papel, que a entrada das TVs Públicas tinha que ser feita pelo decreto, o que aconteceu. Mas a discussão foi feita em cima de um material não do CPqD exatamente, mas da Sociedade Brasileira de Engenharia de Televisão (SET). Ela tinha uma convicção sobre o sistema japonês e tentou convencer Lula e Dilma disso.

Havia três sistemas: o norte-americano foi rapidamente descartado...

Nem tanto. Ele tinha o melhor vendedor, o Robert, que era quem melhor sabia explicar o sistema para a ministra Dilma.

Mas a polarização foi entre o sistema europeu e o japonês.

Foi, porque o americano logo se perdeu. Ele não era robusto. E o Brasil tem 60% de antenas internas, logo a robustez do sistema era um item fundamental na escolha. A discussão voltou-se para a parte técnica realmente. Esqueceu-se de um projeto maior. O ministro Gil chiou várias vezes. Eu, mesmo assessor da ministra Dilma, falava que achava interessante a gente discutir outros temas, como a banda larga integrada, a gestão do espectro... o Ministério da Fazenda apresentou um projeto de uso do espectro que era muito próximo ao que o DVB tinha feito de uso não dos 6 MHz, mas da capacidade necessária para aquilo que as pessoas se propunham a fazer. Por exemplo: se vou usar 6 MHz, tenho que dizer por que vou querer usar tudo. Vou usar alta definição? Quanto de alta definição? Na Europa isso aconteceu por meio de um operador de rede. No Brasil houve um boicote total à ideia do operador de rede. Naquele momento houve o grande erro cometido pelo Hélio Costa, no meu ponto de vista, que é um erro que um político não pode cometer. Ele cometeu de medo, medo da força da área social. Foi fechar o Conselho Consultivo, não dar voz. Sei que havia pessoas mais críticas ali, que iriam botar a boca no trombone. Mas iriam botar de qualquer jeito. Você teria que ouvir e aproveitar ou não certas questões. Essa é a visão de um político aberto. Ele simplesmente fechou as portas e não sei se isso foi apresentado ao Presidente Lula desta maneira. No fim de 2005, quando se entregou o projeto final do CPqD, ele não o mostrou para ninguém, ele o guardou. Eu falei isso para Dilma, ele não podia fazer isso. Eu disse que daria problema para nós.

Essa proposta do CPqD sugeria a adoção do sistema europeu?

Não. Ela dizia que o melhor tecnicamente era o japonês, mas que para o Brasil, para os negócios, seria melhor adotar o europeu. Porque ele permitia a participação de outras vozes. Ali, Hélio Costa errou. Todo mundo ficou contra ele, não apenas os mais agressivos. Todo o campo social. Ele começou a falar mentira na imprensa. Por exemplo: veja como estávamos totalmente isentos. Os americanos desistiram de fazer proposta, porque viram que a decisão estava entre os outros dois depois de dois ou três anos de discussão. No governo FHC a disputa estava entre o americano e o europeu, o japonês estava fora. Quando veio, o sistema japonês entrou na parada. Ficaram os dois sistemas. Quando estávamos discutindo *royalties*, o que o Brasil ganharia no processo, os europeus trouxeram uma carta com, acho, quinze itens, prometendo apoio na área técnica, na área de conteúdo... Os japoneses vieram depois, onze japoneses de terno preto. Estavam lá os ministros Dilma, Palocci, Hélio Costa e os japoneses começaram a falar. Nós já sabíamos do Ginga, decidimos que tinha que ter algo brasileiro, era política do Presidente Lula ter pesquisa e gerar patente no Brasil.

Ginga, que nasceu como fruto da tentativa de se criar um sistema de TV Digital brasileiro em 2003.

Mas aquilo não ia sair nunca. Custaria US\$2 bilhões para criar uma modulação brasileira e o país seria uma ilha, porque nós não teríamos o apoio da Argentina, do Chile... O Japão foi fundamental nessa relação. As pessoas diziam: “ah, a Argentina tinha o Kirchner”. Não era, foi difícil eles entenderem e nós quase perdemos a Argentina. Há uma rivalidade muito grande da indústria.

Voltando ao relato: aconteceu uma reunião com os japoneses, no início de 2006...

Palocci perguntou o que o Brasil receberia em termos de pesquisa e um dos japoneses, de uma das empresas, respondeu: “mas vocês só fazem papelão e plástico”. Quando ele disse isso, Dilma e Palocci levantaram e saíram da sala. Acabou a reunião. Hélio Costa ficou sem saber o que fazer; eu, assessor da Dilma, nem fui atrás dela, porque sabia o que estava acontecendo. Falei para o ministro: “a situação dos japoneses ficou complicada. Ou eles voltam com alguma coisa igual ou melhor que os europeus, ou eles estão fora”. Dito e feito, Dilma pediu para eu voltar à Europa. Fui com Gadelha e Roberto Pinto Martins. Fomos muito bem atendidos e os europeus reforçaram a proposta.

Quando isso ocorreu?

Ainda no início de 2006. Aí decidimos fazer nova reunião aqui e os europeus chamaram as embaixadas inglesa, francesa, alemã. Veio só a embaixada francesa, que trouxe um empresário belga. Foi um erro brutal. No meio da reunião, com os mesmos ministros, ele disse: “nós fazemos semicondutores para qualquer um, não apenas para o padrão europeu”. Dilma parou tudo, porque entendeu que não estavam defendendo um único padrão. O mundo de semicondutores não tem bandeira, vale o melhor negócio, porque ele tem que fazer milhões de chips. Aí os japoneses voltaram com uma lista, deram todos os *royalties*, coisas que eles nunca fizeram, como dar apoio a desenvolvimento tecnológico, porque eles sempre vinham com a desculpa de que isso era papel da iniciativa privada. E o mesmo aconteceu com os semicondutores, que é uma história muito interessante.

Os japoneses prometeram instalar, no Brasil, uma fábrica de semicondutores?

Acho que sou uma das únicas pessoas que pode falar disso sem problemas. Eu e o Antonino Marques, embaixador que está atualmente na FAO, a pedido da Dilma e do ministro Celso Amorim, ficamos cuidando do texto final do acordo com os japoneses. Passamos a manhã inteira cuidando do texto. A nossa obrigação era incluir os semicondutores no texto e os japoneses diziam que isso não tinha nada a ver com TV Digital e que eles não incluiriam no texto algo que não tinha a ver. Quando os japoneses falaram isso, Antonino me puxou pela mão, me chamou e fomos embora. Já estávamos no meio do corredor, quando os japoneses vieram nos chamar de volta. Acreditaram que não faríamos isso e ficaram atônitos. Nós voltamos e ele disse: “não posso colocar uma oferta do governo japonês, porque não fazemos semicondutores. Quem faz isso é a indústria privada. O que eu posso colocar é ‘nós envidaremos os melhores esforços para que a iniciativa privada possa...’” E isso está no acordo. No dia da assinatura do decreto, 29 de junho de 2006, nós vimos o texto antes, falamos sobre as questões técnicas... em cima da hora, Hélio Costa, sem ninguém ver, disse que o Japão tinha incluído os semicondutores. E Lula repetiu. E ninguém podia contradizer o Presidente. Tenho a prova, estava lá no acordo, mas, segundo Hélio Costa, houve uma mudança em cima da hora.

Até o início de 2006, a decisão pendia para os europeus. Por que a escolha mudou?

Porque o menor grupo técnico, que incluía a Casa Civil, os ministérios da Fazenda, do Planejamento, das Comunicações, da Ciência e Tecnologia e das Relações Exteriores, reuniu-se para fazer uma leitura do relatório do CPqD e de outros trabalhos. Trabalhamos febrilmente, durante um mês, até de madrugada. Escrevemos o decreto várias vezes, todos mostravam para a ministra, que não tinha tempo, aí lia de noite. Chegou o fim do mês

e vimos três coisas muito importantes: uma, o sistema mais robusto era o japonês, até porque era o único que tinha o *time interleaving*, que é um sistema de correção de sinal que corrigia a interferência por reflexo. Era algo muito sofisticado, que os europeus não tinham e só foram incluir depois em seu sistema. Avaliamos que isso melhoraria muito a qualidade da recepção. Mais que isso, a questão que nos empolgou bastante e que, depois, vimos que era uma mentira era a questão do *one seg*. No Japão e na Coreia do Sul isso foi um sucesso. O nosso sistema permitiria transmitir a programação diretamente para os celulares, que era uma vantagem tremenda para a radiodifusão em relação às empresas de telecomunicações. O terceiro motivo era: o europeu não queria usar o Giga, e o japonês disse que a adoção dele era uma possibilidade. Não no Japão, mas na América Latina e em outros países. Não nos impediriam de usá-lo.

A radiodifusão comercial sempre defendeu o padrão japonês.

Sempre.

Por quê?

Por esse motivo de que eles teriam a possibilidade de manter as transmissões para portáteis, chegariam bem na casa das pessoas e teriam um controle, principalmente da Globo, dos avanços nas questões técnicas, como, por exemplo, a substituição do sistema H264. Essas questões foram muito importantes para que houvesse continuidade técnica. Os europeus queriam que isso ficasse com eles.

O Ministério das Comunicações também sempre defendeu o sistema japonês?

Sim. Houve um momento importante, no fim de 2005, quando se entregou o relatório do CPqD. Ali discutimos tudo, sem a presença de ministros, só os técnicos. Só apresentávamos algumas súmulas para que os ministros dessem uma olhada. Vimos que o Brasil deveria tentar fazer com que a radiodifusão e as telecomunicações corressem em plataformas separadas. No Japão é assim, mas a Europa integrava os dois.

Era o modelo do operador de rede.

Sim, e isso causou um problema seríssimo para o europeu, quando ele colocou o SD e tiveram que trocar depois, perdendo 350 milhões de euros. Havia questões de espectro que nós pesamos também: como abriríamos espaço para a programação, se não temos dinheiro para fomentar essa programação?

Aí apareceu a ideia de criar, no decreto, os canais do Poder Executivo, da Educação, da Cultura e da Cidadania?

Quando nós apresentamos a proposta de criar seis canais, incluindo Saúde e Ciência e Tecnologia além desses, o Ministério das Comunicações apresentou dois. Brigamos e decidimos por quatro, que foram atendidos aos trambolhões.

De quem partiu a ideia dos seis canais?

De um grupo mais aguerrido, que incluía o Ministério da Cultura. Dilma me dava essa liberdade, conversando com ela. Não era a minha posição como assessor que iria imperar, ela decidiria isso

com o Presidente. Mas eu apresentava a proposta como técnico da Casa Civil e tinha essa liberdade. Apresentei, com o MinC, Planejamento e Fazenda, a proposta dos canais públicos. Vencemos. Mas não vencemos a batalha pela multiprogramação.

Qual era a ideia para a multiprogramação?

Esse era um dos itens da espinha dorsal da TV Digital. Havia interatividade, que entrou, porque achavam que isso não seria feito nunca, entrou como perfumaria. Havia outros, como alta definição, portabilidade, mobilidade, que entraram. Mas da multiprogramação a Globo tinha pavor. Recebi um telefonema me mandando parar de falar da multiprogramação e conversei com Dilma sobre isso.

O que exatamente esse grupo de ministérios defendia sobre a multiprogramação?

Defendíamos que cada emissora pudesse explorar o canal para o qual tinha outorga, usando ou não a multiprogramação. Mas que pudessem ser outorgados novos canais já prevendo a multiprogramação.

A radiodifusão comercial foi contra essa ideia?

Foi e isso não foi incluído. Algumas pessoas do governo também foram contra, argumentando que os canais seriam leiloados, que entrariam várias igrejas, entidades políticas, que não haveria controle... ninguém pensou na sociedade múltipla e plural. Foram pragmáticos demais e isso nem entrou.

Depois o senhor participou da exportação do sistema adotado pelo Brasil para outros países.

Essa também foi uma luta interessante. Em 2005, o ministro Celso Amorim celebrou uma série de acordos com o governo argentino e se falou também da TV Digital que estávamos acompanhando. Ali dissemos aos argentinos e uruguaios que nós os informaríamos sobre o desenvolvimento do processo. Na verdade, não fizemos isso. Em maio de 2006, fomos a Argentina e ao Uruguai para dizer que o Brasil adotaria o sistema japonês. Eles ficaram irritados e o Uruguai adotou o europeu. A Argentina ficou em cima do muro, porque sabia a importância econômica do Brasil, mas descartou o japonês. Começou a trabalhar com o americano, que tinha muito poder ali, e com o europeu. Tinham decidido acompanhar o Uruguai na decisão pelo europeu e o embaixador novo dos Estados Unidos pediu a Argentina que não decidisse, porque iriam fazer uma oferta para a adoção do ATSC. Eles pararam, não decidiram e acabou o governo do Nestor Kirchner. Já durante o governo da Cristina, fui com a Cosette Castro, como marido dela, a Argentina. Ela foi dar um curso e disse que eu estava lá. Os argentinos vieram ao hotel para falar comigo, porque queriam discutir. Propus marcar uma reunião do Fórum Brasileiro de TV Digital, os argentinos vieram e começou uma negociação que levou seis meses até que eles adotaram o nosso sistema, porque tinha mudado o governo.

E no restante do continente?

O primeiro país foi o Peru. O presidente Alan Garcia perguntou o que o Brasil daria e nosso embaixador disse que daria a *carretera* para os Andes. E o Lula a fez depois. Aí o presidente peruano disse: “então vamos fazer esse acordo, porque o Rei Juan Carlos me ligou ontem, sabendo que vocês vinham aqui”. Eu tinha um celular que tinha o *one seg*, pedimos para a TV América fazer transmissões com

um transmissor de baixa potência que os japoneses tinham entregado e eles transmitiram na área da Presidência. Entreguei meu celular ao Hélio Costa, que mostrou a recepção da programação, na porta do palácio, para a equipe de reportagem da TV. Saiu na primeira página do jornal: “televisão brasileira passa no celular de graça”.

E depois?

Aí disparou. Chile veio depois, aí Argentina. Fomos ao Equador, que realizou uma seleção duríssima. Fiquei sozinho com o embaixador lá e tive que me virar. Por mais que eu conheça tecnologia, não sou engenheiro. Fizeram perguntas sobre as quais eu tinha ouvido e tinha que responder pelo Brasil. Não foi fácil e eu fiquei meio apavorado. Fomos a Colômbia e não quiseram conversar com a gente. Na Venezuela fomos muito bem tratados e conseguimos avançar. Conseguimos fazer um movimento mais latino-americano e os países começaram a discutir o Ginga. Nosso discurso era: “somos os únicos que temos a possibilidade de usar um projeto interativo, no qual usamos a TV para obter dados e informações digitais. Podemos fazer isso pelo celular, pela televisão”. A equipe que montamos para divulgação era muito boa. E eles se entusiasmaram com essa perspectiva de ter uma televisão diferente com a cara da América Latina, o que o Brasil nunca aproveitou. Depois fomos a Costa Rica, Guatemala... depois aproveitei uma visita a Moçambique, Angola, África do Sul, onde quase ganhamos, mas mudaram o ministro. Quando os europeus perceberam que ganharíamos, mudaram o ministro. Perdemos em cima da hora e tentaram nos tirar da África com jogo sujo, dizendo que o sistema japonês não permitia o uso de 8 MHz. Aí o Gunnar Bedicks, que nos ajudou bastante, apresentou o documento da UIT que mostrava que o sistema permitia usar 6, 7 ou 8 MHz.

Em 2012, o senhor deixou a Casa Civil e foi para a EBC. Antes de chegar, já defendia a adoção do operador de rede para a radiodifusão pública como um todo. Por quê?

Foi no Japão que isso nasceu. A empresa Marubene fez uma reunião conosco, eu tinha chamado o Gadelha e o Roberto. Eles ofereceram fazer a mesma coisa que fizeram no Japão. Lá há cinco grandes *traders* e a Marubene é uma delas. A Marubene ficou encarregada de criar um modelo muito semelhante ao japonês de torres únicas, usando uma tecnologia muito simples, na qual se poderia trabalhar a subida do sinal para o satélite sem acréscimo de grandes valores. De saída, poderia ser usado o modelo de *superstations* e, depois, usar a programação local, como se faz no Japão. Eles estavam ainda na fase de *superstations*, que era a primeira fase, quando a gente conversou. Isso ocorreu em 2008 ou 2009. Essa reunião no Japão nos dava a possibilidade de enxergar o momento em que teríamos que rever algumas questões básicas, como as novas tecnologias. O Japão nunca quis conversar conosco sobre isso. Nós permitimos que eles fizessem um projeto, às custas deles, mas para nós, que foi importante. A carta que fechamos com o Japão foi essa: permitiríamos que eles fizessem o levantamento da TV Pública, no Brasil, às expensas deles, mas esse trabalho é do Brasil. Permitimos que eles pudessem usá-lo, por exemplo, em uma futura licitação. Mas poderíamos passá-lo para outros e usá-los para nós. Outra coisa: eles não podiam usar parte, mas nós, sim. Isso estava na carta e eles toparam. Gastaram US\$ 600 mil ou algo assim e fizeram um dos melhores trabalhos sobre TV Pública. Amadurecemos a conversa com a Dilma, ela estava interessada, ela percebeu a importância, eram 300 e poucas torres no Brasil para TV Pública. Mas chamei a Globo, o SBT e eles tinham interesse em áreas onde não estavam e queriam alugar espaço, fazer o que chamamos de *colocation*. Dilma previu R\$2,8 bilhões na LOA e, aí, ela saiu, foi para

a campanha para Presidente. E, quando ela saiu, ela me disse que não me queria mais na TV Digital, e sim na banda larga. Ela me colocou como suplente da Erenice, que virou ministra, para cuidar dos assuntos. E a primeira coisa que a Erenice fez foi me tirar. O máximo que eu pude fazer foi o Banda Larga nas Escolas, que a gente implantou. Mas a Erenice me tirou do projeto de banda larga e não vou nem entrar em considerações sobre isso.

Por que o projeto de operador de rede não vingou?

Por uma razão só: porque não quiseram fazer a parceria público-privada (PPP). Oficialmente a PPP dependia de um Fundo Garantidor, o governo precisava garantir um valor de 30% para as empresas que iriam investir. E o Brasil não tinha esses recursos no Fundo Garantidor. Tinha que botar o dinheiro lá, tinha que sair de outro lugar. Dilma até topava essa discussão, mas ela saiu e o projeto ficou na mão do Paulo Bernardo, ministro do Planejamento, que, em nome da Erenice, matou o projeto. Participei de uma reunião muito desagradável, na qual o Paulo Bernardo trouxe um técnico que era o especialista em PPP, que começou a colocar uma série de coisas... eu disse: “você está atrapalhando o projeto...” na cara dele e a Erenice disse que eu não podia falar assim. Como não posso, ele pode dizer que está tudo errado? Houve uma celeuma, eu fiquei quieto, depois ela veio falar comigo... eu não falei nada, mas vi que tinha ido para o brejo. Perdemos ali. Mas dizem que o tiro final foi quando a Dilma perguntou, depois dessa confusão toda, à Tereza Cruvinel o que ela achava de a EBC ser o *hub* desse projeto. E ela teria dito que não, que a EBC era pequena... Se o ministro do Planejamento, a nova ministra da Casa Civil, ex-secretária-executiva, e a presidente da EBC não querem, não vou fazer. E aí morreu. Fiquei um ano no gelo na Casa Civil e fui para a EBC, a convite do Nelson Breve e do Eduardo Castro para desenvolver a interatividade e a rede. Mas, na verdade, eles

estavam com um problema na Engenharia do tamanho de um bonde, porque tinham tirado a diretoria, Gontijo tinha saído... então eu tive que assumir a Superintendência de Suporte, mesmo não sendo engenheiro.

Como foi essa experiência?

Apesar de eu conhecer um pouco, falta a competência necessária. Eu me virei, melhoramos as coisas. Eu me lembro da primeira reunião na EBC, não havia padrão de cor e, mais que isso, o que era pior, não entregavam o sinal. Diziam que não era prioridade. “Como assim, não é prioridade? Vocês estão enganados. Desculpe falar assim, mas como você vai a um supermercado e entrega na gôndola um produto todo amassado? Tem que entregar bonitinho, se não ninguém compra. É básico”. Aí, depois de umas duas ou três reuniões, o Nelson, como se fosse uma ideia dele, disse: “vai ser prioridade entregar o sinal”. Ótimo, caiu a ficha. E só foi entregue depois de bastante tempo, porque as pessoas tinham usado o dinheiro disponível para fazer planos mirabolantes administrativos, típicos de visões burocráticas, e se esqueceram talvez de fatos importantes como esse, de desenvolvimento tecnológico, e de conteúdo, que é o principal fato. E tinha gente boa, e tem gente boa na EBC, capaz de fazer. Foi uma falta de aproximação, de ouvir e não mandar de cima para baixo. As reuniões das quais eu participei foram inócuas e não deram certo. Então, sobre o operador de rede, nós tentamos de novo, mas aí... a Evelin Maciel - espertamente e eu bato palmas para ela, porque se estivesse no lugar dela teria feito a mesma coisa – já tinha organizado a Rede Legislativa. Viu a oportunidade, Hélio Costa estava dando bastante canais para o Senado e para a Câmara – a Sueli é que tinha montado isso -, ela aproveitou, foi na Associação Brasileira de Televisões e Rádios Legislativas (Astral) e fez um belo trabalho. Eu fiz uma crítica: “você fez e não podia ter feito uma

coisa fundamental, a gente tinha criado o Canal da Cidadania. Era para a cidade. A Câmara dos Vereadores e a Prefeitura iam bancá-lo juntas, para dar equidistância, para que a sociedade pudesse ver programações do Executivo e do Legislativo em canais separados”. Para que a população pudesse ver, por exemplo, Senado, Câmara, Justiça em canais separados e a mesma coisa no nível local. Mas o projeto da Rede Legislativa era custeado pelas Câmaras Municipais e pelas Assembleias Legislativas⁷¹. Com isso ela tirou a possibilidade de ter a Câmara dos Vereadores no Canal da Cidadania, que passaria a ser bancado apenas pela prefeitura. E as prefeituras não têm dinheiro.

O senhor coordenou o desenvolvimento de um projeto piloto na EBC sobre interatividade. Como ele era?

Apreendi com o mestre Luiz Fernando Soares, que é um cara que criou uma linguagem e explicou para todos nós a importância de ter um produto no qual fosse fácil programar, com uma linguagem declarativa, que não fosse de máquina, e puder ter *templates* nos quais você pudesse colocar os conteúdos que quisesse. Mais que isso, que pudesse transmitir *streaming*, pelo ar, pela televisão. A gente foi desenvolvendo isso. Ele perdeu a batalha no Fórum, em 2008 - o fórum votou para ter só o Ginga Broadband, que interessava aos projetos da Sony, Panasonic, Samsung, LG, que faziam as TVs conectadas. A TV aberta ficou sem nada. Propus um projeto na EBC que nasceu como um projeto de TV Aberta. Nelson Breve previu R\$60 mil para pagar as universidades que fariam conteúdos e aplicativos que fossem para a televisão. A gente tinha que criar, a gente saiu do zero. Porque engenheiro não sabe fazer conteúdo, a gente tinha experiência de trabalhar em televisão e

⁷¹ O modelo da Rede Legislativa será tratado, ainda, em outra entrevista deste livro.

rádio. Então a gente fez conteúdo. Chamei o pessoal do Laboratório de Aplicações de Vídeo Digital da UFPB (Lavid) para ajudar e eles não puderam, porque não tinha dinheiro. Eles trabalham por projeto e todos os projetistas deles estavam em outros projetos, então eu não tinha quem me ajudasse. Corri na Totvs, que se interessou. Eu disse que o código que eles teriam que fazer seria da EBC e eles concordaram. Fizemos o projeto, primeiro em João Pessoa, e eles desenvolveram. O pessoal do Lavid ajudou bastante, junto à Câmara de Vereadores, que tinha o canal a ser usado. Eu consegui a antena da Mectrônica, o empréstimo do transmissor da Harris, sempre na possibilidade de eles venderem evidentemente. Fizemos o projeto com três universidades: a UFPB, a UFSC e a UnB. Foi ao ar e lançamos o projeto com o apoio do Banco Mundial, que fez os questionários, aplicados em 111 casas. O resultado foi excelente. Medimos em um mês e isso foi uma pena, porque, se tivéssemos medido mais, teríamos um resultado mais denso. Então, na questão do emprego, só verificamos uma diferença de 2% de empregos novos. Os questionários mostraram que a maioria das casas usava os aplicativos para melhorar a qualidade de vida, ganhar tempo nas coisas, arranjar emprego... o projeto era incipiente ainda, mas deu bons resultados, todos publicados no relatório do Brasil 4D pelo Banco Mundial. Resolvemos repetir o projeto em Brasília, com mais divulgação. Fizemos o projeto, começou bem, mas o governo do DF estava confuso. Forneceu parte dos recursos, o PNUD entregou outra parte e aí conseguimos terminar o projeto. Avançamos em vários pontos, criamos o *template* único, que o pessoal de Santa Catarina fez; a criptografia, com o Banco do Brasil, para fazer a autenticação bancária; vimos a possibilidade de maior capacidade para armazenar dados e vídeos; verificamos que era diferente fazer *storage* e *streaming*, porque o carrossel não permitia fazer *storage*. Seria necessário aumentar a capacidade da caixinha para garantir um vídeo em alta definição, se não seria entregue um vídeo de qualidade ruim e o pessoal diria

“novamente a TV Pública entregando um projeto vagabundo...”
Então nosso projeto era em alta definição. Usamos *dongo*, tinha canal de retorno, era possível atualizar o *firmware*... Hoje já se avançou mais.

A efetivação da interatividade, em toda sua potencialidade, depende do que se definirá sobre o modelo de conversor a ser fornecido para a população de baixa renda no processo de desligamento da TV Digital.

Já se decidiu... as emissoras comerciais fizeram o possível para derrubar isso, mas o TCU exigiu que eles fizessem. Minha aliança com o Guido Lemos deu certo, porque nós avançamos. O Ministério da Cultura também avançou e colocou, no seu orçamento, um gasto para isso. E tem que apresentar o resultado, que só pode ser apresentado se houver a transmissão. Aí o TCU cobrou, lembrou que essa decisão estava no edital obrigatório e as emissoras não tiveram como escapar. E o Kassab também cobrou essa decisão. Foi uma pressão oficial, legal, que poderia gerar improbidade administrativa. O pessoal da TV Câmara foi muito efetivo. A questão de Libras foi resultado da atuação do Roberto, da TV Câmara. Na EBC não usávamos Libras por um Avatar, e sim com um ator. Por dois motivos: primeiro, para dar emprego para ator, que a TV comercial não quer fazer, não quer gastar dinheiro com ator; segundo, o deficiente prefere ver o sotaque do ator do que o Avatar, que não tem sotaque. As pessoas pensaram só em engenharia, mas não pensaram no lado humano da coisa. Mesmo assim, eu apoiei, porque acho importante ter um dicionário. A tecnologia está avançando e pode ser que gere sotaque no futuro, mas até hoje não definiram a questão da Libras. A interatividade é algo que ainda está para ser definida.

E qual é a situação atual?

Não pense você que o mundo parou com esse tema. A Intel, que é a maior empresa de semicondutores e maior de inovação, nos procurou há dois anos no Congresso da NAB. O diretor dela, que era indiano, demonstrou interesse no projeto de interatividade. Nunca tinha ouvido falar que a Intel tinha interesse em radiodifusão, porque ela sempre foi claramente voltada para banda larga e IP. Ele disse que fizeram um trabalho com o Bird e com a comunidade europeia em países da África, como Zâmbia, Quênia, Tanzânia, Uganda... eram oito países, gastaram muito dinheiro com conteúdo, em quatro línguas, deram *tablets*, *smartphones* e fizeram a distribuição desses conteúdos nesses países há cinco anos. O resultado foi píffio, porque não havia conexão. E, quando havia, o público não tinha dinheiro para contratar e fazer o download dos conteúdos. O único jeito seria utilizar a comunicação de massa, por isso o projeto interessou. Isso eu sempre disse: uma coisa é trabalhar com o público que tem recursos e, neste caso, banda larga é imbatível; mas por que não usar uma outra plataforma, que já está instalada e é digital, e não vai se comparar à Internet, mas pode promover a inclusão social e a inclusão digital? É uma questão de não ser monotemático, até porque os defeitos da Internet também são muito grandes – falta de privacidade é o maior deles. A TV não tem isso. Então foi essa a luta que tivemos: segundo a ONU, mais de 4 bilhões de pessoas no mundo não tinham banda larga – pode ser que este número já tenha mudado um pouco -, sendo que 1 bilhão não tem nem luz. Essa é a realidade do mundo.

Arlindo Fábio⁷²

Quando o senhor começou a trabalhar na Fiocruz?

Assim que me formei em Sociologia na PUC-Rio em 1966. No ano seguinte, eu dava aula na PUC-Rio. Em plena ditadura, um sociólogo tinha muito pouco espaço para atuar. Um deles era formar novos sociólogos, que também teriam pouco espaço. Manuel Diégues Júnior, um antropólogo que chamávamos de “Pai do Cangaço”, me disse que estavam precisando de um sociólogo na Escola Nacional de Saúde Pública. Eu estava dando aula e já queria casar. Achei o endereço - Rua Leopoldo Bulhões, 1480 -, liguei e me disseram: “você pega, no Passeio Público, o ônibus 370 e vem”. Saí de casa, peguei um ônibus, desci no Passeio, peguei o outro, fiz uma entrevista. Fui contratado no dia 1º de julho de 1967 e me casei no dia 29 de julho. Já podia dar um mínimo de estabilidade para a família. Não sabia o que era saúde pública, mas fui. Comemorarei 50 anos de Fiocruz.

Como surgiu a ideia de um canal de TV da Fiocruz?

O Canal Saúde, na Fiocruz, causa um pouco de espanto: o que ele tem a ver com a instituição? Isso faz parte de um processo de democratização, que vem da Reforma Sanitária Brasileira e de

⁷² Sociólogo e funcionário da Fiocruz por mais de 50 anos, tendo ocupado diversos cargos, dentre os quais o de vice-presidente da fundação e diretor da Escola Nacional de Saúde Pública. Ajudou a criar e coordenou o Canal Saúde. Entrevista realizada em 1º de novembro de 2016.

cursos descentralizados de saúde pública em todo o país. Era uma forma de se debater e discutir as questões da saúde. Começamos, em 1975, com esse programa em Belém e em Porto Alegre, no ano seguinte fomos para Recife, Salvador... Hoje há uma rede de escolas de saúde pública no país, cuja origem está nesses cursos descentralizados. A ideia era: é importante ter um pensamento aberto e crítico sobre o sistema de saúde do país naquele período dos anos 1970 e nos seguintes. Ali começa a se organizar o que chamamos depois, para o nosso consolo, de “Partido Sanitário”. E ali foi o embrião das discussões do que se conhece como a Reforma Sanitária Brasileira. Entre as coisas que tínhamos particular atenção estava a comunicação. Foi criado, nesse período, o Centro de Estudos em Saúde (Cebes) e, depois, a Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva (Abrasco), como instâncias de vocalização. O Canal Saúde chega dentro de uma instituição que tem uma participação ativa no processo da Reforma Sanitária Brasileira. Participa muito das conferências de Saúde e coordena a 8ª Conferência, em 1986, que é emblemática na área da Saúde. Constitui uma comissão de reforma sanitária que discute e trabalha, junto à Assembleia Nacional Constituinte, para que se alcançasse o texto que temos hoje na Constituição Federal. Publica um jornal da reforma sanitária, que acompanha, debate e leva para o país inteiro a discussão sobre saúde e a proposta para a Assembleia Nacional Constituinte. E assim sucessivamente. Quando esse grupo chega à presidência da Fiocruz, quando Arouca assume a presidência e eu assumo uma das vice-presidências, imediatamente essa questão volta.

Quando isso ocorreu?

Em 1985. Quando esse grupo, proveniente da Escola Nacional de Saúde Pública, chega à presidência da fundação, essa dimensão da comunicação estava muito impregnada em todos nós. E trazemos

essa experiência para a presidência, com a criação de uma Coordenação de Comunicação Social. Aí temos a ideia de que precisamos, por um lado, chegar ao maior número de pessoas e, pelo outro, de que temos que usar os mecanismos disponíveis na tecnologia. Em 1985, a Fiocruz tinha duas publicações: a Revista do Instituto Oswaldo Cruz, com mais de 30 anos, e a Revista de Saúde Pública, da Escola Nacional de Saúde Pública, criada em 1984. Era diretor da escola, nesta época, quando criamos a revista. A primeira já estava indexada e a segunda, depois de alguns anos, passou a ser indexada. Hoje as unidades da fundação têm suas publicações e temos, pelo menos, cinco revistas indexadas dentro da Fiocruz. Até 1990, o que prevalece é a prática do corpo-a-corpo, a gente se envolve em campanhas eleitorais, Arouca foi candidato a vice-presidente da República. Depois vem o governo Collor, que nos dá uma rasteira no processo de escolha do novo presidente. Ficamos durante dois anos, de 1990 a 1992, praticamente parados e, no fim de 1992, se retoma na Fundação essa perspectiva do grupo da Reforma Sanitária com a chegada do Itamar. Nesse momento, discute-se um *aggiornamento*, colocarmos em dia o que existia em termos de tecnologia.

Como nasceu o Canal Saúde?

Em 1994, de uma parceria com a Embratel, no âmbito do Comitê das Entidades Públicas contra a Miséria e Contra a Fome (Coep), organizada pelo Betinho. Já tínhamos a ideia de avançar, mas sabíamos que era muito complicado e muito cara a produção televisiva. No Coep houve um feliz encontro entre a Embratel, então estatal, e a Fiocruz. Falava-se que a Embratel tinha o meio e nós tínhamos o conteúdo. Que conteúdo era esse? Nessa preocupação de um *aggiornamento* das tecnologias, a Fiocruz já patrocinava um festival de vídeos na área da saúde. Com isso, tínhamos um repositório de produções audiovisuais. Foi com ele

que se deu o encontro com a Embratel, que deu o canal. Como isso era feito? Nós produzíamos uma fita, que era entregue na Embratel, e ela distribuía isso uma vez por semana.

A distribuição desse conteúdo era feita via satélite?

Isso. Foi feito um contrato entre Embratel e Fiocruz e, por ele, a Embratel dava 99% de desconto sobre a tabela corrente e o 1% restante era uma permuta pela inserção de um cartaz da Embratel no programa antes do seu início. Foi assim que nós fizemos o primeiro contrato. Depois o programa passou a ser distribuído uma vez por dia. Colocávamos no ar o acervo que tínhamos acumulado nos anos anteriores. Eram dois apresentadores: o Paulo Buss, que era o vice-presidente da Fiocruz e depois passou a ser presidente, e eu. Fazíamos isso com pouco dinheiro que pagávamos para o pessoal que trabalhava com o Zelito Viana. Filmávamos na garagem dele, estendíamos a tenda, era o que a gente tinha e podia fazer naquele momento. Era muito engraçado, porque o Zelito tinha um cachorro. Cada vez que o Zelito batia palma e gritava “gravando!”, o cachorro começava a uivar do lado de fora – “corta!”. Nas primeiras produções do Canal Saúde houve um embate permanente com o cachorro.

Qual era o seu papel no canal nesta época?

Paulo era vice-presidente da Fiocruz e o canal era feito por nós dois. Aí começaram a aparecer algumas possibilidades. Sondamos qual seria o interesse da TVE do Rio de Janeiro de veicular esse programa uma vez por semana. Encontramos uma receptividade grande. Mais que isso, começamos a produzir um programa semanal nos estúdios da TVE. Quem nos dirigia era o Walter Avancini, o câmara era o Dib Lutfi, o câmara mais importante do

Cinema Novo, o “câmera na mão”. Eles já estavam um pouco cansados, mas tiravam aquilo de letra. Era um programa de entrevistas e o primeiro foi com o Adib Jatene, que, na época, era ministro. Depois continuamos a produzir na TV Educativa.

Durante quanto tempo durou esse modelo?

O canal foi ao ar, pela primeira vez, pela Embratel, no dia 12 de dezembro de 1994. De 1995 ao início de 1997 mantivemos essa relação com a TVE.

O que aconteceu em 1997?

Aumenta a nossa possibilidade interna de recursos financeiros na Fiocruz. Até então, éramos eu, Naldo Dias Alves, que continua até hoje, e Renato Farias, nosso apresentador. Depois vem Marcia Correia e Castro. Era um grupo muito limitado, de cinco ou seis pessoas, para fazer tudo. Eu era apresentador desse programa. Fomos incorporando, começando a levantar voo na direção de outros programas e melhorar a programação. Tínhamos a veiculação deste programa na TVE do Rio de Janeiro e na Embratel. Ampliamos a nossa grade na Embratel para uma hora por semana e, depois, para duas horas por semana. Claro, com muitas reprises dos programas que tínhamos e do acervo anterior que deu origem ao Canal Saúde.

Em 1998 ocorreu a privatização da Embratel. O modelo continuou o mesmo?

Não. Quando acontece a privatização, pensamos: vamos fazer o quê? A TVE tinha espaço para um programa, que foi mantido até 2000 possivelmente. Com a privatização, a Embratel passou a

cobrar. O que foi ainda favorável para nós foi que pudemos manter aquelas horas diárias dentro da grade da empresa agora privada Embratel, com a qual fizemos um contrato. Passamos, então, a pagar. Tínhamos que ter recursos para a produção, além de aumentá-la, e pagar a veiculação via Embratel. Foi um período de muita negociação, o interesse comercial era muito forte inclusive no canal que ocupávamos no satélite da Embratel. Conseguimos manter isso. Encontramos algumas pessoas dentro da Embratel com sensibilidade para o social. Entenderam a relevância do canal para a área da saúde, por mais limitado que fosse o alcance da transmissão para a antena parabólica. Aí começamos uma política de melhoria da qualidade. Pensamos: não dá mais para contar com a exclusividade do Canal Saúde na discussão das políticas públicas de saúde. Não é por que ele era o único que existia que qualquer um o engoliria.

Nesta época ganhavam força outros canais por assinatura que abordavam o tema da saúde, como o Canal Futura.

Isso. Fizemos um trabalho grande. Trouxemos pessoal da TV Escola e do Futura para discutir conosco não apenas a estrutura gerencial do Canal Saúde, mas particularmente a estrutura de produção com pouco dinheiro. Não podíamos ter departamento disso ou daquilo para dar conta das várias áreas. Mas, do ponto de vista da produção e da promoção, o que podíamos fazer para tornar o canal cada vez mais presente?

Desde aquela época o conteúdo do canal era aberto? Qualquer um poderia acessá-lo e utilizá-lo?

Era e é assim até hoje. Esse é o segundo passo. Além da melhoria da qualidade, sabíamos que tínhamos que ampliar o espectro da

veiculação. A maneira de fazer isso seria através da rede de emissoras educativas, culturais e universitárias. Saímos em busca disso, tanto que hoje temos uma rede de mais de doze emissoras que retransmitem a nossa programação. E já identificamos uma, no interior de São Paulo, que faz pirataria com a nossa programação. Para nós tudo bem, desde que não a explore comercialmente. Pode veicular do jeito que quiser. Criamos um slogan: “use e abuse do Canal Saúde”. Você quer a programação do Canal Saúde? Leve-a! A TV Minas Saúde, por exemplo, usa toda a nossa programação. E, ao mesmo tempo, começamos a captar, dessas outras emissoras, programas que tinham a ver com a base da nossa concepção de saúde, a forma como nós entendemos saúde, que é o que está na Constituição: não só a ausência de doença, como também o bem-estar físico, psíquico, através de políticas públicas. É isso que sempre procuramos trazer e discutir dentro do canal. Tivemos um momento de muita ênfase na melhoria da qualidade, até para poder oferecer o nosso produto, para outras emissoras que tivessem interesse. Não queríamos uma programação chumbrega e esmaecida, com má qualidade de captação, porque não nos permitiria aumentar essa veiculação. Então essa foi uma segunda política, a primeira foi de ampliar as parcerias: procuramos as emissoras, mantivemos o programa na TVE enquanto foi possível e a transmissão pela Embratel. Durante vários anos, até o fim de 1999, a Rede Amazônia de Televisão passava o nosso programa, pelo menos duas vezes por semana. Achavam-no relevante.

Quando o canal passa a ter uma grade e ser distribuído na TV por Assinatura?

Em 10 de dezembro de 2010, que é um marco nosso. Até então, melhoramos o conteúdo, tivemos presença massiva nos eventos da área de saúde. Estivemos em reuniões dos secretários municipais de saúde, no 3º Congresso da Abrasco, reuniões dos secretários

estaduais, transmitimos todas as conferências nacionais de Saúde. Ou seja, sempre participamos ativamente da área da saúde. Outra linha nossa foi o fortalecimento do Canal Saúde para dentro da Fundação Oswaldo Cruz, já que, para muitos, ele era um corpo estranho. Tivemos que melhorar a qualidade, aumentar a produção, buscar parcerias, fortalecer a nossa relação interna e a relação externa junto à área da Saúde. Assim fomos envolvendo e trabalhando. Isso vai crescendo, passamos a ter um número maior de horas de veiculação e, a partir de 1998, contratamos um canal de 24 horas na Embratel, mas evidentemente não utilizávamos todas. Fomos ganhando força na Fiocruz, junto ao Ministério da Saúde, ampliamos a produção e preenchemos nossa grade. Já nos anos 2000, a Oi demanda à Anatel a outorga para poder criar a Oi TV. Os mesmos moldes que tinham sido estabelecidos para a área da educação passaram a valer para a área da saúde. A Anatel decide autorizar a outorga, mas, ao mesmo tempo, a Oi teria o compromisso de colocar, em cada município brasileiro, um equipamento de recepção: uma antena parabólica, um receptor e um aparelho de TV. Foi esse o acerto. Chega ao Ministério da Saúde a comunicação da Anatel de que haveria um canal destinado à saúde.

Quem conduziu essa negociação na Anatel?

Plínio Aguiar levantou essa questão no conselho diretor da Anatel. Da mesma forma que foi feito no campo da educação, por que não fazer para a saúde? E assim foi feito.

O canal já tinha uma grade fixa?

Sim, tinha seis a sete horas diárias.

Esse sinal era gerado pela Embratel e podia ser assistido por telespectadores, via parabólica, ou podia ser baixado por emissoras interessadas em retransmitir os programas.

Isso. Fazíamos convênios, mas, antes da existência deles, já entregávamos os programas. Mandamos programas em DVDs para as emissoras, depois mandamos HDs externos. Ou seja, processos bastante incipientes. Depois eles começaram a pegá-lo, também, da Oi, que distribuía o sinal que vinha da Embratel. Isso foi dito ao Ministério da Saúde. O gabinete recebeu o ofício e perguntou se havia alguém interessado. O documento passou por várias secretarias, que não o queriam. Até que chegou à secretaria onde estava o Antônio Alves, que era o secretário de Gestão Estratégica e Participativa, que tinha uma articulação mais intensa com os movimentos sociais. Ela havia sido criada, inclusive, pelo Arouca. Quando chegou lá, ele decidiu pensar nessa história. Como já tínhamos uma articulação com algumas secretarias e com o Antônio Alves, ele me chamou e disse: “olha, eis aqui a história toda. O que vamos fazer?” E eu: “o canal já existe. Vamos institucionalizar”. E passamos, então, a participar do debate com a Oi para a implantação desse sistema de distribuição pelo país afora. Isso, na verdade, não prosperou por várias razões. Uma fundamental é: esses equipamentos tinham que ser colocados nos conselhos municipais de saúde, o que era ótimo. Mas, nos municípios pequenos, esses conselhos não têm sede. Eles trabalham numa sala da secretaria municipal ou numa mesa, às vezes, em um setor. Mas o ministério foi muito exigente em relação a isso. De todos os municípios, não chegamos a saber que havia dado certo em mais de 1.500. Era um compromisso que a Oi tinha, mas que foi se perdendo com a burocracia.

O equipamento era a antena de recepção?

A antena e um aparelho de televisão.

Onde eles seriam instalados?

Nos conselhos municipais de saúde.

E esse canal teria que estar disponível para os assinantes da Oi?

Não, não havia obrigatoriedade disso. A Oi disponibilizaria o canal para todos os pontos onde ela instalasse os kits e, junto com esses, outros canais públicos. E, além disso, pontos da área da saúde que gostariam de ter o canal. Por exemplo, um hospital que tivesse antena de recepção poderia solicitar à Oi que ela disponibilizasse o canal. Mas não havia obrigatoriedade de a Oi carregar o Canal Saúde nos seus pacotes. Então, em dezembro de 2010, o ministro da Saúde era o José Temporão. Quando a demanda da Anatel chega ao ministério e fica no ar, nós começamos a trabalhar. Conversamos com o ministro e dissemos: “olha, está na hora de começar a formalizar. Existe o Canal Saúde, da Fiocruz, que tem que ser oficializado”. E assim foi feito. Naquele dia foi feito o lançamento do Canal Saúde propriamente dito, com uma grade de 10 horas diárias, funcionando regularmente de segunda a sexta-feira e, depois, avançando no fim de semana. Atualmente a grade do canal vai das 8h da manhã à meia-noite.

A Fiocruz também estabeleceu parceria com outras prestadoras de TV por Assinatura ou ficou restrita à Oi?

Buscamos essas parcerias principalmente quando lançaram o satélite da Banda Ku. Teoricamente deveria haver uma liberação de espaço no satélite C2 para a nossa programação. Mais que isso, havia a ideia de levar o canal para a Banda Ku com o restante da

programação da Embratel. Isso não funcionou. Buscamos outras formas de poder avançar, porque tínhamos 10 horas de programas, de segunda a domingo. Tentamos outras alternativas. Havia a ideia de TV Escola, Canal Saúde e Canal Cultura se unirem para ganhar força e fôlego para ampliar as programações. Disponibilizamos toda a nossa programação à TV Escola, que a utilizou diretamente ou em referências a programas específicos. A programação do Canal Saúde, que hoje também está toda online, ficou nas chamadas da TV Escola. Quando nós estávamos para afinar isso, o Haddad era o ministro da Educação. Aí ocorreram mudanças nos ministérios e, por muito pouco, não conseguimos estabelecer o acordo entre as três áreas. Mesmo assim, não abandonamos essa intenção até que chegamos àquilo que, para nós, é um novo grande marco, o projeto dos canais digitais do Poder Executivo, a partir de uma demanda do Ministério das Comunicações. Nós tínhamos demandado, em uma reunião no Ministério das Comunicações, em 2014, um projeto para levar o Canal Saúde para a TV Digital. Pareceu-nos, pela reação do pessoal com quem conversamos no Ministério, que, em um período pré-eleitoral, isso poderia ser muito difícil e poderia ser identificado como mais uma manobra do governo. Não conseguimos avançar. Em 2015, o Ministério das Comunicações amadureceu o projeto dos canais do Poder Executivo. Você, de uma maneira muito particular, e a equipe do Ministério nos incorporaram ao debate. Não éramos um canal de direito, mas éramos de fato. Esse foi um marco importante para nós do Canal Saúde – o reconhecimento da legitimidade não só de um canal para a área da saúde, como de que o Canal Saúde integrava os canais do Poder Executivo. O Ministério das Comunicações entendeu a relevância e foi destacado, de forma positiva, que tínhamos uma grade estabelecida e que estávamos *pari passu* com a TV Escola, com a TV Brasil. O Ministério da Cultura também se sentava à mesa, chamado pelo Ministério das Comunicações, apesar de não existir, ainda, esse canal. Esse, então, foi, também,

um novo marco para nós: em 1994 o canal foi criado; em 1995 passou a trabalhar com a TVE do Rio de Janeiro; em 2010 a Anatel reconhece o espaço para um canal da saúde e o Ministério da Saúde reconhece o Canal Saúde como esse canal; e, depois, é um marco quando somos chamados para fazer parte do projeto dos canais do Poder Executivo.

Esse projeto começa em maio de 2015 e, até fevereiro de 2016, o Canal Saúde, a TV Escola e a NBr passam a ser veiculados, como faixas de multiprogramação, nos canais da TV Brasil em Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo. Em menos de um ano, o Canal Saúde chegou aos maiores municípios do país.

Isso. O Ministério das Comunicações solicitou que o Ministério da Saúde indicasse um representante e a Presidência da Fiocruz me indicou, como superintendente do canal, para representa-la neste projeto. Então o ministério reconheceu essa representação como sua, além de ser da Fiocruz. Fui a Brasília para apresentar ao então ministro da Saúde, Arthur Chioro, o resultado da negociação e não foi colocado nenhum óbice pelo Ministério.

No dia 1º de setembro de 2015 foi assinado o acordo de cooperação envolvendo todos os órgãos participantes do projeto e incluindo, também, a Fiocruz.

Sim. E, neste acordo, há algo interessante. Normalmente se confunde a Fiocruz como parte do Ministério da Saúde. Do ponto de vista formal, legal, ela não é parte. Ela é uma fundação de direito público, mas, para não ficar no ar, ela é vinculada a um órgão do governo federal, que é o Ministério da Saúde. Além do ministro, assina o acordo de cooperação o Presidente da Fiocruz. Isso reforça não apenas o reconhecimento da Fiocruz, como também seu

reconhecimento como interlocutora parceira desse projeto. Depois do lançamento dos canais nos três municípios, ficamos na expectativa de poder avançar, ainda em 2016, para Belo Horizonte e Porto Alegre, o que foi frustrado. Pela informação que tivemos, na discussão da Casa Civil, à qual a EBC passou a se vincular com a mudança de governo em 2016, isso ficou de ser estudado em um momento posterior⁷³. Por maiores que tenham sido as dificuldades, não houve qualquer questionamento à legitimidade do Canal Saúde. Mesmo quando conversamos com a Casa Civil, depois da mudança de governo, esse reconhecimento continuou. Internamente hoje, na Fiocruz, o canal tem sua legitimidade muito fortalecida. Mais que isso: a Fiocruz realiza, a cada 4 anos ou quando necessário, um congresso interno, que é a reunião dos delegados de todas as suas 17 áreas e centros regionais. Há um reconhecimento palpável do Canal Saúde e da importância da área da comunicação, não há mais discussão sobre isso. Na própria elaboração de projetos da Fiocruz, a área de comunicação e, com frequência, o Canal Saúde são inseridos. O canal é demandado internamente por projetos e programas da Fiocruz. No último encontro de pajés ocorrido em Brasília, por exemplo, eu estava presente para apresentar aos pajés a possibilidade de programas, em línguas indígenas, que poderíamos traduzir com *closed caption* para o português. Essa foi até uma reunião na qual ficamos, durante pelo menos umas 6 horas, reféns dos pajés, com bordunas nas mãos, porque as questões políticas já começavam a se complicar.

⁷³ A expansão não ocorreu, pelo menos, até o fim de 2018.

Evelin Maciel⁷⁴

Como foi sua chegada à TV Câmara?

Por concurso público. Eu me graduei em Jornalismo em 1993 e, no ano seguinte, entrei no mestrado. Fui estudar políticas de comunicação na ciência política. O professor Venício Lima estava lá e eu tinha sido assistente de pesquisa dele na graduação. Nesse período comecei a formar minha família. Entrei no mestrado, a Nina era bebê e tive o Luca no fim do curso. Quando terminei o mestrado, fui trabalhar na Abert. Fiquei dois anos e fazia a revista da Abert. Lá tive a oportunidade de cobrir o lançamento da TV Digital nos Estados Unidos. Era ótimo. Todas as pautas que eu propunha emplacavam. Fui ao encontro da NAB e voltei com muitos documentos sobre o padrão. Lá na Abert eu me interessei por esse mundo de tecnologia. Eu tinha acesso aos engenheiros e fui me aprofundando nas questões relativas à TV Digital em 1998, querendo saber o que era multiprogramação, quem poderia fazer, o que eles achavam daquilo. O engenheiro da Abert era o Ronald Barbosa, mas eu tinha acesso aos engenheiros de todas as emissoras. Aí surgiu o concurso e eu resolvi fazer contra a vontade dos meus chefes na Abert. Eles diziam: “você vai se enterrar, você é uma pessoa que tem uma carreira pela frente...” E eu dizia que

⁷⁴ Servidora da Câmara dos Deputados. Na TV Câmara, apresenta o programa Câmara Ligada. Desempenhou diversas atividades na montagem de uma rede legislativa de TV e rádio, da qual faz parte o Poder Legislativo nos três níveis. Entrevista realizada em 31 de janeiro de 2018.

não, que eu queria trabalhar com políticas de comunicação e com TV e essa era uma oportunidade.

Quando isso ocorreu?

De 1998 para 1999. No mestrado, o tema da minha pesquisa tinha sido o processo de negociação da Lei do Cabo. Então eu já sabia da oportunidade dos novos canais que estavam surgindo. Na prova do concurso, caíram várias questões sobre políticas públicas de comunicação e a quebra do monopólio no setor de telecomunicações. Fiz o concurso, comecei a trabalhar como repórter, participava de um programa chamado Link sobre políticas de comunicação.

Naquela época a TV Câmara era distribuída apenas pelas operadoras de TV a Cabo?

As operadoras de TV por Assinatura via satélite também a distribuíam desde o início. Logo que cheguei aqui fiz o programa de políticas de comunicação, além de reportagens em geral. Em 2006, o Centro de Altos Estudos da Câmara dos Deputados organizou um seminário sobre TV Digital. O organizador, Paulo Mota, veio a TV. Eu era chefe de reportagem e ele queria saber em quais programas poderíamos pautar o tema da TV Digital. Eu disse: “eu tenho tanta coisa sobre esse assunto na minha cabeça...” E ele: “escreve um artigo que eu o levo para o Presidente”. Escrevi. Era tão ingênuo... Eu propunha que a gente pegasse o canal da Radiobrás e o dividisse em quatro. Paulo marcou uma reunião com os consultores legislativos para apresentar a ideia.

Até então não havia qualquer planejamento de migrar a TV Câmara para o sinal aberto?

Não. Chegamos a contratar um estudo uma vez. Carlos Zanatta, que participou da negociação da Lei do Cabo e me indicou para trabalhar na Abert, chegou a estudar a expansão da TV Câmara com sinal analógico e o projeto custava cerca de R\$1 bilhão. Aí o projeto foi abortado e ficamos esperando. Nesse seminário, Claudio Nazareno, consultor legislativo, disse: “se você quiser um estudo sobre TV Digital, vou levar alguns meses; se você quiser um projeto de lei, posso fazê-lo em uma semana”. Dali a duas semanas seria o seminário. Nessas duas semanas, conseguimos apresentar um projeto de lei, assinado por todos os membros desse conselho de Altos Estudos, e realizar um teste de transmissão de TV Digital, aqui dentro da Câmara, com multiprogramação. Foi uma confusão. Conseguimos a autorização de serviço experimental. Quando perceberam o que a gente estava fazendo, cassaram a autorização. A deputada federal Jandira Feghali denunciou a situação... enfim, fizemos o teste. Assim foi a nossa entrada no mundo da TV Digital.

O que previa o projeto de lei?

Previam um operador de rede, multiprogramação e a possibilidade de se associar para fazer. Tudo isso em 2006, pouco antes do decreto. O projeto de lei foi aprovado na Câmara dos Deputados e foi enviado para o Senado.

Como a TV Câmara decidiu migrar para o sinal aberto?

Fizemos um projeto. Sueli Navarro era diretora da TV e se convenceu que era uma janela de oportunidade. Fizemos um estudo muito importante, de autoria do nosso engenheiro, Luiz Flavio Menezes, que apontou o que seria custeio, investimento em

todas as capitais e cidades com mais de 200 mil habitantes. Tínhamos um valor, também perto de R\$1 bilhão, mas que servia de referência na discussão do operador de rede, porque sabíamos quanto custaria ir sozinho. Tínhamos um teto para conversar. Então depois, quando foi feita a proposta de PPP com um valor de cerca de R\$2 bilhões, sabíamos que não deveria custar tudo isso.

Essa foi uma proposta da EBC em 2009, 2010.

Isso. Mas já tínhamos uma referência.

Vocês não chegaram a pensar em começar a operar como uma rede de TV analógica?

Nunca, por causa do custo. A ideia, naquele momento, era entrar em parceria com Radiobrás, TV Justiça e TV Senado. Assinamos um acordo de cooperação para discutir isso. O presidente da Radiobrás ainda era o Eugenio Bucci. Iniciamos conversas com os entes federais. Esse estudo que tínhamos feito foi levado para a Mesa Diretora da Câmara. Numa reunião da Mesa aconteceu algo interessante: os valores eram muito altos, mas o deputado federal Inocêncio Oliveira falou: “vamos aprovar esse projeto para as capitais, porque, no interior, as câmaras de vereadores vão querer pagar. E vamos ver o que acontece”. Eu fiquei estarelecida, porque nunca tinha lidado com as câmaras, achava que não tinham dinheiro, nem capacidade para fazer isso. Mas pensei: “ele conhece as câmaras”. E ele – um político conservador, já mais velho – estava certo. Por muitas vezes, anos depois, eu falava isso para ele e agradecia. Então a primeira proposta de fazer parceria com câmaras municipais foi dele.

Quando foi autorizada a primeira consignação para a TV Câmara?

Foi em São Paulo e foi muito difícil. Arlindo Chinaglia era o presidente da Câmara e tinha todo interesse nisso. A consignação não saía, até que ele conversou com o Presidente Lula em um churrasco. Disse que a Câmara não aprovaria a criação da EBC, porque a consignação da TV Câmara não saía. Naquela época, Hélio Costa era ministro das Comunicações. Depois da consignação de São Paulo, tínhamos pedido as de Belo Horizonte, Porto Alegre e uma terceira. E o presidente da Assembleia Legislativa, em Minas Gerais, era adversário político e o ministro queria se candidatar ao governo do estado. O ministério dizia que não tinha previsão legal, que era necessário um projeto de lei. Quando o projeto de lei chegou ao Senado, o suplente dele arquivou-o por vício de inconstitucionalidade, porque caberia ao Executivo legislar sobre esse assunto. Então um falava em projeto de lei, o outro falava que o Executivo deveria tomar a iniciativa. A primeira consignação foi autorizada em 2007. Mais de um ano antes disso, eu já tinha ficado chocada, porque constavam do decreto de TV Digital quatro canais públicos, mas a TV Câmara não estava lá. Fomos atrás de todos que tinham participado daquela negociação e ouvimos: “não podemos interferir, vocês são outro Poder”. No lançamento da TV Digital em São Paulo, em dezembro de 2007, já tínhamos o canal ou estávamos quase conseguindo, e queríamos achar o Gunnar para ele nos ajudar a colocar no ar o canal em São Paulo. Ele estava sentado ao nosso lado e não sabíamos quem era. Aí nos apresentamos, explicamos para ele e dissemos que queríamos colocar o canal no ar imediatamente, porque estávamos atrasados em relação às emissoras comerciais. Conseguimos um transmissor e diversos outros equipamentos emprestados de diferentes parceiros e colocamos o canal no ar experimentalmente.

Quando?

Em 20 de outubro de 2008. Gunnar coordenou esse processo. A Assembleia Legislativa entendeu a situação rapidamente e já nos forneceu uma lista de 60 cidades no interior para onde poderíamos pedir canal. Não tínhamos ainda nenhum acordo com o Senado, mas a assembleia decidiu colocar a TV Senado no ar também. Ligamos os dois sinais juntos. Aí, a TV Cultura, vendo que faríamos multiprogramação, também ligou um transmissor e começou a fazer multiprogramação.

Até aí não havia nenhuma regulamentação da multiprogramação.

Nenhuma.

A primeira portaria que tratou do assunto é de 2011?

Começamos as tratativas aqui em Brasília. O secretário de telecomunicações do Ministério era o Roberto Pinto Martins e aí começamos a negociar a regulamentação. Conseguimos a primeira portaria, que dizia que podíamos fazer multiprogramação, mas não dizia com quem. Sueli ficava muito incomodada e dizia: “uma coisa é fazer multiprogramação com 4 faixas próprias, outra é ceder faixas. Isso não está certo. Precisamos de outra portaria”. Aí veio a segunda portaria, depois de várias reuniões. Mas saiu que o consignatário deveria operar duas faixas. Fomos ao Ministério: “quem vocês querem que a gente tire do ar? O Senado, a Assembleia ou a Câmara Municipal? Estamos no ar”. Aí a portaria foi corrigida e o consignatário só precisaria ter uma faixa.

Essas 4 faixas já estavam no ar em São Paulo?

Acho que a Câmara ainda nem estava. Demoramos algum tempo para permitir que a Câmara dos Vereadores entrasse, porque não

sabíamos o que aconteceria no plano político. Por exemplo, em São Paulo, a emissora chega a 40 cidades. Tínhamos medo do impacto político, de uma câmara se sentir atropelada pela outra que está entrando na sua cidade.

Como a TV Câmara contornou essa situação?

Colocamos uma cláusula no acordo que diz que, caso o sinal invada a outra cidade, a câmara municipal tem obrigação de veicular conteúdo da câmara da outra cidade, de preferência as suas sessões. Quem procurou a Câmara Municipal de São Paulo? Ninguém, mas o projeto estava amadurecido nesse sentido. E havia as discussões sobre operador de rede. A consultoria legislativa já tinha entendido o tema e incluiu a previsão de um operador para as emissoras públicas no projeto de lei. Começaram as discussões de rede na Casa Civil, participamos de toda a discussão, dos estudos... Na Câmara dos Deputados, tínhamos muita certeza do que estávamos fazendo. Na hora de formatar o projeto, submeti a ideia a várias pessoas além dos consultores legislativos, porque eu tinha contato com os engenheiros das emissoras comerciais. Alguns engenheiros me deram a segurança de que estava tudo certo e inclusive foram contratados por câmaras municipais no interior de São Paulo. Houve um momento nessa negociação que a Diretoria Geral da Câmara dos Deputados aprovou um pagamento de R\$20 milhões por 20 anos para o operador de rede. Esse projeto só não saiu, porque houve problema de gestão. Nem dinheiro faltava.

Como esse valor deveria ser usado?

Ele deveria garantir que a TV Câmara estivesse em todas as cidades com mais de 200 mil habitantes. Eliminamos qualquer outra parceria e íamos contratar o operador de rede.

Apenas para a TV Câmara ou também para carregar os sinais das assembleias e câmaras de vereadores?

Também para carregar esses sinais. Tínhamos esse compromisso. Fomos à Diretoria Geral e falamos esse valor. Recebemos o ok e ficamos esperando aqui o projeto que estava sendo gestado na EBC. Ficamos esperando, porque havia um acordo assinado, mesas de discussão na Casa Civil... Aí a EBC se fechou em copas e decidiu fazer um projeto da cabeça deles, que foi a coisa mais desastrosa que aconteceu nesse processo todo. Quando eles abrem para apresentar o projeto para nós, eles dizem que só levariam a TV Câmara até as capitais. Não havia um projeto para o interior, porque não sabiam se as câmaras de vereadores do interior iam querer entrar. Aí o projeto da rede legislativa caiu no nosso colo. Nessa altura, já estávamos muito envolvidos na Astral, estimulando todas as emissoras a entrarem no projeto. Como eu poderia ir lá e dizer: “olha, desculpa, mas esse é um projeto só para a TV Câmara e só em capitais”? Não fazia o menor sentido, foi desastroso. Eles fizeram uma reunião da qual eu participei com os engenheiros das TVs educativas e eles mataram o projeto naquela reunião.

Por quê?

Porque era assim: as emissoras estariam só nas capitais, a TV Brasil estaria em HD e as educativas estaduais só em SD. Então eles estariam convidando a TV Brasil, que chegaria em uma condição muito melhor que as emissoras estaduais. Eu vi essa reunião. Os engenheiros deram uma dura e foram embora. Nós, na TV Câmara, tínhamos dinheiro para ir para todas as cidades com mais de 200 mil habitantes e a Astral estava se movimentando para indicar cidades para o operador de rede. Não existe projeto que cubra 200,

300 cidades de uma só vez. É óbvio que o projeto deveria ser escalonado. Enquanto implanta algumas, planeja as outras para o ano seguinte e depois para o próximo ano. Aí pensamos: o que fazemos agora? A rede legislativa surgiu do pó que virou o operador de rede. Eu não podia dizer para as câmaras municipais que queriam uma emissora que elas não a teriam por falta de gestão e planejamento.

Qual era o projeto da rede legislativa naquela época?

O projeto do operador de rede era levar TV Câmara, TV Senado, TV Justiça e NBr para as capitais. Não quisemos e fomos levar TV Câmara, TV Senado, assembleias e câmaras municipais em um mesmo canal.

Quais canais ficariam em HD?

Nenhum desses está em HD ainda. Mesmo porque a nossa emissora não está preparada. Naquele momento, em 2010 ou 2011, nós decidimos que o HD seria uma evolução natural da tecnologia. Fomos muito criticados, porque estaríamos abrindo mão do HD, sendo que a nossa emissora, em 2018, ainda não sobe sinal em HD. Eu não posso querer o máximo sem ter o mínimo. Então eu não estava abrindo mão de nada. Eu estava garantindo que estava saindo do nicho da TV por Assinatura. Não trabalho com a teledramaturgia; é a informação que deve chegar ao cidadão.

E qual foi a receptividade das assembleias e câmaras de vereadores ao projeto?

Temos hoje mais de mil pedidos de emissoras.

Independentemente do partido que comanda cada casa?

Todos os partidos. Muitas assembleias buscavam ter um canal aberto há muitos anos e não conseguiam, porque não tinham a personalidade jurídica necessária para pedir a outorga. Então o projeto é maravilhoso, porque é uma soma de esforços. Representantes delas se deslocavam para o Ministério das Comunicações e não conseguiam as outorgas. E a gente funciona como um escritório da rede.

Em que cada um desses parceiros investe?

Quando o projeto da rede legislativa caiu no nosso colo, demos continuidade às negociações, buscamos a TV Senado e dividimos as capitais. As pessoas me perguntam como se deu a escolha das capitais. Nós pegamos nove municípios nos quais já tínhamos estabelecido relação com as assembleias. O Senado escolheu alguns municípios. Aí sobraram algumas e dividimos. Então, por exemplo, o Senado tinha a maioria das capitais do Nordeste, mas Salvador, Fortaleza, Natal e Recife ficaram com a Câmara, porque já tínhamos contato. Para as assembleias o projeto é maravilhoso, porque elas bancam o custeio na capital e a expansão da rede no seu estado. As câmaras municipais de capitais entraram tranquilas, sem ter que dispendere recursos por cinco anos, que é o prazo de garantia dos transmissores. Encerrada a garantia, essas câmaras assumem esse custo.

Algumas já devem estar assumindo esse custo.

Algumas sim, como São Paulo. Mas, no processo de desligamento da TV Analógica, recebemos alguns transmissores novos e as

câmaras dessas cidades não precisarão arcar com custos por cinco anos. As câmaras municipais do interior bancam 100% da operação.

E cada um desses parceiros é responsável por sua programação.

Sempre. Isso está previsto no nosso acordo. Nesse projeto de lei que estamos tratando com o Senado vamos deixar isso claro. Cada um é responsável pelo custeio da programação e será responsável legalmente por ela. Porque nunca tivemos problemas, mas, se tivermos e formos multados, segundo a nossa área jurídica, vamos pagar e vamos repassar os valores.

Quantas emissoras existem atualmente na rede legislativa de TV?

Temos 47 transmissores ligados com uma cobertura de cerca de 300 cidades. Em 20 capitais as emissoras já estão funcionando. Faltam algumas do Senado e várias delas vão ser ligadas neste ano. E ainda há dezenas de canais em fase de implantação e de compra de equipamentos. Algumas câmaras municipais são lentas. Às vezes muda o presidente, ele sai e não conta nada para o que está entrando. Então eu começo todo o trabalho de novo a cada troca.

A câmara de vereadores compra todos os seus equipamentos?

Sim. Na página da rede há um modelo de projeto básico e um manual. Eles compram, com uma média de gasto de R\$500 a R\$600 mil, por causa da alta do dólar. No meio desse processo descobrimos que podemos subir o sinal *encodado* e dispensamos o *encoder* na ponta. Então assumimos esse custo maior, de subir o sinal da TV Senado com o da TV Câmara, mas com isso diminuimos o custo da ponta. Orientamos a compra de 3 *encoders*, um para a assembleia, um para a câmara municipal e um reserva. Nesse

reserva eles colocam a gente no ar, sempre no “.1”, já que somos os consignatários. Agora vamos fazer uma compressão maior, subir o sinal da TV Senado junto e eles estarão em todas as cidades onde a TV Câmara está, porque antes só estava nas capitais.

Como é a relação da rede legislativa com o Ministério das Comunicações e, depois, com o MCTIC?

O ano de 2017 foi o pior para a rede. Sempre tivemos uma interlocução muito boa com todas as gestões, independentemente de qualquer coloração partidária. Não dá nem tempo de eu saber de qual partido é a pessoa com quem estou falando. Essa pergunta nem entra no meu escopo. O que me interessa é que a gente ligue o transmissor. Isso acontece em relação aos parceiros e em relação ao Ministério. Então sempre houve uma discussão técnica até 2017, quando houve uma gestão totalmente voltada para a radiodifusão comercial e demonizando a radiodifusão pública. A secretária de Radiodifusão dizia que estávamos cometendo uma irregularidade se associando a parceiros municipais, porque viveu o momento de um decreto do governo Lula que tratava de RTVs institucionais que permitiam a inserção de programação local. Aquele decreto foi revogado por permitir a inserção. Então, quando ela viu o projeto de rede legislativa, disse que estávamos na ilegalidade, que não podíamos fazer isso. Aí tomou pé da situação do que foi regulamentado nos anos seguintes em termos de multiprogramação e viu que não era bem assim. Mas começou a nos enviar ofícios de cancelamento de indicações de canais por não cumprimento de prazos dados por ofícios. Recorremos de todos eles, mas estamos em uma situação de enxugamento de canais. Representamos um poder da União, estamos dizendo que vamos operar e que estamos em negociação naquelas cidades. Vamos tentar que se cancelem os cancelamentos.

Como surgiu a rede legislativa de rádio?

Esperamos muito, porque era algo separado dentro das emissoras. Até haver um projeto de integração, que a Sueli, como secretária de Comunicação, patrocinou. Foi criada uma coordenação para a expansão e ela agregou rádios e TVs. Como havia um cenário de possível adoção de um padrão de rádio digital, esperamos uma sinalização do Ministério de que o rádio não seria desligado. Tínhamos medo, existia uma discussão e uma pressão para adoção de um padrão de rádio digital, e não sabíamos se valeria um investimento em rádio analógico. Então quando o Ministério sinalizou que o rádio analógico não seria desligado, mesmo adotando o rádio digital, decidimos bancar esse projeto.

Quando ocorreu essa decisão?

Quando tivemos a sinalização do Ministério, decidimos testar esse modelo. Consideramos que ainda estamos testando esse modelo, porque ainda temos cinco operações ainda, sendo uma de capital, Cuiabá. Percebemos que nosso compartilhamento de grade de programação estava muito ruim para eles, porque o plenário da Câmara dos Deputados funciona durante muito tempo. Ficou estabelecido que quem compra o transmissor tem a prioridade de transmissão do plenário. Então, se as sessões ocorrerem ao mesmo tempo, as câmaras de vereadores gravam as sessões da Câmara dos Deputados e, assim que terminar a sessão delas, veiculam a nossa. Estamos negociando uma revisão do nosso termo de compartilhamento, porque as câmaras não estavam tendo muito tempo por causa do nosso plenário. Então estamos enxugando a grade obrigatória. A máxima de que “quem é dono do transmissor tem prioridade” continua valendo e definimos três faixas de meia hora, em que o jornalismo da Câmara dos Deputados é prioritário.

Se não houver nenhuma sessão plenária, o nosso jornalismo tem prioridade de 9h às 9h30; de 13h30 às 14h; e de 21h às 21h30. Por que isso é obrigatório? Porque é o tempo de jornalismo mínimo previsto em lei.

No rádio analógico tecnicamente é impossível fazer multiprogramação.

Isso, daí esse modelo de compartilhamento que adotamos.

Como as assembleias legislativas participam da rede?

No rádio só temos um parceiro. Então, nas capitais, esse parceiro será ou a câmara de vereadores, ou a assembleia legislativa. Em Salvador a câmara municipal assinou conosco e a assembleia está tentando montar uma rádio própria, mas também quer veicular programação na nossa emissora. Então vão entrar em acordo com a câmara de vereadores e passar sua programação no limite do que a câmara municipal achar por bem. Isso é extra e será negociado entre eles.

Qual tem sido a receptividade das câmaras de vereadores em relação a essa rede de rádio?

É um projeto muito mais novo que o de TV, mas rapidamente se equiparou ao de TV. Temos mais ou menos o mesmo número de pedidos de consignação em andamento para ambos os meios. São mais de mil canais pedidos ao todo. Não limitamos as cidades por seu tamanho. Temos ações prioritárias para cidades com mais de 100 mil habitantes, mas, se uma cidade com 10 mil habitantes quiser montar sua emissora, não há problema. É muito mais simples que montar uma emissora de TV.

Há um acompanhamento da audiência dessas emissoras?

A Câmara dos Deputados não contrata Ibope. Já contratou, mas foi cortado. Na TV por Assinatura, tínhamos audiência semelhante à da Globonews e do GNT. Percebemos que as faixas de programação das câmaras municipais são as que mais interessam ao cidadão. Como funcionária pública e cidadã, acho que o trabalho que fazemos é muito importante para a transparência do Poder Legislativo. Não temos recursos de publicidade. É muito fácil para as emissoras comerciais criticarem o Poder Legislativo, porque elas não têm nenhuma troca de interesse como têm com o Poder Executivo. Não existe agenda positiva em relação ao Poder Legislativo, ninguém noticia nada. Então esse diálogo direto do parlamentar com a população é até mais essencial que o nosso jornalismo e os nossos documentários, que são importantes. No médio prazo, o que fazemos é uma contribuição para a melhoria do Poder Legislativo como um todo. E, no interior, as pessoas querem se ver, querem ver o vizinho, querem ver como o vereador está se comportando. Dizem que o brasileiro não lembra em quem votou. Eu espero que passe a lembrar e que passem a acompanhar diretamente, não só nos momentos de CPI. Isso é muito mais importante que assistir novela.

Lista de siglas

Abepec - Associação Brasileira para o Ensino e a Pesquisa em Comunicação [ou] Associação Brasileira das Emissoras Públicas, Educativas e Culturais

Abert - Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão

Abra – Associação Brasileira de Radiodifusão

Abraço – Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária

Abrasco - Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva

ABTA – Associação Brasileira de TV por Assinatura

Acerp - Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto

ADCT – Ato das Disposições Constitucionais Transitórias

Adi – Ação Direta de Inconstitucionalidade

Aesp - Associação de Emissoras do Estado de São Paulo

AGU – Advocacia-Geral da União

AM – Amplitude Modulada

Anacen – Associação Nacional dos Censores Federais

Anatel – Agência Nacional de Telecomunicações

ANC - Agência Nacional de Comunicações

Ancine - Agência Nacional do Cinema

Aner - Associação Nacional de Editores de Revistas

ANJ - Associação Nacional de Jornais

AP – *Associated Press*

APC - Associação para a Promoção da Cultura

Astral - Associação Brasileira de Televisões e Rádios Legislativas

ATSC - *Advanced Television System Committee*

BBC – *British Broadcasting Corporation*

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

BV - Bônus de Volume

CBT - Código Brasileiro de Telecomunicações

CCS – Conselho de Comunicação Social

CCTCI - Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados

Cebes - Centro de Estudos em Saúde

CEEE - Companhia Estadual de Energia Elétrica

CEP - Código de Endereçamento Postal

CF – Constituição Federal

CGI – Comitê Gestor da Internet no Brasil

Citel – Comissão Interamericana de Telecomunicações

CNI – Confederação Nacional da Indústria

Coep - Comitê das Entidades Públicas contra a Miséria e Contra a Fome

Confecom – Conferência Nacional de Comunicação

Conjur - Consultoria Jurídica

Contel – Conselho Nacional de Telecomunicações

CPB - *Corporation for Public Broadcasting*

CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito

CPMF - Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira

CPqD – Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações

CRT – Companhia Riograndense de Telecomunicações

CT – Centro de Treinamento

CTB – Companhia Telefônica Brasileira

CTN – Companhia Telefônica Riograndense

CTR - Comissão Técnica do Rádio

CUT - Central Única dos Trabalhadores

DAB - *Digital Audio Broadcasting*

DDD – Discagem Direta à Distância

DDI – Discagem Direta Internacional

Dentel - Departamento Nacional de Telecomunicações

DNOS - Departamento Nacional de Obras e Saneamento

DPF - Departamento de Polícia Federal

DRM - *Digital Radio Mondiale*

DTH – *Direct to Home*

DVB – *Digital Video Broadcasting*

EAD – Educação à Distância

EBC – Empresa Brasil de Comunicação

EC – Emenda Constitucional

ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente

ECT – Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos

EIPU - Empresas Incorporadas ao Patrimônio da União

Embratel – Empresa Brasileira de Telecomunicações

ERB – Estação Radio Base

FAO - Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura

FCC - *Federal Communications Commission*

Fenaj - Federação Nacional dos Jornalistas

FGV – Fundação Getúlio Vargas

FHC – Fernando Henrique Cardoso

Fitert - Federação Interestadual dos Trabalhadores em Radiodifusão e Televisão

Fittel - Federação Interestadual dos Trabalhadores em Telecomunicações

FM – Frequência Modulada

FNDC - Fórum Nacional Pela Democratização da Comunicação

FUST – Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações

GT – Grupo de Trabalho

HD – *High Definition*

HDTV – TV em Alta Definição

HF – *High Frequency*

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IESB - Instituto de Educação Superior de Brasília

IME – Instituto Militar de Engenharia

IP – *Internet Protocol*

ITA – Instituto Tecnológico de Aeronáutica

JB – Jornal do Brasil

Lavid - Laboratório de Aplicações de Vídeo Digital da UFPB

LGT – Lei Geral de Telecomunicações

LOA – Lei Orçamentária Anual

MEC – Ministério da Educação

MC – Ministério das Comunicações

MCT – Ministério de Ciência e Tecnologia

MCTIC - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

MDB – Movimento Democrático Brasileiro

MDIC – Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio

MinC – Ministério da Cultura

Minfra - Ministério da Infraestrutura

MJ – Ministério da Justiça

MMDS - Serviço de Distribuição Multiponto Multicanal

MP – Medida Provisória

MST – Movimento Sem Terra

MTC - Ministério dos Transportes e das Comunicações

MVNO - Operadora Móvel com Rede Virtual

NAB - *National Association of Broadcasters*

Nomic - Nova Ordem Mundial da Informação e da Comunicação

NPR - *National Public Radio*

OAB – Ordem dos Advogados do Brasil

OC – Ondas Curtas

OM – Ondas Médias

OMC – Organização Mundial do Comércio

ONU – Organização das Nações Unidas

Paste - Programa de Recuperação e Ampliação do Sistema de Telecomunicações e do Sistema Postal

PBLT - Plano Banda Larga para Todos

PBS - *Public Broadcasting Service*

PDT - Partido Democrático Trabalhista

PEC – Proposta de Emenda à Constituição

PFL – Partido da Frente Liberal

PGMU - Plano Geral de Metas de Universalização

PIB – Produto Interno Bruto

PL – Projeto de Lei

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PNBL – Plano Nacional de Banda Larga

PND - Planos Nacionais de Desenvolvimento

PNO – Plano Nacional de Outorga

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PPP - Parceria Público-privada

Prontel - Programa Nacional de Teleducação

PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira

PT – Partido dos Trabalhadores

PTB - Partido Trabalhista Brasileiro

PUC – Pontifícia Universidade Católica

Radiobrás – Empresa Brasileira de Radiodifusão

RBS – Rede Brasil Sul

RH – Recursos Humanos

RTV – Retransmissora de TV

RTVi – Retransmissora de TV institucional

SAv - Secretaria do Audiovisual

SBT – Sistema Brasileiro de Televisão

SD – Standard Definition

Secom/PR - Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República

Sesu - Secretaria de Educação Superior

SET - Sociedade Brasileira de Engenharia de Televisão

SLP - Serviço Limitado Privado

SLTI - Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação

SMP - Serviço Móvel Pessoal

SNC - Secretaria Nacional de Comunicações

SNI – Serviço Nacional de Informações

SNT - Sistema Nacional de Telecomunicações
SPV – Superintendência de Serviços Privados
STF - Supremo Tribunal Federal
TAM – Transportes Aéreos Marília
TCU – Tribunal de Contas da União
Telebrás – Telecomunicações Brasileiras S.A.
Telebrasília – Telecomunicações de Brasília S.A.
Telepará – Telecomunicações do Pará S.A.
Teletel - Telecomunicações Telegráficas S.A.
Telpe – Telecomunicações de Pernambuco S.A.
TIC – Tecnologias da Informação e Comunicação
TVE – TV Educativa
UFPB – Universidade Federal da Paraíba
UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina
UHF – *Ultra High Frequency*
UIT - União Internacional de Telecomunicações
UnB – Universidade de Brasília
Unesco - Organização das Nações Unidas para a Educação, a
Ciência e a Cultura
Uniban – Universidade Bandeirante de São Paulo
Unicamp – Universidade Estadual de Campinas
UPI - *United Press International*

UPU – União Postal Universal

USP - Universidade de São Paulo

VHF – *Very High Frequency*

No Brasil, o registro sobre as políticas públicas e a regulação voltadas ao setor das comunicações ainda é permeado por lacunas. As 20 entrevistas reunidas neste livro contam justamente parte dessa história, da década de 1960 a 2016, a partir do relato de quem a construiu. Octavio Penna Pieranti conversou com dirigentes e outros profissionais que trabalharam e ainda atuam em diversos órgãos e entidades da administração pública. O resultado é um painel que retrata não apenas sucessos, mas também fracassos, dificuldades e mudanças de rumo nos caminhos percorridos pelo Estado.